

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

ISABEL MACEDO (EDS.)

**POLÍTICAS
DA LÍNGUA,
DA COMUNICAÇÃO
E DA CULTURA
NO
ESPAÇO LUSÓFONO**



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade
PUBLICAÇÃO

POLÍTICAS DA LÍNGUA, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA
NO ESPAÇO LUSÓFONO

POLÍTICAS DA LÍNGUA, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA NO ESPAÇO LUSÓFONO

Editores

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

ISABEL MACEDO

Diretor das Coleções do CECS: Moisés de Lemos Martins

Diretor-Adjunto das Coleções do CECS: Manuel Pinto

Capa: Sal Design Studio

Imagem da capa: © Jason Leung

Paginação: Glauco Magalhães

© Edições Húmus, Lda., 2019

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde

1.ª edição: Outubro de 2019

Depósito legal: 462991/19

ISBN: 978-989-755-427-8

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto:

UID/CCI/00736/2019.

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

ISABEL MACEDO (EDS.)

POLÍTICAS DA LÍNGUA, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA NO ESPAÇO LUSÓFONO

límus



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade
PUBLICAÇÃO

ÍNDICE

- 9 Da semi-periferia da língua portuguesa à comunicação da ciência em português. Nota introdutória
Moisés de Lemos Martins & Isabel Macedo

CULTURA E DEMOCRACIA

- 19 A república das letras e o colégio invisível: figuras modernas das redes científicas na Era da internet
Paulo Serra
- 35 O triunfo das elites ou o êxito da retórica
Martins J. C. Mapera
- 47 Cultura e Democracia: pensando a relação a partir do jogo tensional entre *Estado* e *Sociedade Civil*
Urbano Sidoncha
- 61 Cultura, política e mídia: amálgamas na crise brasileira
Rita Aragão
- 77 *Fake News* e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística?
Marcos Palácios

CULTURA E DESENVOLVIMENTO

- 93 A Comunicação na História
Juremir Machado da Silva
- 107 Cultura popular: uma revisitação conceptual
Rita Ribeiro
- 117 Tempo, cultura e desenvolvimento
Emília Araújo
- 129 Financiamento e fomento à cultura no Brasil:
dimensões nacionais e estaduais
Antonio Albino Canelas Rubim
- 155 Por um estilo sustentável: *Osklen e Elementum*
Renata Pitombo Cidreira

LÍNGUA PORTUGUESA E COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA

- 171 Língua portuguesa e ciência no espaço lusófono
Anabela Gradim
- 185 Internacionalização da língua portuguesa como
língua de ciência: do passado para o futuro
Carlos Assunção
- 197 Partilhar e divulgar a Ciência: um caminho para fortalecer
a Lusofonia
Fernanda Ribeiro
- 207 Construindo pontes sobre obstáculos: multilinguismo e a
língua portuguesa no mundo da ciência
Eliseu Mabasso

DA SEMI-PERIFERIA DA LÍNGUA PORTUGUESA À COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGUÊS. NOTA INTRODUTÓRIA

Moisés de Lemos Martins & Isabel Macedo**

O mundo da ciência constitui um campo social. E, como tal, conhece relações de força, fenómenos de concentração do capital e do poder, relações sociais de dominação e lutas pelo controlo dos seus meios específicos de produção e reprodução (Bourdieu, 1997). As Ciências Sociais e Humanas (CSH) constituem também um campo social, de forças e lutas, seja para a sua manutenção, seja para a sua transformação, com

* Nota introdutória desenvolvida no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia..

** Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É Diretor da revista *Comunicação e Sociedade* e também da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC). Doutorado pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984, tem publicado, no âmbito da Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Semiótica Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos. Dirigiu durante dez anos o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (de 1996 a 2000, e de 2004 a 2010). Em 2016, a Universidade do Minho concedeu-lhe o Prémio do Mérito Científico. Destacam-se as seguintes obras: *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs* (2017, 2011); *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (2017, 2002); *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* (2016, 1990); *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia* (2015).

Isabel Macedo é doutorada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro, na área da Comunicação e Cultura. A sua tese de doutoramento intitula-se “Migrações, memória cultural e representações identitárias: a literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural”. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e integra várias associações nacionais e internacionais na área da comunicação, da educação e da cultura visual. Coeditou a revista *Comunicação e Sociedade*, 34, dedicada ao tema “Ciências da Comunicação e Estudos Lusófonos”, e a *Vista - Revista de Cultura Visual*, 2, intitulada “Memória Cultural, Imagem, Arquivo”. Alguns dos seus principais trabalhos são: “Lisboa africana no cinema: conversas em sala de aula sobre *Li ké terra* e *Cavalo Dinheiro*” (2019, coautora); “Representations of Dictatorship in Portuguese Cinema” (2017); “Os jovens e o cinema português: a (des)colonização do imaginário?” (2016).
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; isabel.macedo@ics.uminho.pt

as relações entre os agentes a influenciarem os processos de tomada de decisão. Para compreendermos este campo específico, é fundamental identificar a distribuição do capital científico, assim como o local ou a posição dos atores sociais dentro desse campo, o que quer dizer, o lugar a partir do qual é tomada a palavra.

As CSH têm um papel importante, em termos económicos, políticos e sociais, na formação da sociedade do conhecimento. Mas o potencial do conhecimento em CSH tem recebido escassa atenção por parte dos decisores políticos, e igualmente por parte das outras comunidades científicas, e mesmo pela sociedade em geral.

Nas condições contemporâneas, a investigação em CSH passou, também ela, a ser organizada em termos empresariais, com a definição de tarefas específicas, “deliberables”, “milestones” e resultados. E a mesma coisa acontece com os *outputs* da investigação, igualmente avaliados em termos quantitativos: número de publicações, apresentação de comunicações em congressos, volume de recursos financeiros, índices de citação, etc. Hoje, parece não haver mais mundo de desempenho académico que não seja necessidades de mercado, injunções financeiras, rankings de respeitabilidade e visibilidade mediática, e ainda, as agências de *rating*, que estabelecem o critério que valoriza a produção científica (Martins, 2015).

Perante estas injunções, muitas abordagens que se propõem como interdisciplinares envolvem unicamente a preocupação com rubricas e tarefas procedimentais específicas e, portanto, carecem de uma visão de estratégia científica integrada e articulada. O resultado final inclui, na maior parte das vezes, publicações, individuais ou coletivas, dos elementos da equipa de um projeto, que procuram cumprir prazos e objetivos. Esta situação tem como consequência a fragmentação do conhecimento produzido.

O tempo desempenha neste contexto um papel crucial. A ideia prevalescente de desenvolvimento toma o Ocidente como modelo, estabelecendo-se na base de pressupostos tecnocientíficos e cumulativos. Por essa razão, revela-se insustentável, sendo urgente introduzir um novo paradigma, caracterizado “pela des-linearidade e pela geração voluntária da espera, da interrupção e da lentidão” (p. 118), como é referido adiante, nesta obra, por Emília Araújo.

À mobilização atual para a produção e para a competição é necessário adicionar outros fatores, que têm influenciado o desenvolvimento das CSH: a hegemonia do conhecimento produzido em língua inglesa e a sub-representação dos países do sul da Europa nas bases de dados científicas de referência.

Sobre estes factores, importa referir o relatório bienal, publicado pela Unesco, sobre o estado atual da produção de conhecimento em Ciências Sociais (CS).

Este documento apresenta uma análise das condições infra-estruturais universitárias e de publicação, que são medidas com base nos índices de citações internacionais.

No início do relatório de 2016, Irina Bokova, diretora-geral da Unesco, refere ter havido, no período compreendido entre 1992 a 2013, um aumento no número de estudos sobre desigualdade e justiça social nas publicações académicas. Destaca, contudo, duas grandes divisões no conhecimento e na investigação na área das desigualdades. Por um lado, dá-se pouca atenção às desigualdades sobrepostas ou múltiplas e que vão para além do rendimento auferido pela população, incluindo aspetos como a saúde, o conhecimento e as questões de género. Em segundo lugar, o foco da investigação em CS sobre desigualdades tende a concentrar-se nos países do Norte, em detrimento dos países do Sul.

Mas a hegemonia do Norte na produção científica em CS não é apenas óbvia no campo das desigualdades. Do ponto de vista linguístico, quatro países – EUA, Reino Unido, Holanda e Alemanha – produzem dois terços das revistas de CS (Unesco, 2010, pp. 143-144).

É, deste modo, essencial reconhecer a desigualdade linguística sistemática na publicação académica em CS. Por desigualdade linguística, Albarillo (2014) entende um padrão consistente ao longo do tempo, de inclusão de revistas em inglês em plataformas de pesquisa em CS, como a Scopus e a JSTOR. Essa desigualdade linguística é subtil e complexa. A título de exemplo, a análise dos dados Scopus e JSTOR (1992-2012), realizada pelo autor, revela um aparente viés para o Inglês, com artigos em língua não inglesa que representam menos de 25% do conteúdo das bases de dados.

Na perspetiva de Martins (2017), as políticas da língua e as políticas de comunicação da ciência decidem, não apenas quem tem o poder de definir a realidade social, como de igual modo o poder de impor essa representação. A globalização da investigação em CSH está ligada à globalização dominante, alimentada pela indústria dos países anglo-saxónicos. Mobilidades e redes de investigação, aviações internacionais, grandes reuniões científicas internacionais, patrocinadas por associações globalizadas tendem a enfatizar e a endossar a assimilação e a reprodução do pensamento anglo-saxónico hegemónico no campo das CSH, legitimando o “pensamento único”, científico e epistemológico (Cunha, 2013).

Em Portugal, particularmente no que se refere às Ciências da Comunicação, o Português é a língua de ciência, comum a todas as revistas (Martins, no prelo). E esta política de língua é compreensível, não apenas como uma estratégia para

uma mais alargada difusão da produção nacional, mas também como um modo de ultrapassar as tradicionais dificuldades de uma limitada circulação internacional dos artigos.

A opção pela língua portuguesa não deixa, todavia, de constituir uma manifestação de fraqueza destas revistas, sendo evidente a sua vulnerabilidade, perante a força expressiva de outras línguas, sobretudo da inglesa. O combate pelo fortalecimento da língua portuguesa constitui, assim, um desafio para os investigadores das CSH do espaço lusófono, os quais têm vindo a trabalhar no sentido da afirmação da sua diferença plural e do reconhecimento da diversidade dos povos e culturas que o constituem (Martins, 2016).

Ao longo das últimas décadas, as comunidades científicas da CSH criaram associações nacionais e lusófonas para promover a língua portuguesa como língua de conhecimento, contribuindo para a internacionalização dos seus investigadores (Martins, 2018). No entanto, embora o Português seja falado por mais de 250 milhões de pessoas – constituindo a quinta língua mais falada no mundo¹ – os investigadores de CSH desconhecem, muitas vezes, a investigação que os seus pares linguísticos realizam (Serra, 2016).

Num estudo recente, Pinto e Sá (2019) analisam as representações sociais dos vice-reitores para a educação nas universidades públicas portuguesas, no que tange à política e ao planeamento da língua, dadas as suas particulares responsabilidades na definição das políticas educativas das suas instituições. Os resultados do estudo mostram que os cinco representantes das universidades públicas portuguesas que participaram na investigação valorizam a aprendizagem e o ensino de idiomas. No entanto, como estratégia para a internacionalização e como instrumento que potencializa a mobilidade de estudantes e funcionários, valorizam especificamente e quase em termos exclusivos a língua inglesa. Mas não deixaram, por outro lado, de destacar o papel da língua portuguesa como estratégia para atrair estudantes, professores e investigadores de outros países de língua portuguesa.

Como adiante refere Anabela Gradim, é um facto que Portugal não tem uma política definida para a utilização do português como língua de ciência. E, nestas circunstâncias, o que se observa é o apagamento da língua portuguesa como veículo de ciência e a utilização do Inglês como língua de publicação e

1 Miniwatts Marketing Group. 2019. Top ten Internet languages—World Internet statistics. <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

internacionalização. Esta autora assinala, ainda, que se assiste, apesar desta indefinição, a um ativismo linguístico no últimos anos que “reclama identidade e representação proporcionais à dimensão dos povos em que a investigação e publicação têm origem e são conduzidas” (p. 181). Carlos Assunção, por sua vez, corrobora esta convicção, referindo que importa criar instrumentos bibliométricos alternativos, tendo por base as línguas portuguesa e espanhola. E acrescenta que importa, além disso, fortalecer e criar novas redes científicas no contexto ibero-americano e lusófono. Tais redes poderão consituir uma forma de combate utilizada pelos países e regiões do mundo que se encontram (mais) na periferia (expressão de Serra), no sentido da afirmação e consolidação do Português como língua de comunicação e ciência.

Ao reunir num mesmo propósito um significativo conjunto de autores do espaço lusófono, *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono* inscreve-se nesta estratégia de combate contra-hegemónico, produzindo conhecimento científico em língua portuguesa, assim contribuindo para a projeção internacional e a consolidação de uma comunidade científica lusófona no campo das CSH.

Esta obra organiza-se em três partes: i. “Cultura e Democracia”; ii. “Cultura e Desenvolvimento”; e iii. “Língua Portuguesa e Comunicação da Ciência”.

A primeira parte integra quatro textos. O primeiro, cujo autor é Paulo Serra, incide sobre duas figuras, a “república das letras” e o “colégio invisível”. Em seu entender ambas as figuras pressupõem o ideal de uma comunicação universalista e intercultural. Contudo, este ideal “envolve, hoje, uma contradição de fundo: a de se pretender atingi-lo através de uma língua que, sendo apenas de alguns, é imposta a todos os restantes: o Inglês” (p. 28). Adotando uma posição contra-hegemónica, e tendo como estudo de caso uma rede científica no campo das Ciências da Comunicação, Serra interroga as condições de desenvolvimento de redes científicas em língua portuguesa.

Por sua vez, Martins Mapera, tendo como ponto de partida a obra de Manuel Mutimucuiu, *Moçambique com Z de Zanolho* (2018), analisa a noção de retórica enquanto artefacto de construção discursiva. E especificamente examina de que modo este escritor procura valorizar um estilo peculiar. Segundo Mapera, a preocupação com a singularidade de um estilo é particularmente manifesta na escrita literária dos escritores moçambicanos da atualidade, uma geração que designa como a geração II mil. Já o texto de Urbano Sidoncha, ao debruçar-se sobre a relação entre cultura e democracia, aponta no sentido de se encontrar na própria

ideia de democracia um dos estabilizadores de sentido para a ideia de cultura. O problema da relação entre o Estado democrático e a cultura é analisado por este autor a partir da relação entre Estado e Sociedade Civil.

Os últimos dois textos da primeira parte desta obra partem do campo das Ciências da Comunicação para a análise dos processos democráticos no Brasil. Rita Aragão analisa o lugar ocupado pelos meios de comunicação no *impeachment* de Dilma Rousseff. Na base de um conjunto de estratégias discursivas que assinala, esta investigadora procura demonstrar como tais estratégias concorreram para a produção de representações sobre as manifestações públicas e reforçaram a (des)qualificação de vários atores políticos brasileiros. O contributo apresentado Marcos Palácios vem neste mesmo sentido, aprofundando, pois, esta reflexão. Conclui, então, que cresce a preocupação com a criação de mecanismos de confirmação das notícias, de modo a que a credibilidade e a qualidade jornalística sejam garantidas. A existência de tais mecanismos tornaria viável a avaliação da qualidade editorial das organizações jornalísticas.

“Cultura e Desenvolvimento” constitui o tema da segunda parte de *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono*. Integram-na cinco artigos. Juremir Machado da Silva abre esta secção, examinando as condições de produção e pesquisa do fenómeno comunicacional na História. Centra-se não na história da comunicação, mas em suportes da comunicação como veículos de cobertura, armazenamento e transmissão de acontecimentos históricos. Analisa também os protocolos de escolha e produção académicos. De seguida, Rita Ribeiro reflete sobre as manifestações tradicionais ligadas à cultura popular, que têm estado ausentes do debate teórico sobre a cultura. Apesar de ocupar um lugar periférico, a cultura popular é fundamental na construção identitária das comunidades e tem resistido “à expropriação e reificação a que foi submetida” (p. 107). Emília Araújo, por sua vez, aborda um dos dilemas centrais que se colocam hoje ao desenvolvimento: a relação entre tempo de curto prazo e tempo de longo prazo, buscando problematizar alguns dos principais elos de ligação com a cultura. Já Albino Rubim apresenta uma investigação que procurou compreender as políticas de financiamento e de promoção da cultura no Brasil, quer a nível nacional, quer estadual, tendo como estudo de caso o estado da Bahia. Para o efeito, Rubim considera, em particular, os incentivos fiscais e os fundos de apoio à cultura. Numa cada vez mais intensa cultura de consumo e de comunicação, os estilos de vida influenciam decisivamente a construção identitária dos indivíduos. Nesta secção está ainda Renata Pitombo, que se ocupa da moda.

Refletindo particularmente sobre a composição da aparência, Renata Pitombo parte deste dispositivo para problematizar os estilos de vida dos indivíduos. A autora selecionou duas marcas, Osklen e a Elementum, que revelam uma preocupação com as questões ambientais e com a produção e o consumo sustentáveis.

A terceira e última parte de *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono* é dedicada à “Língua Portuguesa e Comunicação da Ciência” e inclui cinco textos. Procurando avaliar as atuais condições de produção e publicação de ciência, Anabela Gradim discute o papel do português como língua de ciência e cultura. A autora defende o espaço ibero-americano enquanto mercado linguístico para a expansão da publicação de ciência, salientando alguns aspetos de afirmação do Português e do Espanhol nos *fora* científicos. Por sua vez, Carlos Assunção chama a atenção para a relevância da língua portuguesa como língua de ciência, considerando a expansão e a internacionalização da língua na chegada da internet, bem como a atual política científica.

Apresentando, entretanto, um conjunto de linhas de intervenção/ação política, que podem ser desenvolvidas pelas universidades, para darem maior visibilidade ao conhecimento científico que produzem, Fernanda Ribeiro reflete sobre a política de intercâmbio e mobilidade de estudantes e docentes/investigadores; sobre a política linguística; sobre a produção científica no campo das CS; e ainda sobre o financiamento e os apoios a redes de cooperação científica, cultural e artística.

No último texto desta secção, com o qual, aliás, se encerra *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono*, Eliseu Mabasso explora a relação da língua portuguesa, enquanto língua de ciência em Moçambique, com línguas moçambicanas de origem bantu, por um lado, e com a língua inglesa, por outro. Para Mabasso, a criação de plataformas virtuais de partilha de conteúdos científicos poderá acrescentar valor à disseminação da produção científica em língua portuguesa.

Referências

- ALBARILLO, F. (2014). Language in Social Science Databases: English Versus Non-English Articles in JSTOR and Scopus. *Behavioral & Social Sciences Librarian*, 33(2), 77-90. <https://doi.org/10.1080/01639269.2014.904693>
- BOURDIEU, P. (1997). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp.

- CUNHA, I. F. (2013). The globalization of research in Social Sciences: The case of Communication Studies in the Ibero-American and Lusophone Space. *Matrizes*, 7(1), 149-165. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i1p149-165>
- MARTINS, M. L. (2015). A liberdade acadêmica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)
- MARTINS, M. L. (2016). Os estudos lusófonos como campo de investigação. In N. B. Bastos (Org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia: história, cultura e sociedade* (pp. 29-46). São Paulo: EDUC.
- MARTINS, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/51039>
- MARTINS, M. L. (2018). Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica. *Comunicação e Sociedade*, 34, 103-117. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2938](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2938)
- MARTINS, M. L. As revistas portuguesas de Ciências da Comunicação (no prelo). In C. M. K. Peruzzo & R. Gabrioti (Eds.), *Periódicos científicos de comunicação ibero-americanos na divulgação do conhecimento: tendências, políticas e desafios*.
- PINTO, S. & Sá, M. H. A. (2019). Language education policy in Portuguese public universities: the voices of institutional stakeholders. *Current Issues in Language Planning*, 20(2), 140-159. <https://doi.org/10.1080/14664208.2018.1468962>
- SERRA, P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 69-79. <https://doi.org/10.21814/rlec.115>
- UNESCO (2010). World social science report. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Retirado de <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/resources/reports/world-social-science-report>
- UNESCO (2016). World social science report: Challenging Inequalities: pathways to a Just World. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Retirado de <https://en.unesco.org/wssr2016>

CULTURA E DEMOCRACIA

A REPÚBLICA DAS LETRAS E O COLÉGIO INVISÍVEL: FIGURAS MODERNAS DAS REDES CIENTÍFICAS NA ERA DA INTERNET*

Paulo Serra**

Resumo

A natureza reticular está longe de ser uma característica acessória da ciência. De facto, podemos mesmo ver na feição relacional e comunicacional da ciência a sua característica essencial, de que dependem as outras: a verdade intersubjetiva, a disciplina do método, o rigor da prova. Nesse sentido, as atuais redes telemáticas vieram colocar (ainda mais) em evidência aquilo que já era de há muito reconhecido em figuras modernas como as da “república das letras” e do “colégio invisível”, cuja formulação é atribuída, respetivamente, a Francesco Barbaro, no século XV, e a Robert Boyle, no século XVII. Assim, depois do apagamento nacionalista que caracterizou a ciência no decurso dos séculos XIX e XXI, começa hoje a ressurgir a ideia de uma ciência em rede, colaborativa e global, resultante da iniciativa e do trabalho conjunto de cientistas de muitas perspetivas, muitas línguas e muitas partes do mundo.

Palavras-chave: Redes científicas; República das Letras; Colégio Invisível; internet

* Texto referente à comunicação apresentada na Sessão Plenária 4 – Redes Transnacionais de Cooperação Científica, Cultural e Artística, do 3º Congresso sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia, Braga, Universidade do Minho, 23 a 25 de novembro de 2017.

** J. Paulo Serra é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa e mestre, doutor e agregado em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (UBI). Nesta Universidade, é Professor Catedrático no Departamento de Comunicação e Artes e investigador na unidade de I&D Labcom.IFP – Comunicação, Filosofia e Humanidades. Desempenha atualmente, na UBI, os cargos de presidente do Instituto Coordenador de Investigação e de coordenador científico do Labcom.IFP; e, a nível nacional, o de Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). É autor e coorganizador de múltiplos livros, o último dos quais *Cultura, património e turismo na sociedade digital: diálogos interdisciplinares* (2019). Tem ainda vários capítulos de livros e artigos publicados em obras coletivas e revistas, nacionais e estrangeiras. Universidade da Beira Interior, Portugal.
E-mail: pserra@ubi.pt

Introdução

O tema das redes científicas tem vindo a ganhar relevância crescente sobretudo desde o advento da “galáxia internet” (Castells, 2001). No entanto, e dada a sua natureza de saber feito para ser incessantemente divulgado, discutido e reformulado – residindo aí a sua condição de possibilidade de um desenvolvimento “cumulativo e progressivo” (Sarton, 1952, p. 11) – a ciência tem apresentado, desde sempre, uma natureza reticular, integrando continuamente novas pessoas, objetos e lugares. Assim, penso que podemos aplicar à ciência em geral a afirmação de Latour (2000, p. 407) de que uma das características mais interessantes da tecnociência é “a capacidade de estender redes e de viajar dentro delas”.

Essas redes entre cientistas podem assumir (e têm assumido) modalidades diversas: redes de livros (Sarton, 1952), redes de citações (Price, 1965b), redes de encontros (Rowley-Jolivet, 1999), redes de telecomunicações (Oliveira, 2002), redes de coautoria (Wagner & Leydesdorff, 2005), redes de projetos (Wagner, 2018), entre outras.

De facto, o carácter reticular da ciência, ainda que com feições distintivas em cada um dos casos, pode ser encontrado entre os Antigos, os Medievais e os Modernos (Sarton, 1952; Le Goff, 2006; Findlen, 2019) – sendo este último o período que pretendemos tomar como ponto de partida para a reflexão sobre as atuais redes científicas¹.

Entre os cientistas modernos, e a propósito das redes que eles vão constituir, surgem duas figuras que fizeram o seu caminho até hoje: a da “república das letras” (atribuída a Francesco Barbaro, no século XV) e a do “colégio invisível” (atribuída a Robert Boyle, no século XVII).

Depois de um período, correspondente em termos gerais aos séculos XIX e XX, em que a ciência assumiu um carácter eminentemente nacional – e nacionalista –, a situação começa a alterar-se em finais do século XX e princípios do século XXI – devido, entre outros, a fatores como a queda do Muro de Berlim e a criação da World Wide Web (que datam ambos de 1989). Ressurge, neste novo período, a ideia de uma ciência colaborativa e global. Este ressurgimento torna-se evidente, entre outros domínios, na coautoria de artigos por cientistas de diferentes nacionalidades, verificando-se ao longo dos anos um aumento constante dos artigos coautorados, dos cientistas envolvidos e dos países a que eles pertencem

1 Utilizamos estas periodizações no sentido habitual que elas têm para os historiadores.

(Wagner & Leydesdorff, 2005; Leydesdorff, Wagner, Park & Adams, 2013; Wagner, Park & Leydesdorff, 2015).

Recupera-se, ao mesmo tempo, as duas figuras modernas da “república das letras” e do “colégio invisível” – uma recuperação que é feita, contudo, sob uma nova forma, ilustrando uma “remediação” (Bolter & Grusin, 1999) que está longe de se restringir aos meios de comunicação, antes se alargando às figuras, aos conceitos e às teorias.

Da velha à nova “República das Letras”

A expressão “*respublica litterarum*” terá aparecido pela primeira vez em 1417, numa carta em latim dirigida pelo jovem humanista veneziano Francesco Barbaro a Poggio Bracciolini (Fumaroli, 1988, p. 136), generalizando-se na época de Erasmo (1466—1536), que se torna o centro de uma rede de correspondentes que escrevem sobre os livros daquele humanista. Vemos assim que, correspondendo à ambiguidade do termo francês *lettres*, a “República das Letras” é não só uma “república” de letrados mas também de correspondentes, ou seja, uma “república” das cartas.

Nesse duplo sentido, a “República das Letras” tornou-se possível pelas transformações nos meios de transporte e comunicação que se verificaram nos inícios da idade moderna, particularmente no que se refere aos serviços postais, às viagens ultramarinas e à imprensa (Harris, 2006, pp. 347-348).

Constituem-se, nesse período, redes de correspondentes-cientistas à volta de personagens como Marin Mersenne (1588–1648) – mais de setenta, incluindo matemáticos como Descartes, Fermat, Roberval ou Pascal – Athanasius Kircher (1602–1680) – setecentos e sessenta correspondentes – ou Gottfried Wilhelm Leibniz (1646–1716), com cerca de quatrocentos correspondentes, entre franceses, italianos, ingleses e mesmo chineses (Harris, 2006, p. 349). O próprio Henry Oldenburg (1618–1677), secretário da Royal Society e editor da *Philosophical Transactions*, pode ser considerado como “uma inteligência no centro de uma enorme rede epistolar servindo o avanço da nova filosofia natural” (Avramov, 2019, p. 161).

A transição na forma da comunicação científica da correspondência para a publicação, das cartas para os artigos de revista vai dar-se gradualmente, institucionalizando-se com a criação das academias e das primeiras revistas científicas como a mencionada *Philosophical Transactions* (Daston, 1991, p. 371; Harris, 2006, p. 353).

Aparecem, já no século XVII, publicações periódicas como o *Giornale de letterati* (Roma, 1668), a *Acta Eruditorum* (Leipzig, 1682), as *Nouvelles de la République des Lettres* (Amsterdão, 1684), a *Bibliothèque Universelle et Historique* (Amsterdão, 1686); e, a par delas, revistas científicas como o *Journal des Sçavans* (Paris, Denis de Sallo, 1665) e as *Philosophical Transactions* (Londres, Royal Society of London for Improving Natural Knowledge, 1665).

Se a “República das Letras” pode ser vista como um exemplo daquilo a que Anderson (1983) chama uma “sociedade imaginada”, esta é uma sociedade imaginada não a nível nacional mas a um nível cosmopolita. Assim, no século XVIII, para além da Europa, a “República das Letras” já tinha representantes em locais como Jacarta, Calcutá, Cidade do México, Lima, Boston, Filadélfia e Rio de Janeiro (Burke, 2012, p. 396). No entanto, este ideal cosmopolita e universalista vai ser minado pelo nacionalismo e pela especialização, cuja ação conjugada conduz à fragmentação da “república das letras” e à sua restrição progressiva às *belles-lettres* a partir de 1800 (Burke, 2012, p. 397). Começa a institucionalizar-se, assim, a divisão das “duas culturas” (Snow, 1959) que caracteriza ainda a nossa situação atual.

Para a maior parte dos historiadores, a “República das Letras” termina no final do século XVIII, com a emergência dos nacionalismos (vernaculares) e a especialização, que dificultam a comunicação entre os sábios. Contra essa visão, Peter Burke defende a tese de que esse será apenas o primeiro dos quatro períodos da “República das Letras”, que caracteriza da forma que se apresenta na Tabela 1:

Fase	Período	Idade	Comunicação científica	Língua dominante
1 ^a	1450 -1850	Idade da tração por cavalo	Livros; revistas; os próprios académicos	Latim
2 ^a	1850-1950	Idade do vapor (comboios e barcos, incluindo transatlânticos)	Imprensa a vapor; congressos científicos internacionais	Sucessivamente Francês – Alemão – Inglês
3 ^a	1950-1990	Idade do ar (avião, telefone)	Congressos internacionais mais pequenos e especializados	Inglês
4 ^a	Desde 1990	Idade eletrónica (computador, email, etc.)	Comunicação eletrónica	Inglês

Tabela 1 – Os quatro períodos da “República das Letras”

Fonte: Elaboração do autor a partir de Burke (2012, pp. 397-398).

O quarto e último período corresponde àquilo a que Burke chama “República Digital do Saber”² e cujo início está ligado a acontecimentos como a queda do Muro de Berlim (1989) e o advento da Internet, em particular da World Wide Web (1989)³, que criaram condições para que o contacto entre cientistas viesse a tornar-se cada vez mais global e virtual.

Desta maneira, se a “República das Letras”, no século XVIII, “enfatizava a universalidade do discurso e os objetivos culturais de alto nível dos seus ‘cidadãos’” (Harris, 2006, p. 349), os novos meios de comunicação vêm fazer surgir, mais uma vez, “o ideal de uma comunidade científica universal” (Fidalgo, 1996), possibilitando ainda formas digitais interativas de comunicação intercultural e textualidades multimodais (‘hipertextualidades’) (Martins, 2015).

2 No original *Digital Republic of Learning*.

3 A World Wide Web tem origem no texto “Information Management: A Proposal”, escrito por Tim Berners-Lee em 1989 e posto por ele a circular no CERN.

Do velho ao “novo colégio invisível”

Uma figura que se liga diretamente à da “República das Letras” é a do “Colégio Invisível”. A expressão “colégio invisível” terá sido usada pela primeira vez por Robert Boyle numa carta de 22 de outubro de 1646 ao seu ex-tutor Isaac Marcombes (Webster, 1974, pp. 19-20). Com tal expressão, Boyle pretendia designar os cientistas de vários lugares e instituições do mundo (europeu) que estabeleciam laços entre si, e parte dos quais, reunindo-se regularmente pelo menos a partir de 1645, vão estar na base da criação da Royal Society, em 1660 (Wagner, 2008, pp. 18-19).

O caráter cosmopolita da Royal Society e das sociedades científicas e academias em geral reflete-se, entre outros aspetos, na existência de membros estrangeiros ou “correspondentes”, na política editorial e no tipo de leitores das revistas, na possibilidade de os estrangeiros concorrerem aos seus prémios e concursos, na troca de publicações e na elaboração de projetos comuns por várias academias (Daston, 1991, pp. 372-377).

No que se refere à integração de membros estrangeiros, a composição da Royal Society é bastante ilustrativa desse cosmopolitismo:

Haak, do Palatinado Alemão, foi um dos primeiros membros da Sociedade, e é até creditado por Wallis como sendo o primeiro a sugerir as reuniões de 1645. Oldenburg, de Bremen, atuou como secretário (juntamente com Wilkins) e levou a cabo uma extensa correspondência estrangeira. Huygens, da Holanda, foi um dos Fellows originais em 1663, enquanto os nomes de Auzout, Sorbiere, o Duque de Brunswick, Bulliau, Cassini, Malpighi, Leibnitz, Leeuwenhoek (assim como Winthrop e Roger Williams) aparecem nos registos da Sociedade na primeira década. (Libby, 1917, p. 106)

Quanto à elaboração de projetos comuns, veja-se o exemplo do estudo das passagens do planeta Vénus:

os trânsitos de Vénus em 1761 e 1769 foram motivo de um impressionante esforço internacional, amplamente iniciado e coordenado pelo astrónomo francês Joseph-Nicholas Delisle, que envolveu cerca de quinhentos observadores – franceses, ingleses, alemães, russos, suecos, portugueses, italianos, espanhóis, dinamarqueses – em todo o mundo. (Daston, 1991, p. 378)

Já nos anos 60 do século XX, a expressão “colégio invisível” foi popularizada por Derek de Solla Price para designar “uma elite de cientistas interagindo mutuamente e produtivos dentro de uma área de investigação” (Crane, 1969, p. 348), sublinhando aquele autor que “tais grupos constituem um colégio invisível, no mesmo sentido em que os primeiros pioneiros não oficiais que mais tarde se uniram para fundar a *Royal Society*, em 1660” (Price, 1965a, p. 85).

Contudo, a feição cosmopolita do “colégio invisível” tinha já começado a desaparecer a partir de meados do século XIX, altura em que começa a afirmar-se o “nacionalismo científico” que, coetâneo da afirmação dos estados nacionais, irá constituir “o modelo dominante do século XX” (Wagner, 2008, pp. 2-3).

É este nacionalismo científico, assente no financiamento por fundos públicos e privados, que vai permitir o crescimento da comunidade científica em cada um dos países, a especialização, a profissionalização e o carácter cada vez mais aplicado da ciência, posta ao serviço da sociedade e da indústria, da segurança nacional e da defesa – e a consolidação daquilo a que Derek de Solla Price chama a *Big Science* (1965a).

A partir dos anos 90 do século XX – e devido a fatores já mencionados por Burke como a queda do Muro de Berlim e o advento da World Wide Web – verifica-se a passagem “da *Big Science* para o Novo Colégio Invisível” (Wagner, 2008, p. 23), dos “sistemas nacionais para a ciência em rede” (Wagner, 2008, p. 25). Ainda de acordo com a mesma autora:

redes auto-organizadas que abrangem o mundo são a característica mais notável da ciência hoje. Essas redes constituem um colégio invisível de investigadores: cientistas que colaboram não porque lhes é dito para o fazerem mas porque o querem; que trabalham juntos, não porque compartilham um laboratório, ou mesmo uma disciplina, mas porque podem oferecer uns aos outros ideias, dados ou habilidades complementares. (Wagner, 2008, p. 2)

Deste modo, a novidade do novo colégio invisível não é o carácter internacional da investigação, que já caracterizava a *Big Science* e os seus megaprojetos, mas o seu carácter global, em rede, extra nacional: “a ciência global, por contraste [com a ciência inter-nacional] descreve as atividades nas quais os investigadores são livres para juntar forças para resolver problemas comuns, independentemente do local geográfico em que estejam” (Wagner, 2008, p. 31).

A condição fundamental de entrada na rede e do acesso aos seus “recursos e oportunidades” é a reciprocidade, a capacidade para dar e receber, mesmo se de forma assimétrica (Wagner, 2018, p. 46). Esses recursos e oportunidades são partilhados entre os cientistas – os nós das redes – através das ligações constituídas pelas diversas formas de comunicação entre eles (Wagner, 2018, p. 62), e a que fizemos referência na introdução: citações, coautorias, encontros, mensagens, etc.

A rede global da ciência que emerge nos inícios dos anos 1990 vai crescendo “a ritmo acelerado”, incluindo gradualmente todos os países do mundo (Wagner, 2018, p. 88).

Assim, em estudo sobre a coautoria internacional feito em 2011 (Leydesdorff, Wagner, Park & Adams, 2013), e que atualizava os dados de um outro estudo incidindo sobre o período 1990-2000 (Wagner & Leydesdorff, 2005), os autores concluem que, a partir dos anos 1990, o domínio de um conjunto de nações da Europa Ocidental e dos EUA foi perdendo peso, de modo a que “todas as nações do mundo participam, agora, neste processo de globalização”, constatando-se ainda a existência de “quase 25% dos artigos relevantes coautorados internacionalmente” (p. 92). Por sua vez, Wagner apresenta os seguintes dados relativamente a coautorias:

em 1990, os endereços no banco de dados da *Web of Science* revelaram 172 nomes de países em artigos científicos coautorados internacionalmente. Em 2013, cresceu para 230 nomes de países representados na rede internacional – quase todos os países do mundo. O número de países que participam na rede global aumentou linearmente de 1990 a 2013, mas o número de links de coautoria entre esses países mais do que triplicou. O número médio de ligações por país foi de 11 em 1990; tendo crescido para mais de 36 em 2013. (Wagner, 2018, pp. 88-89)

Formas de colaboração na rede

De acordo com Wagner (2018, p. 4), podemos distinguir diversas formas de colaboração entre cientistas nesta “era colaborativa” da ciência. Essas formas de colaboração são classificadas pela autora a partir de duas dimensões da ciência: a sua organização, e a sua condução e localização (Wagner, 2008, p. 27).

Em relação à primeira dimensão, e consoante o menor ou maior grau de “formalidade do controlo do governo”, a colaboração pode ser classificada como inter-pessoal, por equipa ou corporativa. A forma interpessoal, que se estabelece de baixo

para cima, por iniciativa dos próprios cientistas, constitui a base da maior parte da comunidade científica global; a forma de equipa centra-se em projetos de investigação liderados por um ou mais investigadores responsáveis; finalmente, a forma corporativa envolve o controlo de organismos estatais/nacionais, centrando-se em megaprojetos como o CERN (antigo Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire, hoje Organisation Européenne pour la Recherche Nucléaire, sediado em Genebra, Suíça, e que inclui atualmente 22 estados membros)⁴ e outros.

Em relação à dimensão da condução e localização da ciência, a colaboração científica pode ser localizada, se conduzida numa determinada instituição (o CERN, já referido, é um exemplo), e distribuída, se conduzida em múltiplas instituições.

Combinando estas duas dimensões, a autora distingue quatro tipos de projetos de investigação, que aqui me limitarei a resumir: *projetos de megaciência*, que são corporativos e centralizados (exemplos: Estação Espacial Internacional, Grande Colisor de Hádrons); *atividades geóticas*, que envolvem a partilha de um determinado recurso num local específico, e que incluem características corporativas e não-corporativas, centralizadas e distribuídas (exemplo: centro de investigação internacional no Pólo Sul); *projetos participativos*, planeados de forma corporativa e centralizada, mas desenvolvidos de forma não-corporativa e distribuída (exemplo: o Projeto de Genoma Humano); *projetos coordenados*, iniciados de forma não corporativa e conduzidos de forma distribuída (exemplo: Sistema global de Informação sobre a Biodiversidade) (Wagner, 2008, p. 28).

Ainda segundo a mesma autora, a tendência que hoje se perfila em relação a estas diferentes formas de colaboração científica é a de que, “como uma parte de todas as investigações colaborativas, as atividades distribuídas parecem estar a crescer mais rapidamente que os projetos centralizados” (Wagner, 2008, p. 29).

Luta e concorrência na rede

As figuras da “república das letras” e do “colégio invisível” pressupõem, logo nas suas versões modernas, o ideal de uma comunicação universalista e intercultural.

Contava-se, para isso, com uma *língua franca* que, por não ser de nenhum, podia ser de todos: o latim, que vigorou até aos finais do século XVIII, altura em que começa a ser substituído pelo francês.

4 Informação sobre o CERN retirada de <https://home.cern/>

No entanto, este ideal universalista e intercultural envolve, hoje, uma contradição de fundo: a de se pretender atingi-lo através de uma língua que, sendo apenas de alguns, é imposta a todos os restantes: o Inglês. Mesmo se se considera o Inglês como a nova *língua franca* da ciência, ele não o é da mesma forma que o latim, na medida em que privilegia, à partida, determinados falantes sobre outros, que veem as suas línguas próprias desvalorizadas como línguas de ciência.

Este imperialismo do Inglês está na raiz daquilo a que Burke chama a “troca desigual de textos”, e que se materializa no facto de haver mais textos traduzidos do Inglês para outras línguas do que o contrário, bem como mais textos de Inglês citados em outras línguas do que o contrário – o que, em grande parte, se deverá quer à pressão das instituições nacionais de investigação científica e das universidades para que os seus cientistas publiquem em Inglês, procurando assim subir nos rankings, quer à língua em que funcionam os motores de busca dominantes, a começar pelo Google (Burke, 2012, p. 401).

Assim, e apesar do carácter cada vez mais global e cosmopolita da ciência, não deixa de haver países e regiões do mundo que se encontram (mais) no centro e outros que se encontram (mais) na periferia. No que se refere especificamente aos países Ibero-americanos, isto é, falantes de Português e de Espanhol, um estudo de Leydesdorff, Wagner, Park e Adams (2013, p. 92) mostra que, a nível da coautoria, a relação entre Portugal e Espanha é mais forte do que a com os outros países ibero-americanos, que Espanha assume um papel de ligação entre a União Europeia e a América Latina mais importante do que Portugal, que as relações entre o Chile, o Brasil e a Argentina são mais desenvolvidas com Espanha do que entre si, e que os países de língua que não o Português ou o Espanhol estão fora desta rede Ibero-americana, tal como alguns países da América Central, podendo-se concluir, em termos gerais, que “a colaboração sul-sul permanece periférica quando avaliada a partir da perspetiva global” (os dados dos autores referem-se a 2011).

A rede apresenta-se, deste modo, como um “espaço de concorrência e de luta pela visibilidade” (Fidalgo, 2001), assumindo um carácter claramente neodarwiniano (Serra, 2005).

Mesmo se, até agora, a rede tem sido um dos instrumentos de uma globalização hegemónica, que Ritzer (1993) vê como uma *mcDonaldização* da cultura, essa hegemonia não é uma fatalidade, na medida em que a globalização não envolve apenas hegemonia, mas também contra hegemonia – como o mostram fenómenos como (o facto de que) as culturas (são) híbridas (Canclini, 1997) ou as “esferas públicas da diáspora” (Appadurai, 1996).

Precisamente dentro dessa lógica de contra hegemonia, interessa-me aqui interrogar as condições de possibilidade – uma vez que a sua realidade é indisputável – de redes científicas em língua portuguesa.

Para isso, recorreremos a um estudo de caso: o do estabelecimento de uma rede científica, no campo das Ciências da Comunicação, entre investigadores portugueses da Faculdade de Artes e Letras (FAL) da Universidade da Beira Interior (UBI) e investigadores brasileiros da Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁵. É a descrição do estabelecimento e desenvolvimento dessa rede que se faz em seguida.

A rede UBI-UFBA no campo das Ciências da Comunicação

Podemos situar o início desta rede na realização das Jornadas “Jornalismo Online”, que tiveram lugar na UBI em 21 e 22 de junho de 2002, e em que participaram pela UBI os investigadores António Fidalgo (que coordenou as Jornadas, na sua qualidade de responsável do LabCom – Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-line), Paulo Serra, João Canavilhas, Anabela Gradim, Luís Nogueira e Catarina Moura e, pela UFBA, Marcos Palacios, que na altura se encontrava a fazer uma estadia de pós-doutoramento na Universidade de Aveiro. Os contributos destes investigadores, bem como os dos outros participantes nas Jornadas, foram reunidos no volume intitulado *Informação e comunicação online, Volume I – Jornalismo online* (Fidalgo & Serra, 2003).

Um segundo momento importante para a concretização da rede foi a participação dos investigadores da UBI António Fidalgo e João Canavilhas e da UFBA Marcos Palacios e Elias Machado (este último como convidado especial) no projeto da Rede Ibero-americana de Comunicação Digital (Rede ICOD) intitulado “Comunicadores Digitais”, coordenado por Carlos Alberto Scolari, no âmbito do qual foram realizados trabalhos na UBI no decurso de julho de 2005⁶.

A consolidação da rede dá-se com a atribuição, a Marcos Palacios, de uma Cátedra UBI-FCT-Santander, a desenvolver no LabCom, proposta pelo então Coordenador daquela Unidade de I&D, António Fidalgo. Esta Cátedra, que

5 A cooperação entre a FAL da UBI e a UFBA estende-se também à área das Ciências da Cultura, mas ela não está incluída na descrição que se segue, centrada nas Ciências da Comunicação.

6 Cf. http://www.icod.ubi.pt/pt/pt_proyecto_presentacion.html

decorreu entre 2010 e 2014, traduziu-se na lecionação de seminários em cursos de pós-graduação, em particular no Doutoramento em Ciências da Comunicação e no Mestrado em Jornalismo, na participação em congressos nacionais e estrangeiros como representante da UBI e no proferir de palestras abertas à comunidade ubiana, e não só. O final da cátedra não significou, no entanto, a cessação da ligação de Marcos Palacios à UBI, ao LabCom e à suas pós-graduações em Ciências da Comunicação, mantendo estadias regulares na universidade como Professor Catedrático Visitante, ainda que por períodos umas vezes mais curtos e outras vezes mais longos, oscilando entre os dois meses e um ano.

Neste contexto, em 2013 a UBI e a UFBA estabeleceram um protocolo para a atribuição de um doutoramento em cotutela na área das Ciências da Comunicação, que posteriormente se foi alargando a outras universidades do Brasil.

Os protagonistas e ações referidos constituem um núcleo a que há que juntar vários outros protagonistas e ações, que têm vindo a ser relevantes ao longo dos anos para a manutenção e aprofundamento da rede:

- Realização de vários doutoramentos sanduíche por doutorandos da UFBA no LabCom da UBI (por exemplo Suzana Barbosa, atual presidente da FACOM da UFBA);
- Estadias de pós-doutoramento de professores da UFBA na UBI (por exemplo Annamaria Palacios) e vice-versa (por exemplo António Fidalgo e Eduardo Camilo);
- Inclusão de professores da UBI como pesquisadores associados do PosCom da UFBA (António Fidalgo e Paulo Serra);
- Estadias periódicas de professores e/ou investigadores da UBI na UFBA (por exemplo Eduardo Camilo, Paulo Serra, Hélder Prior, Catarina Rodrigues) e vice-versa (por exemplo Giovandro Ferreira, André Lemos, Adriano Sampaio, Edson Dalmonte);
- Inclusão de professores da UBI como investigadores estrangeiros associados do Laboratório de Jornalismo Convergente (António Fidalgo, na fase inicial; João Canavilhas);
- Desenvolvimento conjunto do projeto FCT-CAPES “Comunicação e Deliberação Democrática no Contexto Luso-Brasileiro”, coordenado pelos Professores João Carlos Correia, pela UBI, e Wilson Gomes, pela UFBA, e que envolveu deslocações e atividades de investigadores de cada uma das universidades na outra;
- Organização de eventos quer na UBI quer na UFBA com a participação de investigadores de ambas as universidades e, nalguns casos, de outras portuguesas e brasileiras;

- Organização de livros em conjunto por professores da UBI e da UFBA (por exemplo Ananamaría Palacios e Paulo Serra; Paulo Serra, Washington de Sousa Filho e Sónia Sá);
- Publicação de livros de professores e investigadores da UFBA nos Livros LabCom da UBI (por exemplo Marcos Palacios, Suzana Barbosa e outros, etc.).

Recorrendo à classificação de Wagner das formas de colaboração entre cientistas, vista atrás, podemos dizer que a rede UBI-UFBA tem envolvido formas de colaboração interpessoal (sobretudo na fase inicial de construção da rede), por equipa (no caso de alguns projetos e atividades levados a cabo) e corporativa (no sentido do envolvimento institucional de ambas as universidades, de Portugal e do Brasil) – sendo umas e outras formas de colaboração conduzidas quer de forma localizada, quer de forma distribuída. No que se refere ao tipo de projetos desenvolvidos, eles têm constituído uma mistura de atividades participativas e coordenadas.

Considerações finais

O caso da rede UBI-UFBA mostra, à sua escala, a forma multimoda e relativamente complexa que pode assumir uma rede científica – e isto no que se refere quer às formas de comunicação entre investigadores, quer às suas formas de colaboração, quer ainda aos projetos e atividades por si desenvolvidos.

Este caso permite-me, também, concluir que, como qualquer outra obra humana, o estabelecimento e a manutenção de uma rede científica implica um certo conjunto de condições subjetivas e objetivas.

Considero, nas primeiras, fatores como a vontade dos participantes, o seu espírito de iniciativa, a constância nas ações, a imaginação de novos caminhos.

Quanto às segundas, elas têm sobretudo a ver com recursos materiais e financeiros: residências e gabinetes nas universidades para acolher os visitantes; dinheiro para a organização de eventos e para custear as deslocações, que no caso (Portugal-Brasil) são bastante onerosas, o que implica ou disponibilizar verbas das instituições ou, ainda melhor, conseguir verbas de projetos específicos (como foi o caso da Cátedra UBI-FCT-Santander ou do projeto FCT-CAPES).

Estas condições subjetivas e objetivas devem ser investidas em ações concretas, que integrem investigadores e outros membros das instituições envolvidas

na rede, nomeadamente as seguintes: publicações (livros, revistas), projetos de investigação, intercâmbio de estudantes de pós-graduação, intercâmbio de docentes e investigadores, organização de eventos científicos, cursos de pós-graduação conjuntos, citações bibliográficas cruzadas. E, apesar de toda a importância que a “interação mediada on-line” (Thompson, 2018) tem vindo a assumir desde os anos 1990, o encontro e a interação face a face continuam a ter um papel decisivo na construção e manutenção das redes científicas.

Mas uma rede científica apresenta também certos riscos potenciais, que ameaçam constantemente a sua existência. De entre esses riscos, há três que me parecem particularmente relevantes.

O primeiro é o da dificuldade em conciliar o tamanho e a coordenação, já que, à medida que aumentam o tamanho e os nós da rede, a sua coordenação torna-se cada vez mais complexa e difícil.

O segundo é que as redes não são apenas de pessoas, mas de (pessoas ligadas a) instituições, pelo que sem o comprometimento destas últimas as pessoas dificilmente conseguem garantir as condições materiais e humanas de que as redes dependem.

O terceiro é que as mudanças de coordenação implicam uma reordenação de poderes que deve ser discutida e aceite por todos, sem o que a rede se arrisca à fragmentação ou mesmo à implosão.

Referências

- ANDERSON, B. (1983). *Imagined communities*. London, New York: Verso.
- APPADURAI, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- AVRAMOV, I. (2019). Letters and questionnaires: The correspondence of Henry Oldenburg and the early Royal Society of London's Inquiries for Natural History. In P. Findlen (Ed.), *Empires of knowledge: Scientific networks in the early modern world* (pp. 161-180). New York: Routledge.
- BOLTER, J. D. & GRUSIN, R. (1999). *Remediation: Understanding new media*. Cambridge: The MIT Press.
- BRIGGS, A. & BURKE, P. (2006). *Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

- BURKE, P. (2011). A República das Letras europeia, 1500-2000. *Estudos Avançados*, 25(72), 277-288.
- BURKE, P. (2012). The Republic of Letters as a communication system. *Media History*, 18(3-4), 395-407. DOI: 10.1080/13688804.2012.721956
- CANCLINI, N. G. (1997). *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- CASTELLS. M. (2001). *The internet galaxy: Reflections on the internet, business, and society*. Oxford: Oxford University Press.
- CRANE, D. (1969). Social structure in a group of scientists: A test of the “Invisible College” hypothesis. *American Sociological Review*, 34(3), 335-352. DOI:10.2307/2092499
- DASTON, L. (1991). The ideal and reality of the Republic of Letters in the Enlightenment. *Science in Context*, 4, 367-386. DOI:10.1017/S026988970001010
- FIDALGO, A. (1996). Os novos meios de comunicação e o ideal de uma comunidade científica universal. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-novos-meios.pdf>
- FIDALGO, A. (2001). Metáfora e realidade ou cooperação e concorrência na rede. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-rede-metaphora-realidade.html>
- FIDALGO, A., & Serra, J. P. (Eds.) (2003). *Informação e comunicação online, Volume I – Jornalismo online*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- FINDLEN, P. (2019). *Empires of knowledge: Scientific networks in the early modern world*. New York: Routledge.
- FUMAROLI, M. (1988). The Republic of Letters. *Diogenes*, 36, 129-152. DOI: 10.1177/039219218803614307
- HARRIS, S. J. (2006). Networks of travel, correspondence, and exchange. In K. Park & L. Daston (Eds.), *The Cambridge history of science* (pp. 341–362). London: Cambridge University Press. DOI:10.1017/chol9780521572446.017
- LATOUR, B. (2000). *Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP.
- Le Goff, J. (2006). *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LEYDESDORFF, L., WAGNER, C. S., PARK, C. H. & ADAMS, J. (2013). International collaboration in science: the global map and the network. *El Profesional de la Información*, 22(1), 87-94. DOI: <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2013.ene.12>
- LIBBY, W. (1917). *An introduction to the history of science*. Cambridge, MS: The Riverside Press.

- MARTINS, M. L. (2015). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 27-56). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- PRICE, J. D. S. (1965a). Invisible colleges and the affluent scientific commuter. In D. J. S. Price (Ed.), *Little science, big science* (pp. 62-91). New York: Columbia University Press.
- PRICE, J. D. S. (1965b). Networks of scientific papers. *Science*, 149(3683), 510–515. DOI:10.1126/science.149.3683.510.
- RITZER, G. (1993). *The Mcdonaldization of society: An investigation into the changing character of contemporary social life*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- ROWLEY-JOLIVET, E. (1999). The pivotal role of conference papers in the network of scientific communication. *ASp* [Online], 23-26. DOI: 10.4000/asp.2394
- SARTON, G. (1952). Introductory essays on science and tradition. In *A guide to the history of science* (pp. 3-66). Waltham, Mass.: Chronica Botanica Company.
- SERRA, P. (2005). Contributos para uma teoria neo-darwiniana da comunicação. In A. Fidalgo & P. Serra (Eds.), *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã, Atas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, Volume 2, Teorias e estratégias discursivas* (pp. 111-120). Covilhã: LABCOM, Universidade da Beira Interior.
- SILVA, L. O. (2002). A comunidade científica nas malhas da rede: Que percepção?. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Número Extra sobre Cultura das Redes, 321-340.
- SNOW, C. P. (1959). *The two cultures*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SPRAT, T. (1667). *The history of the Royal-Society of London: For the improving of natural knowledge*. London: J. Martyn and J. Allestry.
- THOMPSON, J. B. (2018). Mediated interaction in the digital age. *Theory, Culture & Society*, 0(0), 1–26. DOI:10.1177/0263276418808592
- WAGNER, C. S. (2008). *The new invisible college: Science for development*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- WAGNER, C. S. (2018). *The collaborative era in science: Governing the network*. London: Palgrave Macmillan. DOI:10.1007/978-3-319-94986-4
- WAGNER, C. S. & LEYDESORFF, L. (2005). Mapping the network of global science: Comparing international co-authorships from 1990 to 2000. *International Journal of Technology and Globalisation*, 1(2), 185-208. DOI:10.1504/ijtg.2005.007050
- WAGNER, C. S., PARK, H. W. & LEYDESORFF, L. (2015). The continuing growth of global cooperation networks in research: A conundrum for national governments. *PLOS ONE*, 10(7), e0131816. DOI:10.1371/journal.pone.0131816
- WEBSTER, C. (1974). New Light on the Invisible College: The social relations of English science in the mid seventeenth century. *Transactions of the Royal Historical Society*, 24, 19-42. DOI: <https://doi.org/10.2307/3678930>

O TRIUNFO DAS ELITES* OU O ÊXITO DA RETÓRICA

Martins J. C. Mapera**

Chegara mesmo ao ponto de pensar que a escuridão em que os cegos viviam não era, afinal, senão a simples ausência da luz, que o que chamamos cegueira era algo que se limitava a cobrir a aparência dos seres e das coisas, deixando-os intactos por trás do seu véu negro. Saramago (2016, p. 21)

Resumo

Este artigo analisa a noção da retórica enquanto artefacto de construção discursiva que se revela de múltiplas formas na literatura contemporânea. Desta forma, demonstra-se que esta ideia não só foi marcante nos percursores das literaturas africanas em língua portuguesa, como continua presente no universo literário dos escritores moçambicanos da chamada geração II mil. Com efeito, parte-se da premissa de que o exercício retórico, concretizado através da anglicização das utopias e distopias na obra *Moçambique com Z de Zarolho* (2018), de Manuel Mutimucuío, denota os mecanismos de efabulação a que o escritor recorre para a invenção e valorização das peculiaridades estilísticas.

Palavras-chave: Retórica; estilística; anglicização e utopias

* Esta expressão que rotula o presente artigo é título de um capítulo da obra *Moçambique com z de zarolho*, de Manuel Mutimucuío.

** Martins José Chelene Mapera, moçambicano, Doutor em Estudos Culturais pelas Universidades de Aveiro e do Minho, Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades, na Universidade Zambeze, professor de Sociologia da Cultura, no Curso de Doutoramento em Língua, Cultura e Sociedade, lecciona os módulos de Literatura Cabo-verdiana e Guineense e Interações e Práticas Discursivas nos cursos de mestrado e doutoramento, da Universidade Pedagógica. Lecciona, igualmente, as disciplinas de Linguística do Discurso e Português Avançado, no curso de mestrado em Literatura e Língua Portuguesa; Semiótica, Semiologia da Comunicação e Imagem do Discurso, no curso de licenciatura em Ciências da Comunicação, na Universidade Zambeze. Publicou vários artigos científicos pela revista *Forma Breve*, da Universidade de Aveiro, publicou *Realismo e lirismo, em Terra sonâmbula, de Mia Couto, e Chuva braba, de Manuel Lopes* (2015), tese de Doutoramento; *Poema aberto e a tela da diversidade* (2017); *Cinzas de cão: ensaios críticos de literatura* (2018). Artigo desenvolvido no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia Universidade Zambeze, Moçambique.
E-mail: jose.mapera@ua.pt

A retórica como fundamento estilístico na literatura

Quando li a frase de José Saramago, escrita no século passado, fiquei cheio de interrogações. Um dos questionamentos era saber como seria possível, na atual geração de eruditas, apresentar e traduzir, sem dissimulação, uma escrita eloquente, robusta, de raça. A frase citada que pertence a um dos maiores ficcionistas de língua portuguesa soava-me aos ouvidos com certa indiscrição retórica. Nisto tudo, cabe uma explicação que não pode ser negligenciada. Na história da cultura europeia, por exemplo, e, conseqüentemente, no caso português, a filosofia anti-retoricista surge contra o retoricismo dos séculos XVIII e XIX, decorrente da revolta dos autores mais liberais e criativos, contra a pedagogia da retórica pela retórica. Melhor dizendo, havia uma aversão à imposição de uma técnica como fim em si própria: a técnica aristotélica da arte poética, fundamentada, essencialmente, na mimese. Os resultados dessa revolta repercutem-se na contemporaneidade. A retórica foi, desde sempre, uma disciplina normativa e formativa dos espíritos novos. Ela é usada não só com a finalidade de convencer e persuadir, mas também com o intuito de deleitar o leitor ou o ouvinte através de figuras e de tropos, aplicados para enfeitar conceitos e tornar a frase consonante (cf. Fernandes, 2004, p. 11)¹. Frequentes vezes, a leitura de textos escritos com fundamento em recursos retóricos levava a que autores e oradores se ocupassem de discursos vãos e desprovidos de conteúdo, para agradar a auditórios inúteis. Correlativamente, esta pedagogia fazia com que o objeto de estudo do texto literário fosse, essencialmente, a retórica, a estética, como nos ensina Roman Jakobson, na passagem seguinte: “o objeto da ciência da literatura não é a literatura, mas a literariedade, isto é, o que faz de uma determinada obra uma obra literária” (Aguiar e Silva, 2018, p. 15).

O que se pretende mostrar é, com alguma razão, e como bem disse Raul Manuel Fernandes, que a retórica é um processo assimilado, de geração em

1 Raul Miguel Fernandes escreve, no dia 22 de Agosto de 1970, o prefácio à edição portuguesa da obra de Henrich Lausberg, intitulada *Elementos de Retórica Literária*. Nesse prefácio, Fernandes faz um ensaio perfeito sobre a retórica, elucidando as causas que motivaram a abolição do seu estudo, sobretudo no século passado, sob pretexto de que pela eliminação da disciplina “se deixaria de pôr em perigo o bom gosto e a integridade mental das gerações de estudantes do estilo” (Fernandes, 1970, pp. 7-11). O certo é que, ainda hoje, é impossível ignorar a Retórica, como arte de palavra, sobretudo nos estudos filosóficos, na cultura, no direito, nos estudos sociológicos, na política, na antropologia e na religião.

geração, geralmente, “inconscientemente”, que se manifesta na literatura de forma pragmática e idiossincrática.

Inconsciente ou não, ela é, inevitavelmente, um processo que se manifesta de forma mais diversa na contemporaneidade. Ainda assim, hoje, a retórica não se configura como um objecto da retórica, pelo contrário, a sua utilidade centra-se na necessidade de melhor compreender as maneiras como o escritor “tenta” valorizar o estilo peculiar. Esta preocupação é notória na escrita literária dos escritores moçambicanos, dos que ousou chamar geração II mil.

António Manuel Ferreira diz, no primeiro parágrafo do texto “Sátira e lamento: os contos de João Melo”, que “nas literaturas africanas escritas em português, a história e a política são (...) duas estruturas semânticas fundamentais” (Ferreira, 2017, p. 385). Afirmo isso, com certa acuidade, porque durante os longos anos de dominação cultural, a literatura tinha definido a sua linha de orientação para a construção de temáticas que funcionavam como pressupostos de emancipação, simultaneamente, com “as tentativas de elaboração dos contornos teóricos da nacionalidade” (Ferreira, 2017, p. 385).

Quem lê, por exemplo, João Albasini, fica, muito provavelmente, com essa noção da geração de escritores preocupados com o nacionalismo e com a emancipação, bem clara. Vejamos uma passagem escrita numa missiva ao Governador Geral Freire d’Andrade², por Albasini: “não me interessa senão a boa administração porque eu sou filho d’esta desgraçada província, porque eu quero o meu país (sic) em prosperidade” (cf. Braga-Pinto & Mendonça, 2012, p. 79). As considerações de João Albasini, datadas de 1909, questionam a ação do colonialismo e são um claro protesto dirigido ao governador, por causa dos maus tratos a que os “desgraçados presos” do sistema escravagista em Inhambane³ estão sujeitos. Nesse protesto, há um questionamento impecável, feito ao chefe de gabinete de António Ennes: “a humanidade caminha para a perfeição?” (Braga-Pinto & Mendonça, 2012, p. 79). Segundo julgo, esta interrogação sintetiza a formulação de uma retórica enérgica elaborada por João Albasini, suscitando, na altura, o desenvolvimento de uma consciência de luta pela liberdade e pela independência cultural e social.

2 Cf. nota número 91 da obra intitulada *João Albasini e as luzes de Nwanzengele: jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*, compilada por César Braga-Pinto e Fátima Mendonça.

3 Inhambane foi a *maison des esclaves*, um posto de passagem fundamental devido à sua localização estratégica junto ao mar. Em Inhambane havia três postos principais, nomeadamente: Inhambane Céu, Maxixe Velha e Coche, em Morrumbene.

Consequentemente, e sobretudo no período pós-independências [cito aqui José Eduardo Agualusa, de Angola, com a sua *Teoria geral do esquecimento* (2012); Germano Almeida, de Cabo Verde, que publicou, em 2010, um romance estupendo intitulado *A morte do ouvidor*, reportando um caso historiográfico de 1761; de Moçambique, surgiram vozes sonantes, como José Craveirinha, com uma obra poética vasta; os contistas e romancistas Mia Couto, Paulina Chiziane, Ungulani Ba Ka Kosa, e muitos outros escritores militantes das revistas culturais *Charrua* e *Xiphexo*, assim como de autores novos, que fazem parte da geração II mil], a atividade artística e cultural tornou-se num campo de produção diversificada e afigura-se essencialmente interessante a que retoma a história, a política e a cultura como instrumentos de observação e questionamento. Tornou-se, por assim dizer, num cosmos de pura transição de um percurso de afirmação altamente contemplativa e eminentemente politizada do espírito do povo para a formação do espírito do tempo que, tendo igualmente características políticas, amplia o campo de indagação, convocando as áreas de Antropologia, religião, ética, Filosofia, Sociologia e também das ciências literárias. E é no livro *Moçambique com z de zarolho*, de Manuel Mutimuciuo, publicado em 2018, que melhor se certifica a persistência temática, que permite reconfigurar as questões histórico-político-filosóficas da sociedade moçambicana.

A anglicização da retórica

A capa do livro de Mutimuciuo dialoga, perfeitamente, com o título que é uma das construções bastante sugestivas e arrojadas das produções literárias da geração II mil. A criatividade com que se construiu o título configura uma das formas insípidas de titulação de um livro romanesco, porquanto, curiosamente, ao longo dos capítulos não há nenhuma passagem que retome, de forma clara, a expressão “Moçambique com z de zarolho”. Porém, os contornos semânticos e os movimentos diegéticos neles plasmados remetem, sem dúvida, a conclusões problemáticas sobre o território romanesco e desconstroem os significados expressivos efabulados pelo título.

A noção de braquimetropia tem, por conseguinte, um conteúdo inteiramente político, que só pode ser corretamente percebido se tivermos em conta a relevância da história na obra do autor. Embora o termo “zarolho” não apareça ao longo do texto, o facto de ser usado para título do romance acaba por gafar o sentido global

da obra. E é interessante o aproveitamento que se faz da consoante palatina “z” na ortografia da palavra “Mozambique” na versão inglesa, como que para atestar o desejo do presidente da república de tornar o país anglo-saxónico. Este desejo vem, até certo ponto, materializar os objectivos de adesão de Moçambique à organização dos países da Commonwealth, desde 1995. Contudo, note-se que, se bem que resulte de um processo criativo, a rendibilização semântica da história não é negligenciável, porquanto “zarolho” é um termo muito forte, que sintomatiza, na minha opinião, o êxito da retórica decorrente de uma caligrafia complexa à luz dos traços da sua simplicidade, e percebemos verdadeiramente o seu significado quando terminamos a leitura do capítulo intitulado “O triunfo das elites”, sendo obrigados, então, a reconsiderar o livro na sua globalidade. O pragmatismo semântico é a característica principal do texto romanesco do autor, se considerarmos, por outro lado, a clareza demonstrada no seu primeiro romance *Visão*, publicado sob a chancela da Editorial Fundza, em 2017.

Para compreendermos a importância do romance como instrumento operante da comunicação, retomo um parágrafo importante da obra *Realismo e Lirismo em terra sonâmbula, de Mia Couto, e Chuva braba, de Manuel Lopes*, de Martins Mapera:

quando se está perante o romance, a percepção que se tem da mensagem *a priori* não é a conceção de literatura, muito menos do significado “romance”, mas as palavras e a sintaxe de um sistema que é a língua utilizada como instrumento de comunicação pelo homem comum no interior de uma comunidade linguística. (Sodré, citado em Mapera, 2015, p. 95)

A percepção da mensagem romanesca permite entender, de forma clara e irrefutável, o grau de consciência que os espíritos mais sublimes da arte têm do conteúdo, ou a sua percepção da imaterialidade do texto, e como mesmo eles são incapazes de chegar à intuição da verdade e da objetividade.

Em *Moçambique com z de zarolho*, por exemplo, Mutimuciuo fala de uma hipotética discussão que se deu na assembleia da república em torno do tema sobre a “Lei do Renascimento de Moçambique”, que levou alguns intervenientes a perderem a esperança de desenvolvimento. Esse incidente parlamentar – a transformação do “Inglês para língua oficial de Moçambique” – conduz os deputados a darem conta de que “a maior parte da população merece ter o domínio da cultura” e “esta lei, infelizmente, deixa-as desprovidas até de identidade” (Mutimuciuo, 2018, p. 31).

Falando desse epifânico projeto de lei, o narrador axial do romance transmite claramente a ideia de que a discussão deriva do facto de que acabava de ascender ao poder um governo “tecnocrata”, constituído por ministros e por um presidente portadores de “diplomas de doutoramento” (Mutimucuiu, 2018, p. 25), bem como havia um “ninho de moçambicanos que trabalhava em multinacionais e organizações não-governamentais” (Mutimucuiu, 2018, p. 33). Porém, segundo o entendimento de alguns deputados, a regalia que a minoria detém “não pode condicionar o futuro de todos os moçambicanos” (Mutimucuiu, 2018, p. 33).

Ora, é precisamente esta consciência da complexidade da condição política, social e cultural que orienta o debate a um nível desumano na assembleia da república, que se torna, ao fim e ao cabo, num fator condicionador da situação humana dos moçambicanos. O conceito de “renascimento moçambicano”, não raras vezes referido nos discursos políticos, é explicado da seguinte forma na obra, pelo presidente da assembleia da república:

desde os tempos da Linha da Frente, do exílio na Tanzânia e na Zâmbia, nas relações das nossas famílias que atravessam as fronteiras do Zimbabwe, Malawi, Suazilândia, África do Sul, o Inglês faz parte de nós. Foi um instrumento de luta contra o colonialismo português e une a família da África Austral que foi dividida pelas linhas da agressão colonial europeia. Hoje, o Inglês é a língua oficial de 54 países do mundo, 44 outros países e territórios usam-no como língua primária. Com o Português, fazemos parte de um clube de 8 países e um território. Compatriotas, os números não mentem. Neste tipo de debate vale sempre a pena buscar exemplos. O Ruanda passou por esta experiência, tendo sido colónia francesa. Para reforçar a integração regional com o Uganda, o Quênia e a Tanzânia, acolheu o Inglês e hoje é uma das nações respeitadas de África. Caros compatriotas, Portugal deve continuar a ser o nosso amigo, mas nós também somos amigos da China e não falamos ou pretendemos falar mandarim como língua oficial do nosso país. (Mutimucuiu, 2018, p. 36)

É certo que a rendibilidade discursiva do posicionamento presidencial nas suas diferentes dimensões semânticas, que apenas se mostram à intuição linguístico-cultural – melhor, à experiência cultural da realidade dos países vizinhos –, não se enquadra na realidade do país, porquanto num caso (o facto de alguns moçambicanos se exilarem em certos países da região) somos levados ao abismo público, considerando que não se pode tomar o exemplo como um paradigma de expatriação de uma nação; no segundo (outros países e territórios usam-no

[o Inglês] como língua primária) levanta-se a velha discussão do plurilinguismo, considerando que em Moçambique, nem o português consegue ser língua materna de maioria da população e, finalmente, no terceiro, consubstancia-se o argumento na base do qual se funda a crítica basilar do romance. Explica-se então o “Renascimento de Moçambique” como plataforma fundamental do “triumfo das elites”, porque, segundo o narrador principal da história, “parecia ir na contramão” (Mutimucuiu, 2018, p. 64) do mito fundacional de Eduardo Mondlane, segundo o qual era preciso conhecer o “feitiço do homem branco” (Mutimucuiu, 2018, p. 64) para alcançar a liberdade, o que passa por aprender a sua língua e ler os seus livros que escondiam os fundamentos da sua dominação.

O discurso do presidente termina com uma informação anedótica, mas muito semanticamente profunda:

quando estava a estudar na Inglaterra, os bolseiros de outros países africanos eram numerosos e eram predominantemente oriundos de zonas rurais. Escuso-me dizer que os moçambicanos perdem inúmeras oportunidades de bolsas de estudos para melhores universidades do mundo porque os patrocinadores simplesmente não conseguem encontrar candidatos fluentes em Inglês. A outra realidade triste é que os poucos que reúnem estes requisitos tecnicamente não precisam de bolsas, de outra forma não teriam frequentado o ensino em escolas internacionais. (Mutimucuiu, 2018, p. 37)

O aspeto de adoção do Inglês como língua oficial, um dos mais estritos e objetivos manifestos de uma realidade vital, revela-se de forma clara pela primeira vez numa obra literária, surgindo como uma nova perspectiva de debate da complexa discussão sobre o futuro, na base de um argumento raro de que o “colono de hoje é invisível” (Mutimucuiu, 2018, p. 65). A limitação das considerações de Eduardo Mondlane reside, porém, no facto de pensar que a partir da aprendizagem e domínio da língua portuguesa se podia dominar a complexa estrutura do mundo. Essa conceção era válida nessa altura, considerando que a realidade não se mantém estática para todos os tempos. E é no seguimento da sofisticação do tempo que o parlamento romanesco proclama os benefícios do renascimento moçambicano.

Trata-se, pois, de um trabalho paradigmático de indagação político-sociológica, porquanto recorre à estética clássica para questionar e maquinar dúvidas sobre uma realidade aparentemente inusitada, acendendo uma discussão retórica muito interessante no contexto sociopolítico moçambicano. Como o assunto é de dimensão social muito grande, a discussão inicia-se na casa do deputado Djassi,

envolvendo Paloma, sua esposa, os filhos Kevin e Quest e o empregado Hohlo, cujo enredo exemplifica o enraizamento do sistema de divisões clássicas, como está expressamente patente na passagem seguinte: “o dono da casa respondeu de forma calorosa, mas ao não precisar reciprocamente o ‘bom dia’ deixou claro como estavam distribuídas as relações de poder” (Mutimucuo, 2018, p. 17). Ao nível da nomenclatura, a discussão tem origem na figura do presidente da república, coadjuvado por alguns parlamentares, incluindo o respetivo presidente da assembleia. Porém, há muito ceticismo sobre a utilidade da lei, que se manifesta, ao nível do texto, através da aplicação de estratégias retóricas.

Se pretendêssemos enveredar pelos trilhos de certas teorias hodiernas, talvez pudéssemos dizer que o parlamento é um espaço político alienado – e é, não há dúvida – sendo a discussão da lei do renascimento a sustentação de um pensamento que não permite a consolidação da identidade moçambicana, porque não valoriza a herança cultural e muito menos as línguas nacionais de origem bantu.

Tudo isto é importante para quem entende a literatura como um campo de conhecimento que não se restringe aos mecanismos esteticistas e clausurantes. Mas, porque não existe uma teoria que satisfaça as minhas inquietações, sou a favor de muitas – como dizia, mais ou menos, António Manuel Ferreira a propósito da homossexualidade. O que me importa é o caso humano, independentemente das teorias canonizadas. Por isso, está claro que a verdadeira vítima do episódio atinente ao “renascimento moçambicano” não é a personagem Djassi, ou os parlamentares que o apoiavam, mas o povo, os desfavorecidos representados no romance pelos empregados domésticos, como Hohlo e Saquina, pois são eles que continuam com restrições de acesso à informação e a todo o sistema de desenvolvimento que depende essencialmente do domínio da língua, bem como dos privilégios intrínsecos ao trabalho condigno. Vejamos esta passagem textual muito interessante para elucidar o nível de frustração de Djassi após a aprovação oficial da lei do renascimento:

o governo havia designado espaços de tolerância onde ainda se podia falar Português ou qualquer outro idioma local (...) Quando, entretanto, as buscas atingiram a cidade cimento, Djassi fugiu com a família para África do Sul. Não conseguiu asilo político porque o governo local não queria irritar Maputo, mas fruto da boa vontade de um conhecido conseguiu um local para se abrigar até que tempos mais calmos voltassem à Pérola do Índico. (Mutimucuo, 2018, p. 43)

Como consequência imediata das deliberações parlamentares, a frustração não afectou somente a Djassi, que foi “incapaz de influenciar” (Mutimucuiu, 2018, p. 42) a decisão sobre um aspecto que acreditava ter o supremo interesse nacional, mas, igualmente, a Cebola, seu motorista, que esperou, “sem se irritar”, enquanto o patrão dormia o sono do desencanto, no carro, após o chumbo dos seus argumentos no parlamento e, obviamente, ao empregado Hohlo, que perdeu o precioso emprego doméstico, vendo-se “abandonado em um universo de ruas sem saída”⁴ e sem esperança de alcançar o domínio da língua portuguesa como pressuposto de ascensão social.

A fuga do deputado Djassi para a África do Sul foi o apogeu da revolta, na medida em que ele defende os interesses das minorias, dos bairros de alta incidência de analfabetismo. Contrariamente, ao nível de família, a aprovação da lei favoreceu ao menino Kevin, que já estudava numa escola de “gestão indiana em que todo ensino era ministrado em inglês” (Mutimucuiu, 2018, p. 18) e à própria esposa – Paloma – que tinha conseguido um trabalho, cujo marido não o conhecia, a partir do qual acumulou riqueza suficiente para a sobrevivência emocional.

A retórica do linchamento das utopias

Num tom mais plangente e perfeitamente assertivo, *Moçambique com z de zarolho* surge como um instrumento de questionação sociológica, corporizando vários temas. O ludismo semântico do romance começa logo no recurso ao termo “zarolho” como adjectivação essencial não só de Moçambique, colónia portuguesa, mas, igualmente, e de forma indireta, dos países africanos colonizados pela Inglaterra; e continua através de um processo de caracterização das línguas e das personagens, desvendando a situação social e cultural de cada uma, por meio de selecção de palavras precisas e como que encantadas com a sua precisão. Portanto, Moçambique e os países de expressão anglo-saxónica distinguem-se pelo valor da língua do colonizador. A notícia sobre a substituição do Português pelo Inglês gerou uma “luta entre classes sociais”, porque representava a alteração de *status quo* (Mutimucuiu, 2018, p. 26) da ala conservadora que via na mudança algo utópico e prejudicial para o país.

4 Cf. o prefácio do romance *Moçambique com z de zarolho*, escrito por Oz Iazdi.

Esta forma de escrever o romance encontra analogia no intertexto das literaturas de fratura temática que conciliam a pertinência dos eventos e a expressão artística. O último capítulo do romance, por exemplo, demanda um certo realismo integral circunscrito na temática dos “linchamentos”. E pensando na atenção que Manuel Mutimucuiu presta ao quotidiano da vida, não apenas no trabalho literário, mas também na sua atividade como ativista da Visão Mundial e estudioso de governação e de desenvolvimento, não seria estranho que o texto tratasse da questão dos “linchamentos”, considerando que a realidade moçambicana é fundamentalmente assinalada por problemas políticos e antropológicos, que constituem principais preocupações das Ciências Sociais e Humanas. Insistindo, ao longo do texto, na necessidade de acentuar a natureza mais desoladora das personagens, o escritor delinea um universo humano repleto de tons sombrios, permitindo, no entanto, uma espécie de resgate do real e da estética, através da mobilização e da reconfiguração dos preceitos realísticos. O enredo sobre o linchamento põe à tona a fragilidade dos órgãos de segurança no território romanesco, fazendo com que as pessoas percam confiança e recorram à justiça pelas próprias mãos. Vejamos a discussão seguinte, que denota amplamente o nível de extenuação das pessoas:

polícia? Polícia? Este gajo não conhece a polícia. Apesar de agora serem chamados “Police” não mudou nada. Vão chegar aqui e esse patrão, que parece estar cheio de taco, vai orientar os gajos e o caso vai morrer antes de ter nascido. (Mutimucuiu, 2018, p. 122)

Friedrich Nietzsche, no seu clássico ensaio *A vontade de poder*, tem o cuidado de frisar, de forma pragmática, o seguinte: “as pessoas satisfazem-se com uma exigência *maior* à sua credulidade e fé, com uma renúncia a todo o direito de raciocínio quanto ao exame do seu credo, como um ‘Ideal’” (Nietzsche, 2012, p. 140). Ora, no fragmento extratado do romance, não existe confiança e fé pelo trabalho da “police”, pois, na ótica das personagens, o “caso vai morrer antes de ter nascido”, porque, apesar da mudança do sistema com o advento da lei de renascimento moçambicano, “não mudou nada”. O fragmento apela a um momento de reflexão sobre o comportamento do sistema de segurança assim como da estrutura orgânica das forças da lei e ordem.

O narrador compraz-se na arte manipuladora da realidade, obrigando o leitor a imiscuir-se na efabulação e encarnar as características e os sentimentos das personagens, não negligenciando, entretanto, o encadeamento lógico dos eventos. A temática de “linchamento” torna-se, por assim dizer, num substrato ancilar

das contradições sociais geradas pela confluência de interesses diegéticos do romance. Foi, obviamente, por causa desses interesses que a personagem Hohlo foi tacitamente confundida com um violador de mulheres e raptor de menores, e sofreu as consequências que, habitualmente, a sociedade adota em circunstâncias similares, principalmente nas zonas urbanas do território romanesco.

A visão realística manifesta-se, sobretudo, no tratamento das personagens e dos episódios romanescos. Atente-se, por exemplo, na maneira como é apresentada a história final, que é também da personagem Hohlo no início do nono parágrafo:

suprimida a boca inibidora de mea-culpa de Marcos, a multidão ganhou sentido de propósito e preparou-se para linchar o violador de mulheres e crianças indefesas. Uma adolescente sugeriu uma medida cirúrgica à medida que a implementava. De dois recipientes de óleo de 5 litros, regou a casota de Hohlo com petróleo. Enquanto o combustível escorria entre as chapas e ocasionalmente ripas de madeira, a multidão, em uníssono, gritava “Muhisse! Muhisse! Muhisse!”. A euforia desfaleceu, no entanto, quando não se conseguiu produzir lume para terminar o trabalho (Mutimucuiu, 2018, pp. 122-123).

A desvalorização da pessoa humana participa do intuito geral de representação da personagem com contornos de distorção grotesca, como acontece no breve retrato da desgraça do empregado de Djassi, em virtude de ter perdido o seu único emprego com a aprovação da lei de renascimento moçambicano. A desgraça ficou ainda mais acentuada quando soube que, aos 27 anos de idade, “era muito velho para o Estado apostar em si” (Mutimucuiu, 2018, p. 101). Os problemas de falta de emprego no país são desvendados como um sentimento profundo de pobreza das personagens. Apesar de não se ter conseguido “produzir lume para terminar o trabalho”, a lição fundamental que fica deste episódio é que o renascimento aludido não significa somente a mudança da língua portuguesa para o inglês, mas também a moralização da sociedade, pois, como sentenciava uma das personagens femininas, “de contrário, falar inglês com os mesmos hábitos e valores de ontem, equivale a colocar batom numa porca” (Mutimucuiu, 2018, p. 120).

No romance de Mutimucuiu, tornou-se claro que o impulso geral do mundo ficcional teria mais consequências e seria mais capaz de adaptar o futuro do que todos os acontecimentos políticos, desde o renascimento africano ao renascimento moçambicano. A ligação específica de todas as ideias do romance com

o contexto atual dos paradigmas políticos e económicos permite-nos pensar que desde a obra de René Dumont, como afirma Alfa Oumar Diallo, no artigo “Renascimento Africano e Desenvolvimento” (2011, p. 98), “a África negra partiu mal”, e tendo em conta a recente literatura sobre o futuro da África, principalmente as referências das instituições de Bretton Woods face aos desafios do século XXI, do Banco Mundial, e, de outro lado, as teorias dos líderes políticos africanos, a África constitui uma interrogação constante para os estudiosos, observadores políticos e ficcionistas.

Referências

- AGUIAR E SILVA, V. M. (2018). *Teoria da literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.
- BRAGA-PINTO, C. & MENDONÇA, F. (2012). *João Albasini: e as luzes de Nwanzengele – jornalismo e política em Moçambique 1908-1922*. Maputo: Alcance Editores.
- DIALLO, A. O. (2011). Renascimento Africano e Desenvolvimento. *Revista Conjuntura Austral*, 2(6), 92-120. Retirado de <https://doi.org/10.22456/2178-8839.20575>
- FERNANDES, R. M. R. (1979). Prefácio à edição portuguesa. In L. Heinrich, *Elementos de retórica literária* (pp. 7-11). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, A. M. (2017). Sátira e lamento: os contos de João Melo. In A. M. Ferreira (Ed.), *Forma breve 14: o conto, o cânone e as margens* (pp. 385-390). Aveiro: Departamento de Línguas e Culturas (DLC).
- IAZDI, O. (2018). Prefácio. In M. Mutimucuiu, *Moçambique com z de zarolho* (pp. 7-8). Beira: Editorial Fundza.
- MAPERA, M. J. C. (2015). *Realismo e lirismo em Terra Sonâmbula, de Mia Couto, e Chuva Braba, de Manuel Lopes*. Lisboa: Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora (CEMD).
- MUTIMUCUIO, M. (2018). *Moçambique com z de zarolho*. Beira: Fundza.
- NIETZSCHE, F. (2012). *A vontade de poder*. Lisboa: Alfanje Edições.
- SARAMAGO, J. (2016). *Ensaio sobre a cegueira*. Amadora: Leya, SA.

CULTURA E DEMOCRACIA: PENSANDO A RELAÇÃO A PARTIR DO JOGO TENSIONAL ENTRE *ESTADO* E *SOCIEDADE CIVIL*

Urbano Sidoncha*

Resumo

Postulando um horizonte de indeterminação como solo em que se deixa enraizar a relação entre cultura e democracia, este trabalho pretende explorar sistematicamente a possibilidade de encontrarmos na própria ideia de democracia um dos estabilizadores de sentido para o conceito de cultura, a ser procedente a leitura de que há nele uma necessidade premente de permanência e de estabilidade. Ao restringirmos metodologicamente a democracia à sua compreensão de regime político e forma de governo cuja expressão orgânica se projeta num Estado, este último assume-se como um fator adicional de determinação a considerar nesta relação dialógica com a cultura, obrigando-nos a ponderar os seus limites, endógeno e exógeno. Esse será terreno fértil para explorar um novo ângulo de análise: a relação entre cultura e democracia, que é aqui, como foi dito, o problema da relação entre o Estado democrático e a cultura, poderá agora ser apreciada em toda a sua extensão a partir da clássica relação entre Estado e Sociedade Civil. No perímetro dessa relação, a intuição de que a cultura permitirá encontrar alguma forma de síntese para o permanente jogo tensional entre Estado e Sociedade Civil será colocada à prova, com pretendidos benefícios para a compreensão da relação, aqui explicitamente convocada, entre cultura e democracia.

Palavras-chave: Cultura; democracia; Estado; Sociedade Civil

* Urbano Sidoncha é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorado em Filosofia Contemporânea pela mesma Universidade. Professor auxiliar da Faculdade de Artes e Letras da UBI, foi o primeiro Diretor do Curso de Ciências da Cultura da UBI, cargo que exerceu entre 2013 e 2015, e Diretor do Curso de Filosofia de 2009 até 2016. É atualmente Diretor do Mestrado em Estudos de Cultura. Investigador integrado do LabCom.IFP, tem diversos trabalhos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. É autor do livro *Do Empírico ao Transcendental – A Consciência e o Problema Mente/Corpo entre o Materialismo Reducionista e a Fenomenologia de Husserl* (FCG/FCT, 2011) e editor dos livros *Metamorfoses da Cultura* (Nova Vega, 2017), *Cultura(s): Definições, Desafios, Percursos* (Ed. LabCom.IFP, 2018) e *Sobre Suspeita e Culturas de Desconfiança – Fundamentos e Práticas* (Minerva, 2018).
Universidade da Beira Interior, Portugal.
E-mail: umestre@ubi.pt

Antecedentes

O título deste trabalho apresenta-se sob o signo do complexo. Outra coisa não seria de esperar quando os termos que o compõem são dois exemplos certos de uma certa indeterminação quanto ao grau lógico que os define, mergulhando-os, *ab initio*, numa teia bem urdida de complexidades, aqui eufemismo de confusão e da mais impenetrável das obscuridades. A ligação entre cultura e democracia, antes de qualquer outra coisa, requer uma discussão mais funda sobre os termos da própria conjunção. Sem ela, a aporia é uma ameaça permanente. Não menosprezemos, porém, os putativos méritos de uma estratégia outra, alternativa, pensada numa ótica horizontal, em que é precisamente da relação de dois fenómenos indeterminados que nasce uma síntese a que poderíamos chamar, *de jure*, “conhecimento”, isto é, que faz da indeterminação inicial a condição indispensável para produzir o *efeito da determinação* (justamente apodado de *conhecimento*) que se espera. A ser esse o caso, o facto de operarmos com dois conceitos semanticamente ambíguos, plurissignificativos, seria a pedra de toque da estratégia que interpreta o conhecimento como processo de “desocultação” (*ἀλλήθεια*, como dizem os gregos), i.e., que vê na indeterminação inicial dos fenómenos a condição que nutre e vivifica o processo de síntese, da atividade judicativa, onde virá finalmente a constituir-se, pleno de garantias de legitimidade, o conhecimento que assim, e apenas assim, se diz autêntico. Este pequeno intróito, de inspiração kantiana, serve apenas para sensibilizar o leitor para a inusitada oportunidade de um título, mesmo quando nele, ou a partir dele, não se vislumbra uma estratégia coerente e segura. Partiremos, pois, de uma suposta evidência – empírica, forjada numa realidade concreta e tangível – de que há um elo inquebrantável entre cultura e democracia para questionarmos se a democracia é, afinal, um dos traços de identidade de uma cultura na sua interminável busca de estabilização de sentido.

A interseção entre estes dois conceitos, que o título simultaneamente promete e postula, pode, aliás, ser convocada de diversas formas, e todas elas justificariam um ensaio autónomo. No lançamento deste trabalho sinalizámos, de resto, algumas. O constrangimento que aqui nos tolhe o passo será, pois, o de escolher um ângulo cuja moldura argumentativa possa ser projetada e discutida com a coerência que uma incursão breve autoriza, uma empreitada certamente condenada ao fracasso. O abraço luso-brasileiro que esteve na origem do Congresso¹ que inspira

1 O movimento dos Congressos Internacionais sobre Cultura teve o seu início em 2015, com a realização da primeira edição a ter lugar na UBI, a pretexto e como resultado da parceria académica então estabelecida entre a UBI e a Universidade Federal da Bahia. Essa parceria institucional conta

este texto levou-nos, entretanto, a sinalizar como tema de reflexão um objeto mais definido e devidamente expurgado de possibilidades hermenêuticas secundárias, forjado, portanto, na concretude das experiências dos dois países que se unem no abraço que há pouco referíamos, Portugal e Brasil. Ocupar-nos-emos, pois, da discussão de um certo sentido “tubular” da democracia, liminarmente entendido como *instrumento de afirmação de um Estado de cultura* e, simultaneamente, tomando como caso exemplar a experiência recente do Brasil, sobre o sentido de uma cultura que se autocompreende como *instrumento de estabilização da própria democracia*. Nesse ínterim, virá à superfície a tensão sobreveniente numa compreensão do Estado democrático simultaneamente como *produto e produtor* de cultura, tema que deixaremos, por ora, vacante.

Estado democrático e cultura: a emergência da Sociedade Civil

Com efeito, uma forma linear e aparentemente neutra de tratar a relação que o título anuncia, considerada essencialmente a partir do eixo temático “Cultura e desenvolvimento”², seria pensá-la convocando precisamente como elemento mediador o conceito de “desenvolvimento”, seguindo para o efeito esta intuição muito simples: cultura e democracia são os ingredientes a partir dos quais deve ser pensado um conceito de desenvolvimento em sentido pleno, autêntico, com isso traduzindo a tese, que de resto encontrará forte respaldo intuitivo, de que todo o desenvolvimento, se quer ser apodado como tal e se quer, ademais, projetar-se na sua face autêntica, deve ter uma robusta dimensão cultural ou fenomenalizar-se numa expressão fortemente cultural³. Numa tal aceção, a própria democracia, entendida genérica e despretensiosamente como sistema da lei e da ordem que simultaneamente promove e cuida da garantia das liberdades individuais, insinuar-se-á neste rascunho como sua derradeira condição de possibilidade.

hoje com quatro Universidades, com a associação da Universidade do Minho e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

- 2 Seria esse, aliás, o tema do painel em que este trabalho foi apresentado.
- 3 “O êxito de qualquer programa de desenvolvimento dependerá, em última análise, da atenção prestada à *dimensão cultural* e ética do progresso humano. Se esquecermos a finalidade cultural do desenvolvimento, este fica votado ao fracasso” (Carrier, 1989, p. 123).

O nosso foco será, todavia, outro. Optámos por tomar a ideia de democracia não tanto como uma das possibilidades de associação humana ou como modelo de constituição de uma comunidade, mas restringindo-a à compreensão de regime político e à forma de governo cuja expressão orgânica é assumida precisamente num Estado. Com efeito, interessa-nos, nesta fase, convocar o problema da relação do Estado, do Estado democrático, com a cultura. Considerar para este efeito o Estado como elemento desta relação dialógica com a cultura obriga-nos a considerar os limites, interior e exterior, endógeno e exógeno, das suas fronteiras, em que somos guiados por questões como a de saber se um Estado verdadeiramente democrático é aquele que vê a cultura como tarefa e assunto das suas estruturas internas, donde, como prerrogativa sua, haurida, portanto, em contexto endógeno, ou se será aquele que confia na emancipação da sua Sociedade Civil, que floresce para lá da facticidade das suas fronteiras, deixando-lhe/confiando-lhe, sob a observância de certos limites, a condução dessa tarefa. Este problema da relação entre o Estado democrático e a cultura pode, pois, ser cotejado a partir da clássica questão da relação entre Estado e Sociedade Civil.

O recrudescimento hodierno das Sociedades Civis que esta relação convoca subterraneamente é claramente um dos temas quentes da atual filosofia política. No entanto, a inflexão que aqui se anuncia para uma discussão com este perfil não deve ser interpretada como uma suspensão da centralidade do objeto “cultura”, antes como oportuno enfoque que permite convocar ainda a mesma centralidade, pensada, porém, à luz de uma perspectiva diversa, com o pretendido benefício adicional de sinalizar outros interlocutores, para além dos que são fastidiosamente costumeiros nestas circunstâncias. Guia-nos, pois, a intuição de que a cultura permitirá encontrar alguma forma de síntese para esta antítese, velha de séculos, entre Estado e Sociedade Civil, permitindo, no mesmo passo, lançar luz sobre a própria relação, aqui explicitamente convocada, entre cultura e democracia.

Neste contexto, importa compreender outrossim se a cultura solicita uma interpenetração de Estado e Sociedade Civil que assim se complementam na prossecução da cultura como função que convoca solidariamente os dois conceitos e, ato contínuo, os dois “organismos”, ou, em alternativa, determinará a cultura, entendida como *tarefa*, um divórcio entre “Estado” e “Sociedade Civil”? A ser assim, quem poderia reclamar, *de jure*, maior ascendência? Num quadro de reivindicada autonomia e de pretendida autossuficiência da Sociedade Civil, quais devem ser os “deveres” do Estado, ou é essa uma questão que a imparável emancipação da Sociedade Civil torna definitivamente obsoleta?

Estado e/ou Sociedade Civil?

A resposta a estas perguntas, que aqui não temos a ambição de apresentar, depende naturalmente de uma inspeção um pouco mais funda sobre os conceitos que aqui estão em disputa, “Estado” e “Sociedade Civil”, no sentido de compreender, primeiro, como nasceu, a partir do conceito de Estado, a noção de Sociedade Civil – em que justamente uma das suas formas de autocompreensão diz respeito à cultura⁴ – e como se explica, depois, este hodierno recrudescimento das Sociedades Civis, feito aparentemente a expensas de um Estado em aparente quebra de fulgor na defesa dos valores da democracia.

Mais uma vez, constrange-nos o tempo, e esse limite permite-nos dizer apenas que a noção consabidamente ambígua de “Sociedade Civil” nem sempre foi pensada, como hoje facilmente se conjectura, como expressão de um dissídio inultrapassável relativamente ao conceito de Estado, em que a primeira se constituiria coligindo elementos que são irreduzíveis ao segundo, como seriam os princípios da “livre iniciativa” ou da “autorregulação”, distinguindo-se, assim, dos requisitos costumeiros de um Estado, identificados que estão com os “princípios da autoridade”, da “lei” e das “Instituições” que lhes dão corpo. Com efeito, o século XVII identifica, *grosso modo*, a noção de “Sociedade Civil” como uma “sociedade politicamente organizada”, o mesmo é dizer, um Estado, que teria como antónimo, portanto, não o próprio Estado, mas o conceito charneira para o contratualismo político clássico de “Estado de Natureza”. Será a partir do século XVIII que passaremos a ver, a partir da conjugação destes dois conceitos, o nascimento de um par dicotómico, sinalizando realidades diversas. A Sociedade Civil, neste novo figurino, fica acantonada à ideia de uma associação humana de direito privado, diríamos hoje, i.e., uma sociedade sem Estado, o que tradicionalmente foi lido em sentidos diversos: se, por um lado, dessa dissociação sai valorizado o próprio Estado, entendido como sociedade politicamente organizada, caracterizada pelos seus mecanismos de regulação e visto como símbolo maior da ordem e da justiça em oposição, justamente, a uma Sociedade Civil que é incapaz de dirimir os conflitos que naturalmente despertam no seu seio, o dissídio entre os dois conceitos, por outro lado, foi o pretexto certo para justificar o respeito doravante granjeado

4 Sunil Khilnani (2016, p. 39) vê precisamente nesta interpretação a expressão de uma posição conservadora relativamente à Sociedade Civil. O texto reza assim: “uma posição ‘conservadora’ prefere ver na sociedade civil um conjunto de bens culturais, de costumes historicamente herdados, que regem as relações entre indivíduos e entre grupos”.

pelo conceito de Sociedade Civil, verdadeiro ícone das liberdades, por oposição precisamente ao Estado e aos seus processos que internalizam os mecanismos de constrangimento e de cerceamento das liberdades.

O momento seminal do divórcio que historicamente se verificará entre os conceitos de “Estado” e “Sociedade Civil” ocorre ainda, paradoxalmente, num período em que podíamos tomá-los comodamente como permutáveis, no preciso momento em que a noção de Sociedade Civil começa a revelar-se permeável a uma significação de natureza económica, que vem pelo menos entibiar a relevância hegemónica da sua anterior significação eminentemente política. É com John Locke (2011) que esta mudança essencial é operada, quando sustenta que a função primordial da Sociedade Civil é a conservação dos direitos naturais, como o direito à propriedade. Será, todavia, com a sua identificação à sociedade burguesa, protagonizada já por Hegel (1997), que a dimensão económica da Sociedade Civil virá a assumir a sua expressão de máxima radicalidade. A cisão entre os conceitos de Estado e Sociedade Civil – que curiosamente está ausente, contra a interpretação de Marx, do pensamento de Hegel, mas – que é prosseguida por autores tão diversos como Rousseau ou Adam Smith, entre muitos outros, fará com que este último conceito – o de Sociedade Civil – passe a depender apenas das suas necessidades e a reger-se pelas suas próprias leis, secundarizando o Estado⁵ e determinando a origem de um processo, que chegou aos nossos dias, de progressiva emancipação da Sociedade Civil, feita precisamente a expensas do próprio Estado.

Sociedade Civil, baluarte dos valores democráticos: o caso brasileiro

Qual o significado profundo, hoje, dessa emancipação? Como interpretar, à luz desta realidade historicamente situada que é a nossa, o recrudescimento deste conceito? E, *last but not least*, o que tem a dizer sobre isto a cultura? Ora, a cultura tem sido precisamente o pretexto que melhor permite sinalizar as virtudes da Sociedade Civil, contra uma certa pulsão “totalitária” dos Estados, em defesa dos valores da criatividade, da liberdade e da espontaneidade⁶, numa palavra, em defesa da democracia.

5 Numa tal conceção exígua do papel do Estado, compete-lhe tão-só assegurar três deveres essenciais: “garantir a segurança externa, manter a ordem interna e ‘manter certas obras públicas’ quando faltar a iniciativa privada” (Rangeon, 2014, p.18).

6 “Esta sociedade civil multifacetada, em que já não sabemos muito bem o que ela abarca, está adornada com virtudes múltiplas: criatividade, liberdade, espontaneidade” (Rangeon, 2014, p. 30).

A Sociedade Civil, principalmente nos momentos de menor vigilância do Estado relativamente à defesa e promoção dos valores que lhes são comuns – sem assumir-se, portanto, como o “inverso” do Estado, ou como elemento relacional benigno no contexto de uma avaliação de inspiração e de teor maniqueístas que sempre coloca o ónus do odioso do lado do Estado –, deve atuar como uma espécie de reserva moral, como “norma permanente” que superintende e fiscaliza as práticas dos Estados contemporâneos⁷, permitindo a denúncia atenta e certa das suas intervenções concretas, o que vale por maioria de razão quando tais práticas fragilizam aquele que é o seu património comum de valores. Não se trata, portanto, de regressar à clássica oposição entre os dois conceitos, forjada no contexto de uma certa orientação hermenêutica da relação Estado-Sociedade Civil, que nela via justamente a expressão do dissídio entre instituições políticas e organizações de matriz económica. Neste ponto, não podemos acompanhar François Rangeon (2014), autor de um trabalho de fundo sobre o significado da Sociedade Civil, quando, a propósito do indesmentível ressurgimento do interesse por este conceito, explicava essa renovada atenção não tanto pelo seu conteúdo próprio, quanto pela sua relação – de resistência e de clivagem – com o Estado, no âmbito da qual “os valores que ela [Sociedade Civil] evoca são pensados *por oposição* aos valores que reunimos sob o termo ‘estatismo’”⁸. Se a Sociedade Civil atua como símbolo de resistência ao Estado – e a razoabilidade dessa interpretação parece, à luz dos exemplos mais recentes, difícil de contrariar –, isso não acontece em razão de uma lógica de confronto entre famílias de valores incomunicáveis, antes na defesa de valores que, em determinadas circunstâncias históricas, parecem encontrar no Estado um menor fulgor ou uma disponibilidade menos tangível para protagonizar o seu intransigente patrocínio. Os valores da criatividade, da liberdade e da espontaneidade, a que poderemos facilmente aditar outros, como os da autonomia e da responsabilidade, interessam tanto a uma Sociedade Civil madura e emancipada quanto a um Estado firmemente comprometido com a

7 Essa é ainda a leitura de Rangeon (2014, p. 31) que aqui fazemos nossa: “hoje, a sociedade civil tende a transformar-se numa norma permanente em nome da qual são julgadas as práticas dos Estados contemporâneos”.

8 “Se a sociedade civil é definida menos pelo seu conteúdo próprio do que pela sua relação com o Estado, tal sucede porque os valores que ela evoca são pensados *por oposição* aos valores que reunimos sob o termo ‘estatismo’” (Rangeon, 2014, p. 30), *itálicos nossos*.

opção democrática⁹. É, pois, do interesse do Estado, mesmo se esse interesse fica tolhido pela concretude de determinadas circunstâncias históricas ou entibiado por inflexões momentâneas que o levam a secundarizar os seus próprios princípios orientadores, contar com o escrutínio atento de uma Sociedade Civil, crítica e mobilizada. Isso não fere a autoridade do Estado: legitima-a, enquanto a coloca em sintonia com a prossecução dos seus intentos autênticos. Não se vislumbra aí um ataque ao tecido institucional que constitui o corpo do Estado: revigora-o, dado que instituições que correspondem aos anseios dos cidadãos são instituições sãs, irremediavelmente mais distantes do “sentimento de funcionamento deficiente” a partir do qual se instalam progressivamente lógicas de descontinuidades e de ruturas violentas, a que chamaríamos, na esteira de Thomas Kuhn (2000), “revoluções”.

Mas a própria Sociedade Civil não deixa de retirar, obviamente, e com igual grau de proficiência, os seus dividendos de um Estado robusto na prossecução dos seus intentos legítimos.

Sem hipotecar o interesse teórico desta linha hermenêutica que assim se anuncia, o que seria pouco avisado por ter origem nos seus próprios causídicos, vale a pena explicar, todavia, que estas perplexidades não foram engendradas *ex nihilo*, antes encontram os seus fundamentos numa realidade muito concreta e historicamente situada: as mudanças políticas e sociais em curso no Brasil, originadas pela investidura da administração Temer. Como é sabido, uma das primeiras decisões da nova administração foi a de extinguir, por via de um nebuloso processo de fusão com a Educação, o Ministério da Cultura, reduzido organicamente a uma Secretaria de Estado. O facto de ter sido uma das decisões madrugadoras da nova administração, aliado ao objeto da própria decisão, produziu contundentes reações de vários setores da sociedade brasileira, os quais, em unísono, denunciaram o caminho de retrocesso cultural, de recuo no aprofundamento do direito dos cidadãos, de procrastinação civilizacional e de ameaça à democracia que essa decisão simultaneamente personificava e colocava em marcha. O ataque ao Ministério da Cultura foi, pois, interpretado como um ataque ao próprio regime, um inaceitável cerceamento da democracia. No Brasil, “as políticas culturais de afirmação do direito à cultura, contra a exclusão cultural, constituem uma verdadeira revolução democrática” (Chauí, 2008, p. 75) e o seu afrontamento é visto, como foi dito,

9 Este ponto é sublinhado com assinalável desenvoltura pelo bem-conhecido constitucionalista português Jorge Miranda, num trabalho dado à estampa com o título “Notas sobre Cultura, Constituição e Direitos Culturais” (2017).

como um afrontamento à própria democracia. Artistas, produtores e acadêmicos estiveram na primeira linha de combate a essa decisão, justamente em defesa da democracia. Caetano Veloso foi lesto em denunciar o “ato retrógrado”¹⁰ representado pela extinção do Ministério da Cultura. No mesmo tom, e num artigo de opinião publicado na Argentina com a sugestiva epígrafe “La cultura en defensa de la democracia”, Albino Rubim, tomando como premissa a relevância política e social da cultura para a preservação dos valores radicalmente democráticos, identifica o esvaziamento de estruturas orgânicas do Estado cujo foco está na cidadania como a expressão mais tangível de uma agenda que tem no ataque aos direitos sociais e à própria democracia o seu verdadeiro *telos*¹¹.

Cultura e Democracia sob o signo de uma matriz axiológica comum

A defesa vigorosa da democracia, pelo menos no que respeita à sua interpretação de matriz ocidental, não se esgota, sabemo-lo bem, na participação na coisa pública através do voto livre e universal, naquilo que hoje se apresenta sob o signo da vetusta figura conceptual da “democracia representativa”, que não exclui, antes postula, uma participação democrática efetiva, funcional e atuante, a única com lastro suficiente para controlar e modificar a ação estatal e o poder dos governos quando estão em causa os valores de uma vida política mais responsável, aberta e representativa. Perante o recuo da política e dos políticos, numa palavra, do Estado – que pode assumir formas tão diversas que vão da simples indiferença que se vai adensando e disseminando, à assunção da sua função como exercício de simples regulação externa, passando pelo retrocesso generalizado no sistema de garantias que tradicionalmente se agrega a esses valores –, a exigência de mais Sociedade Civil aparece simultaneamente como diagnóstico e remédio para os nossos males. Isso é particularmente o caso quando estão em causa liberdades culturais e o direito à cultura. Na nossa Constituição, por exemplo, estão bem identificadas as grandes taxonomias relativamente aos direitos e liberdades culturais: a) direitos

10 Num artigo de opinião publicado em 15/05/2016 no Jornal *O Globo* com o sugestivo título “Sem Festa”, Caetano Veloso deixa lavrada de forma categórica a sua leitura sobre as transformações políticas em curso no Brasil desses conturbados dias de 2016: “a extinção do MinC é ato retrógrado” (Veloso, 2016, s.p.).

11 “A transformação da sociedade não pode prescindir de políticas culturais que assegurem a hegemonia de culturas e valores radicalmente democráticos” (Rubim, 2017, s.p.).

relativos à *identidade cultural*, seja como componente do desenvolvimento do direito à identidade pessoal, seja ainda como direito de uso da língua materna; b) *liberdades culturais*, como a liberdade de criação cultural, a liberdade de divulgação de obras culturais, a liberdade de fruição cultural, a liberdade de acesso aos bens de cultura, sejam os meios e instrumentos de ação cultural (literatura, música, teatro, cinema, etc.), sejam os bens do património cultural, a liberdade de iniciativa cultural, a liberdade de promover eventos culturais, a liberdade de associação ou a liberdade de iniciativa económica cultural; e c) *direitos de acesso aos bens culturais*, como o direito à formação cultural em geral e o direito à fruição cultural, compreendendo o direito de acesso ao património cultural (Miranda, 2017). A erosão destes objetivos e dos valores que lhes estão subjacentes fragilizam objetivamente os pilares em que se alicerçam os Estados democráticos. Donde, a diminuição dos canais de participação e de diálogo – o que no contexto da orgânica do Estado pode ser vista na ótica simples e axiologicamente neutra dos “reajustamentos” e dos reequilíbrios de toda a sorte – é naturalmente sentida pela Sociedade Civil como uma limitação às possibilidades de participação, donde ainda, como despuadorado ataque ao regime democrático, liminarmente operado pela restrição das possibilidades da democracia direta e participativa (Reimão, 2001). A reação, nesses casos, é natural, inevitável e, não raras vezes, enérgica, como sucedeu no Brasil, onde a limitação desses canais de participação, simbolicamente levada à prática pela extinção do Ministério da Cultura, foi lida como diminuição das possibilidades de participação efetiva, quer dizer, como recuo da própria democracia representativa, assim revertendo o processo de radicalização do processo democrático (bandeira nos governos Lula entre 2003 e 2010), que tem na cultura, precisamente, um dos seus instrumentos mais relevantes.

Perante a indiferença cíclica dos poderes públicos, cabe à Sociedade Civil tomar as rédeas daquilo que entende ser o pilar do seu desenvolvimento civilizacional, “não para se erigir em poder soberano, mas para reconstituir as instituições do interior pela ação do sujeito” (Reimão, 2001, p. 24). A pretexto da cultura, será, pois, possível forjar os termos de um modelo mais virtuoso para a relação entre Estado e Sociedade Civil (precisamente um dos objetivos deste texto), o qual, sem perder de vista a espessura da sua compreensão histórica, possa abrir possibilidades hermenêuticas mais adequadas à concretude da realidade que é a nossa.

De facto, a Sociedade Civil compreende melhor, dada a sua natureza bem urdida na verticalidade do conceito de “cidadania”, que um ataque à cultura, no sentido do cerceamento das suas possibilidades, é simultaneamente um

impetuoso ataque aos valores democráticos. Com efeito, os valores já mencionados da criatividade, da liberdade e da espontaneidade, pilares matriciais de qualquer moldura semântica minimamente coerente para o conceito de cultura, são também, no mesmo ato, vetores essenciais da ordem constitucional democrática. Da conjugação entre cultura e democracia resulta, pois, um fortalecimento bidirecional dos próprios *relata*, e, em sentido oposto, um enfraquecimento de um dos elementos relacionais produz efeitos diretos no outro constituinte deste par conceptual. Isso garante a robustez da associação, antes apenas meramente sugerida, entre cultura e democracia.

Cultura é democracia? Considerações finais

Firme como parece ser este vínculo entre cultura e democracia, o cumprimento cabal do plano que traçámos obriga-nos a ponderar agora se, afinal, uma cultura que se autocompreende como instrumento de estabilização da própria democracia, como atrás ficou insinuado, pode encontrar, na própria democracia, um dos seus traços identitários de maior estabilidade, o que teria um valor que não seria nada despiciendo para o esforço de estabilização de sentido que há muito orienta os investigadores nas áreas das Ciências da Cultura/Estudos de Cultura¹². A ser procedente esta conjectura, poderíamos por fim dizer, como se lê, aliás, no título desta secção, que cultura é democracia.

Embora tentador, este último passo, que seria sempre visto como consequência lógica das premissas solida(ria)mente esgrimidas a montante, não esconjura aquela que nos parece ser, nesta fase, uma das fragilidades mais comprometedoras em que opera atualmente a investigação dirigida à cultura e aos seus fenómenos. Trata-se da conceção segundo a qual o sentido da investigação está teleologicamente para a ideia de um *eĩδος*, uma essência em que repousará finalmente um conceito de cultura totalmente apetrechado e expurgado de tecido semântico adípso. E com isto regressamos ao Kant que nos inspirava no início desta apresentação. Para o interpelarmos, servimo-nos da própria estratégia que aqui vituperámos, propondo agora uma definição para o conceito de cultura. Mas definimo-lo pela

12 Esse labor dos investigadores na área das Ciências da Cultura/Estudos de Cultura orientado para uma estabilização do sentido do conceito de “cultura” foi objeto de uma discussão mais funda em Sidoncha (2016).

negativa, justamente para recusar à cultura o estatuto de “fenómeno sensível”. Diríamos, portanto, que “a cultura *não* é um fenômeno sensível”.

Para aqueles que estão familiarizados com as posições de Kant, sabem que a primeira condição para entrar no jogo da determinação – aquele que, seguindo regras próprias, virá a produzir as sínteses de que justamente se tece o esforço de conhecimento objetivo – é a de cerrarmos fileiras em torno do fenômeno sensível, aquele que sobrevém na afeção das nossas estruturas representativas, como base a partir da qual todo o conhecimento virá a constituir-se, aditando, pela atividade judicativa a ser operada pelo entendimento, novas determinações, novas “qualidades objetivas”, diríamos, as quais, depois de coligidas, desvelam um objeto que virá finalmente a revelar-nos a sua verdadeira face. Nessa ótica e num tal enquadramento teórico, a cultura viria assim a objetivar-se como “coisa”, indeterminada num primeiro instante, plenamente objetivada e conhecida num momento subsequente, cenário em que a *democracia*, tomada como característica devidamente burilada pela atividade judicativa e endossada pela mesma atividade à cultura, passaria a figurar como critério de identidade de um conceito cujas extremas poderiam ser finalmente definidas e balizadas com segurança. O erro de avaliação, parece-nos, reside bem aqui. Nem a cultura será um “isto” indeterminado a ser objetivado pelas estruturas do espírito, nem há nela a necessidade de estabilidade que uma leitura de superfície do que está em discussão nos leva apressadamente a postular¹³. Isso não significa, porém, que a democracia não seja uma das marcas indelévels da cultura. Significa, tão somente, que o movimento de aproximação deve ser outro. Como exercício de contemporaneidade, donde, como *tarefa*, mais do que propriamente como entidade ou “coisa” em busca de um rosto, a cultura não pode deixar de convocar explicitamente os valores de que se tece a noção de democracia. Tais valores, por traduzirem anseios profundos da nossa condição humana, escavam o chão do pensamento a uma profundidade suficiente para grafá-los no horizonte do que se faz sempre presente, i.e., do que é, em sentido próprio, “cultura”, como esforço de reificação de uma presença que recusa a erosão do tempo, ultrapassando-se assim o puro jogo da determinação, o mesmo que tem sido, no que à cultura diz respeito, largamente deficitário.

13 Isso mesmo é sustentado com maior verticalidade num trabalho que publicámos em 2017, intitulado “Ciência, Cultura, Ciências da Cultura – Subsídios para uma Leitura Epistemológica”.

Referências

- CARRIER, H. (1989). O significado cultural do desenvolvimento. *Brotéria – Cultura e Informação*, 128(2), 123.
- CHAUI, M. (2008). Cultura e democracia. *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*, 1, 75.
- HEGEL, G. W. F. (1997). *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes. Retirado de <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/03/Princípios-da-Filosofia-do-Direito.pdf>.
- KANT, I. (1994). *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KHILNANI, S. (2001). La «société civile», une résurgence. *Critique Internationale – Revue comparative des sciences sociales*, 1(10), 39. Retirado de <https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2001-1-page-38.htm>.
- KUHN, T. S. (2000). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. S. Paulo: Perspectiva.
- LOCKE, J. (2011). *Two Treatises of Governmen*. London: Nabu Press. Retirado de <http://www.yorku.ca/comninel/courses/3025pdf/Locke.pdf>.
- MIRANDA, J. (2017). Notas sobre Cultura, Constituição e Direitos Culturais. *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*, 66, 95-107. Retirado de https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/122472/notas_sobre_cultura_miranda.pdf.
- RANGEON, F. (2014). *Société Civile, Histoire D’Un Mot*. Parthenay: Ed. Inclinaison.
- REIMÃO, C. (2001). Educação, humanismo e democracia. *Brotéria – Cultura e Informação*, 152(1), 13-26.
- RUBIM, A. (2017). La cultura en defensa de la democracia y en contra del golpe en Brasil. *Con Información*. Retirado de <http://coninformacion.undav.edu.ar/286.html>.
- SIDONCHA, U. (2016). Ciências da Cultura da UBI: um case study. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Culturas em Movimento – Livro de Atas do I Congresso Internacional sobre Cultura* (pp. 357-373). Covilhã: Coleção ARS, Ed. LabCom.IFP.
- SIDONCHA, U. (2017). Ciência, Cultura, Ciências da Cultura – Subsídios para uma Leitura Epistemológica”. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da Cultura* (pp. 191- 213). Lisboa: Ed. vega.
- VELOSO, C. (2016, 15 de maio). Sem Festa. *O Globo*. Retirado de <https://oglobo.globo.com/cultura/artigo-sem-festa-por-caetano-veloso-19308827>.

VERTIGEM DA DEMOCRACIA: MÍDIA, CULTURA E PODER NA CRISE BRASILEIRA

Rita Aragão*

Resumo

O presente texto busca compreender alguns aspectos relacionados ao lugar ocupado pelos meios midiáticos de comunicação no cenário que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e à instauração do governo de Michel Temer. Procura-se analisar algumas estratégias discursivas as quais produziram representações das manifestações públicas e reforçaram a desqualificação da presidenta bem como o protagonismo de representantes do poder judiciário, com especial destaque para os líderes da Operação Lava-Jato.

Palavras-chave: Mídia; poder; crise brasileira; discurso

* Rita Aragão é graduada em Jornalismo, com Mestrado e Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Realizou estágio sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela/Espanha. Foi Tutora do Programa de Educação Tutorial dos Bacharelados Interdisciplinares IHAC/UFBA (2010-2016) e Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos/UFBA (2016-2017). É coordenadora do Coletivo Estudos sobre a Contemporaneidade IHAC/UFBA. Atualmente cumpre estágio de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e na Universidade de Santiago de Compostela.
Universidade Federal da Bahia, Brasil.
E-mail: rivalta@uol.com.br

Historicamente a luta pelo poder é marcada pelo domínio de estratégias que operam no sentido de reforçar determinadas visões de mundo. As narrativas condicionam o modo de compreender o mundo, de explicá-lo.

No passado medieval a Igreja protagonizou o dizer nas sociedades ocidentais e, na contemporaneidade, muito já escreveu sobre o poder extraordinário dos meios midiáticos de comunicação neste processo, aí incluídos os meios tradicionais como os jornais impressos, o cinema, a TV, o rádio e, hoje, a internet.

Embora existam diferenças importantes na configuração deste campo nas distintas sociedades industriais urbanas, organizadas sob o capitalismo tardio, é notório que em todas elas as mídias encarnam um relevante papel no sentido de atuar como mediadoras da realidade.

Hoje, mais que permitir o trânsito dos demais campos que compõem o mundo, o campo midiático busca crescentemente impor-se como um dispositivo capaz, mesmo, de construir realidades, tal como já assinalava Eco (1984), tese reafirmada por Dijk (2005) e outros importantes analistas.

Portanto, através de distintas operações, de diferentes modos de dizer, de gramáticas particulares de cada um dos meios, o campo midiático atua sobre os sujeitos em diferentes níveis a fim de condicionar sua visão de mundo, a formação de consensos e, conseqüentemente, exerce um poder fundamental no curso da história, nos processos que envolvem a dimensão individual e social (Bourdieu, 2002).

Deste modo, o cenário político-cultural e sua relação com as mídias nas sociedades em geral e no Brasil em particular, indica o protagonismo do campo midiático nas mais distintas esferas da sociabilidade – do lazer à política, do gosto às posições diante dos mais diversos temas.

No Brasil, podemos acessar, hoje, um significativo volume de estudos que analisam a importância das mídias sobre o comportamento, o gosto, a política, a cultura. Torna-se fundamental, portanto, compreender este papel nas mais diferentes esferas da vida, sobretudo em suas relações de poder, e pois, na esfera política em suas articulações com a religião, com a cultura, as artes, particularmente quando está em jogo a ascensão política de lideranças de viés autoritário¹.

As manchetes de jornais, capas de revistas e matérias nos telejornais possibilitam perceber, a partir de um rápido olhar, o impacto social do campo das mídias em momentos dramáticos vividos na história recente do Brasil. Os exemplos são

1 Alguns textos importantes sobre o tema Comunicação e Política podem ser acessados através da revista *Comunicação e Política*, periódico publicado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA.

fartos: do episódio do suicídio de Vargas à deposição de João Goulart, passando pelo amplo apoio recebido pelos militares para que fosse implementado o regime de exceção iniciado em 1964 e sustentado até meados dos anos 80².

Já no ano de 1989, seria inconsistente uma análise da eleição direta do primeiro presidente civil após o regime militar sem destacar o papel que jogaram as mídias, particularmente a televisão.

Os acontecimentos políticos recentes no nosso país não deixam dúvidas sobre o destacado papel desempenhado pelos grandes jornais, emissoras de rádio, revistas, pela internet, pela mídia televisiva no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, bem como a chegada ao poder do vice-presidente Michel Temer e a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial (Dijk, 2018).

O posicionamento dos meios hegemônicos de comunicação foi decisivo para a deposição da presidenta, a implementação de um projeto político e econômico cujos resultados já produzem um acelerado processo de precarização do trabalho e exclusão social.

De que modo a mídia protagonizou o processo de deposição da presidenta no processo que levou ao *impeachment* em 2016? Como Jair Bolsonaro consegue construir um dizer, ao mesmo tempo fundado no silenciamento e ascender à presidência da República? De quais operações estes atores lançaram mão para construir uma articulação com os diversos setores da sociedade? A resposta a estas questões não é simples. A abordagem deste processo aponta para vários caminhos: no plano de uma análise macroestrutural aponta para articulações entre instituições como a Polícia Federal, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, o parlamento brasileiro e as mídias; relações entre importantes grupos de mídia no Brasil e os segmentos hegemônicos da economia nacional e interesses do capital oligopolista³.

Inscritos em distintos campos do conhecimento, inúmeros estudos estão sendo realizados para que possamos compreender de que maneira é tecida essa trama. Nos limites deste texto, cujo eixo de análise são os processos discursivos, a teia de sentidos a partir das narrativas midiáticas, tentaremos anotar algumas observações gerais sobre a estratégia central deflagrada pelo campo midiático as quais culminam com o impedimento da presidenta Rousseff, retomando, portanto, alguns estudos recentemente realizados.

2 Sobre este tema, ver a publicação *Brasil 2016, recessão e golpe* (Guerra, 2017).

3 Ver o artigo de Antonio Eduardo Alves de Oliveira apresentado no 40º Encontro Anual da ANPOCS, no ST 10 Democracia na América Latina, *Tensões e Práticas*.

Com efeito, de um modo geral, podemos afirmar que a estratégia das mídias no processo que levou Michel Temer à presidência e o desfecho da eleição presidencial com a vitória de Jair Bolsonaro operou em torno de uma construção discursiva que radicalizou a criminalização dos movimentos sociais, alimentou imaginários de intolerância religiosa e de preconceitos de gênero; convocou a população para a realização de protestos em massa e converteu manifestações públicas em espetáculos televisivos. Além disso, elevou autoridades policiais e figuras do judiciário à condição de celebridades, de heróis anti-corrupção, cujo caso mais emblemático é do juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça do novo governo.

Tal construção discursiva reforçou atitudes autoritárias nas mais diversas esferas. A violência simbólica extrapolou as manchetes, fotografias e imagens de bonecos gigantes vestidos de presidiários representando Lula e Rousseff. Alimentou o ódio de setores da sociedade, culminando na violenta campanha política para a presidência da República, marcada por agressões físicas e mesmo em assassinatos devido a divergências políticas.

Ainda no campo simbólico, a revista *Veja* chegou a publicar em sua capa uma imagem da cabeça do líder petista Lula da Silva decepada.

Os desdobramentos de tal imaginário de violência e ódio estão sendo vividos no cotidiano brasileiro expressos na agressão oral contra sujeitos situados no campo de esquerda, passando pelo atentado à Caravana de Lula no Sul do país, chegando à radicalização da execução da vereadora Marielle Franco, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), e seu motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro⁴.

É importante salientar que ao destacarmos o poder da mídia no cenário atual não estamos retornando aos idos dos anos 30 até os anos 70, quando foram produzidos importantes estudos sobre a cultura implicada na produção simbólica das mídias e a relação desta esfera simbólica com regimes autoritários e ações dos sujeitos comuns. Ao nos referirmos aos estudos das décadas de 30 a 70 destacamos, particularmente, análises sobre o fascismo, sobre a sociedade americana e europeia e o processo de recepção das mídias, além de estudos sobre o Brasil e a América Latina. Tais estudos, em grande medida, acreditavam em um poder ilimitado do campo midiático, capaz de determinar a consciência dos sujeitos.

4 Para uma melhor compreensão deste crime, é esclarecedor o artigo de Wilson Gomes (2018) na Revista *CULT*, disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/marielle-e-anderson-faces-politicas-de-um-assassinato>.

Já não é possível sustentar tal tese, contudo reafirmamos a centralidade das mídias na construção de modos de ver o mundo e de reforçar certas representações, sobretudo em cenários de crise social.

Tal potência, pode-se pensar, tende a se fortalecer em uma sociedade marcada pela profunda exclusão social da maioria da população e onde grande parte dos setores populares e das classes médias encontra, sobretudo na televisão, o meio privilegiado de informação.

Portanto, entendemos que a mídia brasileira não liderou sozinha o processo que levou Michel Temer ao poder e Jair Bolsonaro à presidência da República, mas, por certo, exerceu e exerce seu protagonismo neste processo de destituição de Dilma Rousseff sem que a presidenta houvesse praticado crime de responsabilidade e dá continuidade a este processo político legitimando a condenação pelo poder judiciário do ex-presidente Lula da Silva, em um processo claramente político e não jurídico, levando-o à prisão, e, por fim, legitima Bolsonaro ao ser alçado à Presidência.

O processo político cujo resultado é, entre outras coisas, o impedimento de Rousseff em 2016 e a assunção ao poder de Bolsonaro, eleito em 2018, foi fermentado sobre o solo de uma profunda crise econômica, um governo fragilizado, de Dilma Rousseff, e a liderança de Aécio Neves, candidato que não aceitou a derrota para Rousseff. Fortalecido, ainda, pela liderança de Eduardo Cunha, hoje oficialmente preso por corrupção, mas à época presidente da Câmara Federal, juntamente com um vice-presidente que estava disposto a assumir o poder e implementar as medidas que significariam a pauta dos setores dominantes.

Dito isto, ou seja, considerando o contexto político brasileiro, interessa-nos, em linhas bastante gerais, compreender algumas operações discursivas operadas durante o cenário político que culmina com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

A partir de uma abordagem discursiva no âmbito do campo midiático tentaremos apontar algumas estratégias operadas pelas mídias hegemônicas para desencadear e sustentar o processo de impedimento da presidenta do Brasil. Pretende-se, sucintamente, destacar algumas estratégias através das quais operou-se a desconstrução da legitimidade do governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores.

Posições midiáticas no processo de *impeachment* – algumas operações discursivas

Começamos com o fato de que se, inicialmente, a mídia dominante criticava os protestos vindos das ruas, os quais possivelmente teriam emergido a partir de insatisfações de toda ordem de variados setores da sociedade, em particular no ano de 2013, ao perceber o crescimento exponencial das manifestações e da insatisfação popular, inclusive em relação ao seu próprio monopólio no país, a grande mídia muda de posição e busca tornar-se uma aliada dos crescentes movimentos de protesto ao perceber, na posição de adversário político do então governo petista, a possibilidade de sua derrubada.

A mudança de posição em relação aos protestos evidencia-se na postura da sua cobertura. O novo enquadramento passa a destacar os protestos contra o governo de Rousseff e desqualificar os movimentos em sua defesa. Tal operação pode ser evidenciada em manchetes de primeira página dos maiores jornais, nas capas das revistas de maior circulação, assim como nas chamadas e cobertura dos telejornais de maior audiência.

Assim, na manchete “Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”, edição do dia 13 de março de 2016, do jornal *O Globo*, a parte é tomada pelo todo. O protesto não é considerado como uma ação de partidos ou grupos específicos, mas sim “o Brasil”, invocado para dar legitimidade ao movimento de deposição da presidenta e destacando sua amplitude. Um efeito de sentido emergente: quando um governo envolvido em corrupção perde a legitimidade para governar e é contestado pelo “povo”, pelo “Brasil”, deve ser deposto. Portanto, sob o manto dos poderes da República: Legislativo e Judiciário, sob a cortina da legalidade, o governo deverá ser destituído para que o país volte à “normalidade” e saia da crise.



Figura 1 - “Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”, 13 de março de 2016, *O Globo*

Aqueles que protagonizam o movimento de derrubada da presidenta, em particular as lideranças derrotadas na eleição presidencial, fazem emergir as vozes em favor da ideia da luta contra a corrupção, a ideia de que o “Brasil” é favorável ao impedimento de Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT) verte-se no principal alvo a ser atingido.

Com efeito, as equipes de telejornais não se limitaram a cobrir os protestos, mas foram escaladas, desde as primeiras horas da manhã, para mostrar os preparativos das manifestações nas grandes capitais do país. Os protestos convertem-se em grandes espetáculos (Débor, 1998).

Elementos como a camisa da seleção brasileira de futebol vestida por grande parte dos manifestantes; performances de grupos através de músicas, danças; entrevistas emocionadas e contundentes contra o governo; bandeiras do Brasil e longas faixas de protesto; bonecos gigantes representando a morte ou a prisão de Lula, Rousseff e outras lideranças do PT; patos amarelos representando a indignação da Federação das Indústrias de São Paulo, de empresários brasileiros; máscaras encarnando os novos heróis da República, representados por membros

do judiciário, da Polícia Federal e Ministério Público; “celebridades” da TV e da música. Tudo cuidadosamente organizado para a realização dos protestos sob a batuta da lógica espetacular da Televisão. O pressuposto inevitável: o público seria conduzido sob tal narrativa a uma posição favorável à derrubada do governo e à legitimação do governo Temer.

Observe-se que, em contraposição, as manifestações organizadas pelas forças contrárias ao golpe foram enquadradas como movimentos localizados, desqualificados e, obviamente, não mereceram o tratamento espetacularizado que receberam as manifestações anti-PT⁵. Tal enquadramento pode ser observado em manchetes da *Folha de São Paulo*, do *Estado de São Paulo* e do jornal *O Globo*, tal como explicitam distintos estudos aqui anotados (Gomes & Sant’Ana, 2018).

Ao mesmo tempo, o Instituto Datafolha, ligado ao grupo Folha, do estado de São Paulo, traçou o perfil dos manifestantes presentes aos atos na Avenida Paulista em março de 2016: 77% dos manifestantes tinham ensino superior e eram brancos, 37% ganhavam mais de 10 salários mínimos e 78% declararam ter votado em Aécio Neves. Dados que mostram o perfil dos manifestantes, característicos de determinados segmentos de classe⁶.

A partir da conflagração destes sentimentos, construiu-se uma narrativa política tendo como eixo condutor a Operação Lava Jato, conduzida pelo então juiz de Primeira Instância, Sergio Moro.

Uma segunda operação midiática está relacionada ao componente misógino encarnado nos diversos textos fartamente divulgados, especialmente em revistas de grande circulação como as revistas *Veja*, *Época* e *Isto É*.

Como bem sabemos, os sentidos não existem por si só, aprisionados em páginas de jornais e revistas, em telas de TV ou nas redes sociais, mas circulam e são construídos em sua relação com o contexto histórico, sociocultural, em sua relação com a memória. Assim, em uma sociedade com forte tradição misógina, a figura de Rousseff foi largamente desqualificada através de menções à sua

5 Interessante análise de Leila Barbosa e Maria Carmen Gomes no artigo “A Representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais”. Pode ser consultado em <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/12026/7438>

6 Sobre o perfil dos manifestantes presentes nos protestos ver a matéria “Protesto cresce mas manifestantes mantêm perfil de alta renda”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.html>.

sexualidade, à suposta incapacidade de diálogo, ao desequilíbrio emocional, ao seu “temperamento agressivo”.

Deste modo, na edição de nº 2417, de 6 de abril de 2016, da revista *Isto É*, a fotografia da capa apresenta Rousseff como se estivesse afetada por um surto psicótico, como se a presidenta estivesse fora de si. Destacada sobre um fundo escuro e sob impacto da manchete de capa “As explosões nervosas da Presidente”, o objetivo do enunciador é desqualificar a figura da presidenta, sublinhar a histeria da mulher que não teria condições de exercer o poder. Portanto, o efeito de sentido fundamental aponta para a incapacidade da mulher de estar à frente da presidência da República, daí a conveniência, a legitimidade para sua destituição (Amaral & Arias Neto, 2017).



Figura 2 – “As explosões nervosas da Presidente”, 6 de abril de 2016, revista *Isto É*

Importante sublinhar que a suposta imagem de descontrole da presidenta por conta do andamento do processo de *impeachment* foi uma fotografia produzida em um outro contexto: durante uma partida de futebol da seleção brasileira realizada durante a Copa do Mundo, em 2014. A expressão de Rousseff é de uma torcedora durante um jogo. Aqui, observamos o poder da mídia o qual não se limita a supostamente buscar operar a mediação do mundo, dar visibilidade à realidade, mas, neste processo, manifesta-se com clareza a capacidade de produzir a realidade, deslocando imagens e organizando uma narrativa de verossimilhança (Dijk, 2005).

Em contraposição, desqualificada a presidenta como mulher e considerada líder incapaz, na capa da revista *Veja*, publicada em 18 de abril de 2016 com o título “Bela, Recatada e do Lar”, emerge Marcela Temer, esposa do então vice-presidente

Michel Temer. É apresentada como uma mulher elegante, bonita, discreta e competente o suficiente para gerenciar o lar e ser uma excelente primeira dama⁷.

A representação da importância da mulher na qualidade de esposa, mãe e do lar, desqualificando a figura da mulher investida de poder político, reforça o imaginário pré-construído de naturalização da mulher como ser subalternizado e forjado à sombra do patriarcado. Importante dizer que a matéria da Revista *Veja* produziu expressivas reações, destacadamente nas redes sociais, fazendo emergir críticas contundentes ao conservadorismo da matéria. Tais reações foram, também elas, apreciadas em diversos estudos⁸.

Uma terceira estratégia urdida na tessitura dessa narrativa foi a mitificação do então juiz de primeira instância de Curitiba, responsável pela Operação “Lava Jato”, Sergio Moro.

Já foi dito que milhares de páginas sobre Sergio Moro foram escritas nas redes sociais; já a mídia hegemônica, sob o protagonismo da Rede Globo de Televisão, construiu uma imagem mítica do juiz. Tal imaginário pode ser observado na edição nº2458, de 30 de dezembro de 2015, da revista *Veja*, cujo título é “Ele salvou o ano!”. O cenário de crise política e a destituição do governo Rousseff sob o argumento do aumento da corrupção o projetaram como herói anti-corrupção e líder da chamada Operação Lava Jato⁹.

7 Ver a interessante análise realizada por Bárbara Albuquerque e Maria Santos de Souza Melo, no artigo “Bela, Recatada e do Lar: uma análise semiolinguística da matéria da revista *Veja*” (2017). Ver também o artigo “Bela, Recatada e do Lar: uma análise do discurso da matéria que pautou o debate de gênero nas redes sociais” (2017).

8 Sobre algumas reações nas redes sociais em relação à matéria publicada na revista, é interessante a análise de Ceres Carneiro e Elaine P. Daróz no artigo “Bela, recatada e do Lar: o imaginário da mulher na contemporaneidade”. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/viewFile/3094/pdf>.

9 Eduardo Costa Pinto propõe uma análise sobre a crise institucional no texto: Lava Jato, Crise Institucional e perigo para a democracia. Não há nada tão ruim que não possa piorar. Disponível em: www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/050420180457_3.pdf.

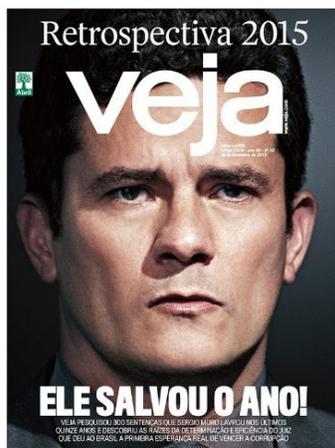


Figura 3 - “Ele salvou o ano!”, 30 de dezembro de 2015, *Veja*

Uma quarta estratégia acionada pela mídia: a revelação bombástica de escândalos políticos, em particular do chamado “petrolão”, que envolveu a Petrobrás em negociatas junto a empresas como a Odebrecht. Tal acionamento pode ser observado, por exemplo, na revista *Veja* nº 2397, de 23 de março de 2014, cujo título acusa: “Eles sabiam de tudo”. Ali ampliou-se a mobilização de elementos do espetáculo os quais encontraram terreno fértil através da cobertura das conduções coercitivas realizadas pela Polícia Federal, de contundentes matérias as quais fermentaram o clássico imaginário da luta do bem contra o mal, a encenação da caça pelo herói àqueles nomeados de corruptos¹⁰.

10 Uma análise sobre a cobertura da Operação Lava Jato é realizada por Fábio Lima no artigo “O discurso jornalístico impresso e o ‘espetáculo’ da democracia”. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/viewFile/1564/1273>.



Figura 4 - “Eles sabiam de tudo”, 23 de março de 2014, *Veja*

Outro dispositivo do qual lançou-se mão, o quinto aqui revisitado, foi o lugar discursivo construído para Rousseff e Lula. A maioria das manchetes apresenta os dois líderes petistas como participantes de acontecimentos ou atitudes ligadas ao seu enquadramento legal ou penal; são exibidos como atores envolvidos com algum crime, sobretudo na operação Lava Jato, ou associados a criminosos. Um exemplo a ser destacado foi a capa da revista *Veja*, cuja circulação foi antecipada a fim de influenciar no resultado da última eleição presidencial, quando Rousseff foi reeleita. Um dia antes da realização das eleições, a circulação da edição da revista *Veja* com a manchete de capa “Eles Sabiam” foi antecipada com o objetivo claro de intervir no pleito.



Figura 5 - “Perto do fim”, de 18 de abril de 2016, *O Globo*

Outra estratégia relaciona-se à antecipação, através de determinado enquadramento da grande mídia, do resultado do *impeachment*, como mostra o estudo desenvolvido por Antonio Fausto Neto (2016). Tal enquadramento está expresso na edição de *O Globo* sob o título “Perto do fim”, de 18 de abril de 2016. Embora o processo de impedimento ainda estivesse em curso, o título norteia o sentido da matéria, busca a paráfrase do acontecimento.

A narrativa é marcada, neste caso, pela dramatização do futuro que se pretende antecipar, desviando o jornalismo da análise de fatos, acontecimentos, e reforçando o lugar de elemento que procura interferir nos processos políticos, jurídicos, sociais e culturais.

A antecipação do acontecimento realizada pela mídia tem como uma de suas expectativas o efeito do sentido já dado, do futuro acontecimento como posto no presente, não havendo, pois, outra possibilidade de devir.

Comentários (in)conclusivos

Uma das consequências de todo esse processo em curso no Brasil foi a desqualificação da política, levando à implosão do sistema político, culminando com a sua deslegitimação, que atingiu não somente o alvo político privilegiado pelo enquadramento midiático, mas também os atores políticos que deveriam ser silenciados. Com a implosão do sistema político, o campo jurídico e o campo midiático naquele momento, sob vários aspectos, tenderam a ocupar o vazio do poder, certamente que enredados aos interesses econômicos.

Diante deste cenário, o Brasil experimenta uma crise sem precedentes posto que não somente o sistema político foi implodido mas o país passou a conviver com uma crise institucional, pois também o poder judiciário enredou-se em uma barafunda. Nas palavras de Boaventura Sousa Santos, o Brasil vive uma democracia de baixa intensidade. A reflexão sobre as características da democracia no mundo e o retorno de formas políticas autoritárias levam pensadores como Sousa Santos a voltar seu olhar de modo cuidadoso para a experiência brasileira¹¹.

Como observação final, mas não menos importante, constatamos neste diálogo com distintos estudos, o reforço por parte da mídia a atitudes autoritárias, nomeadas, não raro, de manifestações neofascistas acionadas no cotidiano do sujeito comum (Wainberg & Muller, 2017).

Portanto, além da violência exposta diariamente, sobretudo em programas popularescos os quais expõem sujeitos subalternizados – negros, drogados, pessoas em situação de rua – radicalizou-se a desqualificação de determinadas lideranças políticas, as quais foram exibidas nos meios de comunicação na figura de bonecos vestidos como presidiários, enforcados, decapitados, expostos nas manifestações das ruas do país. A capa da revista *Veja*, de circulação nacional, exibindo a cabeça de Lula decepada, é um exemplo do nível da radicalização política alcançada.

Se, como afirmamos no início deste texto, ao longo da história a luta pelo poder é marcada pelo domínio de estratégias que operam no sentido de reforçar determinadas visões de mundo e as narrativas condicionam o modo de compreender

11 Sobre isso, é interessante a crítica de Sousa Santos no livro *A difícil democracia: reinventar as esquerdas* (2016). É também importante a leitura de Agamben, que propõe uma instigante discussão sobre o conceito Estado de Exceção em sua obra *Estado de exceção e genealogia do poder* (2004). Rafael Valim, por sua vez, retoma a questão e a inscreve no contexto do Brasil atual em seu livro *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* (2017).

o mundo e de explicá-lo, a compreensão da maneira como o campo midiático ressignifica o mundo político é fundamental para que os sujeitos não apenas construam suas posições, mas também atuem para transformar a realidade.

Diante da crise política vivenciada no Brasil atual, também o mundo se volta para compreender seus desdobramentos, não apenas por estar em evidência um país que se colocava como um dos protagonistas da geopolítica mundial do século XXI, mas também por tal crise fazer emergir um processo que poderá significar uma profunda derrota das alternativas possíveis à dominação do capitalismo financeiro, em aliança com setores internos do maior país da América Latina.

Ao mesmo tempo, torna-se fundamental ir além da compreensão deste processo, o que significa atuar no sentido de construir novos caminhos, novas narrativas as quais devem contribuir para o fortalecimento da democracia e a redefinição do papel dos atores sociais. Por certo, a comunicação tem reservado um papel fundamental neste processo.

Referências

- AGAMBEN, G. (2004). *Estado de exceção e genealogia do poder*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- ALBUQUERQUE, B. & MELO, M. S. de S (2017). “Bela, Recatada e do Lar: uma análise semiolinguística da matéria da revista *Veja*”. *Entrepalavras*, 7, 343-365.
- AMARAL, M. E. P. & ARIAS NETO, J. M. (2017). Perversão e Política no *impeachment* de Dilma Rousseff. *Chasqui, Revista Latino-americana de Comunicación*, 135, 55-70.
- BARBOSA, L. & GOMES, M. C. (2010). A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*, 20(40), 67-92. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148512026>
- BOURDIEU, P. (2002). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARNEIRO, C. & DARÓZ, E. P. (2017). “Bela, recatada e do L\Bar: o imaginário da mulher na contemporaneidade”. *Macapá*, 7(1). Retirado de <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/viewFile/3094/pdf>.
- DÉBORD, G. (1998). *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.
- DIJK, T. V. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto: Ed. Campo das Letras.
- DIJK, TV. (2016, 19 de dezembro). Como a rede Globo manipulou o *impeachment* da presidente do Brasil Dilma Rousseff. *Carta Maior*. Retirado de <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490>

- Eco, U. (1984). *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GOMES, W. (2018, 16 de março). Marielle e Anderson: as várias faces políticas de um assassinato. *Cult*. Retirado de <https://revistacult.uol.com.br/home/marielle-e-anderson-faces-politicas-de-um-assassinato/>
- GOMES, M. C. A. & SANT'ANA, M. F. (2012). A Construção discursiva de Dilma Rousseff: análise da primeira página de três jornais mineiros à luz dos estudos sistêmicos funcionais. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 28, 515-535. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502012000300005
- GUERRA, A. et al. (2017). *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LIMA, F. (2017). “O discurso jornalístico impresso e o ‘espetáculo’ da democracia”. *Revista Estudos Linguísticos*, 46(3), 1000-1015. Retirado de <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/viewFile/1564/1273>.
- MALTA, R. B. e S. & SUYENE, B. C. (2017). “Recatada e do Lar: uma análise do discurso da matéria que pautou o debate de gênero nas redes sociais”. *Contemporânea. Revista de Comunicação e Cultura*, 15(2), 146-166.
- NETO, A. F. (2016). Dos circuitos à sentença: o *impeachment* de Dilma Rousseff no ambiente da circulação midiaticizada. *Revista Mediações de La Comunicación*, 11, 97-111. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6698269.pdf>
- OLIVEIRA, A. E. A. de. Democracia na América Latina: Tensões e Práticas. *40º Encontro Anual da Anpocs*. Retirado de <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st10-7/10229-aonde-vai-a-america-do-sul-analise-comparada-das-experiencias-de-governos-de-esquerda-e-do-seu-questionamento-pela-direita-no-inicio-do-seculo-xxi/file>
- PINTO, E. C. (2018, 2 de abril). Lava Jato, Crise Institucional e perigo para a democracia. Não há nada tão ruim que não possa piorar. *Carta Maior*. Retirado de : www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/050420180457_3.pdf.
- SOUSA Santos, B. (2016). *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- VALIM, R. (2017). *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Ed. Contraponto.
- WAINBERG, J. A. & Muller, A. A. C (2017). Eleições 2.0: Ódio nas redes durante a campanha presidencial de 2014. *Conexão Comunicação e Cultura*, 16(31), 43-71.

FAKE NEWS E A EMERGÊNCIA DAS AGÊNCIAS DE CHECAGEM: TERCEIRIZAÇÃO DA CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA?

Marcos Palacios*

Resumo

Duas premissas básicas servem como pontos de partida neste texto: a) notícias falsas, imprecisas ou enviesadas, seja por deficiência de apuração, seja por fabricação intencional ou incompetência profissional sempre existiram; b) a checagem dos fatos (*facts cheking*) constituintes de uma notícia é uma das características definidoras do chamado Jornalismo Moderno.

Importa por isso tentar compreender o que mudou e porquê, bem como que efeitos tais mudanças podem acarretar para a credibilidade jornalística.

Palavras-chave: Notícias falsas; checagem de factos; jornalismo

* Marcos Palacios é jornalista e Ph.D. em Sociologia pela University of Liverpool, Inglaterra. Começou sua carreira acadêmica como docente na University College of Swansea, na Grã-Bretanha, em 1980, tendo trabalhado posteriormente no Centro de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA), antes de se transferir para a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1986. Coordenador de vários programas de pós-graduação nas áreas de Sociologia do Desenvolvimento e Comunicação Social e Diretor da Faculdade de Comunicação da UFBA (1997-2001). Criou juntamente com o Prof. Elias Machado o GJOL (Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-Line), que atualmente coordena. Professor Titular de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, além de Catedrático Visitante na Universidade da Beira Interior (Portugal).. Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: palacios@ufba.br

Preliminares

Começemos pelo que pode parecer mais óbvio, mas sempre convém lembrar: a informação jornalística, em uma sociedade capitalista, é uma mercadoria, ainda que de caráter simbólico, produzida sob uma variedade de modelos de negócios, mas diferenciando-se da maioria das outras mercadorias por um elemento essencial em sua constituição intrínseca: a credibilidade. Sem tal ingrediente fundamental essa mercadoria tende a perder seu valor de mercado, atingindo – cedo ou tarde – a própria capacidade de sobrevivência concorrencial de qualquer empresa que se dedique a esse ramo de negócio e falhe em manter a credibilidade de seu produto.

Para efeitos de delimitação cronológica, vamos nos cingir nesta comunicação ao chamado Jornalismo Moderno. A despeito da discussão em torno dessa terminologia (Dooley, 1990), bem como do lugar e das funções do jornalismo no processo de modernização das sociedades ocidentais (Machado, 2000), entendemos nesta comunicação como jornalismo moderno, o modo de produzir notícias, que está fortemente associado com o processo de industrialização europeu e com a urbanização a ele associado, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Essa forma do “fazer jornalístico” está intrinsecamente ligada à introdução das rotativas e das grandes tiragens dos jornais impressos (Hobsbawn, 1962) e consolida-se, com características muito próximas das atuais, nas primeiras décadas do século XX (Park, 1923).

Princípios filosóficos e deontológicos de precisão (*accuracy*), imparcialidade e objetividade, passam a ser os fiadores da credibilidade, nesse modo de produzir notícias. Não é nosso objetivo nesta comunicação discutir os elementos ideológicos sustentadores dessa construção social (vide por exemplo Moretzsohn, 2002) e menos ainda analisar o cumprimento de tais desideratos. Trata-se aqui, tão simplesmente, de assinalar que precisão (*accuracy*) é um elemento essencial para a manutenção da qualidade jornalística e da credibilidade noticiosa, sem a qual a mercadoria notícia corre o risco de perder seu valor de mercado.

Quando nos referimos ao jornalismo, a partir de inícios do século XX, credibilidade e qualidade são inseparáveis. Apesar das dificuldades metodológicas envolvidas em tal empreitada, cresce a preocupação com a criação de mecanismos de medição que tornem viável uma avaliação da qualidade editorial de organizações jornalísticas:

quanto maior a transparência promovida pelas organizações jornalísticas sobre sua natureza e seus procedimentos, mais elas se credenciam como mediadoras das mais relevantes no ambiente democrático para o agendamento de temas e para a alimentação do debate público acerca deles. Quanto menor a transparência, maior o risco de perda da credibilidade. Qualquer consolidação de experiências de avaliação da qualidade com vistas ao reforço da credibilidade de uma organização jornalística deve garantir mecanismos efetivos capazes de oferecer à sociedade, de forma geral, e à sua audiência, de forma particular, a possibilidade de cobrar os resultados prometidos em seus projetos editoriais e nos compromissos ético-políticos do jornalismo como instituição social nas sociedades democráticas. (Guerra, 2014, p. 14)

Ralph Pulitzer é creditado como o pioneiro na implantação de um setor especializado em *fact checking*, dentro de seu próprio jornal, o *The World*, de Nova Iorque, que havia sido comprado por seu pai, Joseph Pulitzer¹, em 1883. Em 1913, Ralph Pulitzer e Isaac White, editor chefe do *The World*, criam o Bureau for Accuracy and Fair Play, com a tarefa específica de checar fatos, antes de sua publicação. A principal razão para o estabelecimento desse mecanismo interno de *fact checking* foi o crescente número de processos contra o jornal, por calúnia e difamação: 14 em 1912 e 23, em 1913, quando o Bureau foi estabelecido. Causas perdidas significavam prejuízos – muitas vezes consideráveis – para a empresa, com o pagamento de indenizações e riscos para a credibilidade do negócio (Nord, 2008, p. 236).

Ralph Pulitzer foi autor de um livro sobre a profissão jornalística, publicado em 1912, o mesmo ano em que o curso de jornalismo na Universidade de Columbia foi criado, parcialmente com apoio financeiro de seu jornal. Em uma conferência para alunos do curso, Pulitzer descreveu a “amedrontadora pressão” (*fearful pressure*) sob a qual trabalhava uma empresa jornalística como *The World*, com mais de 160 mil palavras, escritas por mais de dois mil colaboradores sendo reduzidas para 60 mil por uma grande equipe de editores e, em seguida, copiadas por 56 operadores de linotipos. “É desencorajadoramente grande a chance de imprecisões não deliberadas”, conclui ele. Porém, a maior parte daquela sua conferência

1 Joseph Pulitzer (1847-1911). Em 1903 Pulitzer doou à Universidade Columbia a quantia de um milhão de dólares, destinada à criação de uma escola de jornalismo, a Columbia University Graduate School of Journalism. Em 1917 estabeleceu-se o Prêmio Pulitzer, concedido anualmente a personalidades de diferentes áreas do jornalismo e literatura.

em Columbia foi devotada à crítica da fabricação intencional de notícias falsas, ou seja o que hoje chamamos de *fake news* (Smythe, 1980).

Assim, podemos identificar já nos primórdios do Jornalismo Moderno dois fatores explicativos para a geração de notícias imprecisas ou falsas: a aceleração dos processos de produção da informação jornalística, a partir da mecanização e crescimento físico da escala de produção, por um lado, e a deliberada fabricação de *fakes*, pelo outro. E, igualmente, podemos identificar nessa mesma época o estabelecimento de mecanismos para tentar prevenir a ocorrência desse tipo de informação falseada ou imprecisa, zelando-se assim pela qualidade e – *pari passu* – colocando-se a empresa a salvo de perdas financeiras resultantes de processos jurídicos.

Quando a revista *Time* começou sua publicação, em 1923, Nancy Ford foi contratada para o trabalho específico de *fact checking*. Logo ela passou a comandar uma equipe, toda ela feminina (um detalhe no mínimo curioso, para a época), que tinha por tarefa a checagem de datas, nomes e fatos em todos os artigos a serem publicados na revista. Por essa época todas as grandes revistas norte-americanas adotavam ou estavam em vias de adotar algum sistema interno de *fact checking* (Fabry, 2017).

Vale lembrar também que os grandes jornais e revistas sempre mantiveram a prática das chamadas Cartas ao Editor, através das quais os leitores podiam manifestar suas opiniões e críticas ao material publicado e, eventualmente, indicar equívocos ou falseamentos em notícias. Naturalmente o recurso estava sujeito a um forte sistema de filtragem, sendo publicada apenas uma pequena parcela das cartas recebidas. Uma vez por outra, no entanto, correções eram acolhidas, gerando as chamadas para um texto, em geral em um *box* (Erramos), no qual o jornal ou revista admitia o(s) erro(s) e apresentava desculpas, normalmente sem que tais retificações tivessem qualquer destaque e, assim, pouco servindo para remediar os problemas identificados.

Lateridades

É possível também associar-se o colunismo crítico e seu caráter metajornalístico com mecanismos de *fact checking* e de monitoramento de responsabilidades editoriais. No Brasil, a coluna “Jornal dos Jornais”, de Alberto Dines, publicada na *Folha de S. Paulo*, entre 1975 e 1977, cumpriu tais funções (Mendes, 2002, citado em Franzoni, 2013, p. 21).

A introdução da função de *ombudsman* (provedor dos leitores) constituiu outra importante inovação nos mecanismos de *fact cheking*. A figura do *ombudsman* tem origem na Suécia, nos inícios do século XIX, através da criação de representantes independentes para fiscalizar e provocar respostas por parte das ações do governo, ou naqueles tempos mais remotos, para limitar os poderes do rei (Howard, 2010, p. 3).

No jornalismo, a introdução do *ombudsman* é bastante mais recente. Madalena Oliveira (2004) assinala que:

apesar de, desde o início da sua massificação, se ter percebido que o jornalismo não era uma qualquer forma de arte, gratuita e ficcional como todas as outras, só a partir de 1947 é que oficialmente se atribui aos média uma responsabilidade social nas organizações. Para isso parece ter sido determinante o relatório da Comissão da Liberdade de Imprensa (Comissão Hutchins), que, entre outras considerações, sugere aos media que procurem lançar-se num vigoroso criticismo mútuo como meio de promover o escrutínio (Nemeth, 2000). No entanto, só duas décadas mais tarde é que um jornal americano (o Louisville Courier-Journal) decide criar a figura do “provedor dos leitores”, adoptando o conceito sueco de *ombudsman*. (Oliveira, 2004, p. 80)

Se os setores de *fact cheking* funcionando no interior das empresas de comunicação podem ser pensados como *modelos apriorísticos* de checagem de veracidade noticiosa, o trabalho do *ombudsman*, a exemplo do que ocorre com as Cartas ao Editor, constitui um *modo de checagem a posteriori*. Ou seja, a função do *ombudsman* pode ser caracterizada como metajornalística e direcionada para a avaliação crítica da produção jornalística do dia a dia de uma determinada publicação ou conjunto de publicações de uma empresa.

Historicamente, a ideia de introduzir em uma empresa jornalística a figura do *ombudsman* aparece pioneiramente no jornalismo japonês. O *Asahi Shimbun*, um diário de Tóquio com a maior circulação do mundo à época, estabeleceu, em 1922, um comitê para lidar com reclamações de leitores e analisar criticamente a produção do jornal. O *Yomiuri Shimbun*, outro jornal japonês de larga circulação, seguiu pelo mesmo caminho, em 1938 (Starc, 2010, p. 110).

Aos poucos, a presença dos *ombudsmen* nas redações foi-se difundido pelo mundo, com a adoção desse recurso por muitas das grandes empresas jornalísticas, em todos os continentes. No Brasil o primeiro jornal a contratar um *ombudsman*, em 1989, foi a *Folha de S. Paulo*. Em Portugal, o cargo de provedor dos leitores,

começou no final da década de 1990, em dois jornais, o *Público* e o *Diário de Notícias* (Oliveira 2017).

A característica fundamental que importa registrar, no que tange aos mecanismos de *fact-checking*, desde princípios do Jornalismo Moderno, é a *localização interna* de tais processos, sob total controle da empresa jornalística.

Desdobramentos

A partir da segunda metade da década de 1990, com a digitalização da informação, a transposição dos jornais tradicionais para a internet e, posteriormente, a proliferação das plataformas de mídia social, tem lugar um crescimento exponencial da produção de material que, de maneira ampla e vaga, pode ser classificado como “jornalístico”.

Emerge, então, um novo mecanismo de checagem. Trata-se da criação das agências de checagem de informação (*fact checking agencies*), marcando o nascimento de uma nova inserção no mercado de profissionais de jornalismo, voltados exclusivamente para a tarefa de verificar e validar (ou não) textos e imagens em circulação sob a suposta rubrica de “notícias”.

A situação tornou-se crítica, inclusive porque notícias fabricadas passaram a ser circuladas também sob falsas logomarcas de jornais tradicionalmente estabelecidos, ou com atribuição de fonte a tais veículos, com o intuito de criar uma “credibilidade emprestada”.

A história do fact-checking começou em 1991, quando o jornalista Brooks Jackson recebeu, em sua redação na CNN em Washington (EUA), a tarefa de checar a veracidade dos anúncios de TV dos candidatos à presidência do país na época, Bill Clinton e George Bush. Ele fundou, então, a primeira agência de checagem de propaganda eleitoral: a “Ad Police”. Seu trabalho teve tanto sucesso que fundou, em 2003, o primeiro site independente de checagem de fatos, o FactCheck.org. Daí em diante, várias outras agências foram sendo criadas. (Meireles, 2018)²

2 Retirado de <https://www.politize.com.br/chechagem-de-fatos>

De acordo com o *Duke Reporters' Lab*, o número de agências de *fact checking* no mundo mais do que triplicou, desde 2014, crescendo de 44 para 149, um aumento de 239%.

A proliferação de agências de checagem, por todos os continentes (Figura 1), vem criando um novo espaço para o exercício da profissão de jornalista, com as empresas emergentes buscando diferentes formas de financiamento e modelos de negócios, que vão desde a pura e simples venda de checagem para empresas de mídia, até oferecimento de cursos e solicitação de doações individuais:

as verificações de factos, como outros meios de comunicação, também estão à procura de novas maneiras de se manter à tona – de doações individuais e programas de aumento de associados a planos de distribuição e serviços de pesquisa por contrato. O Facebook recrutou *fact-checkers* em cinco países para ajudar no esforço às vezes atribulado da plataforma social para identificar e rotular informações falsas que poluem o *Feed* de notícias. (O Facebook também é um financiador de relatórios do *Google Reporter*, convém notar). E o projeto *Share the Facts*, do Google, ajudou essa empresa a elevar a verificação de factos na sua página de notícias e em outras plataformas. Esse é um desenvolvimento que cria públicos maiores que são especialmente úteis para os verificadores de factos da grande mídia que dependem muito da receita de anúncios digitais. (Stencel & Griffin, 2018)³



Figura 1 – Distribuição de agências pelos continentes
Fonte: Duke Reporters' Lab (2018)

3 Retirado de <https://reporterslab.org/fact-checking-triples-over-four-years>

Por outro lado, o rápido crescimento e o sucesso desse novo tipo de empreendimento está gerando um processo de diversificação e especialização quanto aos serviços oferecidos.

No Duke Reporters' Lab de 2018, vamos encontrar listadas desde empresas voltadas exclusivamente para checagem de informações sobre o Clima (Climate Feedback⁴, sediada na Universidade da Califórnia) até aquelas que se especializam em checar rumores sobre personalidades e espetáculos, numa espécie de “colonismo social reformado”, como é o caso da Gossip Cop⁵, de Nova Iorque.

Em 2015, já era tal a proliferação de agências que o Poynter Institute tomou a iniciativa de criar uma forma de “checagem das checagens”, ou seja uma instituição encarregada de verificar normas e metodologias adotadas pelas agências de checagem, para garantir sua idoneidade. Trata-se da International Fact-Checking Network:

atualmente [junho de 2018] a empresa possui cinquenta e três signatários verificados e quatro empresas que aguardam renovação. Esta organização se dedica a unir verificadores de fatos em todo o mundo, e alinhar os trabalhos com o auxílio de um código de princípios, com o objetivo de apoiar projetos de verificação de fatos, permitir a troca de experiências entre empresas especializadas no serviço, desenvolver soluções para checagens, treinamentos, elaboração de eventos e apoio colaborativo aos checadores, a fim de contribuir para o combate das fake news. (Sagismundo & Guimarães, 2018, p. 2284)

No Brasil, “a primeira experiência com a checagem de fatos foi em 2010, durante as campanhas eleitorais, num projeto do jornal *Folha de S. Paulo* chamado Mentirômetro⁶ e Processômetro⁷, que verificava o grau de veracidade de declarações dos políticos” (Meireles, 2018)⁸.

Em 2015, foi criado o site *Aos Fatos*, exclusivamente dedicado à checagem de informações jornalísticas.

4 Disponível em: <https://climatefeedback.org/>

5 Disponível em: <https://www.gossipcop.com/>

6 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/especial/2010/eleicoes/mentirometro-mais_recntes.shtml

7 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/metasp-ensp/relatorio/chart>

8 Retirado de <https://www.politize.com.br/checagem-de-fatos>

Em 2016 foi criada a *Lupa*⁹, a primeira agência de *fact checking* do Brasil (Gonçalves, 2016). A *Lupa* vende seus serviços para veículos de informação. Entre 2016 e 2018:

a agência publicou mais de 700 postagens e, nelas, analisou o grau de veracidade de mais de 2.100 frases. Até agosto de 2018, havia feito mais de 80 colunas semanais no jornal *Folha de S.Paulo* e comentado na rádio CBN – em entradas ao vivo – nada menos do que 500 afirmações feitas por políticos e poderosos. *Folha de S.Paulo*, revista *Época*, Yahoo! e o portal Metrôpoles, do Distrito Federal, são clientes fixos da *Lupa* e têm direito a publicar ao menos uma coluna com material inédito por semana. Além deles, nos últimos dois anos, a agência levou seu trabalho à rádio CBN e a uma série de jornais: *Correio* (BA), *Gazeta do Povo* (PR), *O Liberal* (SP), *A Crítica* (AM), *Correio Braziliense* (DF), *O Tempo* (MG) (...), o site *Catraca Livre* e [o] canal de TV *GloboNews*. (Agência Lupa, 2018)

Além de funcionar como uma agência de checagem, a *Lupa* insere-se também no âmbito da literacia midiática oferecendo treinamento para estudantes e profissionais de jornalismo ligados a veículos de mídia, através do programa Lupa Educação:

criado em abril de 2017, oferece palestras e workshops sobre fact-checking a estudantes e profissionais de qualquer formação. Também faz treinamentos in-company. Em seu primeiro ano de existência, o Lupa Educação ofereceu (...) 24 workshops – uma média de dois por mês – e capacitou mais de 3 mil pessoas em todo o país. (Agência Lupa, 2018)

Durante as eleições presidenciais de 2018, no Brasil, uma coalização de 24 empresas de mídia foi formada, criando-se o Projeto Comprova¹⁰. Jornalistas de todos os veículos parceiros trabalharam de forma colaborativa e em rede na detecção e verificação de rumores, conteúdo enganoso e táticas de manipulação nas redes sociais.

O projeto foi coordenado pela ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), envolvendo o estado de S. Paulo, AFP, Band (TVs e rádios do grupo), *Canal Futura*, *Correio*, *Correio do Povo*, *Exame*, *Folha de S. Paulo*, *GaúchaZH*, *Gazeta Online*, *Gazeta do Povo*, *Jornal do Commercio*, *Metro Brasil*, *Nexo Jornal*, *Nova Escola*, NSC Comunicação, *O Povo*, *Poder360*, *Revista Piauí*, Sistema Brasileiro

9 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>

10 Disponível em: <https://projctocomprova.com.br/>

de Televisão, UOL e *Veja*. O Google News Initiative e o Facebook Journalism Project ajudaram a financiar o projeto, além de oferecerem treinamento e apoio técnico.

O caso do Projeto Comprova levanta um outro tipo de questionamento: uma vez que se constitui como uma iniciativa da grande mídia (*mainstream media*), financiada pelo Google e Facebook, até que ponto não teríamos aqui uma espécie de aparato de certificação das expressões da parcela de produtores de informação centrados na mídia corporativa e com apoio da patronal ANJ (Associação Nacional de Jornais)¹¹, com riscos, por *default*, para a credibilidade dos veículos alternativos, que passam a ser “não-certificados”?

Em fevereiro de 2018, o Duke Reporters’ Lab¹² assinalava a presença de oito agências de checagem operando no Brasil. Segundo uma pesquisa do Ipsos Institute, os brasileiros aparecem como o povo que mais acredita em *fake news* no mundo – são 62%, seguidos de Arábia Saudita e Coreia do Sul (58%) e peruanos e espanhóis (57%) (Ipsos, 2018).

Deve-se ainda levar em conta que, além do crescimento exponencial da informação circulante digitalmente sob a rubrica de material pretensamente jornalístico, uma parcela crescente de leitores de material jornalístico ou pseudo-jornalístico não consome informação diretamente a partir das páginas de empresas jornalísticas, mas através do que se passou a chamar *notícias incidentais*, ou seja aquelas que não são ativamente buscadas em sites jornalísticos, mas simplesmente se oferecem através de circulação nas redes sociais.

Em um estudo realizado com leitores jovens (18 a 29 anos), na Argentina, majoritariamente de classe média e média-alta revelou que:

a maioria dos entrevistados acede às notícias por meios digitais, geralmente por meio de dispositivos móveis, como prática secundária de monitoramento de redes sociais. Eles não entram em contato com o universo digital para procurar notícias, mas os encontram nos *feeds* de suas redes, intercalados com anedotas engraçadas de amigos, pedidos de ajuda e fotos de viagens, animais e refeições. Às vezes, eles clicam nas manchetes e passam pouco tempo lendo as informações além do título e do download, depois voltam ao Facebook ou interrompem o consumo de mídia porque é necessário sair do ônibus e começar a andar. (Boczkowski & Michelstein, 2016)¹³

11 Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/institucional/instquemsomos.html>

12 Disponível em: <https://reporterslab.org/>

13 Retirado de <http://revistaanfibia.com/ensayo/medio-ya-no-mensaje>

Essa forma de consumo incidental provoca uma perda do contexto de origem e da hierarquização das notícias circulantes nas redes sociais, sem qualquer garantia quanto à procedência ou precisão do material circulado:

o jornal diário, o programa de rádio e a televisão desapareceram como uma unidade que apresenta uma visão ordenada e representativa da atualidade. O que fica são pedaços de histórias e opiniões, submersos num mosaico gigantesco de informações de todos os tipos e procedências. (Boczkowski & Michelstein, 2016)¹⁴

Ao leitor incidental que, por alguma razão coloque em dúvida a veracidade de uma notícia, oferece-se o recurso de uma checagem através de sites que automatizam as metodologias e mecanismos de verificação.

São os *bots* de checagem, que começaram a aparecer a partir de 2016. O pioneiro foi o ClaimBuster¹⁵, desenvolvido na Universidade do Texas e atualmente já fora de serviço (Hassan et al., 2017). O modelo inicial proliferou e há vários *bots* ativos, funcionando com maior ou menor grau de sucesso na detecção de informação falsa em circulação.

Recentemente, no Brasil, a Universidade de São Carlos em conjunto com a Universidade de São Paulo, criaram um sistema automatizado de checagem¹⁶, que funciona da seguinte maneira:

ao receber um texto, o sistema aplica métodos para extrair atributos linguísticos desse texto e os utiliza em um modelo de aprendizado de máquina, que classifica a notícia como verdadeira ou falsa. O texto deve ter pelo menos 100 palavras, pois o sistema foi “treinado” dessa forma. (...) Estão disponíveis dois modelos de detecção: “Palavras do Texto” e “Classes Gramaticais”. O modelo de Palavras do Texto utiliza uma representação Bag of Words do texto, onde a presença ou ausência de uma palavra é marcada como 0 ou 1 em um vetor com 10395 posições (relativas às palavras mais importantes do corpus). O modelo de classes gramaticais calcula a porcentagem de palavras pertencentes à cada classe gramatical, de acordo com o tagger nlpnet. Os atributos extraídos do texto são aplicados em um classificador Support Vector Machine, que infere automaticamente a classe da notícia (verdadeira ou falsa).

14 Retirado de <http://revistaanfibia.com/ensayo/medio-ya-no-mensaje>

15 Disponível em: <https://slack.com/apps/A2R26oZUK-claimbuster>

16 Disponível em: <http://nilc-fakenews.herokuapp.com>

Nos testes realizados, em um ambiente de teste controlado, o sistema obteve cerca de 89% de acerto (acurácia geral). Porém, sendo esse sistema apenas uma prova de conceito, não é recomendado o uso do FakeCheck como única fonte de verificação de notícias. O sistema é apenas um apoio para o usuário. (Sasaki, 2018)¹⁷

A descrição da logística adotada parece bastante complexa e convincente, mas a questão fundamental é: o mecanismo funciona? Seus próprios criadores estabelecem os limites desse tipo de checagem, ao assinalarem que se trata apenas de “um apoio para o usuário”. Como muitos dos dispositivos envolvendo Inteligência Artificial em uso na produção e circulação de material jornalístico, esse tipo de aplicação também ainda engatinha.

A credibilidade em debate

O percurso seguido neste artigo evidencia um elemento bastante distintivo do desenvolvimento do processo de produção de precisão e credibilidade na narrativa jornalística ao longo das décadas que vão do início do século XX ao momento atual: sua *exteriorização*.

Se, por um lado, o movimento representado pela criação de agências de checagem sinaliza a abertura de novas inserções profissionais para os jornalistas, por outro coloca em causa um dos elementos que – historicamente – constituiu a rotina da produção jornalística em sua fase moderna: a checagem da precisão da informação como parte essencial do processo de criação da narrativa jornalística, enquanto um formato discursivo diferenciado, e da garantia da sua credibilidade.

As perguntas centrais que ficam para o debate, portanto, não podem deixar de ser: estamos caminhando inelutavelmente para a *terceirização* da credibilidade jornalística? Tal movimento é desejável? Que consequências traz para a narrativa jornalística do ponto de vista de sua posição como “primeiro rascunho” da História, como testemunho documental confiável, a ser buscado como uma das matérias-primas para os historiadores profissionais? Que caminhos se abrem e que dilemas deontológicos se colocam para a formação profissional e para a inserção do jornalista no mercado de trabalho?

17 Retirado de <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/10/26/no-combate-as-fake-news>

É talvez cedo para avaliarmos a força dessa tendência de terceirização, mas é mais que oportuno iniciarmos sua avaliação crítica.

Referências

- Agência Lupa (2018). Site institucional da agência. Retirado de <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa>
- BOCZKOWSKI, P. & MICHELSTEIN, E. (2016). El medio ya no es medio ni mensaje. *Anfibia*. Retirado de <http://revistaanfibia.com/ensayo/medio-ya-no-mensaje>
- DOOLEY, B. (1990). From Literary Criticism to Systems Theory in Early Modern Journalism History. *Journal of the History of Ideas*, 51(3), 461-486.
- FABRY, M. (2017, 24 de agosto). Here's How the First Fact-Checkers Were Able to Do Their Jobs Before the Internet, *Time*. Retirado de <http://time.com/4858683/fact-checking-history>
- FRANZONI, S. (2013). *A função enunciativa do ombudsman da Folha de S. Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Retirado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76144>
- GONÇALVES, V. (2016, 29 de fevereiro). Sob a batuta de Cristina Tardáguila, Lupa surge como 1ª agência de checagem do Brasil. *Portal Imprensa*. Retirado de <https://goo.gl/7eudaW>
- GUERRA, J. (2014). Transparência editorial: a credibilidade jornalística à luz dos sistemas de gestão da qualidade. *ALAIC - Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 11(20), 196-209.
- HASSAN, N. et al. (2018). ClaimBuster: The First-ever End-to-end Fact-checking System. *Proceedings of the VLDB Endowment*, 10(12), 1945-1948. Retirado de <http://www.vldb.org/pvldb/vol10/p1945-li.pdf>
- HOBBSAWN, E. (1962). *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*. Reino Unido: Weidenfeld & Nicolson.
- HOWARD, C. L. (2010). *The organizational ombudsman: Origins, roles, and operations: A legal guide*. Chicago: American Bar Association.
- Ipsos Institute (2018). Fake news, filter bubbles, post-truth and trust. Retirado de https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-08/fake_news-report.pdf
- MACHADO, E. (2000). *La estructura de la noticia em las redes digitales (Um estúdio de las consecuencias de las metamorfoses tecnológicas en el periodismo)*. Tese de doutoramento. Universidad Autonoma de Barcelona, Espanha.
- MEIRELES, C. (2018). Checagem de fatos, um novo nicho no Jornalismo. *Politize*. Retirado de <https://www.politize.com.br/checagem-de-fatos>

- MORETZSOHN, S. (2002). *Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política*. Anais do IX Encontro Anual da Compós (s. p.). Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>
- NORD, D. P. (2008). Accuracy or Fair Play? Complaining about the Newspaper in Early Twentieth-Century New York. In P. Goldstein & J. L. Machor (Eds.), *New Directions in American Reception Studies* (pp. 233 – 253). New York: Oxford University Press.
- OLIVEIRA, M. (2004). Metajornalismo: o ofício que nasceu na sombra da Modernidade. *Comunicação e Sociedade*, 5, 75-83. Retirado de <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1247/1190>
- OLIVEIRA, M. (2017). Da figura do Ombudsman de Média às singularidades do Provedor Paquete de Oliveira. *Revista Comunicando, Média e Cidadania: Um tributo a Paquete de Oliveira*, 6(1), 163-172.
- PARK, R. (1923). The Natural History of the Newspaper. *The American Journal of Sociology*, XXIV(3), 273-289. Retirado de <https://archive.org/details/TheNaturalHistoryOfTheNewspaper>
- PULITZER, R. (1912). *The Profession of Journalism: Accuracy in the News*. New York: World.
- SASAKI, F. (2018, 26 de outubro). No combate às fake news. *Revista FAPESP*. Retirado de <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/10/26/no-combate-as-fake-news>
- SAGISMUNDO, W. C. & GUIMARÃES, M. (2018). Fake news: uma análise de agências que ajudam a identificar a veracidade de uma notícia. *Anais do 13 Simpósio de TCC e 6 Seminário de IC da Faculdade ICESP* (pp. 2279-2310). Guará: Faculdade ICESP.
- SMYTHE, T. C. (1980). The Reporter 1880-1900. *Journalism History*, 4(1), 1–10.
- STARC, K. (2010). The news ombudsman: Viable or vanishing?. In T. Eberwein & D. Müller, *Journalismus und Öffentlichkeit* (pp. 109-118). VS Verlag für Sozialwissenschaften. https://doi.org/10.1007/978-3-531-92006-1_8
- STENCEL, M. & GRIFFIN, R. S. (2018, 22 de fevereiro). Fact-checking triples over four years. *Duke Reporters’ Lab*. Retirado de <https://reporterslab.org/fact-checking-triples-over-four-years>

CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A COMUNICAÇÃO NA HISTÓRIA

Juremir Machado da Silva*

Resumo

Este artigo examina as condições de produção e pesquisa do fenômeno comunicacional na história. Foca-se não na história da comunicação, mas em suportes da comunicação (mídia) como veículos de cobertura, armazenamento e transmissão de acontecimentos históricos. Analisa também os protocolos de escolha e produção acadêmicos.

Palavras-chave: História; comunicação; ciência

* Juremir Silva é Doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V, 1995, escritor, historiador, jornalista, radialista, tradutor e pesquisador do CNPq/Brasil. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS de 2003 a 2014. É autor de *A miséria do jornalismo brasileiro*; *As Tecnologias do imaginário*; *O que pesquisar quer dizer*; *História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários*; *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio*; *Um escritor no fim do mundo: viagem com Michel Houellebecq à Patagônia*; *Getúlio; Solo; 1930: águas da revolução*; *A sociedade Midiocre – passagem ao hiperespetacular – o fim do direito autoral, do livro e da escrita*; *Jango, a vida e a morte no exílio*; *1964: golpe midiático-civil-militar*; *Correio do Povo: a primeira semana de um jornal centenário*; *Corruptos de estimação e outros textos sobre o golpe hiper-real*; *Diferença e repetição: o que é o imaginário*.

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: juremir@pucrs.br

Como narrar?

Nunca havia escrito antes um artigo dito acadêmico em primeira pessoa do singular. Existia uma espécie de interdito. Um tabu do incesto. A terceira pessoa do singular, aprendida nas faculdades de Jornalismo, História e Sociologia, em nível de graduação e pós-graduação, sempre me dava a segurança do suposto distanciamento e a pretensa legitimação científica tão necessária para a aceitação dentro da área, essa esfera, como todas desse universo, ciosa de seus critérios, valores, regras, dispositivos e instrumentos de demarcação. Sei que o uso da primeira pessoa do singular já se tornou comum em certos domínios e para muitos pesquisadores. Não é o meu caso. Cometo aqui a minha primeira transgressão. O que me leva a isso? A necessidade de explorar aspectos da nossa produção intelectual que parecem relegados aos espaços políticos e administrativos. Exemplos: para quem escrever? Por que escrever? Em que formato? É possível escrever um texto acadêmico sem fazer citações de autores nem colocar notas de rodapé? Tais questões podem ser discutidas como produção intelectual ou só cabem sob a forma de manifesto, ofício ou questionamento individual ou institucional? Elas podem ter um estatuto epistemológico ou só valem numa esfera interna sobre metodologia?

É possível em termos da chamada produção intelectual se colocar em situação para analisar os instrumentos da atividade que exercemos? É permitido fazer isso a partir de um ponto de vista particular usando a experiência pessoal, esse estar dentro da ação que a contamina e muitas vezes é esterilizado por meio de práticas narrativas de dessubjetivação? Jogamos um jogo no qual fingimos crer numa objetividade que criticamos cotidianamente e até em certos trabalhos intelectuais? Objetivamos nossas escolhas? Temos consciência de como escolhemos? Quando dizemos que um projeto de pesquisa ou um artigo é mais consistente do que outro, como temos certeza disso? Ou seguimos nossa sensibilidade, nossa experiência, nossas preferências, algum autor citado, um conceito utilizado, uma forma de escrever que nos seduziu, uma visão de mundo coincidente com a nossa?

Devo ter lido Max Weber em excesso no período de formação e fiquei para sempre condicionado pela ideia de “neutralidade axiológica”:

creio que, em verdade, os senhores esperam que eu lhes fale de outro assunto, ou seja, da vocação científica propriamente dita. Em nossos dias e referida à organização científica, essa vocação é determinada, antes de tudo, pelo fato de que a ciência atingiu um estágio de especialização que ela outrora não conhecia e no qual, ao que

nos é dado julgar, se manterá para sempre. A afirmação tem sentido não apenas em relação às condições externas do trabalho científico, mas também em relação às disposições interiores do próprio cientista, pois jamais um indivíduo poderá ter a certeza de alcançar qualquer coisa de verdadeiramente valioso no domínio da ciência sem possuir uma rigorosa especialização. (Weber, 2015, p. 24)

O que é, porém, ser especialista? Qual é, nos termos de Weber, nessa conferência do começo do século XX que se tornaria um texto clássico, a “vocação” do cientista capaz de fazer dele justamente um cientista, não um diletante? O cumprimento rigoroso e disciplinado das regras do jogo científico? A aceitação da norma aprovada pelos pares como um conjunto de dogmas? O respeito a certas formalidades como selo de qualidade? De certa forma, a pergunta que sempre volta ao longo do tempo é: o que faz o discurso da ciência ser um discurso científico?

Avanço um esboço conceitual. Tomo a comunicação como fazendo parte das ciências argumentativas, que não podem ser resumidas a conclusões unívocas sob o modelo de resultados inequívocos ou de formalizações objetivas com pretensão à universalidade intemporal. Nesse sentido, todo texto de comunicação é um lance argumentativo¹ a ser colocado na mesa de negociações permanentes. Como de fato julgar cada lance? Podemos nos contentar com a solução realista: os pares decidem. Nessa aposta, pragmática, ganha-se em resolutividade e perde-se em objetividade. A escolha final é sempre a do convencimento, um dar-se por convencido, uma fresta por onde penetra a subjetividade sem, a partir desse ponto, precisar se desculpar ou se constranger com a sua zona de sombra. Não seria essa a grande aporia das Ciências Humanas? Um conhecimento aceite como verdadeiro porque acreditamos na sua verdade, não na sua prova. Evidentemente que o terreno se torna pantanoso: o que é prova? O que é verdade? Em certos momentos, contudo, essas dúvidas são descartadas sob um regime de autoridade, pois chega a hora de decidir o que é melhor, e o melhor deve ser o que convence mais da sua verdade por seu rigor demonstrativo. Estabelece-se um círculo em que certas palavras – rigor em lugar de verdade – substituem outras para encobrir o desgaste

1 Jean-François Lyotard (1986, p. 17) sustenta que “falar é combater”. Para ele, cada enunciado faz parte de uma espécie de jogo que não necessariamente precisa ser vencido. Segundo ele, “pode-se realizar um lance pelo prazer de inventá-lo”. As discussões, porém, não são normalmente destituídas de interesses que se afirmam com a superação de adversários. Nesse sentido, cada lance “científico” também é parte de uma lógica de combate.

da engrenagem e a impossibilidade de sair do encurralamento. De certo modo, cada um parece dizer: eu sei que é o falso, mas não o que é verdadeiro.

Voltamos a Max Weber (2015, pp. 35-36). A ciência é o caminho da verdade incontestável tão sonhado por aqueles que clamam por esclarecimento? Como se pavimenta essa estrada para a revelação?

Voltemos atrás. Qual é, afinal, nesses termos, o sentido da ciência enquanto vocação, se estão destruídas todas as ilusões que nela divisavam o caminho que conduz ao “ser verdadeiro”, à “verdadeira arte”, à “verdadeira natureza”, ao “verdadeiro Deus”, à “verdadeira felicidade”? Tolstói dá a essa pergunta a mais simples das respostas, dizendo: ela não tem sentido, pois que não possibilita responder à indagação que realmente nos importa – “Que devemos fazer? Como devemos viver?” De fato, é incontestável que a resposta a essas questões não nos é tornada acessível pela ciência. Permanece apenas o problema de saber em que sentido a ciência poderia ser de alguma utilidade para quem suscite corretamente a indagação. Weber (2015, pp. 35-36)

O que realmente importa fica de lado? Para que serve uma ciência que não diz o que mais desejamos saber? Cientista é aquele que sabe o que não pode perguntar? O edifício acadêmico das humanidades parece estruturado sobre uma tese, no sentido mais literal dessa palavra, a da superioridade da teoria sobre a contingência dos fatos, que podem ser contados sob a forma de reportagens. Descartado o fato de que parte considerável dos trabalhos ditos teóricos se restringe à exploração de bibliografia, sem formulação de uma teoria original, fiquemos com o principal: não estaria embutida nessa preferência uma utopia da explicação universal abstrata capaz de superar em definitivo a pontualidade dos acontecimentos concretos? Muitas teorias engenhosas e inéditas têm sido formuladas e quase todo pesquisador sonha em se consagrar concebendo a teoria geral de seu campo ou disseminando conceitos, esses termos ordenadores do caos existencial cotidiano.

Se decido narrar como a imprensa cobriu a abolição da escravatura no Brasil, qual teoria pode dar conta prévia ou posteriormente desse procedimento? Por que não se aceitar uma hipótese atrevida e *ad hoc*: o historiador ou aquele que se coloca nessa condição é um repórter que cobre o passado. Nesse sentido, a pesquisa é uma grande reportagem com o objetivo de fazer falar por via dos documentos todas as partes possíveis envolvidas nos acontecimentos e nas controvérsias. O que fica subtendido? Que talvez a mais profunda pesquisa não culmine numa teoria geral da cobertura jornalística de abolições de escravatura, mas na descrição densa,

narrativa multivocal, de uma situação singular com interfaces mais amplas. E se o que realmente contar nessa narrativa for o singular e não o recorrente? Contar para quem? Justamente, para quem? Para um leitor anônimo que, como contribuinte, também financia a pesquisa, ou apenas para a comunidade acadêmica que fixa encastelada os critérios de validação do relato fornecido?

Um relato: “lenda da criação do preto”

Examinemos um caso concreto. Ao pesquisar sobre o longo processo que levaria à abolição da escravatura no Brasil, deparei-me com um texto, publicado em 11 de setembro de 1887, no jornal *A Província do Espírito Santo*, intitulado “Lenda da criação do preto”. O texto, estampado na primeira página, simula uma parábola bíblica:

no tempo da criação do mundo, Satanás vendo o Padre Eterno criar Adão, de um pedaço de barro, quis também fazer o mesmo. Pegou num pedaço de argila, deu-lhe as mesmas voltas que vira dar-lhe Deus, e depois insuflou-lhe a vida num sopro. Mas com grande espanto e com grande raiva sua, esse bocado de barro, como tudo o mais que ele tocava, ficou negro: – o seu homem era um homem preto. Ali ao pé corria límpido e transparente o branco rio Jordão. Satanás teve uma ideia, lavar o seu homem para lhe tirar a negrura. E [Satanás] pegou nele pela cintura como se pega num cachorro e mergulhou-o no rio. Mas as águas do Jordão afastaram-se imediatamente, enojadas com aquela negrura, e o homem de Satã, o primeiro negro, apenas mergulhou os pés e as mãos no lodo. E por isso só as palmas das mãos e dos pés ficaram brancos. Furioso com o seu desastre, Satanás perdeu a cabeça, e pespegou um famoso murro na cara do seu negro que lhe achatou o nariz e lhe fez inchar os lábios. Pode-se imaginar o riso dos leitores! Pode-se imaginar a dor dos negros. Pode-se imaginar a indignação dos que combatiam o racismo. O negro, como totalidade, sai de um molde hediondo: o desgraçado preto pediu misericórdia, e Satanás, passado o primeiro momento de fúria, compreendendo que no fim de contas o negro não tinha nenhuma culpa de ser assim, teve dó dele, arrependeu-se de repente do seu gênio e acariciou, passando-lhe a mão pela cabeça. Mas a mão do diabo queima tudo em que toca: crestou o cabelo do negro como se os seus dedos fossem ferro de frisar. E foi daí que o preto ficou com carapinha. Si non é vero...

Essa tirada se completa com é “bene trovato”, expressão usada pelos imigrantes italianos que entraram no Brasil no século XIX para substituir a mão de obra escrava. É uma narrativa. Insere-se no contexto de um país escravista, que manteve essa infame instituição por mais de trezentos anos. A descoberta desse texto, que permite interpretações e leituras sobre o imaginário da época, não depende de qualquer teoria prévia ou de guarda-chuva conceitual englobante. Apresenta-se como um dado concreto resgatado que fala por si. Evidentemente que as interpretações serão diversas. Um dirá que se trata apenas dos valores da época. Outro, como eu, verá nisso uma marca da infâmia universal em suas facetas regionais e singularizadas. O essencial continuará a ser a janela para esse passado hediondo encoberto por camadas de “naturalização”.

Um jornal que se dizia liberal, com espaço para textos abolicionistas, comprazia-se na publicação de um manifesto racista. Todos eram racistas então? Não. A luta pela abolição foi, em grande parte, uma guerra ao racismo. Todos os paradoxos são possíveis. Havia até mesmo abolicionistas racistas que defendiam a liberdade dos negros como uma concessão humanista aos seres inferiores. Qual a utilidade de prestar a atenção nesse texto? Simples: pensar o historiador, o “cientista” da História, como um repórter que descobre dados sobre o passado capazes de levar a um entendimento mais completo de algo que se encobre ou é encoberto pelas camadas do tempo e das narrativas que tentam descobri-lo. A “vocação” do repórter não é a teoria, mas a narrativa do fato. Por que a do historiador seria realmente diferente? Eis uma teoria? Pode ser. Uma teoria de relativização da teoria. Não há fatos? Essa teoria peca por exagero. O Brasil aboliu a escravidão em 1888, não em 1700 ou qualquer outra data. Fato. Não é disso que se fala quando se nega a existência de “fatos”, de “fatos crus”, sem mediação narrativa?

Sim e não. Sim, é disso que se trata, de identificar dados incontestáveis. Não servem pela simplicidade que os cerca? Já se está no jogo dos “lances” argumentativos. Não, não é disso que se trata, mas de situações mais complexas nas quais a clareza do fato não se revela. A existência de dúvidas sobre determinados acontecimentos não pode levar à conclusão de que tudo é dúvida e de que pairam dúvidas sobre todos os fatos. O racismo no Brasil, como se vê na falsa parábola da lenda da criação do preto, foi disseminado, alimentado, reforçado, ampliado, atualizada pelas tecnologias de comunicação da época. O texto está lá para fortalecer o racismo ou por ser o racismo uma força dominante e disseminada?

Essa é uma velha e paradoxalmente atual questão. Não interessa encontrar aqui uma resposta para ela. A tese, por assim dizer, que se destaca é esta: as

“teses”, teorias, passam. Os fatos ficam. Podemos teorizar sobre os significados dessa “lenda da criação do preto”. Ela, no entanto, é o material que possibilita a reflexão, sem o qual a análise não passa de uma abstração vazia e estéril. Por vezes, há muita teoria e pouca história, muita narrativa e pouca substância, muito verbo e pouca carne, muita generalização e pouca singularidade.

Pesquisa e narrativa

Não é difícil catalogar três patamares de pesquisa e produção de textos: levantamento de dados para narrativas com novas informações documentais ou de campo; formulação de novas teorias; reflexão sobre as condições de produção de pesquisa e de seus relatos. Nenhum texto é relatório. Essa ideia amputa o caráter argumentativo de uma disciplina como a comunicação. A ciência comporta um espaço especulativo, reflexivo, de exploração de suas próprias condições de atuação. Ela comporta também polêmica, disputa de posições, competição e combate em torno da validade das suas regras. Não estaríamos sobrevalorizando a teoria em detrimento da narrativa de acontecimentos por uma espécie de complexo de inferioridade na medida em que as Ciências da Comunicação se articulam com a formação em nível de graduação de jornalistas? Não seria uma maneira de demonstrar um distanciamento com a falta de cientificidade da reportagem? Essa forma de agir suscita questões que normalmente não encontram foro de debates: sobre o que estamos pesquisando e escrevendo? Para quem? Com que fins? Com que valores?

Ousemos agora um exemplo imaginário caricatural: se escrevo sobre a interface entre o conceito de “dissonância reativa” na obra de X com o conceito de “reatividade dissonante” na obra de Y numa perspectiva pós-epistemológica e obedeço estritamente ao protocolo de formatação, a quem estou servindo? Não se trata de invalidar essa possibilidade, mas de se proteger de uma perspectiva unitária. Que formas de conhecimento a ciência que praticamos aceita e até que ponto essas formas são as melhores, as mais prospectivas, os seus limitadores foram suficientemente discutidos e legitimados ou se perpetuam com base numa espécie de mito de reafirmação da própria cientificidade?

Citarei Paul Feyerabend aqui menos pelo procedimento de legitimação, visto que suas ideias já não impressionam muita gente, do que pela possibilidade de exploração do seu argumento, o que me parece o mais importante na sua esfera.

É verdade que incorrerei numa contradição ao fazer citações num texto que pergunta se é possível apresentar uma publicação académica sem esse tipo de recurso de gênero. Tomo o discurso académico por um gênero com suas marcas distintivas incontornáveis, sendo a citação certamente a mais evidente:

a ideia de que a ciência pode e deve ser elaborada com obediência a regras fixas e universais é, a um tempo, quimérica e perniciosa. É quimérica pois implica visão demasiado simplista das capacidades do homem e das circunstâncias que lhes estimulam ou provocam o desenvolvimento. E é perniciosa porque a tentativa de emprestar vigência às regras conduz a acentuar nossas qualificações profissionais em detrimento de nossa humanidade. Além disso, a ideia é prejudicial à ciência, pois leva a ignorar as complexas condições físicas e históricas que exercem influência sobre a evolução científica. Torna a ciência menos plástica e mais dogmática: cada qual das regras metodológicas se vê associada a pressupostos cosmológicos, de modo que, recorrendo à regra, damos por admitido que os pressupostos sejam corretos. (Feyerabend, 1977, p. 449)

O “anarquismo epistemológico” de Paul Feyerabend está fora de moda e pode ser alvo de deboche como se não passasse de um delírio anarquista e poético datado ou feito para chocar cientistas. O que ele contesta ou explicita? A ideia de que a ciência deve ser exclusivamente um campo de obediência a regras estritas e controlada previamente por um protocolo normativo categórico. Nunca é demais lembrar o conceito de “campo” do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (Bourdieu, 1977, p. 57).

Se Feyerabend defende um transbordamento metodológico que pode aproximá-lo de uma perspectiva transdisciplinar, Bourdieu mostra que cada campo é perpassado por conflitos, disputas de poder e movimentos que podem ser lentos ou abruptos, mas não se afastam de um centro. A legitimação não se dá de uma vez por todas nem a partir de critérios permanentes. Ao unir num mesmo artigo uma questão metodológica e uma questão política, o que também se reflete nas

citações escolhidas de Feyerabend e Bourdieu, tento indicar que a definição de objetos, recortes e ferramentas de pesquisa não se dá fora de contextos institucionais em permanente tensão. A obediência ao regulamento em vigor pode ser uma estratégia adequada para atingir determinados fins, mas nem sempre será o melhor para o conhecimento, essa meta que permanece como o grande ideal.

História, comunicação e gêneros discursivos

As Ciências Humanas no Brasil, seguindo o modelo das chamadas ciências duras, têm preferido publicações em periódicos do que em livros. Trata-se de uma confissão implícita sobre a dificuldade de aferir a qualidade dos livros, que, no entanto, fazem parte da tradição das humanidades. Muito livro para poucos avaliadores em pouco tempo de leitura. Sem contar, a subjetividade. Um caminho sempre foi deixar o “tribunal das reputações”, que atua ao longo do tempo, realizar o seu trabalho de seleção, decantação, conservação e valorização. Outra possibilidade é usar fatores de impacto. Medir quem é citado. Equivale, por analogia, a estabelecer um juízo de valor sobre a qualidade de um filme experimental a partir do número de ingressos vendidos para vê-lo. Na era da aceleração total, tudo deve ser imediatamente esquadrinhado, mensurado, controlado, catalogado, avaliado, classificado, “ranqueado”. Uma ilusão de objetividade quantificável serve de paradigma. Disciplinas de convencimento, as Ciências Humanas não se livram do fetiche da demonstração.

Na polêmica entre livros e revistas, as inconsistências são flagrantes. Na comunicação, as revistas são pouco citadas, o que baixa as suas notas. Por quê? Por que as revistas são ruins? Não. Porque nossas citações são de legitimação, de autoridade. Pouco citamos colegas em atividade, pois eles ou são concorrentes ou não lhes damos nem queremos dar reconhecimento. Quem citamos? Autores de referência, que avalizam o que estamos dizendo e nos permitem mostrar erudição, além da possível pertinência das suas ideias. Vamos de Sócrates a Michel Maffesoli, passando por Nietzsche, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Umberto Eco e outros de menor ou maior grandeza. Ou seja, em revistas, citamos livros. Mas os novos livros estão condenados, pois qualquer um pode publicar um livro sem passar pelos crivos dos periódicos. O tempo de maturação de um texto é longo. A ciência tem suas mitologias. Uma delas é de que tudo deve contar para o avanço do conhecimento. Nas Ciências Humanas, construímos narrativas que, quando convencem, mesmo se não fazem “avançar” o conhecimento, podem produzir

consequências, afetar a maneira de viver. Quando todo mundo postula ser doutor, todo mundo deve produzir uma narrativa e publicá-la. Encontrar quem a cite é outra coisa. Numa disputa por legitimidade, vamos beber em fontes confirmadas. Artigo científico precisa de citações. Faz parte do gênero. Quando citaremos uns aos outros? É possível que isso vire uma estratégia para elevar o “capital” de certas revistas. Cada um emprega, na sua disputa dentro de um campo, como diz Pierre Bourdieu, o que lhe parece mais eficaz.

Um leitor que não viva as dores e as delícias do mundo acadêmico poderá imaginar que há muito debate público sobre esse tipo de coisa. Por exemplo, na internet. Nem tanto. Por medo ou estratégia, muitos silenciam. Os dominantes fazem a lei. Os dominados temem queimar-se ou nunca chegar a ser dominantes. Joga-se mais nos bastidores do que na esfera pública, onde qualquer afirmação mais contundente pode ser considerada ofensiva ou fora do padrão implícito. O mesmo vale para linhas de pesquisa e objetos abordados pelos seus pesquisadores. O que pode pesquisar na história um profissional da comunicação? A história da própria comunicação? Ou também é possível pesquisar na comunicação (jornais, por exemplo) a própria história, a história em geral? Qualquer escolha coloca ao pesquisador um problema: seguir a regra ou confrontá-la? Ampliar o campo ou atuar dentro de um perímetro supostamente definido? As Ciências Humanas podem ter singularidades sem deixar de ser ciências? O fato de serem ciências argumentativas pode dar-lhes a condição de exigir parâmetros especiais? O aspecto central continua sendo o da legitimação. Como um pesquisador se legitima dentro de um campo pertencente a um universo que se define circularmente: é científico porque os cientistas assim o afirmam? Não poderia ser diferente na medida em que não há olhar externo capaz de assegurar a legitimidade do processo.

Lyotard provoca:

o jogo da ciência implica então uma temporalidade diacrônica, isto é, uma memória e um projeto. Supõe-se que o remetente atual de um enunciado científico tenha conhecimento dos enunciados precedentes que dizem respeito a seu referente (bibliografia) e não proponha um enunciado sobre esse mesmo assunto a não ser que ele difira dos enunciados precedentes. O que se chamou de ‘acento’ de cada performance é aqui privilegiado em relação ao ‘metro’ e, ao mesmo tempo, à função polêmica deste jogo. Esta diacronia supondo a memorização e a pesquisa do novo delineia em princípio um processo cumulativo. O ‘ritmo’ deste, que é a relação entre o acento é metro, é variável. (Lyotard, 1986, p. 48)

Não estará o campo das Ciências Humanas, com seus diferentes subcampos, Ciências Sociais, Comunicação, demasiadamente centrado na demonstração, improvável ou impossível, do conhecimento dos enunciados anteriores, fazendo dos trabalhos acadêmicos em todos os seus níveis um gênero dominado por citações, abundantes, como aqui, que funcionam como fatores de legitimação pela autoria, a reputação do citado, e pela erudição de quem cita (bibliografia)?

Liotard defendeu que a ciência do final do século XX estava dominada pelo desempenho, obcecada pela performance desejada pelo capitalismo. O desenvolvimento da tecnologia afetaria a ciência obrigando os cientistas a sofisticar “os meios de provar”, o que teria consequência sobre o acesso aos recursos públicos para manter estruturas de pesquisa e continuar em atividade.

A repartição dos fundos de pesquisa pelos Estados, empresas e sociedades mistas obedece a esta lógica do aumento de poder. Os setores de pesquisa que não podem pleitear sua contribuição, mesmo indireta, à otimização das performances do sistema, são abandonados pelos fluxos de crédito e fadados à obsolescência. O critério do bom desempenho é explicitamente invocado pelas administrações para justificar a recusa de apoiar este ou aquele centro de pesquisa. (Liotard, 1986, p. 85)

Vitória da lógica pragmática descrita por Bourdieu em relação às proposições epistemológicas radicais de Paul Feyerabend? Nessa hipótese, jogar com o regulamento, para continuarmos na metáfora agonística de Lyotard, parece ser a estratégia mais adequada para se ter acesso aos resultados. Se o pesquisador amplia os limites do campo, corre o risco de ser excluído? Se busca formatos discursivos mais abertos, se prefere o livro ao artigo, se constrói livros ancorados em pesquisa exaustiva de campo ou de arquivos, mas opta por narrativas que não se configuram como relatórios, afeta a legitimação pelo desempenho e pelo procedimento? Bourdieu referia-se brutalmente à existência de dominantes e dominados em cada campo. Lyotard denunciava o corte de recursos para quem foge do padrão. Feyerabend conclamava os pesquisadores a colocar a busca do novo, a lógica da descoberta, acima das estratégias institucionais. O dilema permanece. Salvo se a cultura da legitimação pelo desempenho já venceu. A um texto só se pode fazer uma pergunta: o que diz? As demais – “quem diz?”, “por que diz?”, “com quem diz”, “de onde diz” – são excessivas. O autor morre quando o texto vive. A ciência viceja quando se questiona e auto critica.

Breve conclusão

Como pesquisador eu me deparo a cada dia com uma tensão angustiante: ampliar meu campo de observação ou me restringir ao que me parece ser o permitido e validado com pontos e recursos? Narrar conforme um modelo ou tentar alargar os limites narrativos recorrendo a procedimentos de outros campos? Orientar o meu trabalho pelo pragmatismo aprendido com Bourdieu ou pelo idealismo percebido na obra de Paul Feyerabend? Tomar a análise de Lyotard como a descrição de uma ruptura libertadora de paradigma, a passagem da modernidade à pós-modernidade, ou como a denúncia de um novo dogmatismo que se mostra violento, impiedoso e cada vez mais arrogante?

Ao recorrer a exemplos concretos – o que na história pode ser objeto da comunicação e como narrar em livro o resultado de uma pesquisa – pretendi abordar um tema do mundo “real” de muitos pesquisadores como eu. Por um lado, experimentamos cotidianamente a tentação do recurso a técnicas multifacetadas de coleta de dados e de narração dos resultados de nossas investigações. Por outro lado, voláteis e sensíveis a intuições, sentimos que devemos restringir nossos movimentos para não sofrermos impugnação por falta de pertinência, perda de foco ou por ausência de rigor e de cientificidade. Por vezes, em meio a essa inquietação, surge uma questão: a Sociologia da Ciência estaria mais apta a explicar as nossas escolhas do que a Epistemologia?

Um crítico qualquer deste artigo poderia responder ironicamente que sim e apontar a escolha de Paul Feyerabend, Jean-François Lyotard e Pierre Bourdieu para ancorar esta discussão como epistemologicamente insustentável e só explicável do ponto de vista de um embate político pela Sociologia da Ciência. Paul Veyne fez uma provocação pertinente: “certo, o positivismo não é mais do que um programa relativo... e negativo. Somos sempre o positivista de alguém, de quem negamos as racionalizações” (1998, p. 233). Nesse sentido, posso estar acusando indiretamente de positivismo, numa generalização involuntária, todo, ou quase, um campo de pesquisa. O interesse, porém, é outro, ir das racionalizações a uma racionalidade dialógica ecoando Edgar Morin:

a epistemologia complexa terá uma competência mais vasta que a epistemologia clássica, sem todavia dispor de fundamento, de lugar privilegiado, nem de poder unilateral de controle. Estará aberta para certo número de problemas cognitivos essenciais levantados pelas epistemologias bachelardiana (complexidade) e piagetiana

(a biologia do conhecimento, a articulação entre lógica e psicologia, o sujeito epistêmico). Propor-se-á a analisar não somente os instrumentos do conhecimento, mas também as condições de produção (neurocerebrais, socioculturais) dos instrumentos de conhecimento. (Morin, 1999, p. 31)

Precisamos investir numa epistemologia complexa para irmos além das situações restritas à Sociologia da Ciência e assim entrarmos num universo mais complexo, talvez até mais generoso, sem perder o rigor, da produção de conhecimento, renovando a vocação da ciência como descobrimento? A forma está formando ou deformando o resultado? São questões para um debate fora dos espaços administrativos. E agora? Continuamos conformados e conformistas ou inventamos outras utopias, inclusive a de uma ciência mais aberta? Atravi-me a escrever este texto misturando primeira pessoa do singular e do plural para contemplar meus múltiplos. No passado, escrevi que eu tinha mão pesada e coração leve. O que resultara nesta ideia:

o mito da imaginação no poder decompôs-se. O poder fragmentou-se e perdeu a aura. Passou-se a negociar com ele. O poder deixou de ser o outro. Os analistas surpreenderam-se. Os meios de comunicação de massa serviram de bodes expiatórios. Urgia explicar os fatos. Recorreu-se ao simplismo. No horizonte, um novo irracionalismo aterrorizava. A humanidade perdeu o destino prefixado. As grandes narrativas explicadoras da história naufragaram. (Silva, 1996, p. 121)

Claro que era um discurso meio empolado, em busca de reconhecimento, de terno e gravata, entre o velho pessimismo e um novo otimismo. Ser otimista era algo muito suspeito. Quando foi isso? Quando eu ainda tinha a “vocação” para a objetividade científica disciplinar total.

Repito o que então me ofuscou: olho para trás e digo sem vacilar: está melhor hoje. Poderá e deverá ser ainda melhor amanhã. Quem me garante? Ninguém. Perdemos as supostas garantias, inclusive as científicas. Ganhamos a aventura de tentar. Abandonamos a crença no futuro redentor e na emancipação total. Aprendemos que o presente é cheio de imperfeições, mas é nele que se vive e, portanto, o melhor é tentar viver, aqui e agora, da melhor maneira possível. Tudo era tão sério. Havia tantas contas a acertar. O melhor dos mundos foi para a lata do lixo. Um mundo melhor é a utopia de cada um de nós. Um mundo melhor pode ser um sorriso na volta da esquina. Em Ciências Humanas, especificamente

em História e Sociologia, a grande aventura é “cobrir” o passado para tentar descobrir o que ele pode-nos revelar como matéria para interpretações que nunca deixarão de ser narrativas, mas jamais poderão ser ficções nem relatórios objetivos de uma formalização matemática.

Referências

- BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FEYERABEND, P. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LYOTARD, J. F. (1986). *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MORIN, E. (1999). *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.
- SILVA, J. (1996). *Anjos da perdição: futuro e presente na cultura brasileira*. Porto Alegre: Sulina.
- VEYNE, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: UNB.
- WEBER, M. (2015). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

CULTURA POPULAR: UMA REVISITAÇÃO CONCEPTUAL

Rita Ribeiro*

Resumo

Do debate teórico sobre a cultura tem estado ausente a cultura popular ligada às manifestações tradicionais. Acossada pela modernização das sociedades e em atrofia nos combates simbólicos com a cultura erudita e a cultura de massas, a cultura popular tornou-se o outro da cultura na modernidade. Sobrevive, ainda assim, e é central na construção identitária das comunidades, provando resistir à expropriação e reificação a que foi submetida. Urgem, agora, análises conceptuais que incorporem as transformações recentes por que passa a cultura popular de matriz tradicional, uma vez que se evidenciam formas novas de as comunidades revigorarem e viverem estas manifestações culturais, a partir de visões reflexivas que incorporam tanto a valorização e reconhecimento inerentes à noção de herança ou património cultural, quanto os riscos da sua captura pela lógica mercantil.

Palavras-chave: Cultura popular; tradição; reflexividade; comunidade

* Rita Ribeiro é Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Doutorou-se em Sociologia, em 2008, pela Universidade do Minho, onde fez também mestrado em Antropologia. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, no grupo de investigação em Estudos Culturais. Tem desenvolvido investigação na área da sociologia da cultura com particular atenção ao tema das identidades culturais. Os seus trabalhos têm procurado cruzar os estudos da cultura com os temas das migrações, turismo, diversidade e cidadania. Tem desenvolvido também atividades de ligação à comunidade, nomeadamente no âmbito de Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura e do estudo de manifestações de cultura popular. É Investigadora Responsável do projeto “Festa, património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado” (2018-2021), financiado pela FCT. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal. E-mail: rmgr@ics.uminho.pt

Em tempos de transculturalidade, omnivoracidade e globalização cultural, antropólogos e sociólogos da cultura carregam desde há muito tempo uma peça solta, fora do lugar, ora encolhida, ora histriónica. A cultura popular parece não caber com inteireza nas arrumações conceptuais dos estudos contemporâneos sobre cultura. Não porque esteja ameaçada de extinção, mas porque entrou no domínio da alteridade, isto é, tornou-se, na modernidade, o outro da cultura.

Sabemos, desde Marx (1867/1990), que o destino de todas as relações sociais modernas é serem capturadas pela lógica mercantil. Eco (1986) e Baudrillard (1991) deram-nos a palavra para a morfologia da representação das relações sociais mercantilizadas: simulacro. Participar da lógica mercantil não se reduz à equivalência materialista de um bem, recurso ou relação com a moeda; antes disso, acontece que tal bem, recurso ou relação passa pela alienação, pelo estranhamento de si, que fique *atopos*, fora do lugar, feito como simulacro ou reconstituição artificial de uma singularidade. Neste âmbito cabe muito do que hoje se acolhe sob o chapéu heteróclito da cultura popular. Stuart Hall (1981, p. 227) dizia que tinha alguns problemas com a noção de popular, quase tantos problemas com o “popular” como com a “cultura”:

quero falar de algumas das dificuldades que tenho com o termo “popular”. E tenho quase tantos problemas com “popular” quanto com “cultura”. Quando se colocam os dois termos juntos, as dificuldades podem ser bem terríveis.

Uma cultura sob tutela

O conceito de cultura popular está repleto de ambiguidade semântica, quer nas Ciências Sociais e Humanas, quer na linguagem quotidiana e mediática. De que falamos quando falamos em cultura popular? Certamente, da cultura do povo, das práticas culturais tradicionais produzidas e reproduzidas, de forma anónima e coletiva, pelos estratos mais baixos de uma sociedade, práticas quase sempre com ligação estreita às suas atividades quotidianas e crenças e à transposição das práticas de trabalho para os momentos de lazer (Certeau, 1980). Mas a cultura popular pode designar também a cultura para o povo, isto é a produção cultural feita para chegar a muitos, aquilo que se designa também por cultura de massas, saída das fábricas da indústria cultural. É tal o emaranhado de sentidos que aquilo que em português designamos por cultura de massas, é dito em língua inglesa

popular ou *pop culture*, e designa-se em língua portuguesa cultura popular ao que os anglo-saxónicos chamam *folk culture*, da raiz germânica *volk* (povo), na origem de folclore. Ou seja, a cultura popular, como existe e a analisamos hoje, é um lugar de conexão e disputa entre a produção cultural massificada para o povo e a ideia de cultura tradicional e autêntica do povo.

Mas não apenas. O quadro não ficaria completo sem convocarmos também a cultura erudita, a cultura das classes elevadas, distintiva e segregadora por definição. Como mostraram Bourdieu (1985) e DiMaggio (1982), a cultura erudita e inovadora das classes altas foi sempre um dispositivo de diferenciação e demarcação simbólica que, ao alargar a distância social entre práticas culturais de diferentes grupos sociais, impôs também uma lógica classificativa e hierárquica. A cultura torna-se assim, como diz Bourdieu (1987, p. 20), “o meio de expressão por excelência da busca da diferença pela diferença”, porque com isto as desigualdades sociais e económicas são simbolicamente transfiguradas em diferenças culturais e, assim, naturalizadas. Ao estabelecer uma fronteira simbólica entre os culturalmente competentes e os incompetentes, a cultura erudita e de classe legitima a superioridade de umas formas culturais sobre outras, de uma estética sobre outra, de um gosto sobre outro – e institui incontestavelmente a alta cultura como cultura legítima e não apenas dominante (Bourdieu, 1985).

Não podemos, pois, falar de cultura popular sem a colocar neste enfrentamento com a cultura de massas e a cultura erudita. Cultura erudita, popular e de massas funcionam desde, pelo menos, o início do século XX num sistema de vasos comunicantes, com um *continuum* entre elas – não há formas culturais íntegras e autênticas, o que há são lutas simbólicas pela mútua delimitação e exclusão. Mais importante do que os conteúdos são as demarcações simbólicas, as barreiras distintivas, os códigos de fruição e os instrumentos de leitura e apropriação.

Sabemos que a noção de cultura popular foi fortemente influenciada pelo movimento do Romantismo no século XIX, associando-a a práticas supostamente genuínas, tradicionais e ancestrais da cultura rural, campestre, do povo. Ao mesmo tempo, ocorre a industrialização e o colapso dessas estruturas rurais e, em complemento, a emergência da classe trabalhadora, urbana e industrial, que passa a consumir as primeiras formas de cultura massificada.

Conforme múltiplos estudos têm revelado, a *folk culture* foi, de facto, uma invenção produzida pelas elites letradas e não simplesmente gerada pelo *common people* (Storey, 2003). A cultura popular esteve associada à emergência dos nacionalismos e das culturas nacionais na Europa e representaria o carácter ou alma de

cada nação. É sob esta premissa que se desencadeia um movimento de resgate e preservação de práticas culturais do povo, que vai ser conduzido por arqueólogos, folcloristas, etnólogos, filólogos, musicólogos, etc., com o objetivo de definirem e fixarem o que é a “cultura autêntica” e como nela se expressa o carácter nacional. Como consequência, essas práticas foram resgatadas dos seus contextos originais e apropriadas e incorporadas pela emergente classe média. Esse processo resulta numa imaginação e mitificação do passado das nações, dos povos e da ruralidade, em contraponto à idade moderna, industrial urbana e artificial, e às suas formas culturais, principalmente as das classes operárias.

Nos estudos da cultura, estabelecem-se duas visões sobre a cultura popular: 1. a cultura popular como uma cultura marginal, não autónoma, de imitação da cultura dominante legítima e de referência. Neste sentido, a cultura popular seria um subproduto, uma cópia simplificada e adulterada da cultura de elite; 2. no outro extremo, a cultura das classes populares como cultura autêntica e autónoma da cultura das classes dominantes, e que não pode ser vista como inferior.

De forma mais realista, outros autores consideram que a cultura popular não pode ser entendida nem como mera reprodução, nem como criação autónoma face à cultura letrada das elites. Por se tratar da cultura própria de grupos dominados, a cultura popular não pode ser entendida como completamente autónoma; resultaria então da síntese de elementos originais e de outros importados, acontecendo com frequência que se torna veículo de resistência, inversão e contestação à cultura dominante. Igualmente, a cultura popular pode ser manipulada pelas elites, designadamente através dos especialistas (folcloristas, etnógrafos, historiadores) e das elites locais (Bourdieu, 1985; Certeau, 1980).

A Escola dos Estudos Culturais de Birmingham e, em particular, Stuart Hall vêm enfatizar que não há uma cultura popular autêntica e, sobretudo, que ela nunca é autónoma de relações de poder. Na verdade, as representações da cultura popular produzidas pelas elites foram e são fórmulas de performatividade, constituem a realidade que enunciam, veiculam os modelos e referenciais que vão ser incorporados pelas classes dominadas e passam a constituir a norma sobre o que é e como se faz a cultura popular. Isto é, a cultura dominante dispõe a cultura popular e dispõe da cultura popular. A cultura popular é uma arena de disputa e reação, mas não deixa de ser uma cultura sob influência.

Não deve, todavia, pressupor-se a passividade da cultura popular e dos seus agentes. Se a cultura popular é espaço de dominação e expropriação, também é de luta e resistência, desde logo contra a marginalização a que as suas expressões

foram votadas pelas formas modernas, *domesticando* e *civilizando* as manifestações populares, *educando* o povo. Neste sentido, a tradição tanto pode ser uma forma de conservadorismo como de resistência (Hall, 1981).

Se as classes dominantes revelam interesse em manipular e moldar a cultura popular, isso não acontece menos com a indústria cultural. Quando a cultura se torna mercadoria e bem de consumo, objeto de reprodução e mediação técnica, são também as práticas das classes populares e pobres que estão em causa. Seguindo os teóricos da Escola Crítica (Adorno, 2002), o que hoje entendemos por cultura popular é, sobretudo, o que resultou da sua massificação. A popularização da cultura, mediada pelas tecnologias de reprodução como o cinema, o disco, a televisão e a rádio, produziu a cultura de massas e tornou-se um instrumento vital do imperialismo cultural. Trata-se de formas culturais orientadas para as massas, que chegam a públicos amplos e heterogêneos e nas quais produção, difusão e consumo são industrializados e veiculados pelos *mass media*. O resultado da indústria cultural massificada são produtos estandardizados, repetitivos, previsíveis, na medida em que a cultura é reduzida ao mínimo denominador comum das massas. A massificação da comunicação e da cultura resulta em alienação cultural e no aniquilamento da capacidade crítica e criativa dos indivíduos, tendo um efeito de uniformização, nivelamento cultural, narcotização e escapismo das massas.

Assim, estamos perante a cultura para o povo, mas já não a cultura feita na e para a comunidade. Em reação aos processos de democratização e emancipação das massas trabalhadoras e do seu crescente acesso à alfabetização e bens culturais, as elites desenvolvem uma conceção de cultura popular como uma forma cultural menor. Daqui deriva a necessidade de reforçar as distinções de classe, reforçando as distinções culturais. Surge, desta forma, a divisão entre a cultura popular, cada vez mais equivalente ao entretenimento, e a cultura erudita ou alta cultura, produto da luta das classes superiores para demarcarem um território estético-cultural que não seja acessível às classes trabalhadoras, ao povo.

Esta incursão pela noção de cultura popular serve para revelar as ambiguidades em que se move e a ação simbiótica ou parasitária a que foi sujeita, e serve sobretudo para perguntar: onde situamos hoje a cultura popular? Como se relaciona com a lógica de mercado que atravessa inapelavelmente todas as relações sociais? Como se relaciona com a nuvem de cultura global que é a nova atmosfera que respiramos?

As últimas décadas radicalizaram a produção da indústria cultural e disso resultou a crescente apropriação das formas culturais populares, a sua reificação e

a infantilização das audiências. A cultura do mercado criou o mercado da cultura. A intensificação das trocas económicas, sociais e culturais consolidou uma cultura global, com imagens, referências, imaginários comuns e partilhados num *melting pot* de linguagens culturais, ao mesmo tempo que se expandiu a apropriação desterritorializada dos bens culturais.

Cultura popular, património e reflexividade

O que tem acontecido às manifestações culturais tradicionais, aquelas que emanam das comunidades: as festas, os rituais, os ofícios artesanais, as expressões performativas e orais, como músicas e danças, as gastronomias? Sabemos que têm sido ao mesmo tempo acossadas e salvas pelos quatro cavaleiros do apocalipse ultra-modernos da *tragédia da cultura*: mediatização, turistificação, mercantilização e patrimonialização. Isto é, a cultura popular tradicional torna-se conteúdo mediático, sob a forma de reportagens, documentários, festivais e feiras tornadas palco de emissões dos média. Quando se transforma em património, classificado ou não, sobrevém o risco de a cultura popular tornar-se peça silenciosa de museu ou isco turístico; de uma forma ou de outra, mais na segunda do que na primeira, a cultura popular é convertida em mercadoria.

O património cultural classificado arrasta hoje multidões e é uma indústria milionária quando se associa ao chamamento turístico – os carnavais já não se dançam mas vêm-se de camarote. Cada vez mais o público chega a manifestações culturais tradicionais porque conquistaram um selo classificativo de património cultural (de que a marca Unesco é a mais valiosa) ou porque conquistaram espaço mediático. Deve dizer-se que o acossamento e salvação da cultura popular tem estado a cargo também do trabalho de investigação académica, do bisturi dissegador e inventariador das Ciências Sociais.

Poderia ser diferente? Provavelmente, não. Com efeito, não podemos imaginar a cultura popular como ilha isolada e imune às transformações da contemporaneidade. A vida mudou e mudou o que as pessoas fazem, como o fazem e porque o fazem. Não se pode pensar a cultura popular como estática e fechada sobre si mesma, como se os seus significados fossem imutáveis e isentos de historicidade. Precisamente, tal visão corporiza uma das mais sérias armadilhas dos estudos sobre cultura tradicional e popular. É a plasticidade e a ligação íntima à vida das pessoas e das comunidades que são o sopro que vivifica e renova as manifestações

de cultura popular. E, se a integração de formas culturais no circuito económico capitalista é a resposta para a sobrevivência de pessoas, grupos e comunidades, é legítimo um julgamento – em última instância, elitista – sobre as opções e estratégias com que defendem um modo negligenciado de fazer a vida em comum?

O que sobra, portanto, da cultura popular tradicional? O património e os seus simulacros? A exibição de si mesma? A indústria da memória? Haverá manifestações culturais que escapem a estas capturas, quer pelas elites, quer pela indústria massificadora?

As respostas que possam ensaiar-se a estas interrogações exigem a reconceptualização da ideia de cultura popular enquanto cultura dos comuns e não como cultura sob influência, ou sob tutela. Isso mesmo vemos emergir, por exemplo, nos carnavais que rejeitaram a mercantilização da festa e são tomados por todos e qualquer um que queira fazer o seu carnaval, retomando uns aspetos do carnaval, escolhendo não adotar outros. É também o caso de festividades a que se dá continuidade ou a que é dada uma segunda vida, já não como mera repetição fixista do passado, mas a partir de um ensejo coletivo de criar um sentido partilhado de comunidade. Efetivamente, as divisões que dilaceram a noção de cultura têm hoje de ser vistas num quadro mais complexo, uma vez que as práticas culturais se globalizam a partir de referências transnacionais e o próprio consumidor cultural abre a paleta de opções e adquire um gosto omnívoro, plural e transversal (ou é compelido a isso pelos mercados da cultura).

A reconceptualização da cultura popular obriga a pensá-la como cultura de todos, “dos comuns”, já não circunscrita à tradição cristalizada, que até recentemente resultava da necessidade ou das lógicas de classificação e heterodeterminação, mas portadora de agência e ancorada na participação e na cidadania cultural. Deste ponto de vista, fazer cultura é saber-se parte do que é comum, seguido da responsabilidade de tomar conta do que é comum. Ao mesmo tempo, a cultura tradicional deve ser pensada a partir das suas intersecções com linguagens contemporâneas, urbanas e tecnológicas, assumindo a re-significação da tradição nas sociedades modernas (Bauman, 2011). Tal implica compreender a reflexividade presente nas manifestações culturais tradicionais na contemporaneidade, ou seja, de que forma está ao alcance dos agentes sociais analisar as práticas culturais e o conhecimento sobre elas produzido para, informadamente, as reproduzir ou transformar (Beck, Giddens & Lash, 2000).

Deste modo, a cultura popular é libertada de visões simplistas que encontram na ideia de tradição a única caução legitimadora para a continuidade das

práticas e passa a ser vivida, em concreto, como escolha e herança reivindicada, conforme Jean Pouillon (1975, pp. 159-160) perspectiva a própria ideia de tradição – o movimento que vai do presente ao passado, ao jeito de uma “retro projecção: escolhemos aquilo pelo qual nos declaramos determinados, apresentamo-nos como os continuadores daqueles que fizemos nossos predecessores. (...) para definir uma tradição é necessário ir do presente ao passado e não o inverso”. Não se trata, portanto de buscar enfaticamente uma autenticidade ou origem quiméricas, mas de integrar reflexivamente o conhecimento que situa a prática. Enquanto herança reivindicada, a cultura tradicional converte-se hoje em património cultural – material e, sobretudo, intangível – que reflete um duplo *enjeux* sobre tais manifestações. É, por um lado, sinal da ação reflexiva das comunidades que “fazem a sua cultura” e lhe dão um sentido renovado num contexto societal em que os modos de vida tradicionais foram sendo substituídos ou suplementados pelos modernos. É, por outro lado, sinal do reconhecimento externo através de mecanismos de inventariação e classificação patrimonial que constituem uma validação da cultura popular, já não sob a regência erudita e engenhosa dos romantismos e nacionalismos, mas tendo como pressuposto a “restituição” aos detentores do património, que se tornam responsáveis pelo seu passado, presente e futuro.

O lugar de alteridade da cultura popular e a eminência da sua conversão à lógica esbulhadora do mercado e do turismo são riscos de reificação que são hoje específicos, mas não são inéditos. A modernidade que emancipou o povo foi a mesma que escarneceu das suas tradições e erodiu o sentido de comunidade. A ambivalência que daqui resultou não destruiu as manifestações tradicionais populares e, no tempo presente, arrisco dizer que o lugar de incerteza que ocupou nos últimos séculos será o salvo-conduto para persistir e renovar-se na liquidez das sociedades contemporâneas (Bauman, 2011).

Referências

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (2002). The culture industry: enlightenment as mass deception. In G. Schmid Noerr (Ed.), *Dialectic of enlightenment: philosophical fragments* (pp. 94-136). Stanford: Stanford University Press.
- BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio D'Água.
- BAUMAN, Z. (2011). *Culture in liquid modern world*. Cambridge: Polity.

- BECK, U., Giddens, A. & Lash, S. (2000). *Modernização reflexiva*. Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P. (1985). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions du Minuit.
- BOURDIEU, P. (1987). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- CERTEAU, M. (1980). *L'invention du quotidien. I - Arts de faire*. Paris: U.G.E.
- DIMAGGIO, P. (1982). Cultural entrepreneurship in nineteenth-century Boston. The creation of an organizational base for high culture in America. *Media Culture and Society*, 4, 33-50.
- ECO, U. (1986). *Faith in fakes: Travels in hyperreality*. London: Vintage
- HALL, S. (1981). Notes on deconstructing 'the popular'. In R. Samuel (Ed.), *People's history and socialist theory* (pp. 227-240). London: Routledge and Kegan Paul.
- MARX, K. (1867/1990). *O capital*. Lisboa: Edições Avante.
- POUILLON, J. (1975). *Fétiches sans fétichisme*. Maspero: Bibliothèque d'anthropologie.
- STOREY, J. (2003). *Inventing popular culture. From folklore to globalization*. Malden: Blackwell.

TEMPO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Emília Rodrigues Araújo*

Resumo

Este texto desenvolve algumas ideias acerca da importância do tempo no desenvolvimento. O tema é amplo e remete para múltiplas questões relacionadas com a economia, a política e a cultura. Debruçamo-nos sobre um dos dilemas centrais que se colocam hoje ao desenvolvimento: a relação entre tempo de curto prazo e tempo de longo prazo, buscando problematizar alguns dos principais elos de ligação com a cultura.

Palavras-chave: Tempo; desenvolvimento; futuro; cultura; economia

* Emília Araújo é Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, doutorou-se em Sociologia, em 2005. Ensina nas áreas das metodologias, cultura e tecnociência e tem desenvolvido trabalho de investigação sobre sociologia do tempo, mobilidades e ciência. Foi investigadora principal do projeto “Mobiscience: trajectórias de investigadores Portugueses e circulação do conhecimento” e tem participado em vários projetos de investigação relacionados com a cultura, ciência e tecnologia. É membro da Associação Portuguesa de Sociologia e da IAMCR. Dinamiza a Associação Portuguesa de Estudos do Tempo e Sociedade. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal. E-mail: emiliararaujo@gmail.com

Introdução

No último número da revista *Temporalités*, dedicado ao tempo na China, faz-se referência e enfatiza-se a experiência moderna da aceleração e da compressão de tempos e de temporalidades que colidem entre si, fruto das transformações sociais e económicas provocadas pela globalização, o crescimento urbano e o reforço da individuação (Rouilleau-Berger, 2017).

Neste texto debatemos algumas das questões fundamentais sobre a relação entre tempo e desenvolvimento, abordando algumas das consequências que a aceleração social e económica desperta, face aos tempos da cultura. Com efeito, a conceção e os modos de organização do tempo estão intimamente relacionados com os conceitos e formas de operacionalizar os objetivos de desenvolvimento, seja qual for a perspetiva ideológica que sustenta este projeto. Até recentemente, a perspetiva predominante de desenvolvimento ocidentalizada assentava essencialmente em pressupostos tecnocientíficos, acumulativos e lineares.

Hoje, questiona-se cada vez mais este paradigma e introduz-se progressivamente o ideário do desenvolvimento sustentável, dominado pela fragmentação de tempos, des-linearidade e pela geração voluntária da espera, da interrupção e da lentidão. A fórmula do desenvolvimento sustentável admite, em grande parte, esta “nova” conceção de tempo (económico, político-legal e cultural), guiado pela figura do tempo-preocupação, isto é, tempo-cuidado, ou tempo responsabilidade.

No plano das escolhas, tal paradigma implica um acordo de tempo entre o desejo pela aceleração do crescimento que se faz com o contributo da ciência e da tecnologia; e a necessidade de sustentar o colapso ou o esgotamento dos recursos naturais, ou seja, os limites impostos pelo tempo natural. O desenvolvimento sustentável seria o resultado deste acordo entre o tempo curto e o tempo longo, ao qual está associada a possibilidade de realização do desenvolvimento durável. A máxima, aliás, seria válida para interpretar os processos sociais, em geral, a diversas escalas.

Neste texto e tendo em conta as abordagens de Appadurai (2013), apresentamos de forma muito exploratória algumas das contradições que se impõem nesse caminho, deixando indicações do que pode configurar uma ação política de tempos, tendente a harmonizar a economia e a cultura, o tempo da economia, não necessariamente acelerativo e o tempo da cultura, não necessariamente de abrandamento ou paragem.

A institucionalização do tempo curto

O desenvolvimento sustentável está associado à ideia segundo a qual há uma intrínseca relação entre tempo natural e tempo social, sendo igualmente assumido que o tempo social integra e convive com o tempo natural. Como bem explica Rosa (2015), este equilíbrio parece ser cada vez mais trágico na modernidade, atendendo, por um lado à aceleração técnica e, por outro, à dependência da sociedade de consumo face ao tempo curto, assim como à colonização imediata do futuro. Por outras palavras, as leis da economia orientam-se no sentido da valorização crescente de meios e mecanismos de redução das esperas na produção e na disponibilização de produtos no mercado.

Com efeito e, em simultâneo, esta mesma economia fica dependente da invenção ou design constante do futuro, um tempo-espço de exploração. Em grande parte, este design do futuro surge legitimado na possibilidade de ser sustentável, uma vez que se socorre da designada “intrínseca relação com o mundo natural”. Todavia, trata-se da mesma economia sedimentada eficazmente no controlo do tempo, na redução da espera e na aceleração. A sua face mais visível é a curta duração dos produtos, das ideias, das coisas, dos padrões.

A não-durabilidade projeta-se material e culturalmente através da moda e de vários outros mecanismos de impulso à renovação e à troca constantes. O futuro vende, desse ponto de vista. Esta é a principal contradição para a qual a política e a economia contemporâneas parecem não ter capacidade de resposta, o que fecha o leque de possibilidades comunicacionais entre sociedades e nas sociedades, em si mesmas, sobretudo se tivermos em conta o efeito da globalização e o modo como esta obriga à normalização das experiências temporais. Não só o futuro vende. Também a própria aceleração (por imitação) é consumível, mesmo que à custa de fragmentação do tempo histórico e sociológico característicos de cada sociedade ou contexto.

Neste plano, a não-aceleração deliberada, que passa pela agregação de fatores e de elementos que agarram o tempo longo dos processos sociais e, principalmente, naturais, pode instalar-se como mais um estilo de vida distintivo, igualmente com potencial de comercialização e de elitização. Para ilustrarmos esta abordagem, basta compararmos os preços dos alimentos que aparecem no mercado com rótulos biológicos (com isso, afirmando-se que os animais/plantas são criados no seu ritmo próprio, sem aditivos), com os preços dos alimentos processados a tempos curtos. O mesmo resultado obtemos, ao compararmos os custos de uma

habitação que usa materiais preparados para o cuidado ambiental e uma habitação que usa materiais mais potencialmente corrosivos do ambiente. Similar raciocínio podemos aplicar às disparidades que se verificam quanto aos preços da água praticados nas diversas regiões e localidades e que têm uma cobertura eleitoralista, num quadro que é, em geral, de escassez progressiva daquele recurso natural e que exigiria mudanças culturais e sociológicas drásticas, em várias esferas e de forma global.

Portanto, podemos assumir que a própria “sustentabilidade” é comercializável e integrada na mesma economia e política da aceleração e do comércio do futuro, bem aculturada pela prática e discurso político. Dito de outro modo, a economia atual (a economia que rentabiliza o futuro, de várias formas e também o passado, neste caso, por exemplo, através do turismo), está, assim, assente no tempo curto e na manipulação de vários outros tipos e modalidades de tempo, entre os quais o natural e o tempo histórico. Sabemos, todavia, que se trata de processos que não atingem de igual modo todas as sociedades e grupos. Estão mais vulneráveis aqueles que menos domínio têm sobre o tempo natural (e da natureza), o tempo histórico e o tempo-memória e que mais facilmente se convertem ao consumo do tempo-futuro, sem terem tempo de ajustar os fundamentos jurídicos e legais a essa aceleração.

Em outras palavras, e na linha de Appadurai (2013), a economia desenvolvimentista “do futuro” está assente na disjunção entre cultura e economia e esta expande-se sem considerar o tempo-memória e o tempo histórico das populações, o que cava ainda mais o fosso entre cultura e economia e traz consequências no próprio tempo – futuro histórico.

A grande contradição

Assim, a grande contradição, no entanto, reside no conflito entre o tempo longo e a economia do futuro extenso – “do futuro aqui”. Com efeito, a presença do futuro no mundo moderno não é consistente, ou concomitante, com a necessária perseverança em relação ao tempo longo, sociologicamente, dando azo a situações de vazio ético-legal, tal como seria demonstrável no quadro do tema já abordado dos usos da água. Mais do que a emergência deste tipo de hiato que se cria pela dificuldade de o Direito prever e acautelar o futuro que é persistentemente e cada vez mais incerto e avassaladoramente presente, devemos considerar a ausência

ou o “esquecimento” (Pillon & Quéré, 2014) do tempo de longa duração a que se assiste na política (política aqui tomada como toda a ação que implica poder de decisão com efeitos sobre a intervenção e a mudança da realidade). Entre o tempo curto das transações comerciais e o tempo longo das transformações culturais e sociais que ganham terreno.

Com efeito, devido ao excessivo peso do futuro economicamente conduzido (a economia centrada no futuro aqui), o exercício de política tende, igualmente, a “distrair-se” em relação aos tempos longos, dando conta das respostas no imediato, a que acresce a necessidade de gerir as ausências ou vazios legais, face à aceleração técnica e social (Pillon & Quéré, 2014). Neste sentido, e paradoxalmente, o futuro histórico (futuro como futuro) fica comprometido pela excessiva experiência do futuro extenso na própria ação política. Assim, maior se torna a vulnerabilidade face às catástrofes e aos desastres naturais e humanos, devido à ausência da preocupação face ao tempo longo – do futuro histórico. Esta conclusão não é novidade e ela marca bem o que foi o desenvolvimento do Ocidente nos últimos séculos, após a revolução industrial, assente no ideário do futuro aberto e o que isso representa ainda na relação com outros povos, situados em contextos temporais culturais distintos, ao exigir destes o mesmo tipo de postura e de pensamento económico sobre o tempo; assim ficando “esquecido” o tempo de longa duração estrutural e socio-natural.

O que nos parece ser mais relevante é o facto de os discursos sobre as opções sustentáveis e o tempo de longa duração surgirem continuamente confundidos entre si, quando objetivamente se trata de coisas distintas que estão em dissonância: por um lado, a proeminência de um futuro usado e manipulado – o futuro aqui – tal como aproveitado pela economia do conhecimento e da inovação; por outro lado, o tempo longo, futuro histórico que resultará das opções tomadas na emergência contínua do presente e que é o futuro “onde” se situam, de facto, as populações e os seus descendentes.

Tal como frisam vários autores (Adam & Groves, 2007; Appadurai, 2013) a cultura (bem como a história, a memória e as aspirações) constituem a experiência temporal dos povos e é fundamental no desenho e no planeamento do tempo de longa duração. Isso significa que a cultura contribui para a construção dos horizontes temporais e que, ao acautelar a participação pública no desenho e no planeamento do futuro, mostra à economia do “futuro aqui”, vias de desenvolvimento consentâneas com a permanência e a persistência humana no futuro.

Mas, para que isso aconteça, é preciso que a política se envolva nessa escolha cultural (que é também natural) do futuro, parafraseando Appadurai (2013).

E esse envolvimento exige tempo e a gestão de várias esperas porque implica não só auscultar, mas muitas vezes tornar conscientes e facilitar a demonstração das suas aspirações e saberes, grande parte das vezes relevantes para a antecipação e prevenção do futuro, muito particularmente em tudo o que respeita o tempo natural e cultural em que ocorrem as catástrofes naturais e humanas.

Por isso, o autor fala-nos do interesse em que a ação política se desenvolva dentro da ética da possibilidade e não da probabilidade, a dominante nas sociedades de risco e incerteza e onde um certo tipo de conhecimento científico e legal – apenas o que seja capaz de gerar impactos imediatos de resposta às urgências – se impõe. A aspiração corresponde, assim, aos horizontes de esperança a possibilitar às populações que vão estando em situação e na condição de opressão e insegurança.



Figura 1 - Peça jornalística sobre o povo Rohingya

Fonte: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/onu-alerta-para-possibilidade-de-limpeza-etnica-do-povo-rohingya-na-birmania_n1026316

Chegamos ao ponto em que se torna evidente a necessidade de a política considerar como eixo fundamental da sua ação, o diagnóstico e conhecimento do tempo, bem como a inclusão do tempo como dimensão central da sua ação que é de foro político e legal, de forma a evitar os quatro riscos que apresentamos a seguir:

- Ausência do tempo cuidado
- Falha na antecipação e na realização de uma política de cuidado
- Falha na análise de cenários e consequências
- Vazio na regulação – do tempo e no tempo

Uma questão de design e de regulação do tempo?

Os conteúdos dos manuais sobre o planeamento, a previsão e a simulação contemplam, fundamentalmente, a dimensão cronológica do tempo. Isto é, o tempo é traduzido em quantidades medíveis através dos tradicionais marcadores que constam dos calendários e de outros instrumentos. Prevalece, assim, uma orientação temporal centrada sobre a dimensão quantificável do tempo que é importante, mas que necessita de ser integrada com outras dimensões do tempo, seguindo Appadurai (2013):

- Tempo como eixo de desenvolvimento-preocupação e cuidado
- Tempo e emancipação-participação-antecipação
- Tempo como realizador da ética da possibilidade e não só da ética da probabilidade

Neste texto, defendemos ser cada vez mais importante ao planeamento e aos sectores que trabalham com a previsão incluírem práticas de governação do tempo, numa perspetiva multinível que conjuga o curto prazo, com o longo prazo, numa perspetiva dialógica entre tempo natural e tempo sociocultural. Consideramos a existência de um espaço concreto para a política e a regulação dos tempos que estas devem tornar explícita, face à complexidade do mundo presente, constituindo uma área de competência por si mesma.

Existem diversas formas de operacionalizar uma abordagem à prática política preocupada com o tempo e a temporalidade, nas diversas perspetivas enunciadas acima, muito especialmente no que se refere à adoção do longo prazo (Koselleck, 2000; 2004). Tal diversidade justifica-se, pois cada campo ou sistema (cultura, economia, ciência, política, direito, média) comporta singularidades no que respeita às formas de perceber e organizar o tempo. É, no entanto, possível estabelecer uma grelha primária, a partir da identificação da missão específica de cada sistema, tal como se encontra na tabela seguinte.

Esferas	Bem comum Longo prazo	Bem comum Curto prazo
Saúde	Antecipação	Redução da espera Controlo da aceleração (por exemplo, no controlo dos tempos de produção na alimentação)
Segurança	Antecipação	Redução da espera
Educação	Antecipação	Gestão da espera Controlo da aceleração e dos ritmos
Direito /sistema judicial	Antecipação, prevenção e consequência Valores, ética e regulação	Gestão e ponderação da espera
Trabalho/economia	Consequências e efeitos, impactos	Gestão do tempo de resposta
Ambiente e território	Antecipação, simulação, consequências, impactos, regulação	Gestão da espera, gestão da aceleração na resposta em situações de catástrofe

Tabela 1 - Esferas de ação da política e operacionalização de formas de administração do tempo

Observamos que, independentemente das especificidades de cada esfera que marca a experiência social dos indivíduos, há algumas constâncias no que toca ao longo e ao curto prazo. As questões relacionadas com o curto prazo estão ligadas ao desenvolvimento de estratégias que possam, fundamentalmente, contribuir para a gestão de esperas (ora no sentido de as eliminar, como acontece em relação aos tratamentos médicos, ora no sentido de as gerar e favorecer, como acontece na educação).

No longo prazo, a ação temporal surge mais associada à antecipação e à identificação de consequências de impactos, o que ocorre em todas as esferas. Referimo-nos aqui à antecipação enquanto ato proactivo de diagnóstico e de avaliação de preeminência de catástrofe sem contornos previsíveis, como acontece no caso de incêndios de amplo espectro. O tempo da ciência e da sua expertise incluir-se-ia a este nível, por contribuir para a avaliação das fórmulas mais adequadas de mediação entre os vários tempos (e esperas) que não obedecem a um padrão ou planeamento cronológica e linearmente determinado. Trata-se de um tempo ciência que merece também ser analisado enquanto tempo necessariamente cultural e social, por implicar o envolvimento dos sujeitos sociais e considerar

a (des)construção dos seus saberes sobre a relação adequada com o tempo de longa duração, na perspectiva de desenvolvimento durável e sustentável (futuro como cuidado).

Quando pensamos em desenvolvimento, é frequente remeter-nos a uma escala de ação macroestrutural. Esta escala é sem dúvida relevante e é fundamental para percebermos algumas das diferenças que permanecem hoje entre países “adiantados” e países “em atraso”, em contexto europeu ou mundial. Remete-nos para a própria constituição do Estado e a importância do contrato como forma de salvaguarda e fixação do tempo.

Os tempos histórico e cultural, responsáveis pela coerência nas tomadas de decisão que implicam as diferentes modalidades de tempo – passado, presente e futuro – difere de sociedade para sociedade e propiciam-se a ser mais ou menos materializados no presente. Um projeto de desenvolvimento sustentável, no sentido dado por Appadurai (2013) pressupõe a necessidade constante de incorporar na tomada de decisão política o cuidado face ao futuro desconhecido através da gestão imediata e persistente da antecipação, com recurso eventual à simulação.

Este normativo é ainda mais importante, no quadro do cuidado pelo tempo natural e traz necessariamente mais desafios aos países que respondem às exigências da globalização, mas que permanecem hoje com o estatuto de mercados de consumo em emergência ou de países em “atraso”. Tais dificuldades reforçam-se, assim, no quadro de tradicionais divisões realizadas a nível mundial na base de ideários lineares de desenvolvimento que não consideram o tempo sociocultural das populações abrangidas, como acontece ainda na relação entre o Sul e o Norte.

A aprendizagem cultural do tempo e o desafio da aceleração e globalização

A Sociologia e a Antropologia do tempo mantiveram a ideia de que o modo de estar e de entender o tempo, com implicações na economia e na sociedade, diverge conforme os contextos culturais, sendo tradicionalmente aceite a ideia de que no Ocidente domina a cultura temporal de tipo monocrono e linear, onde o futuro tem um lugar especial, por funcionar como principal orientador da ação. Enquanto isso, as culturas “quentes” corresponderiam aos contextos em que a separação temporal entre modalidades do tempo – passado, presente e futuro – não é saliente, nem tem grande sentido para a orientação da vida no dia-a-dia.

Este aspeto cultural do tempo e sua diversidade nunca foram realmente explorados na abordagem ao desenvolvimento em nenhum estudo, mas é mais do que tomado como adquirido que os países com culturas de tempo orientadas para o futuro favorecem a acumulação e o crescimento, rente a outros que não cultivam este horizonte culturalmente enraizado e que, portanto, vivem fundamentalmente a emergência e a importância do presente. O que também não está clarificado é o modo como os programas e transações económicas que caracterizam a globalização estão a lidar com essas especificidades e a transformá-las profundamente, a ponto de mudarem as próprias representações do tempo, no sentido do consumo e da orientação para o futuro dominado pelo imaginário tecnológico.

Estamos em contextos muito diversos de consistência política, em que grande parte dos países outrora classificados como culturas do tempo “quente”, de convivência direta entre o tempo natural e o tempo social continuam a lutar pela sedimentação das suas identidades políticas, étnicas e religiosas. Assim, importa questionar se o desenvolvimento sustentável, devido ao tipo de definição de tempo que inclui, representa uma forma de aliança e de aprendizagem, ou representará, em lugar disso, mais um mecanismo de pressão e de condicionamento e dependência (Sachs, 2015). Isto é visível nas discussões sobre o ambiente e os efeitos do aquecimento global sobre os países em situação de maior vulnerabilidade global para antecipar o futuro e fazer face a ameaças.

Notas finais

Os últimos planos e definições de desenvolvimento sustentável modificam grandemente esses ideários, pelo menos a nível discursivo, com o objetivo de dar força justamente às aspirações dos povos e à sua capacidade de traçar os futuros. Instituições internacionais com poder de regulação como a ONU ou a UE subscvem este entendimento e têm vindo a protocolar uma série de medidas que cobrem a melhoria das relações entre tempo social e tecnológico e tempo natural, mas na prática trata-se de um projeto difícil até porque as definições de futuro e de longo prazo se confundem e remetem para realidades díspares, em simultâneo que se alimentam entre si, numa economia cujos princípios são iminentemente neoclássicos e ditados pela fidelização à globalização e ao consumo.

Deste ponto de vista, o “futuro comum” que servia de mote em 1987 ao plano de desenvolvimento da ONU permanece como um referencial que evidencia a

importância do tempo na tomada de decisão política. Nos últimos anos podemos verificar que a economia adotou e transformou consideravelmente as características valorizadas do tempo, a ponto de transformar o futuro num produto vendável, de múltiplas formas, algumas das quais traduzíveis no medo e no risco. Tal como frisa Appadurai, quando o tempo do Ocidente dá sinais de entrar em colapso, também em virtude da rápida redução à Economia, urge pensar, não só em formas de articulação da cultura, num sentido estrito, mas também em sentido amplo, tendo em conta as relações entre países e contextos culturais e o modo como estes podem ser articulados e pensados nas opções económicas. Isso significa qualificar a política em termos de orientação e de administração do tempo e suas consequências, incluindo a emergência de conflitos entre tempos e temporalidades, em diversos planos, entre os quais os naturais e os sociais.

Referências

- ADAM, B. & GROVES, C. (2007). *The future matters*. London: Brill.
- APPADURAI, A. (2013). *The future as a cultural fact*. Essays on the global condition. USA: Verso Books.
- KOSELLECK, R. (2000). *Los estratos de tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós.
- KOSELLECK, R. (2004). *The future past. on the semantics of historical time*. New York: Columbia University Press.
- PILLON, J.-M. & QUÉRÉ, O. (2014). La planification de l'action publique à l'échelle du planning. *Temporalités*, 19. Retirado de: <http://journals.openedition.org/temporalites/2736>; doi 10.4000/temporalites.2736
- ROSA, H. (2015). *Social acceleration-a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press.
- ROULLEAU-BERGER, L. (2017). Introduction. *Temporalités*, 26. Retirado de: <http://journals.openedition.org/temporalites/3817>
- SACHS, J. (2015). *The sustainable development*. Columbia University: Columbia University Press.

FINANCIAMENTO E FOMENTO À CULTURA NO BRASIL: DIMENSÕES NACIONAIS E ESTADUAIS

Antonio Albino Canelas Rubim*

Resumo

Este texto resulta de pesquisa voltada para compreender as políticas de financiamento e fomento à cultura no Brasil, em suas dimensões nacional e estaduais, destacando neste último caso a situação do estado da Bahia. O estudo seleciona para análise principalmente dois dos mecanismos mais representativos do financiamento e fomento à cultura no Brasil: o incentivo fiscal e os fundos de cultura. Outros instrumentos de financiamento e fomento são referidos, mas não analisados em profundidade, devido ao caráter setorial destes dispositivos. Além de desenhar o modelo nacional de financiamento e fomento, o texto discute a situação dos estados e do Distrito Federal. Ele aponta as similitudes com o nacional – em especial dos estados ditos mais desenvolvidos – e as singularidades existentes com relação ao modelo nacional. Os exemplos inscritos nesta última circunstância possuem autonomia e capacidade de redefinir o lugar secundário destinado aos fundos no modelo nacional, colocando-os como mecanismos prioritários de financiamento e fomento à cultura. Desta maneira, o panorama do financiamento e fomento no quadro da federação brasileira ganha em complexidade, pois afasta-se da mera predominância do incentivo fiscal e permite, ainda que de modo secundário, a existência de outras alternativas de financiamento e fomento à cultura no Brasil.

Palavras-chave: Financiamento à cultura; fomento à cultura; Brasil; estados brasileiros; Bahia; políticas culturais

* Albino Rubim é pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador editorial da Coleção CULT. Autor de artigos, capítulos e livros sobre políticas culturais, cultura e política, cultura e comunicação e comunicação e política. Ex-Secretário de Cultura do estado da Bahia. Ex-Presidente do Conselho de Cultura do estado da Bahia. Ex-Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências professor Milton Santos e, por três vezes, da Faculdade de Comunicação, ambos da UFBA. Ex-Presidente da Câmara de Extensão da UFBA. Ex-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA. Ex-Presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba. Ex-professor da Universidade Federal da Paraíba. Ex-professor da Universidad de las Artes em Guayaquil-Ecuador. Universidade Federal da Bahia, Brasil.
E-mail: albino.rubim@gmail.com

O presente texto deriva da pesquisa “Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal”, realizada em 2016 e 2017 no âmbito do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), envolvendo uma equipe de 21 pesquisadores, sob minha coordenação. A investigação analisou de que maneira os estados brasileiros e o Distrito Federal apoiam a cultura, pois como ficou demonstrado pela revisão crítica da literatura desenvolvida no âmbito da pesquisa sobre o tema do financiamento e fomento à cultura no Brasil, por volta de dois terços dos estudos encontrados voltam-se para a atuação do Estado nacional e de suas leis de incentivo fiscal, restando poucos trabalhos destinados aos estados, Distrito Federal e municípios (Guimarães & Silva, 2017). Nesta perspectiva, a análise buscou elucidar os modos de apoio de estados e Distrito Federal à cultura no Brasil e enfrentar esta ausência de estudos.

A pesquisa contou com recursos financeiros do Ministério da Cultura, acordados no governo Dilma Rousseff. Com o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e a ascensão de Michel Temer à presidência ocorreu, de imediato, uma tentativa malograda de extinguir o Ministério da Cultura. A luta desencadeada pelo campo cultural impediu a destruição institucional, mas o ministério nos dois anos de Temer (2016-2018) teve quatro ministros. Deste modo, houve uma descontinuidade no apoio e a segunda parcela do financiamento nunca foi recebida. Ela viabilizaria uma pesquisa de campo em todos os 27 estados brasileiros e em Brasília (Distrito Federal). Uma dúvida, até hoje não esclarecida, pairou no ar acerca da ruptura unilateral do acordo: foi um gesto deliberado de perseguição política da direção do Ministério ou uma consequência do caos administrativo-institucional que tomou conta do Ministério da Cultura no período de Michel Temer.

Para desenvolver a pesquisa algumas definições foram fundamentais. A distinção entre financiamento e fomento se fez necessária para dar rigor à análise. Assim, enquanto todo e qualquer modo de apoio financeiro à cultura foi designado como financiamento, o termo fomento foi definido como abrangendo apenas determinadas modalidades de relação, caracterizadas pela existência obrigatória de institucionalidade com suas regras e rotinas públicas, impessoais, deliberadas, transparentes e idênticas para todos. Ou seja, a existência do fomento implicava na superação de procedimentos discriminatórios pelos quais os dirigentes estatais responsáveis pela cultura escolhiam, sem critérios públicos, os projetos a serem contemplados pelo apoio do Estado. No Brasil, a expressão, algo equivocada, “políticas de balcão”, serviu para designar tais atitudes, que, a rigor, nada tinham de políticas no sentido grandioso do termo.

Outra delimitação necessária aconteceu em relação aos tipos de fomento estudados. O foco recaiu sobre os mecanismos de fomento destinados à cultura em sentido

geral e não a setores culturais específicos. Tais processos especializados de apoio ficaram de fora da investigação, pois, além de serem mais numerosos, eles atendem a circunstâncias culturais, por vezes, muito singulares. Desta maneira, o estudo se concentrou em dois procedimentos mais presentes e mais relevantes de apoio à cultura no Brasil: a isenção fiscal e o fundo de cultura, entendido como apoio direto do Estado à cultura. Apesar do foco da investigação serem os fundos e os incentivos fiscais estaduais e do Distrito federal, foi fundamental desenhar o modelo nacional de financiamento e fomento à cultura prevalecente no Brasil (Paiva Neto, 2017), pois sem a explicitação de tal modelo a análise comparativa com os 27 estados e Brasília não seria viável de ser efetuada de modo consistente. Some-se a isto a inexistência na bibliografia acionada e existente de estudos que esboçassem tal modelo.

Como havia uma enorme deficiência nos estados e Distrito Federal de dados sobre fomento e suas séries históricas, ficou definido que o trabalho se concentraria na busca de informações relativas aos anos 2014 e 2015, respectivamente último e primeiro anos dos governos estaduais e do Distrito Federal. Tal situação não se reproduzia no âmbito nacional. Nele existiam dados e séries históricas, mas dispersos e sem sistematização mais rigorosa. Deste modo, um dos objetivos da investigação foi produzir e sistematizar dados e informações acerca do fomento à cultura, inclusive para estimular novas investigações, pois o levantamento bibliográfico constatou também o número reduzido de estudos existentes no Brasil sobre financiamento e fomento à cultura. Foram encontrados cerca de 200 trabalhos, entre artigos, capítulos de livros, livros, monografias, dissertações e teses. Deles 138 tratavam do ambiente nacional, 48 dos estados e Distrito Federal e 25 se concentravam no horizonte municipal. A nota alvissareira detectada é o crescimento continuado e expressivo do número de reflexões nos anos 2000 (Guimarães & Silva, 2017).

Premissas para análise dos modelos de financiamento e fomento

A construção da investigação exigiu conceber uma espécie de tipo ideal de fomento com a finalidade de funcionar como balizamento crítico do modelo existente. Desta maneira, a análise ganharia rigor e criticidade. Cabe, por conseguinte, traçar de modo sucinto tal tipo ideal.

O sistema de financiamento e fomento deve ter a complexidade contemporânea da cultura. A cultura é sempre complexa. Ela abarca atividades, bens e serviços os mais distintos. Ela compreende muitos campos simbólicos e áreas

diferenciadas: artes, ciências, concepções de mundo, comportamentos, conhecimentos, culturas digitais, culturas populares, culturas tradicionais, emoções, estéticas, estilos de vida, formas de percepção, história, humanidades, jeitos de ser, memória, patrimônios imateriais e materiais, pensamento, saberes, sensibilidades, senso-comum, valores, etc.. Ela acolhe fenômenos de envergaduras variadas: de pequenos arranjos até enormes empreendimentos, de criadores individuais a grupos e/ou coletividades criativas, de agentes informais a empresas, de amadores a trabalhadores profissionais especializados.

O conceito ampliado de cultura, formulado na famosa Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (Mondiacult), realizada em 1982 na cidade do México, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), hoje é assumido majoritariamente pelas políticas culturais internacionais e nacionais (Bolán, 2006; Rubim, 2009). No Brasil, a adoção do conceito na gestão do ministro Gilberto Gil, tornou ainda maior o grau de complexidade da cultura. O conceito incorporou novas áreas ao chamado campo cultural, a exemplo de arquitetura, culturas digitais, moda, valores etc.. Aquilo que já era complexo, adquiriu ainda maior complexidade.

A noção de diversidade cultural igualmente alarga a complexidade do campo cultural (Bernard, 2005). Ela foi internacionalizada e agendada mundialmente pela Unesco, em especial, por meio do relatório “Nossa Diversidade Criadora” (1997), da “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” (2005) e da “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” (2006). O Brasil se empenhou no processo de aprovação da Convenção e passou a desenvolver políticas para a diversidade cultural no país (Kauark, 2009; Correia, 2013). O tema da diversidade cultural se tornou na contemporaneidade uma exigência essencial das atuais políticas culturais no mundo e no país. Hoje a riqueza de uma nação e de uma cultura é medida por sua capacidade de acolher, preservar e promover a diversidade cultural e não somente por afirmar identidades, como pretendiam as políticas culturais anteriores. As políticas de diversidade cultural exigem modalidades de financiamento e fomento compatíveis com tais objetivos e incidem fortemente sobre os mecanismos escolhidos para realizar tais políticas.

A emergência a partir de meados do século XIX da indústria cultural (em perspectiva de Theodor Adorno e Max Horkheimer), da reprodução técnica da arte e dos bens culturais (Walter Benjamin) e das indústrias culturais (na visão de muitos autores), bem como o surgimento mais recente, nos anos 90 do século XX, das práticas e noções associadas às indústrias criativas e economia

criativa produzem novas expansões no campo da cultura. Assiste-se na atualidade a um avanço vertiginoso das indústrias culturais e das redes digitais, que conectando o mundo planetariamente e em tempo real, conformam a singular experiência de sociabilidade glocal, que caracteriza a contemporaneidade. A economia de cultura se tornou cada vez mais potente desde o século XX e se agigantou ainda mais no século XXI. Agora a criatividade não está adstrita à dinâmica dos bens simbólicos. De modo crescente, a produção de bens materiais depende de variáveis culturais. Os bens materiais estão contaminados e mesmo subsumidos ao simbólico. Design, marcas, grifes, moda, publicidade, registros, regiões de origem, dentre outros, conferem valor aos bens materiais. A bibliografia indicada no final do artigo demonstra largamente tais dinâmicas. Nada estranho que ganhem centralidade os direitos autorais e, em especial, a propriedade intelectual. Tais diálogos com a economia e o direito permeiam e ampliam o campo cultural.

O sistema de financiamento e fomento necessita se adequar a esta complexidade contemporânea do campo cultural no mundo e no Brasil. Ele não pode se ancorar em instrumentos simples e unilaterais. Longe disto, ele deve buscar conjugar um complexo conjunto de alternativas e procedimentos que se aproximem da complexidade adquirida pelo campo cultural na contemporaneidade e de sua diversidade, agora reconhecida como valor.

O sistema de financiamento e fomento deve incluir uma pluralidade de procedimentos, instrumentos e fontes de fomento à cultura. Historicamente podem ser citados, pelo menos, três grandes pilares de apoio à cultura: Estados, empresas e públicos/mercados culturais. Os Estados, tradicionais financiadores e fomentadores da cultura, devem superar velhas mazelas: o dirigismo cultural, como acontece em circunstâncias de Estados autoritários; o privilegiamento cultural, como ocorre em Estados elitistas e, mais recentemente, a ausência de políticas culturais, como se verifica em Estados neoliberais, que delegam seu papel político-cultural ao mercado, como se eles fossem capazes de desenvolver políticas culturais e de efetivar políticas de financiamento e fomento à cultura, que atendam a universalidade do campo cultural.

Os Estados devem buscar modalidades de financiamento e fomento que: assegurem sua imprescindível atuação no campo cultural; garantam liberdade de criação e interditem a tentação, muitas vezes realizada, de impor culturas oficiais; e possibilitem apoiar, de maneiras diferenciadas, universalmente o campo cultural, sem discriminações e exclusões. Eles devem distinguir os diversos tipos de cultura, seus potenciais desiguais de sustentabilidade e suas diferenciadas necessidades de apoio, dentre elas: fundo perdido, investimentos parciais, empréstimos etc.

Em resumo: os Estados precisam ser radicalmente democráticos e republicanos, para que se tornem fonte qualificada de apoio à cultura. O papel cultural do Estado é insubstituível na configuração de uma sociedade efetivamente desenvolvida e radicalmente democrática.

A relação das empresas com a cultura assume diversas perspectivas. Dentre elas, cabe recordar, a constituição de empresas de produção e difusão culturais, surgidas a partir do século XIX e com gigantesco desenvolvimento nos séculos XX e XXI, e as empresas patrocinadoras da cultura, na maioria das vezes oriundas de outros ramos econômicos. No primeiro caso, torna-se essencial elaborar democraticamente políticas e legislações afins para evitar monopólios culturais e monoculturas, sempre prejudiciais à cultura, à vida societária, e à garantia da pluralidade de visões e empreendimentos, vitais à diversidade cultural. Atenção especial deve ser dada às micro e pequenas empresas, na atualidade nichos de criatividade, renovação e diversidade cultural. Quanto às empresas patrocinadoras, antes de tudo, elas devem efetivamente aportar recursos novos e próprios à cultura e se abrir a modalidades de seleção democráticas, que não considerem apenas seus interesses mais imediatos de marketing.

Especial atenção deve ser dada aos públicos/mercados culturais, pois o financiamento e o fomento via estados e empresas criam dependências de diferentes ordens, inclusive de novos apoios para manutenção de instituições e para realização de eventos e produtos. Estes apoios tornam os públicos/mercados seres desejados, mas não imprescindíveis ao ciclo da cultura. Eles, em geral, desconsideram o ciclo virtuoso da cultura desde o momento da criação até o instante vital da aquisição, fruição e consumo por pessoas, públicos e mercados culturais. Além dos formatos tradicionais de relacionamento já existentes da cultura com os públicos e mercados culturais, é necessário registrar a invenção de novos formatos de interação, como os financiamentos colaborativos, e o estímulo persistente para imaginar novas modalidades de apoio à cultura. Em resumo, os públicos e mercados culturais ocupam lugar de destaque para viabilizar o desenvolvimento e propiciar a efetiva sustentabilidade da cultura.

Sem a presença equilibrada de todos estes elos (Estado, empresas, públicos) e de outras fontes alternativas já existentes ou a serem inventadas, o sistema se queda seriamente comprometido. O financiamento e o fomento da cultura exigem a presença de todos estes elos, algum equilíbrio entre eles, bem como a constante invenção de novas fontes e dispositivos possíveis de financiamento e fomento à cultura.

Um último ponto imprescindível a ser ressaltado. A importância da institucionalização das modalidades de apoio financeiro à cultura. Leis, decretos, portarias, normas, rotinas que garantam democracia, liberdade, republicanismo, transparência e tratamento equânime aparecem como dispositivos básicos para um sistema de financiamento e fomento comprometidos verdadeiramente com a complexidade e a diversidade da cultura. A ausência desta consistente institucionalidade compromete a saúde e causa a esclerose do sistema, mesmo quando existem verbas financeiras em abundância. A institucionalidade deve assegurar a existência de uma multiplicidade de mecanismos de financiamento e fomento à cultura. Eles devem ser adequados à complexidade, à diversidade e às singularidades das áreas culturais, além de possuírem uma dinâmica de funcionamento na qual a complementariedade e o trabalho colaborativo sejam altamente incentivados e não a mera competitividade.

O tipo ideal desenhado pode parecer distante e mesmo utópico, mas adquire funções precípuas e vitais no presente. Ele funciona como um horizonte a ser conquistado e como um balizador de análise das expressões realmente existentes de apoio à cultura. Em tempos difíceis, como os atuais vivenciados pelo Brasil, o esboço de um tipo ideal funciona também como um fio de esperança, um aceno de que outra realidade, menos agressiva e brutal, é possível e que o mundo pode ser melhor e será, com diz a canção.

Esboçadas tais premissas, ainda que de modo resumido, deve-se passar à exposição e discussão dos resultados mais gerais da pesquisa. Dada sua envergadura e a intencional busca sistemática de informações e dados, muitos resultados serão desprezados devido às dimensões e ao foco específico do texto. Para uma visão mais abrangente de pesquisa consultar os dois livros que resultaram da sua realização (Rubim & Vasconcelos, 2017a e Rubim & Vasconcelos, 2017b), inclusive disponibilizados no site da Editora da UFBA.

Modelo nacional de financiamento e fomento à cultura

A constatação da enorme prevalência do incentivo fiscal como modo de fomento à cultura no patamar nacional brasileiro não trouxe novidades. Sua preponderância é tão acentuada, que ela se torna visível mesmo sem o recurso à pesquisa. Mas a investigação pode delimitar o tamanho desta supremacia e discutir suas consequências. Dados do próprio Ministério da Cultura, atestam que no ano

de 2015 foram mobilizados R\$1.323.390.560,00 pela Lei Rouanet, de incentivo fiscal, enquanto o Fundo Nacional de Cultura (FNC) acionou apenas R\$163.750.302,00. Ou seja, o incentivo fiscal envolveu oito vezes mais recursos que o apoio direto do Estado nacional.

Até aos anos 80, o financiamento à cultura no Brasil era quase integralmente efetuado pelo Estado de modo direto. Em 1986 nasce a primeira lei de incentivo à cultura no país, a Lei Sarney. Ela previa uma isenção máxima de 80% e não exigia nenhuma mediação do Estado, além do abatimento dos impostos devidos. A relação era direta entre agentes culturais e empresas, já que as leis de incentivo no Brasil sempre priorizaram as pessoas jurídicas em relação às pessoas físicas, diferentemente do que acontece em alguns países, os quais incentivam mais as pessoas que as empresas. O governo Fernando Collor (1990-1992) extinguiu a lei por conta de suas desavenças com o ex-presidente José Sarney (1985-1990) usando acusações de corrupção. Em seu lugar, o governo cria, em 1991, o Programa Nacional de Incentivo à Cultura, que passou a ser vulgarmente conhecido como Lei Rouanet, por referência a Sérgio Paulo Rouanet, então Secretário Nacional de Cultura, pois Fernando Collor, orientado por seu projeto neoliberal de governo, havia extinto o Ministério da Cultura e inúmeros órgãos culturais. Logo depois, o presidente sofre um *impeachment* decorrente de acusações de corrupção em seu governo. Itamar Franco, seu vice-presidente, assume, recria o Ministério da Cultura e cria, em 1993, uma nova lei de incentivo fiscal específica para o cinema, a chamada Lei do Audiovisual. Tal lei amplia a isenção para valores maiores que 100%. Ela, além de prever a restituição de 100% dos valores investidos pelas empresas, permite o abatimento de todos os gastos administrativos envolvidos no apoio cultural. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) promove a reformulação da Lei Rouanet para ampliar seu funcionamento. O gráfico 1 expressa de maneira cabal o salto ocorrido, a partir de 1995, tanto na quantidade de projetos apresentados por proponentes, quando no número de projetos que conseguem captar recursos. A queda acontecida a partir de 1998 decorreu das privatizações de empresas estatais no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as maiores já realizadas no Brasil. As empresas estatais vinham utilizando a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual de modo intenso. O crescimento volta a tomar folego no governo Lula (2003-2010) e de maneira menos acentuada no governo Dilma Rousseff (2011-2016), com depressões associadas às crises econômicas e políticas, que atingem o país.

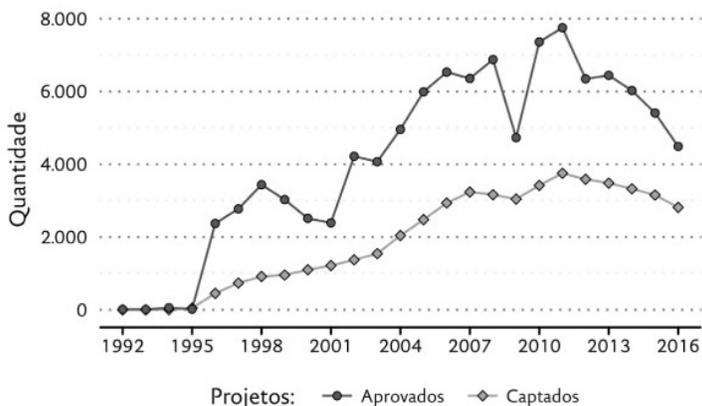


Gráfico 1 – Quantidade de projetos aprovados e projetos com captação de recursos, incentivo fiscal da Lei Rouanet (1992 a 2015)

Fonte: Elaboração com base no SalicNet, do Ministério da Cultura / SEFIC

O impacto de tais medidas foi profundo no sistema brasileiro de financiamento e fomento da cultura. Por um lado, como aspecto positivo, estimulou a institucionalização do fomento, dado que a Lei Rouanet, diferente da Sarney, previa que todos os projetos passassem pelo crivo do Estado, ainda que tal mediação ficasse muito circunscrita às dimensões formais e técnicas. Além disto, a nova lei abriu a possibilidade da atuação de profissionais responsáveis pelo planejamento e elaboração de propostas, gestão de projetos, captação de recursos e prestação de contas.

Por outro lado, como aspecto altamente negativo, engendrou e consolidou o processo de enorme prevalência do incentivo fiscal no país. Os gráficos 2 e 3, por meio de modos distintos de representação, expressam o desequilíbrio entre o incentivo fiscal e o apoio direto, via fundo de cultura, propiciados pelas reformulações do governo FHC. Nos governos Lula e Dilma Rousseff o descompasso entre incentivo fiscal e fundo de cultura se mantém, com fugaz diminuição acontecida por volta de 2010, no final do segundo governo Lula, quando os valores do Fundo Nacional de Cultura aumentam e diminuem os recursos empenhados via incentivo fiscal, permitindo que o desnível seja por volta de três vezes, o menor desde 1995.

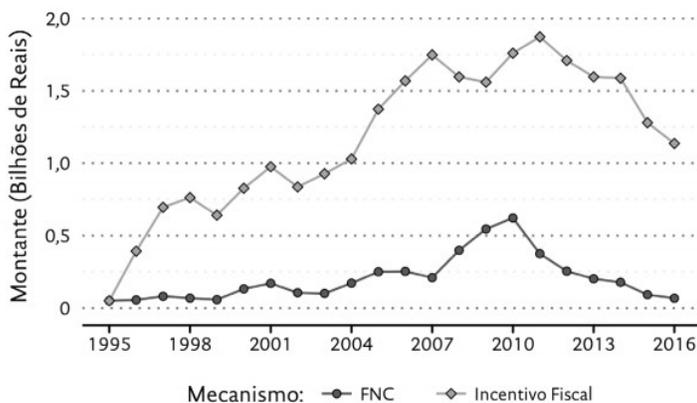


Gráfico 2 – Comparativo valores empenhados pelo Fundo Nacional de Cultura e movimentados pelo Incentivo fiscal, valores corrigidos pelo IPCA (1995-2016)

Fonte: Elaboração do autor com base no SalicNet do Ministério da Cultura/SEFIC¹

O gráfico 3 traz os mesmos dados só que agora trabalhados em valores percentuais e não absolutos. Nele fica gritante a diminuição do peso do apoio direto do Estado em detrimento do aumento crescente da isenção fiscal, mediada pelas empresas. Algumas curvas sintetizam os movimentos relativos ao Fundo Nacional de Cultura: brutal queda de 1995 para 1996; pequena depressão entre 1995 e 1999; quase permanência entre 2000 e 2003; crescimento entre 2004 e 2010, mesmo considerado o descenso de 2006; diminuição continuada de 2010 até 2016, tendendo ao quase desaparecimento do FNC.

1 Incentivo fiscal (1995 a 2016), FNC 1995 a 2005 (Soares, 2010) e FNC 2006 a 2016 (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – resposta a pedido de informação 039500001 50201729 em 01/02/2017). Valores deflacionados até dezembro de 2016, com referência no IPCA (IBGE)

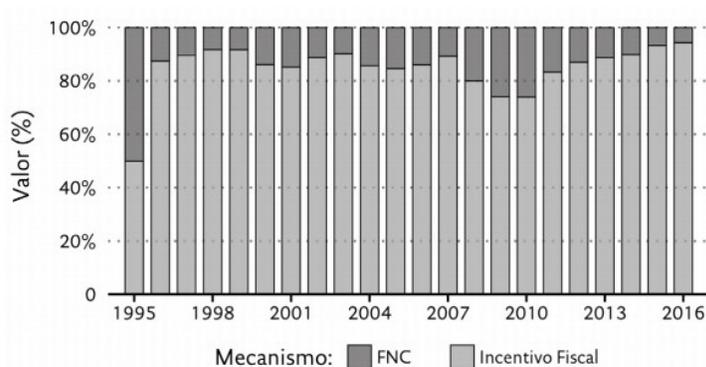


Gráfico 3 – Comparativo FNC e Incentivo, participação relativa (1995-2016)

Fonte: Paiva Neto (2017), com base no SalicNet do Ministério da Cultura / SEFIC

A situação se agrava ainda mais quando se analisa a proveniência dos recursos usados no incentivo fiscal. A utilização de 100% de isenção na quase totalidade dos projetos culturais apoiados torna patente a paradoxal contradição entre a intenção mobilizada discursivamente para justificar a lei – trazer recursos novos das empresas para cultura – e a atual realidade do *modus operandi* de funcionamento da Lei Rouanet. Com a quase universalização da isenção de 100% contida nas normas atuais de incentivo cultural, o recurso acionado é praticamente todo ele público, mas sua utilização é deliberada pelas direções e departamentos de marketing das empresas. Ou seja, as leis de incentivo no Brasil colocam recursos públicos sob a decisão privada. Em verdade, poucos recursos das empresas têm sido alocados no financiamento à cultura no país. Conforme dados do Ministério da Cultura em 18 anos de vigência da Lei Rouanet dos oito bilhões de reais investidos, mais de sete bilhões foram recursos públicos. As leis, que inicialmente trabalhavam majoritariamente com recursos empresariais, passaram a lidar cada vez mais com dinheiro público (Dória, 2003). Esta inversão contradiz as intenções expostas na criação das leis de incentivo. Hoje, as leis movimentam poucos recursos próprios das empresas, inclusive públicas. Em suma: as leis de incentivo, depois de muitos anos de vigência, não alcançaram seus objetivos de trazer recursos novos das empresas para a cultura, conforme pode ser visto no gráfico 4.

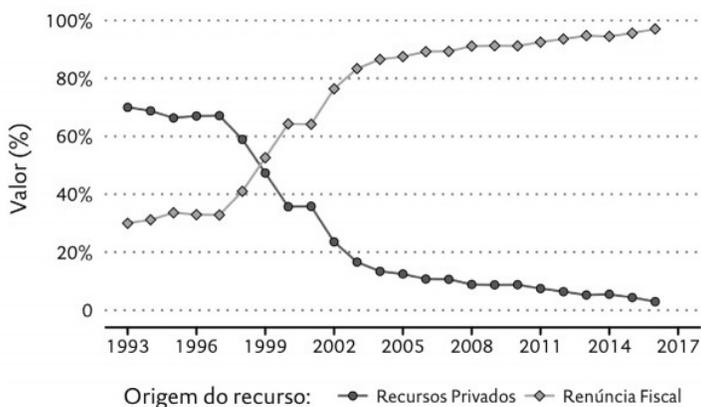


Gráfico 4 – Relação incentivo fiscal e recursos próprios (1994 a 2016)

Fonte: Paiva Neto (2017) com base no SalicNet do Ministério da Cultura/Secfic

No gráfico 5, que usa os mesmos dados, as tendências se tornam ainda mais evidentes. De 1998 a 2003 acontece um brutal decréscimo dos recursos das empresas em relação àqueles oriundos do Estado. De 2003 em diante a diminuição reduz seu ritmo acelerado, mas continua a acontecer. Dados bastante recentes, do ano de 2018, constata-se que apenas 1,77% dos recursos investidos por meio do incentivo fiscal tem origem em empresas. Mantida a tendência expressa no gráfico, a previsão é o desaparecimento de qualquer resquício de recurso empresarial. Em suma, hoje a lei quase não mobiliza nenhum recurso das empresas e trabalha quase integralmente com recursos públicos.

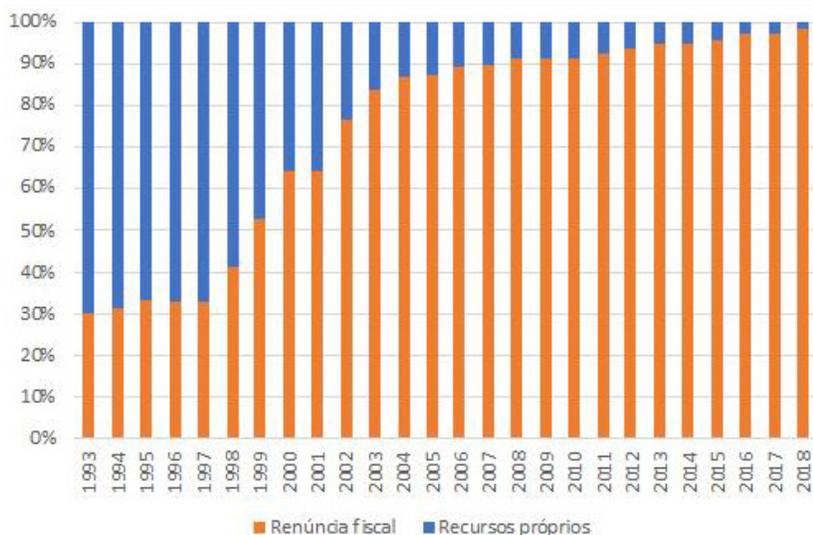


Gráfico 5 – Relação incentivo fiscal e recursos próprios (1993-2018)
 Fonte: Paiva Neto (2017) com base no SalicNet do Ministério da Cultura/Sefic

Chega-se a uma situação inusitada: a lei de incentivo fiscal para empresas investirem em cultura manipula quase completamente com recursos públicos, mas decididos pelas empresas, pois a avaliação dos projetos pelo Ministério da Cultura se prende a aspectos formais e técnicos e não de mérito e o número de projetos aprovados é sempre maior do que aqueles que conseguem captar recursos, como pode ser observado no gráfico 1. Configura-se um grave problema: recursos públicos definidos e geridos por empresas (privadas e públicas), a partir de critérios eminentes de marketing, inclusive cultural. Portanto, por parâmetros distantes de lógicas mais afins ao campo cultural.

Em geral, os departamentos de marketing das empresas levam em consideração os apelos envolvidos nos projetos: atividades realizadas e voltadas para amplos mercados consumidores; presença de celebridades; modalidades culturais que permitam grande visibilidade, com a predominância de eventos e obras, quase nunca de processos de mais longo prazo; culturas de caráter mais mercantil e de consumo de massas, etc.. Ou seja, critérios que alcançam apenas um tipo específico de cultura, em detrimento da diversidade cultural. A respeito deste tema Leonardo Brant afirmou: “o trabalho artístico tornou-se dependente de uma

adequação ao padrão cultural de mercado. As empresas, por sua vez, passaram a estabelecer parâmetros e a identificar o que deveria ser entendido, patrocinado e consumido como cultura no país” (Brant, 2009, p.77).

Fica evidente a dificuldade de abrangência deste mecanismo de financiamento, forjada em uma ótica empresarial. Artes e culturas experimentais, artes independentes, culturas digitais, culturas identitárias, inovações culturais, manifestações populares, patrimônio material e imaterial, tradições, vanguardas artísticas e culturais, dentre outros, parecem destinados a ficar fora do alcance deste dispositivo de financiamento e fomento. Ele tem a capacidade de contemplar apenas alguns tipos de cultura. A incapacidade de um apoio mais universalizável à cultura é patente. Em sua formatação brasileira, as leis de incentivo não demonstram compatibilidade com a complexidade e a diversidade da cultura brasileira. Elas não só possuem dificuldades em relação às políticas voltadas para a diversidade cultural, mas problematizam a realização de políticas culturais, pois subtraem do Estado mecanismos e recursos essenciais para a tessitura de políticas, deprimindo sua atuação cultural.

As leis de incentivo cultural em sua feição brasileira apresentam outros problemas nada desprezíveis para a dinâmica cultural, a exemplo do frágil incentivo à participação das pessoas físicas. Ela deprime esta possibilidade de apoio tão importante em alguns países. O nível máximo de participação atingido foi 3% em 2016. De 2002 a 2016, o percentual de apoio das pessoas físicas na lei sempre variou entre 0,8% e 3,0%. Grave limitação da lei, que termina menosprezando o potencial de incentivo das pessoas como apoio à cultura.

O desestímulo do público como fonte de fomento à cultura emerge como outro dado complicador do predomínio do incentivo fiscal no Brasil. A depressão do mercado cultural como elemento de sustentabilidade da cultura fica visível, por exemplo, na redução das temporadas em diversas áreas artísticas e culturais, como cinema e teatro, em decorrência da procura de novos financiamentos via incentivo fiscal, em lugar da busca de recursos via ampliação do público e do mercado culturais.

Por fim, mais um complicador. A lei permite que empresas criem fundações e institutos, que podem captar recursos do incentivo fiscal, inclusive aqueles utilizados por estas mesmas empresas. Ou seja, a empresa utiliza o expediente do incentivo fiscal – sem aportar quase nenhum recurso próprio – e ainda pode canalizar tal recurso para ser usado por sua fundação ou instituto cultural.

Financiamento e fomento nos estados e Distrito Federal brasileiros

Traçado o quadro nacional, a pesquisa busca analisar a situação do financiamento e fomento nos estados e Distrito Federal. Como já explicitado, as dificuldades de dados e informações foram bem mais complexas que aquelas encontradas no plano nacional. Enorme esforço teve de ser efetuado para buscar o máximo de dados e informações possíveis. Tal esforço foi prejudicado pelo não repasse da segunda parcela prevista no acordo com o Ministério da Cultura. Nesta perspectiva, o trabalho se tornou redobrado. Mesmo assim foram produzidos dois livros como resultados da pesquisa. O primeiro deles, analisa o panorama de financiamento e fomento em cada uma das cinco regiões brasileiras: centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul. A opção pelo estudo das regiões decorreu da impossibilidade de dar conta de uma análise pormenorizada de cada uma das 27 unidades federativas – 26 estados e Brasília – agravada pelo não repasse da segunda parcela, que inviabilizou a pesquisa de campo nas 27 unidades federativas. O segundo livro esboça o modelo nacional, reflete a literatura existente no Brasil sobre financiamento e fomento à cultura e investiga, em termos gerais, o comportamento dos estados e do Distrito Federal no financiamento e fomento à cultura. Não cabe aqui reproduzir detalhadamente as conclusões e reflexões contidas nos dois livros, mas trazer uma breve síntese de seus achados.

Como já foi dito anteriormente, a pesquisa se concentrou nos anos 2014 e 2015 e estudou com mais ênfase o incentivo fiscal e os fundos de cultura nos estados e Distrito Federal, ainda que trate de outros mecanismos de financiamento de modo secundário. Exemplos disto são a lei do patrimônio cultural em Minas Gerais e o Calendário das Artes na Bahia. Este texto, tal qual a pesquisa, se concentra na discussão dos fundos de cultura e das leis de incentivo fiscal à cultura.

Um primeiro quadro relevante pode ser expresso na figura 1. Nela está expressa a existência de leis de incentivo à cultura nos estados e no Distrito Federal. A extinção da lei Sarney provocou a expansão da lógica das leis de incentivo para municípios, estados e Distrito Federal nos anos 90. A Lei Mendonça da cidade de São Paulo iniciou tal corrida de criação de leis de incentivo. Ela atingiu muitos estados brasileiros, em especial, os maiores que tinham assimilado a lógica do incentivo fiscal.

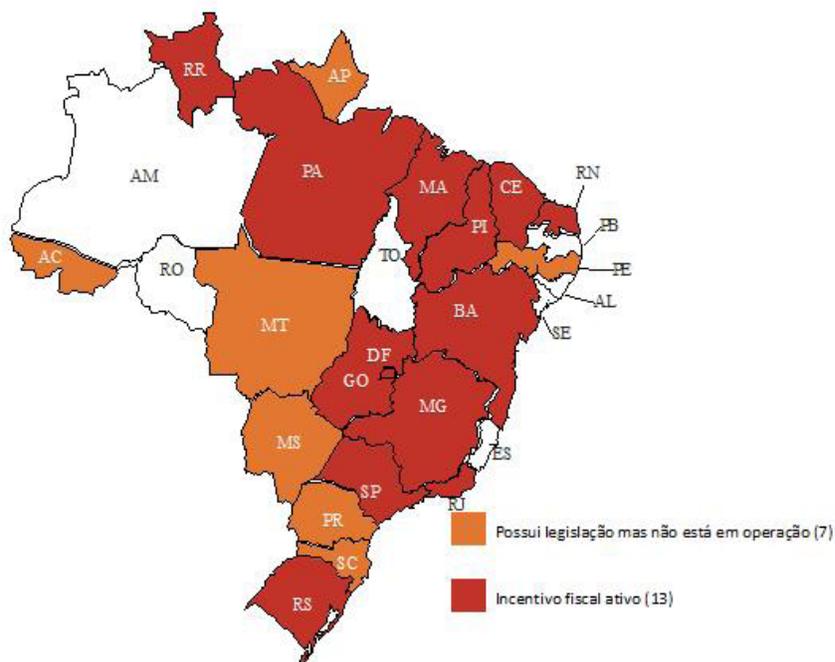


Figura 1 – Existência ou não de leis de incentivo fiscal em estados e Distrito Federal nos anos de 2014 e 2015

A figura 1 mostra que das 27 unidades federativas, 20 se mobilizaram para criar leis de incentivo. Tal movimentação demonstra como a lógica do incentivo fiscal havia se implantado na sociedade brasileira, atingindo todas as regiões brasileiras, ainda que de modo desigual. Verifica-se uma presença forte nas regiões sul, centro-oeste e sudeste e mais frágil no norte e nordeste. Entretanto, em sete estados as leis existentes não estavam funcionando. Ou seja, das 27 unidades federativas, somente 13 tinham leis operando, por volta de 48% delas. Sem a realização de pesquisa de campo, como previsto inicialmente, ficou impossível uma interpretação mais detalhada da situação e das ocorrências com as leis de incentivo estaduais.

O quadro relativo aos fundos de cultura, em uma primeira impressão, surpreende como pode ser observado na figura 2. Das 27 unidades federativas somente uma não possui fundo de cultura, o estado do Pará. As outras 26 unidades criaram

fundos de cultura, ainda que nove delas não estivessem operando em 2014/2015. Mesmo considerando este dado, o quadro relativo ao número dos fundos de cultura mostra-se bem melhor que o relacionado às leis de incentivo fiscal: 17 das 27 unidades federativas, 63% delas, tinham fundos de cultura ativos.

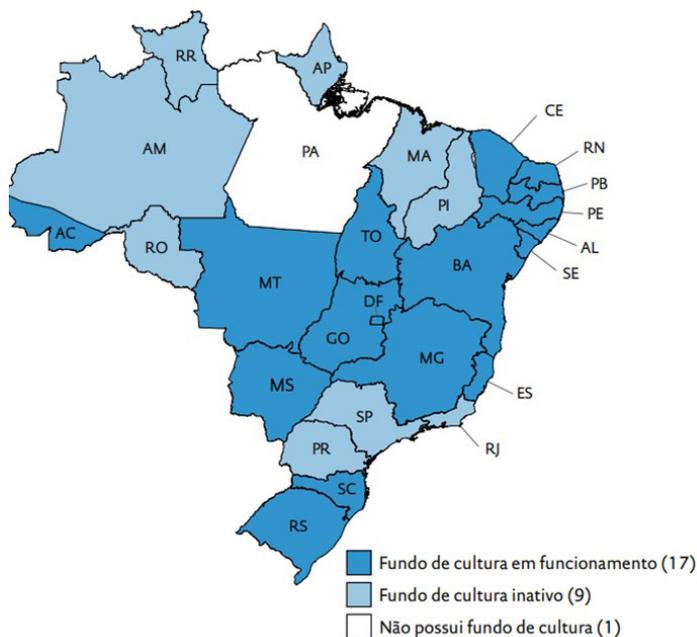


Figura 2 – Fundos estaduais de cultura em funcionamento no Brasil nos anos de 2014 e 2015

O panorama surpreende por diversos motivos. Alguns deles devem ser lembrados na análise. Em primeiro lugar, a ampla supremacia da isenção fiscal como modalidade de fomento no plano nacional. Em segundo lugar, o quase desaparecimento do FNC em termos de recursos repassados. Em terceiro lugar, o funcionamento de Fundo Nacional de Cultura em moldes bastante antidemocráticos e não-republicanos em todo período analisado (1995-2016). Praticamente esquecido pelo Ministério da Cultura, o fundo não apresentou nenhuma novidade institucional em sua operação. Continuou sendo gerido por um conselho composto apenas por membros do Ministério, sem representantes da comunidade cultural e sem critérios claros e transparentes de distribuição dos recursos.

Paradoxalmente, a expansão do número de fundos de cultura por praticamente todas as unidades federativas estaduais e o Distrito Federal pode ser atribuída, pelo menos em parte, à política do Ministério na implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que induzia a todos os entes federativos, que desajassem voluntariamente participar do SNC, a criarem fundos de cultura (Rocha, 2018). O estímulo vinha acompanhado de materiais acerca dos fundos. A busca da presença do Ministério da Cultura em todos os territórios e o diálogo que abriu com as comunidades culturais brasileiras, a partir da gestão de Gilberto Gil, também funcionaram como fortes incentivos à construção de fundos de cultura pelo país. Nada casual que o crescimento dos fundos de cultura ocorra exatamente de 2003 em diante.

A visão primeira, no entanto, não significa a prevalência efetiva dos fundos de cultura sobre o incentivo fiscal nestas unidades federativas. Se o número de fundos criados e em operação superam o número de leis de incentivo existentes e em funcionamento, o mesmo não ocorre quando se analisou os valores acionados por estes dois mecanismos de fomento. A soma do total de recursos repassados pelos estados e Distrito Federal por meio do incentivo fiscal é bem maior que aqueles vinculados aos fundos de cultura. A diferença deriva da utilização do incentivo fiscal como único ou quase único modo de apoio à cultura pelos estados brasileiros ditos mais desenvolvidos, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul tanto em 2014, quanto em 2015. Nestes estados a presença do fundo de cultura inexistente ou é insignificante. Enquanto estes estados destinaram algo como 350 milhões de reais (2014) e 240 milhões de reais (2015), através do incentivo fiscal, as unidades federativas – Bahia, Pernambuco, Distrito Federal, Goiás e Ceará – que mais recursos colocaram nos fundos de cultura investiram por volta de 95 milhões (2014) e 105 milhões de reais (2015) (Rubim & Vasconcelos, 2017, pp. 145-146).

Apesar da tendência dos estados ditos mais desenvolvidos e de outros (dentre eles: Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e Piauí) reproduzirem o modelo nacional, o quadro desenhado pela pesquisa para os estados e Distrito Federal não autoriza a afirmação de que exista um modelo unificado destes entes federativos que espelhe o modelo nacional. Existe sim uma tendência prevalecente que repete a situação nacional, mas ela não se reproduz em todos os estados, nem no Distrito Federal. O panorama, felizmente é bem mais complexo, diverso e rico que o nacional.

Cabe destacar que em muitos estados e no Distrito Federal os fundos aparecem como o único formato de financiamento, ainda que, na maioria das vezes, com

poucos recursos, a exemplo do: Acre, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Pernambuco também só utiliza o fundo de cultura, mas utilizou 30 milhões de reais em média em 2014 e 2015. No Ceará tem-se uma situação ambígua: o fundo predominou em 2014 e o incentivo fiscal em 2015, mas a diferença entre eles foi sempre pequena. Já nos estados da Bahia e de Goiás e no Distrito Federal aconteceu uma reviravolta do modelo nacional, pois neles os recursos destinados aos fundos de cultura foram sempre maiores que aqueles sob o formato de incentivo fiscal. A opção por manter apenas fundo de cultura ou revirar a relação entre fundo e incentivo fiscal demonstra que, mesmo dentro do federalismo brasileiro fortemente dependente e dirigido pela união, existe uma margem de autonomia, prevista na Constituição Federal, e manobra para os entes federativos definirem alternativas e até mesmo modelos de fomento à cultura.

Você já foi à Bahia?

O caso da Bahia permite uma análise mais detalhada acerca da questão, baseada não só em dados obtidos na pesquisa, mas também pela experiência vivida de gestão como Secretário de Cultura do Estado da Bahia, entre 2011 e 2014, no segundo Governo Jaques Wagner (Partido dos Trabalhadores - PT). Algumas reflexões sobre tal experiência estão contidas em dois livros publicados sobre a temática (Rubim, 2014 e Rubim, 2016). Desde Márcio Meirelles, Secretário de Cultura na primeira fase do mandato de Jaques Wagner (2007-2010), importantes mudanças nas políticas de fomento à cultura começaram a ser implantadas. O Fundo de Cultura da Bahia, criado em 2005, no governo Paulo Souto (Partido da Frente Liberal - PFL) era utilizado majoritariamente para atividades culturais do próprio estado e só uma pequena parcela dos recursos era destinada à comunidade cultural, mas sem procedimentos e critérios claros e transparentes. A parte majoritária do fomento à cultura se fazia através do FazCultura, lei estadual de incentivo à cultura, criada em 1996.

A gestão Márcio Meirelles definiu que o fundo de cultura deveria se tornar a fonte principal de fomento à cultura na Bahia, que os recursos do fundo não seriam mais utilizados pela própria Secretaria de Cultura e se destinariam à comunidade cultural, por meio de editais temáticos, públicos e periódicos, avaliados por comissões formadas por pessoas da própria comunidade cultural. Os apoios dados anteriormente a instituições culturais não-estatais, sem critérios definidos

e públicos, foram revistos e se criou um edital para apoio às instituições culturais pelo prazo de três anos renováveis. Além disto, criaram-se outras modalidades de fomento à cultura, a exemplo de microcréditos, disponibilizados pela Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), e do Calendário de Apoio a Projetos Culturais, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), órgão da Secretaria de Cultura.

Na gestão seguinte, tais mudanças foram aprofundadas e ampliadas. O Fundo de Cultura consolidou-se como principal instrumento de fomento à cultura na Bahia. Nesta perspectiva, buscou-se no Plano Plurianual (PPA) do governo da Bahia garantir recursos que possibilitassem um aumento continuado do fundo naqueles anos, o que foi conseguido, mesmo com a crise econômica que afetou o Brasil e os estados brasileiros no período. O fundo passou a ter sistematicamente por volta de 20 editais anuais para todos os setores de cultura, lançados de modo unificado e com ampla divulgação em todo o estado da Bahia.

A criação de editais setoriais em lugar de editais por temas permitiu que todas as áreas culturais pudessem ter ao seu dispor um edital anual. Foram criados outros editais plurianuais de apoio a grupos culturais e a eventos calendarizados, que acontecem anualmente. As comissões de seleção, já com dois membros indicados pelo Conselho Estadual de Cultura, passaram a ter uma composição sempre majoritária da sociedade civil e da comunidade cultural, com membros oriundos de Salvador, do interior da Bahia e de outros estados brasileiros. A composição das comissões de seleção era renovada anualmente e foi assegurada total autonomia de decisão às comissões. A meta de ampliar a atuação do fundo no interior do estado foi perseguida e o interior passou a ser mais contemplado no fundo sem prejuízo da capital, dado o aumento de recursos do fundo de cultura. Buscou-se simplificar todo o processo burocrático, reduzindo exigências de documentos, somente solicitados para os projetos aprovados. Os editais destinados às culturas populares foram simplificados no possível. O fundo foi informatizado para facilitar seu diálogo com os agentes culturais. Também toda tramitação relativa ao incentivo fiscal passou a funcionar de modo informatizado, assegurando mais agilidade.

O mecanismo de apoio da FUNCEB foi transformado em Calendário das Artes, destinado a pequenos apoios artístico-culturais. A sua construção envolveu ampla consulta às comunidades culturais e muitas de suas demandas puderam ser assimiladas em seu desenho institucional: ampla simplificação da proposta encaminhada para apoio; opção pelo formato de prêmio, com redução da prestação de contas; editais integrados e territorializados, o que evita a concorrência com

espaços mais competitivos, a exemplo de Salvador e região metropolitana, que possuíam um edital específico. A tessitura cuidadosa e inovadora deste dispositivo de fomento permitiu que em seus anos de existência fossem contemplados 109 municípios dos 417 existentes na Bahia. Assim, o Calendário das Artes ocupou um lugar complementar no sistema de fomento instalado e conseguiu atingir as principais metas que se propôs: simplificação, territorialização e democratização do fomento à cultura.

Considerações acerca dos achados da pesquisa

A esta altura do texto, pode-se afirmar que o sistema de financiamento e fomento brasileiro não possui a complexidade atual da cultura. Ele está desequilibrado com o predomínio das leis de incentivo sobre as outras modalidades de financiamento e fomento à cultura no país. O imenso desequilíbrio existente de recursos compromete a complexidade do sistema de financiamento e fomento, pois o torna unidimensional. O predomínio das leis de incentivo, a partir de políticas neoliberais de cultura, implica no fraco financiamento direto do estado, em seus níveis: nacional, estadual e municipal; na débil participação efetiva das empresas no apoio à cultura, através da diminuta utilização de recursos próprios, e no desestímulo ao frágil mercado cultural e seu público consumidor. A predominância unilateral empobrece as outras modalidades de apoio, torna o sistema brasileiro de financiamento e fomento à cultura limitado e aquém das demandas do complexo campo cultural contemporâneo.

Este sistema de financiamento e fomento não se mostra adequado ao conceito ampliado de cultura, nem às políticas de diversidade cultural, pois as leis de incentivo, em sua versão nacional, não têm capacidade de atender satisfatoriamente à noção ampliada de cultura, nem à diversidade cultural brasileira. O sistema não possibilita acolher o conceito ampliado ou preservar e promover a diversidade cultural. Pelo contrário, ele concentra e direciona os recursos para atender preferencialmente eventos e produtos de maior apelo de mercado, envolvendo atrações e celebridades, com grande visibilidade e realizados nos maiores centros consumidores do país. As leis de incentivo submissas à lógica do marketing empresarial, não possuem capacidade de universalizar apoios e contemplar a diversidade de culturas presentes no universo simbólico brasileiro. Isto é, abranger a complexidade, a noção ampliada e a diversidade culturais brasileiras.

A prioridade das leis de incentivo inibiu a atenção dos estados, nacional e diversos estaduais, em relação a outros dispositivos de financiamento e fomento. O Fundo Nacional de Cultura, além de nunca ultrapassar os 300 milhões de reais em sua história, não teve seu funcionamento atualizado. Ele permaneceu com um grande déficit de institucionalidade. Seus recursos continuaram sendo acessados por projetos do próprio ministério. Enquanto as leis de incentivo passaram, cada vez mais, à isenção de 100%, no fundo permaneceu a exigência de contrapartida de 20% dos proponentes, mesmo quando eles são frágeis agentes e comunidades culturais. Não se instituíram critérios e procedimentos republicanos de seleção. A comissão de seleção continuou a ser interna ao ministério. O Fundo Nacional de Cultura, exemplo de fomento direto do estado à cultura, não recebeu cuidado, que permitisse maior institucionalização, funcionamento mais democrático, seleção mais republicana e seu fortalecimento como um dos pilares mais importantes de um complexo sistema de financiamento e fomento.

A hegemonia das leis de incentivo, inclusive no horizonte mental do ministério e dos produtores culturais, deprimiu também outros dispositivos de financiamento e fomento, mesmo previstos no próprio Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) é um exemplo. A quase identificação entre Pronac, Lei Rouanet e mecenato demonstra a supremacia das leis de incentivo no financiamento e fomento à cultura no país.

Esta predominância inibiu igualmente os mercados culturais. Os públicos deixaram de ser considerados peças relevantes para a sustentabilidade da cultura, pois os custos dos projetos, encarecidos com a vigência unilateral das leis de incentivo, passaram a ser bancados por recursos obtidos através dos “patrocínios” das empresas, realizados, quase sempre, com dinheiro público. A não expansão e mesmo a contração dos mercados culturais, em determinados setores da cultura, bem como a redução de temporadas, apontam para as problemáticas relações estabelecidas com os públicos culturais, em especial, com os segmentos culturais com potencialidade de tessitura de nichos específicos de mercado. Entre as modalidades de cultura que devem ser bancadas integralmente pelo estado e os grandes mercados das indústrias da cultura, que possuem sustentabilidade imanente, não se desenvolveram culturas de mercados mais específicos com seus públicos especializados.

A supremacia das leis de incentivo, por conseguinte, inviabiliza a construção de um sistema de financiamento e fomento complexo como exige hoje a complexidade atual da cultura. Ela deprimiu a atuação direta do estado; inibiu os

mercados e públicos culturais; não transformou as empresas em efetivas parceiras do apoio à cultura, dado que elas praticamente não investem dinheiro algum; não possibilitou a universalização do apoio a outras culturas e desestimulou a busca de alternativas de financiamento e fomento.

Alternativas possíveis

A construção de um sistema complexo de financiamento e fomento à cultura obriga a uma revisão radical dos procedimentos atualmente existentes. Sem desprezar nenhum dos dispositivos antes elencados, ela exige a reinvenção de cada um deles e a invenção de novas modalidades, que atendam as complexas demandas da cultura contemporânea, perpassada pelo conceito ampliado, pela diversidade cultural e por novos agenciamentos derivados da economia criativa e das redes digitais. A revisão da exagerada dominância das leis de incentivo, a ampliação dos fundos de cultura e o estabelecimento de políticas de estímulo aos consumos e mercados culturais passam a ser vitais para a costura de um novo e mais complexo sistema de financiamento e fomento à cultura no Brasil.

As leis de incentivo precisam passar por cuidadosa revisitação para redefinir seu lugar no sistema de financiamento e fomento, sem que isto prejudique sua existência, dado que elas têm um papel relevante no apoio à cultura brasileira. A reforma deve buscar, dentre outros objetivos: abolir a isenção de 100%; trazer mais recursos efetivos das empresas para a cultura; imaginar mais estímulos para pequenas e médias empresas; criar mecanismos de desconcentração; definir melhor os tipos de culturas a serem apoiadas, evitando usar recursos em iniciativas que têm ampla possibilidade de sustentabilidade através do mercado e aprimorar mecanismos de participação das pessoas físicas no apoio à cultura.

Os fundos de cultura, em especial o nacional, necessitam ser reinventados. O fomento direto do estado deve ser guiado pelo horizonte da universalização do apoio à cultura. Os fundos precisam ser bem institucionalizados, possuir critérios e procedimentos republicanos, ter modelos de seleção democráticos; ampliar a transparência de seus processos e aumentar de modo substancial seus recursos. Eles, no mínimo, precisam ser equiparados aos movimentados pelas leis de incentivo. Os fundos de cultura, em uma gestão democrática e republicana, têm maior potencial de acolher o conceito ampliado e de apoiar a diversidade cultural. Eles podem contemplar as mais diversas atividades, bens, manifestações

e serviços culturais, dado que não obedecem à lógica mercantil de visibilidade. Entretanto, a tentação da visibilidade política precisa ser enfrentada. Como modo de financiamento direto do estado, os fundos devem ser ampliados para garantir a universalização do apoio e viabilizar um sistema de financiamento cultural estruturado em termos federativos, em sintonia com o Sistema Nacional de Cultura. Aliás, sem um aumento substancial do FNC não existe possibilidade de consolidar o Sistema Nacional de Cultura.

Os fundos de cultura respeitam a liberdade de criação, quando funcionam com base em seleções públicas com participação das comunidades culturais. O Estado democrático é capaz de apoiar e mesmo criar cultura, respeitando a liberdade de criação e se opondo à tentação de controle e imposição de cultura oficial. Os fundos devem fazer seleções públicas realizadas por comissões de especialistas nas diversas áreas culturais com garantia de autonomia para suas deliberações. O uso de editais públicos emerge como avanço em relação ao velho “balcão”, baseado na lógica do favor. As seleções públicas possibilitam a democratização e o caráter republicano do financiamento à cultura.

A afirmação dos avanços dos editais públicos não pode esconder as limitações de sua utilização universal em decorrência de suas exigências técnicas. Tornar os editais no instrumento dominante para distribuição democrática e republicana de recursos não significa desconhecer seus limites de operar em dadas circunstâncias, devido às suas exigências formais, que não são familiares às diferentes comunidades culturais. Com a ampliação do conceito de cultura, e com a promoção da diversidade cultural novos agentes e comunidades culturais passaram a demandar o Estado. Mas ele ainda não dispõe de dispositivos adequados para apoiar estes novos ativistas culturais. Para determinadas situações novas maneiras adequadas, democráticas e republicanas, de financiamento e fomento devem ser imaginadas.

Uma das tarefas hoje mais relevantes das políticas culturais e de financiamento no Brasil recente, caracterizado pela inclusão econômica e social de parcelas significativas da população brasileira entre os anos 2003 e 2016, é incentivar o desenvolvimento e a diversidade de públicos e mercados culturais, que atendam novas demandas culturais e garantam o direito do cidadão ao acesso a modalidades de cultura, que no Brasil continuam muito excludentes. Ou seja, fazer que este potente movimento de inclusão abarque cada vez mais o campo cultural. Sem públicos e mercados desenvolvidos e diferenciados a sustentabilidade e a diversidade da cultura brasileira estão seriamente comprometidas.

O sistema de financiamento necessita atender os diversos momentos do fazer cultural. Na atualidade, a maior parcela do fomento à cultura no Brasil destina-se à produção e ao apoio de eventos e produtos. O campo da cultura precisa fomentar de modo mais equilibrado todos os momentos do fazer cultural – criação, difusão, divulgação, circulação, distribuição, intercâmbio, preservação, formação, estudos, crítica, consumo e fruição – e apoiar projetos de médio ou longo prazo. A não superação destes problemas compromete as possibilidades de desenvolvimento e sustentabilidade da cultura no Brasil.

O horizonte ampliado de cultura, os recentes formatos, as tecnologias informáticas, as novas modalidades de negócios abrem inúmeras possibilidades para imaginar, inventar e implementar outros modos de financiar a cultura. O estímulo à investigação e à criação destes novos dispositivos deve ser prioridade das políticas culturais sintonizadas com a contemporaneidade. O sistema de financiamento não pode prescindir da formação e qualificação de pessoal e da realização de estudos, que subsidiem seu desenvolvimento e alarguem sua complexidade. A carência de estudos e pesquisas sobre a realidade, bem como a ausência de pessoal qualificado para lidar com as áreas de fomento marcam a sociedade brasileira. A construção do sistema complexo requer conhecimento e avaliação do financiamento existente, de experiências internacionais inovadoras e a invenção de novas modalidades de apoio. A formação e qualificação de pessoal, além do fortalecimento do debate público acerca da temática, tornam-se vitais para alcançar estes objetivos.

Tais proposições podem parecer utópicas, ainda mais nos momentos de autoritarismo e retrocessos vividos hoje no Brasil desde o golpe midiático-jurídico-parlamentar e desde a eleição, marcada por graves irregularidades, de Jair Bolsonaro em 2018. A conjuntura, não resta dúvida, apresenta-se como complexa e difícil, mas é sempre melhor enfrentá-la com visão aguçada do que se deseja e do que não se quer.

Referências

- BERNARD, F. de (2005). Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In L. Brandt, (Ed.), *Diversidade cultural* (pp. 73-81). São Paulo, Escrituras / Instituto Pensarte.
- BOLÁN, E. N. (2006). *La política cultural. Temas, problemas y oportunidades*. Cidade do México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes.

- BRANT, L. (2009). *O poder da cultura*. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- CORREIA, A. M. A. (2013). *Diversidade cultural no governo Lula: um olhar para a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural*. Dissertação de Mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Salvador.
- DÓRIA, C. A. (2003). O financiamento da cultura na década de 90. In C. A. Dória (Ed.), *Os federais da cultura* (pp. 73-110). São Paulo: Biruta.
- GUIMARÃES, F. & Silva, R. (2017). Estudos sobre financiamento e fomento à cultura nos estados e Distrito Federal. In A. A. C. Rubim & F. Pimenta (Eds.), *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e distrito federal* (pp. 63-97). Salvador: Editora da UFBA.
- KAUARK, G. D. R. de S. (2009). *Oportuna diversidade: a participação do Ministério da Cultura do Brasil durante as negociações da Convenção sobre a Preservação e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Dissertação de Mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PAIVA Neto, C. (2017). Modelo federal de financiamento e fomento à cultura. In A. A. C. Rubim & F. Pimenta (Eds.), *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e distrito federal* (pp. 15-61). Salvador: Editora da UFBA.
- ROCHA, S. C. (2018). *Da imaginação à constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016*. Tese de Doutorado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia Salvador.
- RUBIM, A. A. C. & VASCONCELOS, F. (Eds.) (2017a). *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e distrito federal*. Salvador: Editora da UFBA.
- RUBIM, A. A. C. & VASCONCELOS, F. (Eds.) (2017b), *Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras*. Salvador: Editora da UFBA.
- RUBIM, A. A. C. (Ed.) (2016). *Cultura e políticas culturais na Bahia*. Itajaí: Casa Aberta.
- RUBIM, A. A. C. (2014). *Políticas culturais na Bahia contemporânea*. Salvador: Editora da UFBA.
- RUBIM, A. A. C. (2009). Políticas culturais e novos desafios. *Matrizes*, 2(2):93-115.
- Unesco (2006). *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Brasília: UNESCO.
- Unesco (2005). Declaração universal sobre a diversidade cultural. In L. Brandt (Ed.), *Diversidade cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas* (pp. 207-214). São Paulo: Escritura/Instituto Pensarte.

POR UM ESTILO SUSTENTÁVEL: *OSKLEN E ELEMENTUM*

Renata Pitombo Cidreira*

Resumo

Cada vez mais são os estilos de vida que conformam as identidades, numa cultura de consumo e de comunicação exacerbadas, em que a autoexpressão e a consciência de si se impõem de modo quase incontornável. E a moda e, sobretudo, a composição da aparência, operam enquanto dispositivos que modulam as práticas de aparição dos indivíduos e, conseqüentemente, seus estilos de vida. Para observar esse fenômeno elegemos duas marcas vestimentares, uma brasileira e outra portuguesa, que parecem convergir estilisticamente, em busca de uma poética visual sintonizada com um mesmo estilo de vida, preocupado com as questões ambientais e, conseqüentemente, com a produção e o consumo sustentáveis: a Osklen e a Elementum.

Palavras-chave: Moda; estilo; vida; sustentabilidade

* Renata Pitombo Cidreira é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA (2003). Tem pós-doutorado em Sociologia pela Université René Descartes (Paris V – Sorbonne/2011). Atualmente é professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da mesma instituição. Coordena, ainda, o grupo de pesquisa Corpo e Cultura (cadastrado no CNPQ) e atua no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Autora dos livros *Os sentidos da moda* (Annablume, 2005), *A sacração da aparência* (EDUFBA, 2011) e *O belo contemporâneo* (J. Andrade, 2019), entre outros.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil.

E-mail: pitomboc@yahoo.com.br

Introdução

Se na década de 1990 a noção de *estilo de vida* estava na moda, de acordo com as avaliações de Mike Featherstone, vale destacar que a preocupação com esse fenômeno já estava presente nas reflexões do sociólogo alemão Georg Simmel, desde o início do século passado. O fato é que de lá para cá, a noção de estilo de vida continua atual e extremamente fecunda para pensarmos nas formas de interação contemporâneas, cada vez mais perpassadas por processos dinâmicos de estetização e, agora, atravessadas por novas plataformas mediáticas, através das redes sociais.

Cada vez mais são os estilos de vida que conformam as identidades, numa cultura de consumo e de comunicação exacerbadas, em que a autoexpressão e a consciência de si se impõem de modo quase incontornável. Como assinala Featherstone (1995, p. 119), “o corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de uma pessoa são vistos como indicadores da individualidade do gosto e do senso de estilo”. Além disso, como já destacava Simmel (1998), o *estilo* não funciona como um dispositivo que viria de fora, para emprestar ao sujeito uma tradução de sua interioridade; mas deve ser concebido como um modo de expressão capaz de fazer o movimento inverso, tornando visível algo invisível.

Nesse sentido, numa dinâmica que conjuga necessidade de inserção social e vontade de singularidade e distinção, a moda aparece como um mecanismo extremamente conveniente, pois permite ao indivíduo o compartilhamento numa coletividade e oferece-lhe, ainda, a possibilidade de expressão de uma individualidade.

Assim, a moda e, sobretudo, a composição da aparência, operam enquanto dispositivos que modulam as práticas de aparição dos indivíduos e, consequentemente, constituem as formas de promoção do acolhimento e pertencimento dos mesmos, integrando-os enquanto seres individuais no mundo comunal. Deste modo, não só se revelam como dinâmicas passíveis de agenciamentos de estilos de vida variados, como estabelecem, nessa dinâmica dos modos de aparecer, uma das primeiras formas de interação entre os homens aculturados. Podemos inferir que se manifesta, nesse instante, um primeiro elo de comunicabilidade entre os homens, através do simples jogo entre as aparências, entre essas presenças “cheias de estilo”.

A partir da articulação desse quadro conceitual, que aciona a moda, a composição da aparência, a comunicação e o estilo de vida, vamos observar duas marcas vestimentares, uma brasileira e outra portuguesa, que parecem convergir

estilisticamente, em busca de uma poética visual sintonizada com um mesmo estilo de vida, preocupado com as questões ambientais e, conseqüentemente, com a produção e o consumo sustentáveis: Osklen e Elementum.

Para tanto, vamos recuperar as contribuições de autores como Simmel (1989, 1998, 1999, 2005), Bourdieu (1979, 2007), Featherstone (1995), Bauman (2008), Pareyson (1993), entre outros, a fim de observar como se evidenciam os *estilos de vida*, a partir dessas marcas do mundo da moda, revelando aspectos dos nossos valores, nossos costumes, nossas condutas. Além disso, a própria ideia de estilo, como um modo de formar singular e bem-sucedido, revela, nessas produções, a disposição de associar o mecanismo essencial da moda, que é aliar usabilidade e beleza, a uma produção sustentável e esteticamente exitosa.

Entre estilos: moda e consumo

Um dos primeiros autores a fazer referência à noção de estilo de vida, Georg Simmel (1903/1973), nos chamava a atenção, num artigo sobre “A metrópole e a vida mental”, de 1902, para a especificidade da vida social nos grandes centros urbanos, configurando o que ele chamava de um estilo de vida metropolitano. De forma surpreendente, o autor nos convoca a perceber que, mesmo diante da massificação do estilo de vida moderno, há sempre a possibilidade de expressão da personalidade. Ao mesmo tempo que se pode supor um foco numa identidade coletiva por um excesso de massificação, tal direcionamento não elimina a escolha particular de um indivíduo.

Entendemos que tal argumento, elaborado no início do século passado, continua atual. Na contemporaneidade, ao que parece, experimentamos uma dinâmica que manifesta a imposição de uma personalidade diante de um entorno social que preconiza uma certa massificação, sobretudo em função das novas plataformas comunicacionais que se aliam a uma pulsão de consumo exacerbada. Nesse cenário, a moda e, sobretudo, a composição da aparência exercem um papel de destaque, podendo servir tanto para corroborar uma sociedade massificada, quanto para promover certas expressões individualizadas e aparições singulares.

Na dinâmica que conjuga a um só tempo necessidade de inserção social e vontade de singularidade e distinção, como destaca Simmel, a moda aparece como um dispositivo exemplar, pois permite ao indivíduo o compartilhamento numa coletividade e oferece, ainda, a possibilidade de expressão de uma individualidade.

Vale ressaltar que, para o autor, o estilo é um movimento de configuração capaz de tornar visível algo invisível. Ele se refere, em última instância, a este princípio vital de objetivação de uma subjetividade, do qual o estilo é uma manifestação sensível. Assim, estilo pode ser concebido como uma forma de expressão, conjunto de traços identitários que resultam numa unicidade. Ou poderíamos utilizar a expressão de Luigi Pareyson (1993) e reconhecer que estilo é um modo de formar, cuja inventividade floresce no próprio ato de execução, no contato com a matéria prima.

Vale ressaltar que o estilo não expressa apenas uma interioridade, pois ele é conformado a partir de padrões culturais partilhados; o estilo se plasma na confluência de experiências comuns, vivenciadas numa comunidade, numa cultura. Aí a dinâmica individual/coletiva se revela e a moda comparece como exemplo máximo da condição existencial.

Outro autor que traz uma contribuição importante para pensarmos o estilo de vida é Pierre Bourdieu, especialmente na sua obra *La Distinction* (1979). Como já mencionamos em outra oportunidade¹, o autor privilegia a discussão em torno das lutas simbólicas em busca da distinção. Para ele, as lutas pela apropriação dos bens econômicos ou culturais são inseparavelmente lutas simbólicas pela apropriação de signos distintivos que são os bens ou as práticas cristalizadas e cristalizantes ou pela conservação ou pela subversão dos princípios de cristalização dessas propriedades distintivas.

Em consequência, o espaço dos estilos de vida, isto é, o universo de propriedades pelas quais se diferenciam, com ou sem intenção de distinção, os ocupantes das diferentes posições no espaço social, não é outra coisa que o balanço, em um momento dado, das lutas simbólicas que têm como aposta a imposição do estilo de vida legítimo e que encontra uma realização exemplar nas lutas pelo monopólio dos emblemas de “classe”, bem de uso, bens de cultura legítima ou modo de apropriação legítima desses bens.

Na elaboração do seu argumento, Bourdieu estabelece uma correspondência entre o gosto e os estilos de vida, afirmando que o gosto, essa propensão e aptidão para a apropriação (material e/ou simbólica) de determinados objetos ou práticas classificadas e classificantes é o fundamento para a constituição dos estilos de vida. Estes, por sua vez, são considerados como um “conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada

1 Ver Cidreira (2013).

um dos subespaços simbólicos – mobiliário, vestuário, linguagem ou *hexis* corporal – a mesma intenção expressiva” (Bourdieu, 2007, p. 165). Assim, o gosto manifesto exprime um estilo de vida que estabelece as correspondências entre os indivíduos.

Mais contemporaneamente, autores como Featherstone (1995) e Bauman (2008) também se dedicam ao tema do estilo de vida, conferindo um lugar de destaque para o consumo e, logicamente, a moda e a composição vestimentar compõem-se como elementos decisivos na configuração desses estilos. Na década de 1990, Featherstone chama atenção para o fato de que os estilos de vida são cada vez mais voláteis, em que não há grupos de *status* fixos, rompendo com a associação dos estilos de vida a estruturas de classes. O autor destaca que há uma proeminência de agrupamentos sociais preocupados com uma manifestação estilizada em que “roupas da moda e representação do eu” (1995, p. 138) são fundamentais e perpassam a cultura de consumo. Nessa *démarche*, Featherstone se aproxima da abordagem de Bourdieu (1979) que aponta que uma das formas de capital cultural é o capital corporificado, em que se sobressaem o estilo de apresentação, o modo de falar, a beleza pessoal, etc.

Priorizando a reflexão sobre o consumo, Bauman evidencia de forma transparente como as pessoas se tornaram mercadorias. Na sociedade de consumidores, o consumo assume um papel-chave, tornando-se o elemento prioritário para o estabelecimento das relações sociais; o consumo define as formas de convívio humano e “estabelece os parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais” (Bauman, 2008, p. 41). O autor acrescenta ainda que a “sociedade de consumidores” estimula a “escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas” (Bauman, 2008, p. 71). E mais: os indivíduos dessa sociedade são eles próprios mercadorias de consumo.

Tal constatação nos coloca diante de um novo deslocamento dos impulsos da sociedade e de cada um de nós: “tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente” (Bauman, 2008, p. 76). E para tanto, é necessário se autofabricar incessantemente, o que culmina com a constante preocupação em obter novas versões de roupas, reconstruir estilos e reformar versões defasadas de si. Só assim é possível estar e permanecer desejável, em demanda, sempre pronto para o consumo.

Mesmo que tal atitude seja confirmada a cada instante, também é possível observar uma demanda, talvez também de consumo, mais preocupada com o entorno e com essa imbricação homem-mundo, ser humano e natureza, indivíduo e cultura. É nesse cenário que observamos um momento que preconiza um consumo mais consciente e um estilo de vida mais sustentável, que, sem dúvida, reverbera também no universo da moda e da composição de si.

A moda para a vida: sustentabilidade e êxito

Há algum tempo temos ouvido um discurso e mesmo algumas iniciativas em direção a uma atitude mais consciente no universo *fashion*. Várias marcas têm se preocupado em produzir produtos que respeitem o meio ambiente, que provoquem um pouco menos de impacto ao nosso entorno. Dentre essas iniciativas, um estilo de vida tem se insinuado com mais vigor na execução e no consumo da moda vestimentar, incluindo os acessórios: é o estilo de vida e a moda sustentáveis.

Não por acaso, em recente encontro de moda, o VII ENPmoda (Encontro Nacional de Pesquisa em Moda), realizado entre os dias sete e dez de novembro, na Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), entre os vários temas debatidos, este, sem dúvida, foi o que gerou maior discussão e adesão do público. Professores, alunos, designers, empresários, publicitários, todos, em última instância, consumidores, foram unânimes em reconhecer que é preciso pensar num novo modo de produção, gestão e consumo dos artefatos do campo da moda.

Como se sabe, as questões ambientais passaram a ser tratadas com mais seriedade nos últimos anos implicando num novo modelo de desenvolvimento industrial, associando desenvolvimento econômico com preservação da natureza. Preocupações com o bem-estar da sociedade em que vivemos estão na pauta das indústrias e, conseqüentemente, o setor do vestuário também vem enfrentando novos desafios no sentido de implementar políticas de produção que impactem cada vez menos o meio ambiente, preconizando o desenvolvimento sustentável através de uma produção limpa, certificação ambiental, redução de resíduos, reciclagem e reuso de recursos consumidos, entre outras estratégias.

Em algumas indústrias, inclusive, a gestão ambiental faz parte da própria organização da empresa. Como atesta Cláudio Sehbe Fichtner, membro do Núcleo de Estudos de Direito Ambiental da Escola Superior de Magistratura e da Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS),

a gestão ambiental passou a ocupar posição de destaque entre as funções organizacionais, não só pelas pesadas responsabilidades legais ou pelas incessantes cobranças sociais, mas também pela disseminação dos princípios de garantia de qualidade e pela contribuição que a mesma agrega à imagem da indústria. (Fichtner, 2010, p. 62)

Na indústria da moda não é diferente: há sim uma preocupação cada vez mais crescente com a sustentabilidade. Ainda assim, reconhecemos que existe um descarte prematuro do vestuário em volumes exorbitantes, chegando a contabilizar, no Brasil, por exemplo, uma produção de cerca de 170 mil toneladas de resíduos das indústrias têxteis, de acordo com dados do SEBRAE de 2013². Nesse sentido, cabe não só às indústrias uma política diferenciada na produção, mas é preciso contar também com a responsabilidade social do consumidor de moda, pois o descarte prematuro no caso do vestuário “se configura como a simples contenção do vestuário por anos em guarda-roupas, a ponto de resultar em dano funcional ou estético permanente” (Martins, 2010, p. 86). Um novo posicionamento do consumidor também é desejável.

Nessa direção, Kakazian (2005) propõe buscar aparências menos subordinadas à moda, utilizar materiais adaptados ao envelhecimento, favorecer o reparo e a manutenção, a fim de retardar a obsolescência do produto.

Trata-se de aumentar a durabilidade dos produtos e criar (...) um desejo no consumidor por coisas sem tempo definido, como uma tentativa de não criar uma classificação e validade dos produtos, evitando, assim, o descarte após o uso. (Martins, 2010, p. 87)

Nesse sentido, temos que reelaborar os modos de apropriação de valores como efemeridade, renovação constante e sede pela novidade tão associados ao universo da moda, investindo cada um desses elementos de uma carga de responsabilidade social. Se um dos princípios da moda é sua eterna reinvenção, que possamos também reinventar os modos pelos quais essa reinvenção se efetiva na contemporaneidade. Pois devemos sim produzir e consumir de modo mais consciente, sem deixar de nos afetar pela possibilidade de reinvenção de si que a composição da aparência nos permite.

2 Retirado de http://sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Para%20sua%20empresa/Publica%C3%A7%C3%B5es/2018_5_Upcycle.pdf

Tal perspectiva exige, certamente, uma mudança de estilo, de estilo de vida, relacionado com o consumo, a comunicação e com o modo como nos apropriamos das vestes e dos acessórios na vida contemporânea. Desse modo, talvez devamos refletir cada vez mais sobre o que fazer e como fazer para satisfazer o nosso desejo vital de renovação sem mutilar o ambiente que nos cerca. Devemos sim pensar numa moda para a vida e num modo de fazer moda que nos edifique enquanto seres humanos.

Entre as marcas da atualidade que adotam um estilo de produção mais sustentável, destacamos a Osklen, do Brasil, e a Elementum, de Portugal. Com cerca de 30 anos no mercado, a Osklen aposta num produto que associa ao mesmo tempo o global e o local, a perspectiva citadina e o encontro com a natureza, sofisticação e casualidade, materiais orgânicos e tecnologia de ponta. E é justamente esse hibridismo que faz da Osklen uma das marcas brasileiras mais celebradas na atualidade, produzindo artigos extremamente bem feitos e visualmente desejáveis. A primeira loja fora do Brasil foi inaugurada em Portugal, em março de 2003. O país foi escolhido por sua proximidade cultural com o Brasil. Posicionando-se como marca de luxo no exterior, hoje a Osklen está presente nos Estados Unidos, Itália, Japão e Argentina.

O diretor criativo da Osklen, Oskar Metsavaht, afirma que a marca não tem obrigatoriedade de trabalhar com matéria-prima sustentável, mas que esta tem sido uma opção porque ele pessoalmente acredita nela. De acordo com Metsavaht haverá uma mudança natural e progressiva das empresas porque o mundo vai mudar por uma necessidade de sobrevivência e por isso mesmo ele sempre está atualizado com as oportunidades de negócios que podem surgir nesse novo mundo.



Figura 1 - Imagens da Osklen³

A criação da Osklen está aliada à sustentabilidade, investindo no desenvolvimento de matérias-primas ecologicamente corretas, utilizando o couro de pirarucu (pele do peixe amazônico que geralmente é deitado fora); e o cânhamo, que pode substituir o algodão, sem sofrer ação de pragas e, conseqüentemente, agrotóxicos; também faz uso de garrafas pet recicladas para desenvolver sobretudo moletons. Além disso, procura desenvolver produtos orgânicos para tingimento das suas peças, aliando sempre praticidade e conforto, elementos essenciais da marca. Atualmente, o criador é embaixador da boa vontade da Unesco, que reconhece seu contínuo trabalho nos âmbitos da cultura da paz, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Já a portuguesa Elementum, aposta num estilo que prima pela versatilidade a partir de peças básicas, com o mínimo de corte, permitindo o máximo de uso. Tendo como designer a jovem Daniela Pais, a marca, criada em 2008, estimula seus consumidores a refletirem sobre a relação corpo-roupa, além de promover uma auto-observação sobre os mecanismos de consumo e as formas de constituição identitária através da composição da aparência. A ideia é que cada peça possibilite a criação de vários *looks*, sugerindo um consumo mais restrito, sem limitar as

3 Retirado de https://www.google.com/search?q=cole%C3%A7%C3%A3o+tarsila+do+amaral+osklen&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=2ahUKewiMuuD14vPfAhWWErkGHQnWB_IQsAR6BAgAEAE&biw=1440&bih=653

expressões visuais de si. As peças são projetadas e executadas para serem usadas de diferentes formas: um vestido pode ser usado como *t-shirt*, saia ou mesmo cachecol, com muita criatividade e elegância, conferindo às peças atemporalidade e funcionalidade. Como esclarece o texto de apresentação da marca,

Elementum é também uma forma de vestir e consumir altamente *low cost*. Apesar de as peças não serem propriamente baratas, a questão é que cada uma possibilita a criação de inúmeros *looks*, podendo-se transformar em diferentes peças e, assim, construir *outfits* para muitas ocasiões.⁴



Figura 2 - Imagens da Elementum⁵

4 Retirado de <https://elementum.store/pages/about-us>

5 Retirado de <https://www.google.com/search?q=daniela+pais+elementum&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=2ahUKEwjjwt-P6PPfAhXCLLkGHQ6NDUKQsAR6BAGFEAE&biw=1440&bih=653>

Outro aspecto que confere uma adesão da marca à sustentabilidade é a utilização de têxteis ecológicos, como o linho, algodão reutilizado e algodão orgânico (certificado GOTS - Global Organic Textile Standard), bem como o uso de pigmentos naturais para as impressões. No que se refere à malha, a Elementum usa a malha de lã das alpacas e lãs merino não-tingidas do Peru. Toda a produção é feita em torno de princípios de Zero Waste, procurando não criar resíduos e evitando zípers e botões.

A marca é resultado da dissertação de mestrado de Daniela Pais, cujo tema foi o Design sustentável, movida pela inquietante pergunta: “como é que o design pode contrariar o enorme desperdício da *fast fashion*?” Esse problema foi resolvido pela pesquisadora e designer com a ideia extremamente interessante de criar peças que poderiam ser usadas de várias formas, o que Pais denomina de “roupa em evolução” e que poderíamos chamar de “roupas mutantes”.

Com roupas multifuncionais as pessoas consomem menos e o ciclo de vida de uma peça é maior, pois pode ser usada de quatro formas diferentes. É como se tivesse comprado quatro peças diferentes pelo preço de uma.⁶



Figura 3 - Imagem da Elementum ⁷

6 Retirado de <http://jornal-t.pt/emergente/daniela-pais/>

7 Retirado de <https://www.google.com/search?q=daniela+pais+elementum&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=2ahUKewijwt-P6PPfAhXCLLkGHQ6NDUkQsAR6BAgFEAE&biw=1440&bih=653>

Considerações finais

As duas marcas reafirmam que é possível consumir de forma mais consciente, como já salientamos, sem deixar de nos afetar pela possibilidade de reinvenção de si que a composição da aparência nos permite. Sobretudo a partir do exemplo da Elementum confirmamos a possibilidade de uma produção sustentável que não elimina a potência da moda e do vestuário em nos fazer experimentar várias formas de existência.

Cada uma, a seu modo, manifesta um estilo afinado com a sustentabilidade, confirmando assim um estilo de moda e de vida sensível às questões do meio ambiente e da inserção do indivíduo no entorno no qual se inscreve. Em seus estilos temos um ato de afirmação; uma maneira de singularizar um indivíduo, uma obra ou uma época, laborando a forma de apresentação, a aparência do ser humano. O estilo expressa irredutivelmente essa obra de arte/vida que é a escultura de si, resolvendo plasticamente a potência da vitalidade de um indivíduo.

Referências

- BAUMAN, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction*. Paris: Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.
- CIDREIRA, R. P. (2013). *As formas da moda*. São Paulo: Annablume.
- FEATHERSTONE, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- FICHTNER, C. S. (2010). Qualidade ambiental: responsabilidade na indústria. In A. M. S. Carli & M. L. Manfredini (Eds.), *Moda em sintonia* (pp. 52 - 64). Caxias do Sul: Educus.
- MARTINS, S. B. (2010). O paradoxo do design sustentável na moda: diretrizes para a sustentabilidade em produtos de moda e vestuário. In A. M. S. Carli & M. L. Manfredini (Eds.), *Moda em sintonia* (pp.80 - 89). Caxias do Sul: Educus.
- PAREYSON, L. (1993). *Estética: Teoria da Formatividade*. Petrópolis: Vozes.
- SIMMEL, G. (1989). *Philosophie de la modernité: la femme, la vie, l'individualisme*. Paris: Éditions Payot.
- SIMMEL, G. (1903/1973). A metrópole e a vida mental. In O. G. Velho (Ed.), *O fenômeno urbano* (pp. 11-25). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SIMMEL, G. (1998). *La parure et autres essais*. Paris: Édition de la Maison des Sciences de l'homme.

SIMMEL, G. (1999). *Philosophie de l'argent*. Paris: Quadrige/PUF.

SIMMEL, G. (2005). O conceito e a tragédia da cultura. In J. Souza & O. Berthold, *Simmel e a modernidade* (pp. 77-105). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

**LÍNGUA PORTUGUESA
E COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA**

LÍNGUA PORTUGUESA E CIÊNCIA NO ESPAÇO LUSÓFONO

Anabela Gradim*

Resumo

Pensar a linguagem articulando os seus aspetos instrumental e ontológico para discutir o papel do português como língua de ciência e cultura é o propósito deste trabalho, em que se avaliam as atuais condições de produção e publicação de ciência, defendendo que a um período de internacionalização marcado pela publicação em inglês, se poderá seguir o reforço do português como língua de cultura e ciência. Listam-se as condições do espaço ibero-americano enquanto mercado linguístico para a expansão da publicação de ciência, e sinais da afirmação do Português e Espanhol nos *fora* científicos, para reclamar políticas da língua mais conscientes do papel desta enquanto instrumento simbólico e político.

Palavras-chave: Língua de ciência; publicação académica; capital linguístico; políticas da língua

* Anabela Gradim é licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, e mestre, doutora e agregada em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior, onde se doutorou com a dissertação *A dimensão comunicacional da semiótica de Peirce*.

Ensina Jornalismo, Comunicação e Metodologia na Faculdade de Artes e Letras da UBI, onde dirige o Doutoramento em Ciências da Comunicação. É investigadora do Labcom – Laboratório de Comunicação Online, coordenando o Grupo de Comunicação e Media.

Os seus interesses de investigação prendem-se com o Jornalismo, a Comunicação de Ciência, a Semiótica, a Retórica e o interface destas disciplinas com a Cibercultura e os Novos Media.

Universidade da Beira Interior, Portugal.

E-mail: anabela.gradim@labcom.ubi.pt

Pensar a ciência, em especial as Ciências Sociais e Humanas, no espaço Lusófono, convida a uma reflexão sobre a língua no seu aspeto instrumental, enquanto veículo de comunicação, e no seu aspeto ontológico, enquanto infraestrutura de pensamento e fala no campo da expressão simbólica. Não é possível nem desejável separar os dois aspetos e, no entanto, são usualmente tratados como entidades separadas. Neste trabalho tentaremos dar conta da sua ligação e interdependência, defendendo que considerar o político/instrumental sem referência ao ontológico/existencial é uma forma de mutilar um debate político que, sob tais pressupostos, nem político chegará a ser.

Portugal não tem uma política para o Português como língua de ciência. Na verdade, nas últimas décadas a política científica nacional construiu sistematicamente incentivos ao desaparecimento do Português como língua de criação e comunicação de ciência. Na raiz desse apagamento do Português como veículo de ciência está a legítima ambição de “internacionalização” da investigação científica nacional aferida por padrões internacionais, e que se materializa na publicação em inglês em revistas indexadas de alcance universal. Acresce que a integração na União Europeia e a dependência de um sistema de financiamento supranacional na alocação e validação da aplicação de fundos introduzem um enviesamento adicional em favor da utilização de uma língua comum, que no contexto europeu nunca será o Português.

Estas duas conquistas: publicação no idioma universal, a língua hipercêntrica do sistema das línguas que é o inglês (de Swaan, 1993), e acesso aos *fora* de publicação internacionais são importantes, e representam a saída da ciência que se pratica em Portugal da sua “menoridade intelectual”, e um virar de página relativamente ao fechamento da universidade salazarista, que comparava mal com as congéneres europeias e anglo-saxónicas.

Processos de construção como estes – criação e credibilização de um sistema científico nacional – obedecem a ciclos longos, pelo que pouco perceptíveis no imediato. No entanto, se observado no médio prazo, há sinais de notáveis melhorias nas últimas quatro décadas. Hoje já não comparamos mal com as congéneres europeias; e tomando em conta a dimensão do país e o nível de financiamento, a produtividade científica nacional é elevada, comparando bem com países congéneres, algo que devia ser motivo de orgulho para a comunidade.

Em 2016 Portugal investiu 1,26% do seu PIB em Ciência, enquanto a média da OCDE foi quase o dobro: 2,33%. Os países que mais investem são Israel e a Coreia do Sul, com 4,2% do PIB; seguindo-se a Suíça, a Suécia, o Japão e a China,

todos com percentagens acima dos 3%. Bastante abaixo da média da OCDE, o investimento Português em percentagem do PIB apenas fica à frente da Eslováquia, Grécia, Polónia, Turquia, México e Chile (OCDE, 2018).

No entanto, em termos de produção científica, também dados da OCDE, os resultados estão acima da média do mundo (1,0), com um share nos 25% jornais mais citados na Scopus de 1,18; à frente do país que mais investe, a Coreia do Sul, com 0,98; e de muitos outros de maior dimensão (China e Rússia) que também investem mais. Note-se que este indicador considera não a quantidade, mas o *share* de publicação no primeiro quartil da Scopus; ou seja, é uma medida de influência e impacto no mundo, e não puramente de quantidade.

Medido com estes critérios, o *ratio* investimento/produzibilidade (resultados) é claramente favorável ao trabalho dos cientistas portugueses. Apesar da diversidade e heterogeneidade de áreas científicas, este trajeto aponta para um patamar de maturidade que sugere ser possível conciliar a defesa da produção e comunicação de ciência em Português, e a internacionalização do sistema científico e tecnológico nacional. Há que desfazer a falsa oposição de que as duas coisas são o reverso uma da outra. Podemos, pelo contrário, considerar que se complementam e podem reforçar-se mutuamente.

O carácter ontológico da língua

Aquilo a que chamo de carácter ontológico da língua prende-se com o seu papel na construção do pensamento e na estruturação do mundo percebido.

Uma língua estatui realidades, e o que não puder ser expresso numa língua é como se não existisse, pois não pode ser comunicado, sendo que mesmo o campo da comunicação não-verbal ou pré-verbal decorre no solilóquio da alma consigo mesma. Aristóteles intuiu-o quando enunciou as suas categorias mantendo a ambiguidade entre o seu carácter lógico (modos de dizer o ser) e ontológico (como o ser é), sendo bastante provável que acreditasse estar a tratar de coisas e não apenas de sinais usados para as expressar quando elaborou a sua classificação categorial.

Humboldt (1767-1835) explicitou esta natureza dúplice da linguagem/pensamento sendo que só por abstracção podemos distingui-las. É a linguagem que torna o pensamento possível, na medida em que segmenta, estabiliza e dá sentido aos dados da experiência nomeando-os. “Órgão do pensamento”, diz Hans Aarsliff, não meramente designativa, mas criativa, não *ergon*, mas *energeia*, herança invisível e

legado futuro (Humboldt, 1999). Para Humboldt a língua é instrumental na gênese e formação das ideias de uma pessoa, de forma que cada linguagem determina ela própria uma mundividência. As línguas diferem não tanto pelos aspetos físicos ou sonoros, ou lexicais, mas pelas diferentes visões do mundo que determinam (Gradim, 2006).

A influência de Humboldt far-se-á sentir mais tarde nos trabalhos de Whorf (1897-1941) e Sapir (1884-1939), em que esta relação entre língua, pensamento e mundo é vista sob uma ótica comparatista e relativista (Sapir, 1963). Está também presente no aforismo de Peirce (1839-1914) quando identifica pensamento com linguagem e processos sógnicos em geral: “a minha língua é a soma total de mim mesmo; pois o homem é o pensamento” (CP 5.314, citado em Hartshorne, Weiss & Burks, 1931-35). George Lakoff retoma o tema focando-se nos aspetos da linguagem enquanto determinantes de um sistema conceptual, nomeadamente através do estudo do papel da metáfora na estruturação do pensamento e da ação, mostrando como a linguagem e as suas categorias instauram uma determinada visão do mundo (Lakoff, 1987; Lakoff & Johnson, 2008). Cada língua, de certa forma, modela e cria um mundo novo, no qual os objetos do entendimento e os conceitos usados para pensar e comunicar podem variar. A metáfora é um ponto privilegiado de observação desse fenómeno pois a maneira como iluminamos um conceito por outro é um descritor de como o concebemos, constituindo a base para o trabalho sobre a metáfora conceptual de Lakoff.

Mais recentemente James Underhill (2011), no seu compreensivo estudo sobre o poder criativo da metáfora – e deflectindo as acusações de relativismo dirigidas a Whorf e Sapir – distingue entre cinco sentidos em que o termo mundividência pode ser empregue quando se trata a relação entre linguagem e verdade e mundo: *percepção-mundo*, designando as categorias de compreensão que determinam a percepção do mundo; *concepção-mundo*, para os enquadramentos conceptuais que possibilitam a comunicação; *disposição cultural*, referindo-se à mundividência específica de um regime político ou religião, constituindo uma lógica própria no interior da qual os conceitos significam; *mundo pessoal*, a visão do mundo que podemos atribuir a indivíduos (Ghandi, Estaline, Saramago, por exemplo); e *perspetiva*, para a resposta conceptual e emocional extremamente variável que o indivíduo constrói a partir da interação com o mundo (Underhill, 2011, p. 7)¹.

1 Traduzido respetivamente de *world-perceiving*, *world-conceiving*, *cultural mindset*, *personal world*, e *perspective*.

As duas primeiras compreendem aquilo que designei de aspeto ontológico da linguagem: a instauração de modos de realidade que são linguisticamente traduzidos. Considero que neste quadro não se pode falar de relativismo, a principal crítica a Sapir e Whorf, já que não é a realidade nem a sua existência que é posta em causa, apenas se afirmando que existem diferenças no modo como a registamos e processamos a partir dos dados sensíveis, e que essa compreensão e essas diferenças são linguisticamente mediadas.

O aspeto ontológico da linguagem é então a mundividência do sistema da língua, que constitui as categorias da perceção, fornece os conceitos e organiza a relação entre estes. Considero este aspeto extraordinariamente relevante quando falamos de linguagem da ciência e do seu léxico, pois quando os conceitos desaparecem de uma língua ou nem chegam a ser criados, têm impacto na riqueza, diversidade e capacidade de expressão dessa língua, e nas mundividências que esta pode, ou não, suportar e operar.

O carácter instrumental da língua

As línguas também têm um carácter instrumental: servem à comunicação, têm um aspeto performativo, realizando ações no mundo, e enquanto tal são um instrumento político. Foucault notou este aspeto num tema que perpassa toda a sua obra: a produção discursiva da verdade e do conhecimento, e o modo como este se transforma em poder, ou, mais precisamente, como verdade, discurso e poder se engendram mutuamente. No universo foucaultiano a verdade é produzida através do poder, e o poder é exercido através da produção da verdade.

O regime discursivo da produção da verdade, a afirmação do que conta como verdade, é toda uma economia política, com o seu aparato de produção de verdade a partir do discurso científico; de difusão pela educação e os média; controlada e transmitida por instituições políticas e económicas como a universidade, o exercício, ou a escrita e os média (Foucault, 2000). O conhecimento está imbuído de relações de poder porque ele é utilizado para regular a conduta social, e conhecimento e verdade são produzidos discursivamente pelo e para o exercício do poder.

A metáfora do mercado a que Bourdieu (1982) recorre para iluminar o funcionamento da língua tem o dom de tornar patente quer este seu aspeto instrumental, quer o carácter estratégico e político do seu emprego. O capital linguístico é um bem simbólico que, juntamente com o capital económico, social e cultural

constitui o conjunto de bens com que o sujeito se apresenta no “mercado”, nele determinando agonisticamente a sua posição relativa. Este capital simbólico, determinando a posição do sujeito no campo, é simultaneamente causa e expressão do poder que este detém.

Assim, para Bourdieu também a linguagem é sujeito de relações de poder linguísticas que classificam, na geometria do mercado linguístico, dominantes e dominados. Este aspeto é evidente na relação entre a língua dos povos colonizadores relativamente aos colonizados, ou na distância entre a linguagem erudita, a linguagem das elites e a linguagem das classes populares. Mudar a sua posição no campo implica para o sujeito mudar a sua linguagem (ascensão social) ou a relação com a língua. O Estado, ao definir uma língua oficial normativa, e sancionar um padrão aplicável em todos os seus domínios de atuação reforça naturalmente esse valor do capital linguístico.

Esta análise da língua como capital simbólico que é objeto de troca num mercado linguístico torna evidentes as estruturas de poder que o uso de uma linguagem implica. As metáforas de “campo” e “mercado” são muito úteis para pensar os aspetos estruturais das questões de poder subjacentes à legitimação da fala, e ao facto de que todo o uso da linguagem é socialmente regulado. Assim, que haja uma língua própria para as elites, para os negócios da administração do Estado, ou para a produção e comunicação de ciência não constitui nunca um dado neutro, antes expressa as assimetrias dos atores dentro do campo.

O duplo carácter da língua

Consideramos que todas as línguas possuem e operam nesta dupla capacidade: ontológica e instrumental, e também que esta distinção é sobretudo intelectual, pois na sua encarnação mundana estes dois aspetos da língua encontram-se indissociavelmente ligados. É por causa deste carácter ontológico que a questão da língua não pode ser vista como meramente instrumental: uma língua de ciência e de cultura não é só um dispositivo para comunicar, nem um instrumento de afirmação de supremacia linguística: constitui também o dispositivo com que criamos, vemos e pensamos o mundo. A importância da afirmação do Português como língua de pensamento e de conhecimento relaciona-se com o seu valor enquanto bem simbólico e expressão de uma idiossincrasia cultural dos povos do extremo ocidental da Península Ibérica. Empobrecendo a primeira, enfraquece-se a segunda.

Um sinal positivo no sentido da afirmação do Português como língua de ciência, e muito necessário, seriam políticas da língua que defendam a presença estratégica do Português em diversos palcos: cultural, mediático, económico, político, científico.

Quando se consideram políticas da língua é indispensável distinguir as suas funções possíveis na sociedade: oficial, regional, comunitária, internacional, da capital, grupal, veículo de ensino, objeto de ensino, literárias e religiosas (Stewart, 1968). Uma política da língua deve atender a todos estes aspetos quando planifica o seu estatuto, sendo que boa parte de uma política linguística pode não chegar a ser explicitada em documentos legais. É que além da planificação explícita, expressa em normativos, não menos importante é a política estrutural implícita, latente (Feytor Pinto, 2010).

Em Portugal, e no caso da produção científica, estes dois elementos, implícito e explícito, parecem concorrer no mesmo sentido: escasso interesse, quando não penalização, pela pesquisa e publicação de ciência realizada em Português.

Este aspeto é aliás comprovado por um inquérito realizado junto da comunidade científica portuguesa, onde mais de 500 investigadores ligados a unidades de investigação registadas na FCT declararam sentir pressão para publicar em veículos internacionais, de preferência anglófonos, e reconhecem que têm como objetivo adaptar o seu comportamento a essa exigência, mesmo que não o viessem fazendo no passado (Gradim & Morais, 2016). Os investigadores percebem a perda de importância e influência do livro em detrimento do artigo; a necessidade de publicar em inglês, em veículos indexados reconhecidos internacionalmente, especialmente para os investigadores das Ciências; que os investigadores de Ciências Sociais e Humanidades vêm aumentando a produção em língua inglesa; e que embora haja uma preferência pelo Português como língua de publicação científica, há consciência da necessidade de replicar o modelo de publicação das Ciências Exatas, Naturais e Engenharias devido ao reconhecimento dos meios, e a elementos de avaliação externa e interna à academia.

Da neutralidade da ciência

Especialmente na ciência a dominância de um idioma é normalmente apresentada como neutra, porque a própria ciência é apresentada como neutra. Ora o problema é que são também apresentadas como neutras as consequências socioeconómicas e políticas decorrentes dessa hegemonia.

A ciência é um empreendimento social (Kuhn, 1975; Merton, 1973; Polanyi, 1966), com uma retórica própria, onde o *ethos*, o estatuto e prestígio de quem fala é porventura mais importante hoje (porque está a montante do financiamento), do que na Idade Média quando respeitosamente se citava O Filósofo para fundamentar algo. A este propósito Latour (1987) fez um trabalho notável não só acerca da retórica da comunicação científica, como, nas ciências naturais, relativamente à construção discursiva dos factos científicos, que nunca são apresentados como *constructo*, mas como facto indisputável, obscurecendo todos os outros aspetos subjacentes à sua criação.

E é especialmente no caso da Ciência que o *ethos* do enunciador permanece com maior sucesso obscurecido. O discurso científico – como aliás o jornalístico – é cuidadosamente construído para eliminar (ocultar) o sujeito da enunciação, assente sobre metáforas físicas e objetivando o mundo e suas instâncias. O resultado é uma linguagem que se apresenta como transparente, pois

é construída com o objetivo de dar a ver, ocultando-se enquanto meio, e obscurecendo simultaneamente a construção do objeto que dá a ver. Esse projeto de transparência, cujo principal dispositivo é o apagamento do enunciador, ocorre tanto nas ciências sociais como nas ciências naturais, e origina como subproduto a crença de que a língua em que a ciência se exprime é neutra, isto é, sem impacto na própria ciência ou nos seus sujeitos. (Gradim, 2018, p. 54)

Ora nem linguagem nem ciência são objetos assépticos e neutros. Está demonstrada a relação entre a linguagem e as condições políticas e materiais da globalização capitalista, e que o capitalismo científico, com os seus mecanismos de avaliação e ordenação, é um sistema vocacionado para a atração de recursos das periferias para o centro (Canagarajah, 2002; Phillipson, 2000; Ricento, 2000).

O Português como língua de ciência

É neste quadro – atendendo ao duplo carácter da língua, ontológico e instrumental e às próprias qualidades da ciência enquanto empreendimento social – que deve colocar-se a questão da comunicação e publicação científica, e em que idioma, em Portugal.

Na última década construíram-se, talvez inadvertidamente, incentivos à subalternização do Português como língua de ciência. Começam com a ausência de uma política de defesa e dignificação da língua na produção do trabalho académico. Intensificam-se com instrumentos de avaliação externa e interna: os painéis de avaliação externa de centros incluem elementos estrangeiros, valorizando-se os projetos e os *outputs* em inglês. No caso dos projetos europeus, não é valorizada nem contemplada a colaboração entre os países lusófonos.

Há também razões de ordem interna. Após 2007, com a aplicação dos acordos de Bolonha e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), as instituições construíram indicadores de avaliação interna que em quase todos os casos normalizam o quadro de publicação das Ciências Naturais – indexada em bases de dados com produção bibliométrica, ou seja, quase necessariamente em inglês porque Portugal, ao contrário de Espanha, e mesmo considerando a sua reduzida dimensão, tem poucas revistas indexadas. São estes constrangimentos externos e internos às instituições que compelem os investigadores à publicação em inglês, e justificam os resultados obtidos no inquérito que se debruçou sobre estas questões (Gradim & Morais, 2016).

Sem prejuízo da internacionalização da ciência que se faz em Portugal e da sua afirmação nos *fora* internacionais, abandonar o Português como língua de ciência é um erro que uma visão estratégica destas questões rejeitaria, com boas razões. Fazê-lo perpetua relações de poder/prestígio linguisticamente mediadas, apresentando a ciência como um resultado neutro e não o empreendimento social que também é.

Acresce que nas Ciências Sociais e Humanas a pesquisa é em geral enraizada localmente – questiona-se e constrói-se conhecimento sobre a comunidade e as suas representações, e esta é uma forma de devolver à sociedade o investimento feito. Ora para publicar em revistas anglo-saxónicas a investigação tem tendência a “universalizar-se”. Investigaremos mais o que interessa ao centro, drenando recursos das periferias para esse centro. Raramente nos questionamos porque uma investigação com origem nos Estados Unidos ou no Reino Unido, sobre jornalismo, representa “O Jornalismo” na sua condição de arquétipo universal; enquanto a mesma investigação tendo como palco os países ibero-americanos – que constituem em conjunto uma comunidade de maior dimensão – representa quando muito o jornalismo ibero-americano, uma realidade regional e periférica em relação ao conhecimento do centro anglófono.

Tais práticas empobrecem a comunidade, o autoconhecimento que esta tem de si e a sua identidade, que é cultural e linguisticamente forjada. Com o tempo,

impedirão a criação de um léxico em Português capaz de expressar ciência: se existiu, deixará de existir, de modo que se torne verdadeiramente impossível pensar ciência, e fazer ciência em Português, porque o vocabulário da sua conceção não chegou a ser criado.

Três indicadores de esperança

Os impérios, como os imperialismos, são voláteis. Não há nenhum destino inelutável relativamente à afirmação do Português como língua de ciência, e há mesmo indicadores positivos, de que destacarei três, a esse respeito.

O primeiro tem a ver com a pujança das línguas ibéricas, injustamente negligenciada, por razões que se prendem com os aspetos sociológicos e políticos já mencionados. Mostram-no os números. Segundo o Atlas da Língua Portuguesa de Luís Antero Reto, o Português é a língua oficial de oito países, ultrapassando 275 milhões de falantes, que representam 3,7% da população mundial. É uma língua global que se encontra espalhada por todos os continentes e que terá um crescimento estimado de falantes até 487 milhões no final do século (Reto, Machado & Esperança, 2016). Já o Espanhol é a língua oficial de 21 países, e não oficial em mais 25, somando 472 milhões de falantes nativos e 567 milhões de “falantes potenciais”. Em 2016, 7,8% da população mundial era de língua espanhola, e estima-se que esta percentagem permaneça estável até 2050, acompanhando o crescimento da população mundial, enquanto falantes nativos de inglês e chinês devem diminuir devido à demografia (Vitores, 2016).

A proximidade entre o Português e o Espanhol (a que chamarei línguas Ibéricas) fazem deste o maior bloco linguístico indo-europeu, com 700 milhões de falantes nativos; enquanto o Inglês tem 375 milhões de nativos.

Estes números têm reflexo na publicação de ciência. Uma análise bibliométrica sobre as línguas de publicação no Science Citation Index (SCI) e Social Sciences Citation Index (SSCI) da Web of Science (WoS), desde a década de 60 do século passado até ao presente, comprova a ascensão dos idiomas ibéricos na WoS. A partir de 2009, e ao longo de toda a última década, as duas línguas somadas são a segunda língua de publicação de ciência na Web of Science, logo após o Inglês. Esta tendência sai muito reforçada na análise do ESCI (Emerging Sources Citation Index), que nos mostra ainda haver potencial de crescimento do Ibérico na *core collection* da WoS (Gradim & Naval, 2019).

Tais dados – o Português e o Espanhol serem a segunda língua de publicação da WoS – apelam a uma reflexão séria sobre o potencial do espaço de publicação luso-espanhol, nomeadamente no que concerne à eliminação de barreiras à indexação de revistas, em Português.

Um segundo aspeto que renova a esperança em políticas mais favoráveis ao Português como língua de ciência é a criação de indicadores específicos para a publicação académica em Português. É consensual a utilidade de indicadores de avaliação específicos para as Ciências Sociais e Humanas devido às questões linguísticas. Em Portugal a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) iniciou esse processo com a construção de um indicador de qualidade para as publicações na área. A metodologia incluiu um inquérito lançado junto da comunidade científica portuguesa para identificar as publicações consideradas mais relevantes. As seis mil revistas e duas mil editoras assim identificadas foram avaliadas posteriormente por um painel de peritos para a verificação de alguns critérios de qualidade, e os resultados aguardam por ser divulgados. O indicador bibliométrico para Ciências Sociais e Humanidades pode desencorajar a extinção do Português como língua de ciência, ajudando-o a afirmar-se, nas suas diversas matizes, como língua de ciência para a Lusofonia.

Em terceiro lugar, há sinais de uma crescente consciência política destas circunstâncias, e de um ativismo linguístico que reclama identidade e representação proporcionais à dimensão dos povos em que a investigação e publicação têm origem e são conduzidas.

É o caso do projeto REDIB – Rede Ibero-Americana de Inovação e Conhecimento Científico, uma plataforma concebida para o desenvolvimento do espaço ibero-americano de conhecimento patrocinada pela Universia e pela Agencia Estatal del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), e que aposta em não ser meramente um produto, mas parte da criação de um espaço ibero-americano de conhecimento.

A ideia é criar uma plataforma única comum de acesso de publicações ibero-americanas, pois não haverá ativismo comum sobre o Espanhol e Português como línguas de ciência sem uma plataforma comum, que deverá contribuir para elevar o nível científico das publicações ao estabelecer critérios de qualidade para admissão, e mecanismos de formação para as revistas que a pretenderem integrar.

A REDIB irá desenvolver indicadores bibliométricos, especialmente em torno de citações, e para isso está a trabalhar com a Clarivate Analytics (que desenvolve os indicadores para a WoS), para desenvolver indicadores REDIB na parte do fundo

que é comum à WoS (65%). A parte do fundo que não é comum terá um indicador a desenvolver no CSIC, a maior instituição pública dedicada à investigação em Espanha, e a terceira maior da Europa.

O resultado deste trabalho será um ranking de revistas ibero-americanas, com indicadores de citação. O objetivo é melhorar a produção científica e a situação científica dos países, para transformar o Espanhol e o Português em línguas privilegiadas de comunicação de ciência. Se existirem indicadores de citação no espaço ibero-americano, serão usados, e os investigadores tenderão a citar-se mais (Serra, 2016); ao fazê-lo, melhoram a ciência produzida, dando-lhe mais visibilidade, num círculo virtuoso que se retroalimenta.

Mais do que o próprio produto – que é sem dúvida importante porque são precisos indicadores para combater indicadores – a REDIB representa uma tomada de consciência da importância do espaço ibero-americano de produção e difusão de ciência; uma ação para estabelecer esse espaço que envolve conhecimento, meios e financiamento em grandes quantidades; e o reclamar de que lhe corresponda, na WoS e nos *fora* internacionais de ciência, um espaço que represente a qualidade da ciência ibero-americana e que seja proporcional à sua importância económica, geográfica e demográfica. Neste momento claramente não o é.

Concluindo

Nem o Português, nem o Espanhol são pequenas línguas que façam com que, se autores nativos destes idiomas quiserem ser lidos internacionalmente, tenham de publicar em inglês. Entre 250 a 350 milhões de falantes justificam plenamente a aposta no Português como língua de ciência, especialmente na área das Ciências Sociais, e como factor de coesão dos povos que se expressam nessa língua nos países lusófonos.

O Português deve ter um futuro como língua de comunicação de ciência – mas são os seus falantes que têm de lutar por uma maior visibilidade e dignificação da investigação em língua portuguesa.

Alguns destes elementos apontam para que se possa hoje fazê-lo sem ser acusado de fechamento e recusa da internacionalização. Outros sinais favoráveis apresentam-se: Portugal cada vez tem mais revistas em língua portuguesa

indexadas na Scopus, e Ciências da Comunicação é a área das Ciências Sociais e Humanas, a par da Sociologia, com mais revistas incluídas².

Trata-se de uma evolução notável, embora recente: é preciso sinalizar, cada vez mais claramente, que a importância da língua na produção e comunicação de ciência deve corresponder à importância cultural, geográfica, económica e demográfica dos seus cultores.

A modesta proposta de resgatar uma dialética – de sabor hegeliano, no sentido de um progresso ascendente incorporando a memória e história do processo de estabelecimento do “mercado linguístico” no que à ciência diz respeito – sendo um passo de reafirmação, ativismo e “combate linguístico”, corresponde não a um retorno à menoridade da ciência fechada do universo salazarista, mas à verdadeira ultrapassagem dessa menoridade, ou seja, corresponde à sua maturidade e afirmação.

Referências

- BOURDIEU, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- CANAGARAJAH, S. (2002). Reconstructing local knowledge. *Journal of Language, Identity and Education*, 1(4), 243-259.
- DE SWAAN, A. (1993). The emergent world language system: An introduction. *International Political Science Review*, 14(3), 219-226.
- FEYTOR PINTO, P. (2010). *O Essencial sobre política da língua*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FOUCAULT, M. (2000). *Essential works of Foucault, 1954-1984* (J. D. Faubion Ed. Vol. 3, Power). New York: New Press.
- GRADIM, A. & MORAIS, R. (2016). Tendências atuais na publicação científica: o português como língua de ciência. *Observatorio (OBS*)*, 10(3), 15.
- GRADIM, A. & NAVAL, V. P. (2019). Policies for Portuguese and Spanish: the world's second publication language in web of science. *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa*, 29(2), 145-160.
- GRADIM, A. (2006). *Comunicação e Ética. O sistema semiótico de Charles S. Peirce*. Covilhã: Labcom Books.

2 São quatro presentemente: *OBS**, *Estudos em Comunicação*, *Comunicação e Sociedade*, e *Mídia & Jornalismo*.

- GRADIM, A. (2018). Políticas da língua e comunicação de ciência: a importância do multilinguismo no espaço lusófono de conhecimento. *Revista Missões*, 4(2), 52-67.
- HARTSHORNE, C., WEISS, P., & BURKS, A. W. (Eds.) (1931-35) *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (Vol. V). Cambridge: Harvard University Press.
- HUMBOLDT, W. (1999). *On Language: On the Diversity of Human Language Construction and its Influence on the Mental Development of the Human Species*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KUHN, T. S. (1975). *A estrutura das revoluções científicas* (Vol. 3). São Paulo: Perspectiva.
- LAKOFF, G. & Johnson, M. (2008). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press.
- LATOUR, B. (1987). *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*. Harvard: Harvard University Press.
- MERTON, R. K. (1973). *The sociology of science: Theoretical and empirical investigations*. Chicago: University of Chicago Press.
- OCDE (2018). Gross domestic spending on R&D. Doi <https://doi.org/10.1787/d8bo68b4-en>
- PHILLIPSON, R. (2000). English in the New World Order: Variations on a Theme of Linguistic Imperialism and “World” English. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, Politics and Language Policies: Focus on English* (pp. 87-106). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- POLANYI, M. (1966). *The tacit dimension*. Chicago, London: University of Chicago Press.
- RETO, L., MACHADO, F. L. & ESPERANÇA, J. P. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RICENTO, T. (2000). Ideology, politics and language policies: introduction. In T. Ricento (Ed.), *Ideology, Politics and Language Policies: Focus on English* (pp. 1-8). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- SAPIR, E. (1963). *Selected writings of Edward Sapir in language, Culture and Personality* (D. G. Mandelbaum Ed.). Berkeley: University of California Press.
- SERRA, J. P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. Doi: <http://dx.doi.org/10.21814/rlec.115>
- STEWART, W. (1968). Sociolinguistic Typology of Multilingualism. In J. Fishman (Ed.), *Readings in the Sociology of Language*. The Hague: Mouton Publishers.
- UNDERHILL, J. W. (2011). *Creating worldviews: metaphor, ideology and language*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- VÍTORES, D. F. (2016). *El español: una lengua viva - informe 2016*. Retirado de <http://www.cervantes.es/imagenes/File/prensa/EspanolLenguaViva16>

INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA DE CIÊNCIA: DO PASSADO PARA O FUTURO

Carlos Assunção*

Resumo

Este texto pretende dar um pequeno contributo para um objetivo maior: a relevância da língua portuguesa (LP) como língua de ciência e a sua afirmação no mundo. Para se cumprir este objetivo, apresentamos dois tópicos para o seu desenvolvimento: o primeiro é relativo ao primeiro momento em que o português se tornou a língua veicular para as primeiras traduções de várias línguas ameríndias, africanas e asiáticas, desconhecidas para os europeus, até à idade de expansão, nos séculos XVI e XVII, constituindo este feito a maior internacionalização de sempre da LP, até à chegada da internet; o segundo, é hodierno e refletirá sobre a questão que se coloca hoje sobre a língua portuguesa, política científica e comunicação de ciência em LP. Sobre este último tópico, falaremos da política, e/ou da sua ausência, da LP, de forma a concluirmos que as línguas, e em particular a LP, são formas de afirmação do poder face a outras línguas, como acontece nas rotas dos negócios, e são formas de afirmar e de divulgar a cultura científica, a inovação dos povos, porque uma língua não será também uma grande língua internacional, se não se afirmar a este nível.

Palavras-chave: Língua portuguesa; ciência; internacionalização

* Carlos Assunção é professor catedrático de linguística portuguesa da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, desde 2002. Desempenhou várias funções na área da gestão universitária das quais se destacam a de vice-reitor para a investigação, diretor do Centro de Estudos em Letras e membro do Senado Universitário.

Foi professor convidado da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio e da Universidade de São Paulo. Publicou dezenas de artigos em revistas especializadas e em atas de congressos, possui mais de duas dezenas de livros e também de capítulos de livros publicados. Participou em mais de cinco dezenas de eventos no estrangeiro e em Portugal. Orientou mais de uma dezena de teses de doutoramento e cerca de três dezenas de teses de mestrado. Participou em 10 projetos de investigação, sendo que coordenou 8 destes. Atualmente participa em 2 projetos de investigação, sendo que coordena 1 destes. Atua na área de Humanidades com ênfase na área da Linguística Portuguesa.

Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.

E-mail: cassunca@utad.pt

A internacionalização da Língua Portuguesa no passado

A língua portuguesa, no período moderno, não tem sido muito estudada sob a perspectiva de “a língua companheira do Império”. Esta abordagem, enraizada na célebre frase “la lengua, compañera del Imperio”, foi introduzida pela *Gramática de la Lengua Castellana*, de Antonio de Nebrija, publicada em 1492.

Em Portugal, Fernão de Oliveira, na primeira gramática da língua portuguesa, segue o mesmo tom:

e desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo nos do nosso não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma: ainda que ella agora teuera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homês fazem a lingua e não a lingoa os homês. (Oliveira, 2015, p. 6)

A máxima de Nebrija continuou a ser apropriada em Portugal por João de Barros. Gramático e cronista, João de Barros fez nas *Décadas da Ásia* uma antevisão sobre a língua e a sua permanência na África e no Oriente. Escreveu, profeticamente:

as armas e padrões portugueses, postos em África e na Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da Terra, materiais são e pode-os o tempo gastar; pêro não gastará doutrina, costumes, linguagem que os Portugueses nestas terras deixarem. (Barros, 1988, p. 405)

Também na *Gramática da Língua Portuguesa* – obra que incorpora o *Diálogo em Louvor da nossa Língua* –, publicada por Barros, em 1540, a LP é celebrada como um instrumento de coesão política para o império com a tarefa de espalhar o cristianismo em todo o mundo. A máxima “a língua, companheira do império” desde então foi aceite como a chave para entender tanto a teoria linguística quanto as práticas que lidam com a língua portuguesa no início da modernidade.

A influência generalizada desta abordagem historiográfica despoletou dois fenómenos essenciais: 1) o português tornou-se a língua veicular para as primeiras traduções de várias línguas ameríndias, africanas e asiáticas desconhecidas para os europeus até à idade de expansão; 2) o português tornou-se uma língua

franca usada por comunidades de comerciantes europeias e não europeias multilingues, viajantes e missionários desde o Brasil até aos territórios das costas africana e asiática, bem além da espacialidade e da temporalidade da presença imperial portuguesa. O impacto desses fenómenos é evidenciado pela produção de centenas de relatórios e descrições, incluindo listas de palavras, dicionários e gramáticas, compilados principalmente por missionários, em particular os jesuítas e, ocasionalmente, por capitães de mar, comerciantes e viajantes (Curto 1998, pp. 418-419). Surpreendentemente, essas fontes permanecem dispersas e pouco estudadas, apesar de a sua relevância já ter levado a trabalhos pioneiros realizados por alguns linguistas nacionais e estrangeiros.

Estas fontes utilizam o Português como linguagem veicular para descrever e traduzir idiomas de todos esses povos do império português, do Brasil aos territórios africano e asiático, no início da modernidade. Foram escritas mais de meia centena de obras, que contêm informação sobre as línguas da Ásia, da África e do Brasil.

Este empreendimento civilizador, no seu início, esteve a cargo da coroa portuguesa. Cláudio Pinheiro refere que logo nas primeiras conquistas do norte de África, estavam profissionais extremamente capacitados: cartógrafos, navegadores, pilotos, além de 17 especialistas em línguas – quatro africanos peritos em idiomas da costa ocidental africana, três portugueses falantes de línguas Banto e árabe, e outros dez degredados, usados como intérpretes. Mais tarde, a armada de Vasco da Gama para a Índia pressupôs, para além de todo o material náutico e bélico, um investimento pesado em técnicas de comunicação, sem as quais, toda a ação expansionista e a montagem de um aparato colonialista não seriam possíveis. A questão da comunicação com os grupos populacionais contactados configura-se como fundamental para a exploração, o comércio e, mais tarde, as atividades de missionação que acompanharam o processo de expansão imperial dos Estados modernos europeus. O uso de intérpretes tornou-se largamente vulgarizado e está universalmente ligado à comunicação e conquista ao longo da modernidade (Pinheiro 2008, pp. 36-38).

Todavia a coroa portuguesa cedo declinou grande parte da sua responsabilidade neste empreendimento “civilizador”. Este fenómeno só foi possível pela intervenção dos missionários. A importância da missionação na divulgação/aprendizagem das línguas e na criação de textos interlinguísticos deve-se, sobretudo, à necessidade da divulgação da fé cristã. Os dicionários e glossários das línguas orientais atestam os esforços dos missionários na interpretação das línguas nativas e retêm memórias e gestos do contacto intercultural que lhes subjaz.

Dos esforços de aprendizagem das línguas e do seu ensino aos noviços, nasceram as primeiras gramáticas e o letramento ou transcrição da sua escrita no alfabeto latino. Algumas dessas línguas eram conhecidas apenas pela oralidade. A chegada da tipografia, primeiro a Goa (1556), depois a Macau (1584-1588) e ao Japão (1591) estimulou a publicação e proliferação de manuais de ensino, cartilhas ou cartilhas, dicionários, catecismos, gramáticas, dicionários, cartas, etc. A chegada da tipografia a estes povos não foi da iniciativa do poder Real português: a dinâmica gerada pela missionação na divulgação da fé cristã a isso obrigou (Fonseca, 2006, pp. 92-93).

E foi desta forma que os descobrimentos portugueses no Oriente ocasionaram o contacto entre civilizações e culturas, participado pela língua portuguesa. Como Craveiro da Silva menciona:

houve duas condições fundamentais para que esse encontro se pudesse realizar: primeiro foi que as terras e nações, onde as várias culturas floresciam, se conhecessem e isso fizeram os navegantes descobridores desde a África meridional, à Índia, ao Vietname, à China, ao Japão, às Molucas... Mas depois, para que houvesse diálogo frutuoso e perene, começou outro empreendimento menos espetacular mas também difícil e complementar: o estudo e aprofundamento científico e literário das diversas ou diversíssimas línguas desses povos. Sem o conhecimento das línguas desses povos não se podia dialogar. Constituiu um aspeto indeclinável, no qual os portugueses se evidenciaram como verdadeiros pioneiros. (Silva, 2000, p. 79)

Ora este foi um dos aspetos mais relevantes do trabalho dos missionários, em especial dos missionários jesuítas, mas também de outras ordens religiosas: o da aprendizagem das línguas dos povos colonizados pelos portugueses e o ensino do português a esses povos. E este feito constitui a maior internacionalização de sempre, até à chegada da internet, da LP.

Para ilustrarmos este contacto interlinguístico em que a LP serviu como metalinguagem para a descrição de muitas das línguas do Oriente, que foi a língua franca no Oriente, veja-se o impressionante conjunto de dicionários, vocabulários e glossários, que foi elaborado com base nos textos de David Lopes e Luís de Matos, Diogo Inácio Barbosa Machado, Francisco Inocêncio da Silva, Simão Cardoso, Joaquim Heliodoro Cunha Rivara, Maria do Céu Fonseca, Toru Maruyama, Telmo Verdelho e Otto Zwartjes (Assunção 2016, pp. 75-87). Estas obras abrangem as descrições das línguas da costa asiática desde o estreito de Ormuz até à Indonésia:

persa, cingalá, industani, bengali, marata, concani, canarim, tamil, malabárico, malaio, chinês, vietnamita, japonês, entre algumas mais.

A internacionalização da LP no presente e futuro

Quando enunciamos estes dados sobre a língua portuguesa e a sua participação na descrição das línguas da Ásia, completamente ignorados pelas escolas e universidades onde se ensinam a língua e cultura portuguesas, não espanta, por isso, o que sentimos ao constatar que uma das línguas mais faladas do mundo seja constantemente reduzida ao lugar e papel de uma língua quase insignificante para a ciência, hoje.

No contexto mundial, o idioma de Camões, compõe atualmente um universo de 260 milhões de falantes, é a língua mais falada no hemisfério Sul, a terceira nos negócios mundiais do petróleo e do gás e a quinta, terceira no hemisfério ocidental, mais falada na internet. É a quarta língua mais falada no mundo por falantes nativos, assim como é, a seguir ao espanhol, a segunda língua românica mais falada do mundo (Ferreira, 2019; Pereira, 2011, p. 65).

Hoje as línguas, à semelhança do tempo das descobertas, e em particular a LP, são formas de afirmação do poder face a outras línguas, como aconteceu e acontece nas rotas dos negócios, e são formas de afirmar e de divulgar a cultura científica, a inovação dos povos, porque uma língua não será também uma grande língua internacional, se não se afirmar a este nível.

A questão que se coloca hoje sobre a língua portuguesa, política científica e comunicação de ciência entronca numa questão fundamental: que poder e impacto têm a língua portuguesa na política científica e na comunicação de Ciência?

Quem faz a língua é o povo, mas quem detém o poder da língua portuguesa? A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)? A Academia das Ciências de Lisboa? O Ministério dos Negócios Estrangeiros? O Ministério da Ciência e Ensino Superior? O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)? A Academia Brasileira de Letras? As academias dos países que integram a CPLP? As redes sociais?

Algumas das instituições acima referidas nem sequer são públicas – são privadas – e os seus membros são quase sempre contrários às reformas que se ligam à língua portuguesa, de que é exemplo recente o acordo ortográfico (a proposta

do acordo nasce no seio da Academia das Ciências de Lisboa e foi negociado com a Academia Brasileira de Letras. O desentendimento, neste caso, veio do lado da política depois da oficialização do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, devidamente ratificado em Portugal, em 1991). Podem dizer o que quiserem, pois vivemos em democracia, mas não têm qualquer autoridade sobre a língua. A língua é um bem público que merece ter tratamento privilegiado que compete ao Estado. E merece ser tratada por quem tenha competência técnica instalada para o fazer, o que não acontece por algumas daquelas instituições. E a FCT é uma dessas instituições que nos últimos anos mais tem destrutado a LP como língua de comunicação de ciência.

Na verdade, a FCT sobrevaloriza as publicações em revistas ISI e SCOPUS que publicam quase exclusivamente em inglês, ficando de fora toda a produção destinada a um público especialista com competência para ler português, como sejam teses, atas de congressos nacionais e internacionais sobre a LP, capítulos de livros, entre outros. A FCT ao considerar que apenas tem impacto internacional o que não é publicado em português está a desvalorizar a língua portuguesa como língua de ciência. Esta incongruência é tanto mais notória quando no plano escrito sabemos que a FCT como Instituição Governamental encara a língua portuguesa como objeto de interesse científico igual a qualquer outro, mas não como metalinguagem em que esse interesse e a sua divulgação se manifestem e, deste modo, não está em sintonia com outras políticas institucionais favoráveis à defesa, promoção e internacionalização da Língua portuguesa (Castro 2009, pp. 3-4). A ciência escrita em língua portuguesa vale sempre menos do que se for escrita em inglês e este é um aspeto pelo qual todos os que estudam a língua portuguesa se deveriam bater.

Teixeira, entre muitos outros, alinha pelo mesmo diapasão: a FCT privilegia, ou mesmo considera como único, o uso do inglês para os projetos de investigação, para a valorização das publicações e para o financiamento de encontros Científicos, chegando ao cúmulo de a investigação sobre projetos de língua portuguesa ter que ser feita em inglês (Teixeira, 2016, p. 186).

E esta cultura está a passar para as universidades através dos regulamentos de avaliação dos docentes do ensino superior. Tem mais pontos na avaliação do docente um artigo publicado em inglês, com meia dúzia de páginas e com dez autores, do que um livro de 500 páginas escrito em português, por um só autor, e que tenha como objeto igualmente a língua portuguesa. Mariano Gago (2011) ironizou aqueles regulamentos, em entrevista a João de Pina-Cabral:

vejam-se recentes “regulamentos” de avaliação individual de docentes e investigadores! Publicou numa revista A ou B? (Mas não haverá lá ninguém que saiba ler os artigos e seja sério?!). Uma visão ansiosa e infantil que tudo pretende classificar (revistas, artigos, livros...) de forma “automática”, a partir de regulamentos e algoritmos, faz lembrar a ilusão dos cabalistas para esconjurar a incerteza do mundo. De facto, sabemos hoje que uma universidade, uma instituição de investigação, têm de ter atingido um nível cultural, científico suficientemente elevados para terem a coragem simples de dispensarem fórmulas e esconjuros quando querem saber da qualidade de alguém ou de alguma obra: simplesmente lêem, estudam, pedem pareceres especializados, e finalmente ponderam e decidem por si, sem se refugiarem atrás de fórmulas ou índices. (Pina-Cabral 2011, pp. 407-408)

Como já anotou Teixeira “é mais fácil arranjar financiamentos, em Portugal, que acabem por apoiar o inglês como língua de ciência do que o conseguir para projetos que apoiem a língua portuguesa” (Teixeira, 2016, p. 186). Fazer um projeto para o estudo da língua portuguesa é obrigatório fazê-lo em inglês. E mais absurdo, ainda, é o facto de os avaliadores desses projetos e das unidades de investigação, que estudam a língua portuguesa, não conhecerem a LP.

Como bem anotou Castro:

não podemos dissociar língua e cultura uma vez que nenhuma língua é suporte neutro para produtos culturais. Ao escolher a língua em que escrevemos, estamos também a escolher a literatura científica em que desejamos ser acolhidos, os autores que referimos, as terminologias e estilos de exposição nela consagrados. Se escolhermos escrever ciência em Inglês, difícil se torna não adotarmos também os programas de pesquisa próprios dessa língua e, com eles, importarmos como centrais à nossa atividade preocupações que nasceram em quadros culturais onde prevalece uma relação entre língua e metalíngua que não é a nossa. (Castro 2009, p. 4)

Ao fazer esta política da LP a FCT não está a cumprir a Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2016 que, de forma muito clara, refere que compete à FCT promover uma “Iniciativa de Apoio ao Conhecimento para o Desenvolvimento”, com o apoio de instituições científicas e académicas, públicas e privadas e o cofinanciamento internacional, incluindo o acordo de cooperação científica e tecnológica celebrado, em maio de 2016”, que foi celebrado entre Portugal e o Ismaili Imamat no sentido de reforçar as comunidades científicas de língua

portuguesa e a formação avançada de cientistas em língua portuguesa, abrangendo por isso o relançamento do Programa Ciência Global. Mais adiante refere ainda que a FCT “desenvolverá atividades no sentido da promoção internacional de indústrias culturais através da língua e do património, enquanto veículos de ciência e conhecimento, em articulação com a AICEP, E. P. E”¹.

A FCT, do ponto de vista governamental, tem estas incumbências, entre outras, mas na sua prática nada tem feito, continuando a depreciar a LP em todas as suas potenciais realizações: enquanto língua que se investiga, língua de cultura e língua de ciência.

Também a FCT não cumpriu o que se comprometeu fazer, em 2011, com o Conselho Científico das Ciências Humanas e Sociais. Moisés Martins, em artigo publicado no jornal *Público*, em 2018, relembra o acordado nesse relatório:

aceitar o Português e o Espanhol, a par do Inglês, como línguas de publicação. Promover a cooperação científica com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os países da bacia mediterrânica e os países emergentes com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais, os países da CPLP. Incluir nos indicadores de internacionalização a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores destes espaços científicos. (Martins 2018)²

Por outro lado, os instrumentos de bibliometria científica de que dispomos hoje refletem a hegemonia quase absoluta da língua inglesa. O modelo das ciências da natureza é generalizado acriticamente a todos os ramos da ciência do saber humano. Uma política científica com visão estratégica não pode deixar de considerar prioritária a valorização do português como língua científica internacional, como refere Carvalho em crónica publicada no jornal *Público*, em 2013³.

Mariano Gago em entrevista a João de Pina-Cabral, em 2011, referiu que:

o equilíbrio na valorização da língua inglesa ou da língua nacional em publicações académicas, ou na publicação em revistas ou livros, se tem revelado estranhamente difícil no desenvolvimento da maioria das instituições. São questões que se apresentam

1 Veja-se https://dre.pt/home/-/dre/105283924/details/maximized?p_auth=BA4L2dCv.

2 Ver <https://www.publico.pt/2018/10/09/ciencia/opiniao/a-fundacao-para-a-ciencia-e-a-tecnologia-fct-e-irreformavel-1846639>. Ver, também Martins (2012).

3 Ver <https://www.publico.pt/2013/12/29/ciencia/opiniao/lingua-portuguesa-e-ciencia-161775>.

de forma muito diferente para as ciências da natureza, para as engenharias, ou para as humanidades e as ciências sociais, e que dependem da história das áreas científicas e das suas redes de relações com o tecido social. Em física, por exemplo, o livro não é hoje normalmente usado como instrumento para a publicação de resultados de investigação, mas assume um papel fundamental como repositório de referência ou como obra de ensino e de divulgação, ao contrário do que acontece nas humanidades e em muitas ciências sociais, em que o livro continua a ser fundamental como o resultado de investigação inovadora. A relação com a sociedade através da própria língua no campo das ciências é muito diferente nas ciências físicas ou nas ciências humanas e sociais. O dogmatismo a que se assiste por vezes a este propósito é verdadeiramente constrangedor. (Pina-Cabral, 2011, p. 408)

Este equilíbrio é o primeiro passo que temos que dar para que a língua portuguesa na política científica e na comunicação de ciência cresça. Depois, através do acesso aberto, disponibilizar para todo o mundo, através da criação de redes, a ciência que se faz em português. Aqui pode e deve a CPLP desempenhar papel relevante continuando a implementar o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Também, o papel do Instituto Camões nos últimos anos tem em muito contribuído para esse desiderato. Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros que tutela o Instituto Camões, referiu na conferência anual, realizada em 2017, que:

as parcerias que vai estabelecendo com centenas de escolas superiores representam o mais sólido fator de consolidação de uma oferta que não cessa de aumentar, como se vê tão nitidamente na China, na Europa, nas Américas, em África, no Médio Oriente, no Sudoeste Asiático, e que por sua vez corresponde à crescente procura da nossa língua, como língua de cultura, de comunicação, e de negócios. (Silva, 2017, p. 7)

Depois, para contrabalançar a hegemonia do Inglês, impõe-se a criação urgente de instrumentos bibliométricos alternativos – de preferência, comuns às publicações em línguas portuguesa e espanhola – pois formar-se-ia uma comunidade de 700 milhões de falantes que se podem compreender também do ponto de vista dos negócios, da ciência, da inovação, como referiu Laborinho (2017) ⁴.

4 Ver <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2017/07/31/ana-paula-laborinho-as-linguas-sao-formas-de-afirmacao-de-poder/>

Referências

- ASSUNÇÃO, C. (2016). Primeiros ecos da lusofonia no oriente: dos descobrimentos à produção metalinguística. In N. B. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 75-87). São Paulo: EDUC IP-PUC_SP.
- BARROS, J. (1988/1552). *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Vols. I-III. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CASTRO, I. (2009, junho). *Português, Língua de Ciência*. Comunicação ao colóquio A Internacionalização da Língua Portuguesa, Lisboa. Retirado de http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2009_Lingua_de_ciencia.pdf
- Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT. Relatório final das Ciências Sociais e Humanidades, mais excelência, maior impacte.
- CURTO, D. R. (1998). A língua e o império. In F. Bethencourt & K. Chaudhuri, *História da expansão portuguesa* (pp. 414-433). Lisboa: Círculo de Leitores.
- FERREIRA, L. (2019). Entrevista a Luís Faro Ramos. Retirado de <https://www.dn.pt/educacao-do-dia/27-abr-2019/interior/dentro-de-dois-ou-tres-anos-havera-50-doutorados-em-portugues-na-china-e-impressionante>
- FONSECA, M. C. B. (2006). *Historiografia linguística portuguesa e Missionária: preposições e posposições no séc. XVII*. Lisboa: Colibri.
- LOPES, D. (1936/1969). *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Porto: Portucalense Editora.
- MARTINS, M. L. (2018, 9 de outubro). A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) é irreformável? *Público*. Retirado de: <https://www.publico.pt/2018/10/09/ciencia/opiniao/a-fundacao-para-a-ciencia-e-a-tecnologia-fct-e-irreformavel-1846639>
- MARTINS, M. L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação: prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. M. Melo (Eds.), *Comunicação Ibero-americana : Sistemas Midiáticos, Diversidade Cultural, Pesquisa e Pós-graduação* (pp. 331-345). São Paulo: Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23931>.
- OLIVEIRA, F. (2015/1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Retirado de http://ctlf.enslyon.fr/t_fiche.asp?num=1328&fic=3301_pt_Oliveira_TO1&aut=Oliveira,%20Fernão%20
- PEREIRA, S. (2011). *A Dimensão Cultural da Lusofonia como Factor de Relevância Económica*. Lisboa: UCP. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.14/8536>.
- PINA-CABRAL, J. (2011). Entrevista a José Mariano Gago por João de Pina-Cabral. *Análise Social*, XLVI(200), 388-413.

- PINHEIRO, C. C. (2008). Língua e conquista: formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade. In I. S. Lima & L. do Carmo (Eds.), *História social da língua nacional* (pp. 29-65). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- SILVA, A. S. (2017). *Missão e prioridades do Instituto Camões*. Retirado de <https://www.instituto-camoes.pt/images/pdfs/missaoeprioridadesdocamoes.pdf>
- SILVA, L. C. (2000). *Ser português: ensaios de cultura portuguesa*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- TEIXEIRA, J. (2016). Português, língua de ciência? In J. Teixeira (Ed.), *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades* (pp. 175-190). Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Lusíadas.

PARTILHAR E DIVULGAR A CIÊNCIA: UM CAMINHO PARA FORTALECER A LUSOFONIA

Fernanda Ribeiro*

Resumo

Este texto procura sistematizar uma reflexão sobre linhas de intervenção/ação política que podem ser desenvolvidas pelas universidades para darem maior visibilidade ao conhecimento científico que produzem, particularmente no que respeita à comunidade lusófona. Esta reflexão é, essencialmente, baseada na experiência de largos anos de trabalho envolvendo gestão de ciência e cooperação com parceiros internacionais.

Apontam-se caminhos para o reforço da cooperação entre académicos (docentes e investigadores) dos países de língua portuguesa, no que respeita a diversos aspetos, considerados essenciais, a saber: política de intercâmbio e mobilidade de estudantes e docentes/investigadores; política linguística em prol da defesa e promoção da língua portuguesa como língua de comunicação científica; medidas para expandir a ciência aberta como forma de divulgar mais amplamente o trabalho científico; métricas e indicadores de avaliação da produção de ciência, nomeadamente no campo das Ciências Sociais; e apoios a redes de cooperação científica, cultural e artística.

Palavras-chave: Ciência aberta; cooperação lusófona; mobilidade académica; redes de investigação científica

* Fernanda Ribeiro é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) em 1980 e detentora do Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorou-se em 1999 na FLUP, com uma tese intitulada *O Acesso à Informação nos Arquivos* e fez Provas de Agregação, na mesma Faculdade, em 2006. É Professora Catedrática do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da FLUP, foi diretora do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação e do Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais e foi também coordenadora do centro de investigação CETAC.MEDIA. É, desde outubro de 2014, diretora e Presidente do Conselho Científico da FLUP. Tem publicado trabalhos, em Portugal e no estrangeiro, na área da Ciência da Informação, especialmente sobre as problemáticas do acesso à informação e as questões da formação nesta área disciplinar.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

E-mail: fribeiro@letras.up.pt

Introdução

Num mundo em que a globalização e a comunicação síncrona são realidades omnipresentes e incontornáveis, a Ciência não pode continuar a ser uma atividade individual, resultante de um trabalho isolado, de um pensamento fechado sobre si próprio e baseado em informação privilegiada, guardada como um tesouro até ser publicada e registada com a respetiva marca de autoridade. Hoje a Ciência faz-se, sobretudo, em grupos de investigação e em redes internacionais e baseia-se num conhecimento que é partilhado e publicitado de forma aberta e transparente, precisamente para que todos o possam usar, aprofundar e disseminar.

Neste mundo globalizado, o trabalho colaborativo em redes transnacionais de cooperação científica, e também cultural e artística, é (deve ser) a forma privilegiada de fazer investigação e de promover a transferência do conhecimento que os investigadores produzem, na maioria das vezes com o apoio de financiamentos também eles transnacionais e atribuídos no quadro de agências internacionais. Assim, pensar o futuro da investigação, em particular no campo das Ciências Sociais e Humanas, só pode ter como horizonte o reforço da internacionalização, ou seja, o aprofundamento da cooperação em redes com objetivos comuns. Nesta perspetiva, a definição de estratégias de atuação deverá, naturalmente, aproximar-nos de países com quem temos relações históricas consolidadas e que partilham idênticas heranças culturais¹. Refiro-me, naturalmente, aos países de língua portuguesa, uma língua falada por mais de 250 milhões de pessoas².

As universidades são o espaço e o contexto ideal para promover redes de reforço da Lusofonia, podendo abarcar também o espaço ibero-americano, como expansão natural dessas redes nos continentes europeu e americano, onde as relações científicas e académicas já têm uma longa tradição. Contudo, criar e consolidar esta cooperação não pode ser, apenas, um esforço individual dos investigadores ou uma estratégia de algumas universidades. A eficácia e o sucesso da cooperação devem ter por base uma política científica, assumida pelos governos e pelas agências governamentais, que têm a seu cargo a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, como é o caso da Fundação para a Ciência e

1 Veja-se, neste sentido, Martins, 2015, 2017 e 2018.

2 Cf.: <https://up.pt/portuguesuporto/o-portugues-no-mundo/>.

a Tecnologia (FCT). Infelizmente, no “Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro - Uma agenda para o período 2016-2020”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2016 (Portugal, 2016), não encontramos uma única referência à promoção da língua portuguesa, nem é nenhuma vez empregue a palavra “lusofonia”. A agenda de trabalho proposta para 2016-2020 contempla várias dimensões, que vão desde os recursos humanos ao território, passando pela modernização das instituições e das infraestruturas tecnológicas. Nesta matéria fala-se bastante em redes, mas curiosamente são sobretudo as redes de infraestruturas que são objeto de maior atenção. Os aspetos essenciais da cooperação transnacional ficam praticamente omissos e apenas é traçado um objetivo que toca a esta questão: “reforçar o nível de internacionalização, em articulação com agendas de investigação e desenvolvimento (I&D)” (Resolução n.º 32/2016, p. 1.733), as quais se percebe que estão em sintonia com a “Estratégia Europa 2020, a agenda adotada pelos países europeus para o crescimento sustentável” (Resolução n.º 32/2016, p. 1.732), não havendo referência a outras regiões do mundo que sejam interessantes para o desenvolvimento da cooperação.

Parece, pois, que o trabalho tem de ser feito pelos académicos e pelos investigadores, no terreno, muito mais na base dos seus contactos pessoais e nas relações científicas já estabelecidas, do que com um enquadramento político claro e com estratégias e metas bem definidas.

Nestas circunstâncias, cabe às universidades um papel fundamental, no estímulo da cooperação científica e cultural. E, na verdade, no que toca a instrumentos formais para dar suporte à cooperação, elas têm essa capacidade e autonomia e podem, se assim o entenderem e desejarem, ser promotoras de inúmeras iniciativas que ajudem a consolidar as redes informais já existentes e a criar novas redes em domínios que ainda não têm trabalho em curso.

Procuraremos, de seguida, enunciar algumas linhas de intervenção/ação política, que cremos serem exequíveis na esfera de ação das universidades e que poderão indubitavelmente reforçar a cooperação lusófona, dando a visibilidade que se impõe à produção de conhecimento científico, resultante do trabalho de académicos e investigadores dos países de língua portuguesa, marcando assim a posição, a que têm pleno direito, no “mapa” do conhecimento mundial.

Política de intercâmbio de estudantes, docentes e investigadores

Os acordos de cooperação que as universidades estabelecem entre si, incluem, normalmente, a mobilidade de estudantes e docentes, no âmbito de programas de estudos de graduação ou pós-graduação, mas não é comum os convênios incluam financiamento para as mobilidades, o que dificulta a realização das mesmas. A atração de estudantes internacionais é hoje um objetivo central para a maior parte das universidades e, no caso português, é também uma forma de obter receitas que compensem a diminuição de estudantes nacionais, que se verifica devido à recessão demográfica. Contudo, se o reforço da Lusofonia for considerado um objetivo estratégico, a política dirigida a esse objetivo tem de ter especificidades próprias e de beneficiar de incentivos, nomeadamente financeiros. É certo que algumas universidades já estabelecem valores para as propinas de estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que são diferentes (cerca de 50%) dos estudantes internacionais em geral, mas mesmo assim o incentivo é pequeno, pois todos conhecemos as dificuldades com que esses estudantes se debatem para conseguirem bolsas e apoios para estudar no estrangeiro. Que sentido tem não haver propina internacional para os estudantes europeus (alguns provenientes de países com elevados níveis económicos) e o mesmo critério não se aplicar aos estudantes da CPLP?

A mobilidade de docentes e investigadores é algo que também não tem tido apoios significativos e que praticamente se reduz ao Programa Erasmus+, nas suas várias configurações. Como apoiar a vinda de investigadores de outros países para trabalhar com os seus parceiros portugueses que fazem parte de uma mesma rede de investigação? Que incentivos são dados pelas universidades ao estímulo deste trabalho partilhado?

A possibilidade de bolsas de pós-doutoramento atribuídas pela FCT são uma forma de apoiar estadias prolongadas de investigação em universidades portuguesas, mas como sabemos a situação alterou-se e este financiamento é agora atribuído, maioritariamente, no âmbito de projetos financiados. Talvez esta modalidade possa permitir um reforço da relação académica e científica no âmbito de redes já constituídas. Mesmo sendo um caminho instável e pouco seguro para fortalecer a Lusofonia, é algo que as universidades não devem desperdiçar.

Política linguística

O uso do inglês como língua franca de comunicação científica tem vindo a ser estimulado, ou mesmo imposto, em múltiplas situações. Não há dúvida que é importante comunicarmos o que fazemos e a língua é o veículo por excelência para promover a comunicação. Contudo, quando o uso de uma língua passa de fator de aproximação, a fator de dominação (ou exclusão) há que refletir sobre o problema e que procurar alternativas. Hoje em dia, a tradução automática já atingiu níveis de qualidade razoáveis para permitir uma comunicação minimamente eficaz. Por que razão temos forçosamente de comunicar numa língua em que necessariamente condicionamos a nossa capacidade de expressão, quando temos uma língua rica do ponto de vista semântico, que já é, atualmente, falada por mais de 250 milhões de pessoas, estimando-se que este número cresça até aos 400 milhões em 2050?³

As universidades deveriam ter um papel fundamental na promoção da língua portuguesa como língua de comunicação científica e, com vista a esse desiderato, é fundamental estabelecer acordos de cooperação, no domínio do ensino e da investigação, que incentivem a publicação em língua portuguesa, sem prejuízo de, paralelamente, também serem apoiadas traduções, que ajudem à divulgação em termos internacionais.

O papel do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua⁴ no apoio à criação de leitorados e cátedras de Português nos mais diversos países do mundo tem sido fundamental para a promoção da língua e da cultura do nosso país. Contudo, a sua relação com as universidades é ainda pouco relevante, precisando de ser aprofundada e intensificada, designadamente no que respeita à atribuição de bolsas para quem pretende frequentar cursos de Português Língua Estrangeira (PLE), pois esta é também uma forma de contribuir para o aumento da produção científica em língua portuguesa por parte dos investigadores estrangeiros, que integram, cada vez em maior número, os centros de investigação das universidades nacionais.

3 Cf.: <https://up.pt/portuguesuporto/o-portugues-no-mundo/>.

4 Consultar: <https://www.instituto-camoes.pt/>.

Política de acesso aberto

Sabemos que o governo Português e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior definiram como prioridade “o compromisso da ciência com os princípios e práticas da Ciência Aberta, estando empenhados na elaboração e implementação de uma Política Nacional de Ciência Aberta assente no enunciado de que o Conhecimento é de Todos e para Todos” – pode ler-se na íntegra no portal oficial Ciência Aberta⁵. Este compromisso tem por base os seguintes pressupostos:

a Ciência Aberta permite a partilha do conhecimento entre a comunidade científica, a sociedade e as empresas, possibilitando desta forma ampliar o reconhecimento e o impacto social e económico da ciência. Ciência Aberta é mais do que a disponibilização em acesso aberto de dados e publicações, é a abertura do processo científico enquanto um todo, reforçando o conceito de responsabilidade social científica. A implementação de uma prática de Ciência Aberta é também geradora de múltiplas oportunidades de inovação. Permite impulsionar o desenvolvimento de novos produtos, serviços, negócios e empresas⁶.

Estes pressupostos assentam em diversos pilares, que são também enunciados na página oficial: acesso aberto; dados abertos; investigação; inovação aberta; redes abertas de ciência; ciência cidadã.

Esta é, sem dúvida, uma das mais importantes medidas governamentais para apoiar o desenvolvimento da ciência e o fortalecimento das redes de conhecimento e investigação científica. As universidades só têm a ganhar se se libertarem dos monopólios das editoras que dominam a publicação científica e passarem a disponibilizar conteúdos em acesso aberto. Os repositórios de acesso aberto como os RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal⁷, ou os repositórios das universidades, ou o agregador dos repositórios, intitulado Diretório dos Repositórios Digitais e que “é uma infraestrutura digital que visa identificar e constituir um referencial de acesso aos repositórios digitais de Portugal na área da Ciência e da Cultura”⁸, são excelentes exemplos do que, nos últimos anos, tem

5 Retirado de: <http://www.ciencia-aberta.pt/>.

6 Retirado de: <http://www.ciencia-aberta.pt/sobre-ciencia-aberta>.

7 Ver: <https://www.rcaap.pt/>.

8 Retirado de: http://repositorios-conhecimento.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=124.

sido feito no nosso país em prol do acesso aberto ao conhecimento científico. Mas se pensarmos em termos de reforço da Lusofonia, haveria que fazer muito mais. Não é hoje difícil nem oneroso construir uma plataforma agregadora da produção científica em língua portuguesa disponível em múltiplos repositórios institucionais (um portal de repositórios, organizado por países e por universidades), concentrando as diversas áreas do vasto campo das Ciências Sociais e Humanas. Esta seria uma iniciativa de alto valor para a comunidade lusófona e traria uma imensa visibilidade internacional à Lusofonia, aproximando pessoas e instituições, reforçando laços e promovendo mais parcerias e colaborações. Um projeto que pode ser objeto de trabalho para um grupo de investigação interdisciplinar, envolvendo cientistas da informação e dos sistemas de informação (computação) e que é perfeitamente exequível com os recursos de uma universidade ou de um consórcio de universidades, caso não seja possível que alguma agência financiadora o considere importante para ser apoiado.

Política de avaliação – indexação, métricas e indicadores

A credibilidade e o reconhecimento da qualidade da investigação são, como é sabido, dependentes do escrutínio das comissões de avaliação, constituídas por pares e sujeitas a métricas e indicadores validados também pela própria comunidade científica. Estão também diretamente relacionados com os locais de publicação e com o seu valor e impacto, conceitos necessariamente dependentes de critérios estabelecidos, supostamente consensuais e aceites em cada área disciplinar.

Um dos referenciais reconhecido como “bom” para medir o impacto da produção científica e dos resultados da investigação é a indexação dos artigos e outros textos em bases de dados e o fator de impacto que conseguem obter pelas citações de que são alvo.

É óbvio que a qualidade, para ser medida, necessita de ter referenciais, critérios e métricas objetiváveis e, de preferência, consensualmente estabelecidas e aceites. Mas, como também sabemos, as lógicas seguidas nas avaliações das ciências exatas e naturais, dificilmente são compatíveis com a natureza da investigação em Ciências Sociais e Humanas e, por isso mesmo, é difícil medir da mesma maneira aquilo que é diferente e não se rege pelos mesmos modelos e práticas investigativas.

Para medir o impacto e a qualidade da produção científica que é expressão da Lusofonia no âmbito das Ciências Sociais e Humanas são necessários instrumentos adequados, que tenham em conta as especificidades dos diferentes campos do saber e que, forçosamente, estejam articulados com uma política linguística consistente e politicamente assumida. Não é possível querer obter reconhecimento da investigação feita no quadro das instituições dos países da CPLP usando as métricas associadas à avaliação das bases de dados que só indexam literatura científica escrita em inglês ou publicada em revistas e editoras, que dominam os circuitos internacionais e que dificilmente aceitam textos em que a escrita académica não segue os cânones da tradição anglo-saxónica.

Também nesta matéria é fundamental que as universidades e as suas unidades de investigação se empenhem em validar critérios de avaliação apropriados para atingirem os objetivos a que se propõem, nomeadamente fomentando a criação de bases de dados para indexação da produção científica em língua portuguesa, identificando as revistas que melhor representam a pluralidade de perspetivas e abordagens nos diversos domínios disciplinares, influenciando a constituição de equipas de avaliação pela integração de mais académicos reconhecidos na comunidade lusófona, promovendo as redes e consórcios de investigação e a elaboração de projetos científicos no âmbito dessas mesmas redes, no espaço da Lusofonia.

Para pôr em prática estas medidas não são necessários investimentos avultados nem recursos extraordinários. É sobretudo preciso ter uma estratégia e vontade política para a pôr em prática, ou seja, é preciso saber para onde queremos caminhar e aquilo que, em rede, pretendemos construir.

Política de apoio a redes de investigação, culturais e artísticas

As ideias expostas nos pontos anteriores para se poderem implementar de forma consistente carecem, evidentemente, de uma estratégia mais global para apoio às redes que os investigadores entendem constituir. Passar de um registo informal para um reconhecimento institucional formal é um passo muito importante para que as iniciativas individuais ou de grupos tenham maior credibilidade e um enquadramento orgânico/institucional inequívoco. A ciência tem, como é óbvio, a sua componente epistémica essencial, mas tem também de se institucionalizar e de congregar um reconhecimento social e organizacional que lhe dê o suporte imprescindível ao seu desenvolvimento no quadro das instituições.

As redes de investigação são hoje o contexto ideal para delinear projetos de investigação transnacionais, para promover a publicação internacional, para facilitar contactos entre pares e para criar instrumentos agregadores do conhecimento produzido nessas mesmas redes.

Da mesma forma, as redes culturais e artísticas são espaços de partilha e de cocriação, que podem aproximar autores e criadores com heranças comuns e afins e promover relações produtivas de expressão lusófona.

Notas finais

Como acima referimos, a Ciência tem uma dimensão epistemológica e uma dimensão político-institucional. A primeira é, obviamente, da exclusiva prerrogativa dos cientistas, mas a segunda, embora sob a responsabilidade dos gestores e dos decisores, não lhes é (não pode nem deve ser) completamente alheia.

A política científica, a gestão da ciência, a comunicação científica são cada vez mais atividades que estão contempladas nos objetivos e nas funções dos centros de investigação e de produção de ciência e, como tal, fazem parte das ocupações e das preocupações dos académicos, pois a ciência depende substancialmente do financiamento que consegue angariar. E, como todos sabemos, as agências financiadoras sustentam as suas decisões nos resultados das avaliações efetuadas por elementos da própria comunidade científica, os quais seguem orientações, métricas e indicadores de qualidade, baseados no valor, no impacto, nas citações, na disseminação internacional. Retornamos, pois, ao tópico inicial: as linhas de intervenção/ação política, que é preciso definir e pôr em prática para promover, partilhar e disseminar o conhecimento científico.

No caso concreto que aqui nos serviu de mote para sistematizar esta breve reflexão, parece evidente que, a todas as ações enunciadas como vantajosas para promover a partilha e divulgação da ciência, é imprescindível associar uma vontade política de aposta na língua portuguesa, para que possamos enveredar pelo caminho que conduzirá à concretização e ao desenvolvimento dos “interfaces da Lusofonia”.

Referências

- MARTINS, M. L. (2015). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 27-56). Famalicão: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/39698>
- MARTINS, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/51039>
- MARTINS, M. L. (2018). Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica. *Comunicação e Sociedade*, 34, 87-101. Retirado de: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2937](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2937)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2016, de 3 de junho, *República Portuguesa*.

CONSTRUINDO PONTES SOBRE OBSTÁCULOS: MULTILINGUISMO E A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO DA CIÊNCIA

Eliseu Mabasso*

Resumo

Os obstáculos que a língua portuguesa enfrenta para a disseminação da produção científica à escala planetária, principalmente a partir dos países do chamado círculo interior, na sua vertente lusófona, constituem uma realidade incontornável. No caso de Moçambique, onde se fala uma variedade não nativa, o chamado português moçambicano vai se desenvolvendo e consolidando o seu espaço num contexto em que coabita com línguas moçambicanas de origem bantu, por um lado, e com a língua inglesa, por outro lado. O presente capítulo procura trazer à luz do dia os labirintos pelos quais percorre o Português, na procura da sua afirmação e consolidação enquanto língua de comunicação da ciência, particularmente num contexto global e regional claramente dominado pela língua inglesa. Num mundo cada vez mais globalizado, em que a necessidade do uso das tecnologias de informação e comunicação na disseminação da ciência não deixa margem para dúvidas, certamente que a criação de uma plataforma virtual de partilha de conteúdos científicos poderá acrescentar valor na massificação da produção científica através da língua portuguesa.

Palavras-chave: língua portuguesa; multilinguismo; língua da comunicação; comunicação da ciência

* Eliseu Mabasso, doutorado (PhD) [UEM, Moçambique, 2010] e mestre em Letras (Mlitt) [The University of Sydney, Austrália, 2002] é linguista aplicado e trabalha na docência há cerca de vinte anos, com experiência de lecionação desde o ensino técnico médio na Escola de Jornalismo, instituição responsável pela formação de gerações de comunicadores, lecionando a língua francesa e, mais tarde, a língua inglesa [1997--]. A sua carreira docente a nível superior começa na UEM [2003--] onde é Professor Auxiliar e investigador na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), trabalhando nas disciplinas de Fundamentos de Linguística Aplicada e de Linguagem e Direito. Nesta Universidade, leciona, igualmente, nos níveis de Mestrado e Doutoramento. É também docente de Linguística Forense na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) e de Metodologia de Pesquisa Científica na Universidade Politécnica (A Politécnica) [2004--]. Tem interesse particular no domínio da linguística forense (interação entre a linguagem o Direito e o crime) e em questões de comunicação translinguística e transcultural. Artigo desenvolvido no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.
E-mail: eliseumabasso@gmail.com

Introdução

Em países multilingues como Moçambique, a comunicação científica, sendo um conjunto de atividades que parte desde a produção e até a disseminação de todo o trabalho sistematizado de acordo com princípios rigorosamente estabelecidos, não pode se materializar sem que tal seja veiculado através de uma língua suficientemente desenvolvida e preparada para o feito. Como se sabe, para que uma língua seja considerada desenvolvida, existe uma série de índices a serem respondidos, dentre os quais o nível de produção e publicação científica de obras originais na língua em causa. Porém, no contexto da África subsaariana é comum levantar-se o debate sobre que língua deve ser escolhida, tendo como principal motivação reivindicações sobre o nacionalismo, por um lado, e sobre o nacionalismo, por outro lado (Bamgbose, 1991). As reivindicações sobre o nacionalismo defendem a escolha de uma língua africana para assumir funções comunicacionais e da gestão dos assuntos administrativos do respetivo Estado-nação. Por sua vez, as reivindicações nacionalistas são favoráveis à escolha de uma língua capaz de impulsionar o país para a rota do desenvolvimento, independentemente de esta ser africana ou de comunicação mais ampla. Ora, para o caso dos países da África Subsaariana, a história aponta para uma tendência de os mesmos optarem pela escolha da língua da antiga potência colonizadora, e Moçambique não foge à regra.

O Português em Moçambique é, até ao presente momento, a única língua utilizada para fins oficiais e para a comunicação do país com o mundo exterior. O mesmo pode se dizer em relação à educação em que, embora o programa de ensino bilingue esteja em fase de introdução e de forma temida, coabita com algumas línguas moçambicanas de origem bantu. Ora, a necessidade de comunicar conteúdos de natureza científica num contexto multilingue como o moçambicano, coloca o desafio de se definirem políticas científicas adequadas e que propiciem a sua divulgação pelo mundo fora. Num ambiente em que a produção científica nacional se encontra numa fase bastante embrionária, a materialização dos preceitos estabelecidos no Compromisso do Minho (2006) é um imperativo cada vez maior.

Espaço para uma língua nacional em Moçambique?

Moçambique é um país multicultural e com uma elevada diversidade linguística média, se adotarmos a classificação estabelecida por Robinson (1993, pp. 52-53). De acordo com este autor, a elevada diversidade linguística observa-se numa situação em que “uma percentagem não superior a 50% da população fala a mesma língua”. Esta situação pressupõe que o grau de diversidade linguística é calculado não a partir do número total de línguas faladas num determinado país mas sim em termos da percentagem da população que fala a língua tomada singularmente (Robinson, 1993). Assim, de todas as línguas bantu faladas no país (cerca de 20) o Emakhwa (26.1%) e o Changana (10.5%) representam duas das línguas com o maior número de falantes¹. Ao ter em conta estas percentagens, estamos perante uma situação em que nenhuma das línguas moçambicanas se aproxima da fasquia dos 50%, percentagem fixada como referência por Robinson. O Emakhwa, língua que apresenta a maior percentagem de falantes, coloca Moçambique numa posição bem abaixo do meio da tabela, e daí que se considere que o país possui elevada diversidade linguística média. Isto coloca o país no conjunto dos 25 países que têm a maior diversidade linguística no continente africano.

Todavia, o facto de um determinado país não possuir uma língua maioritária não constitui, para alguns linguistas, problema em si, uma vez que evita a existência de focos de clivagem por parte de grupos minoritários, decorrentes da promoção de uma determinada língua em detrimento de outras. Por outro lado, a inexistência de uma língua nacional veicular vai permitir que os especialistas possam levar a cabo o trabalho de terreno de forma adequada para fazer a melhor escolha possível (Bangbose, 1991). No contexto moçambicano, a hegemonia do português em relação às outras línguas faladas por moçambicanos data do período colonial, onde um conjunto de fatores visando a implantação e sedimentação do poder da potência dominadora contribuíram para que esta situação prevalecesse por longos anos. Ora, no período pós-colonial, a situação pouco ou em nada se alterou. A necessidade de se impôr alguma ordem social, por parte do novo regime do país independente, ditou que a definição de uma política de língua e, por extensão, de comunicação, respondesse à preocupação imediata dos detentores do poder. Vou apoiar-me aqui nalgumas linhas há pouco tempo trazidas pelo académico

1 Ver INE (2010), www.ine.gov.mz, citado em Ngunga e Bavo (2012). Estas cifras terão, obviamente, sofrido um considerável aumento, por conta do último censo populacional e habitacional realizado em 2017, cujos resultados finais estão ainda por publicar.

Moisés de Lemos Martins, quando, numa palestra recentemente proferida em Maputo, comentava sobre a relação entre “lusofonia e contexto pós-colonial”. Segundo este autor, “as políticas da língua e da comunicação, mesmo na ciência, são discursos sobre a realidade social. São o combate por uma ordenação social do mundo”². Considera, ainda, que as políticas da língua e da comunicação são definições com o objectivo de alcançar algum impacto social. Ou poderíamos analisar o fenómeno a partir de uma outra perspectiva, a da planificação linguística, como defende Lopes (2014, p. 2) quando afirma o seguinte:

a planificação linguística, outrora conhecida por ‘engenharia linguística’, consiste num conjunto de actividades que visam conceber mudanças linguísticas numa determinada comunidade, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação.

Nas duas contribuições está patente a ideia da manutenção da ordem social, tendo como ponto de convergência a comunicação na sociedade como prioritária. Um aspecto interessante é que, tanto numa como na outra visão sobre o fenómeno, está subjacente a ideia de alguma “imposição” de ordem por parte dos que detêm o poder de decisão.

Piscadela de olho ao português no contexto da região austral de África

A sobrevivência da língua portuguesa no contexto específico da África Austral passa necessariamente pela relação que esta poderá estabelecer com as outras duas línguas oficiais, por um lado e, certamente, no papel que esta poderá desempenhar na promoção de uma comunidade plurilingue, onde o papel das línguas bantu será inevitavelmente indispensável. A hegemonia de que a língua inglesa goza no panorama global, em geral, e no contexto regional, em particular, deixa pouca margem para dúvidas. Para isto se deve o facto de, indubitavelmente, o Inglês ser a língua de comunicação (Bamgbose, 1991; Lopes, 1997) que serve de língua franca na articulação entre nações do mundo que, em geral, não partilham da mesma língua oficial.

2 Palestra proferida na Universidade A Politécnica, em Maputo (Martins, 2017a).

Moçambique, em particular, dado o facto de estar isolado em termos de localização geográfica, enfrenta o grande desafio, desde *a priori*, de se ajustar a uma situação imposta pela história. A distância geográfica que separa Moçambique de Angola, um país irmão com que partilha do mesmo passado histórico e da mesma língua oficial, torna-se ainda maior quando, na tentativa de se chegar àquela nação localizada do outro lado do Atlântico, tenha que se passar por alguns países cuja língua oficial é o Inglês. Este cenário faz com que a coabitação entre a língua portuguesa e inglesa no contexto moçambicano seja uma realidade imposta pela conjuntura da sobrevivência, não necessariamente numa perspetiva mútua entre Moçambique e os outros países da região, mas, sobretudo, da necessidade dos moçambicanos se fazerem compreender, na sua interação com os demais interesses, com os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) (Mabasso, 2012; Lopes, 2012).

Do ponto de vista da partilha de conteúdos científicos em português ao nível regional, o cenário parece indicar para valores insignificantes pelas razões acima indicadas. A este nível, o intercâmbio com a República de Angola ainda não parece ser suficiente ao estabelecimento de relações bilaterais ao nível da comunicação de conteúdos científicos.

Comunicando para as massas e para a ciência na diversidade

Desde o período anterior à conquista da independência nacional foi sempre notório o esforço empreendido por serviços de informação pública tais como a Rádio Moçambique (RM), através da definição de políticas claras que apontam para a valorização das línguas moçambicanas. Mesmo depois da independência, grande parte dos moçambicanos que não domina a língua oficial sempre gozou do direito à informação, através dos demais emissores provinciais espalhados ao longo do país, em que a língua local é o veículo de transmissão da mensagem. A iniciativa do serviço público de rádio (RM) em criar uma Direção de Emissão em Línguas Nacionais na RM demonstra a preocupação que esta estação de serviço público tem relativamente à integração de todos os moçambicanos nos processos de desenvolvimento, independentemente do seu domínio ou não da língua oficial.

Sobre o contexto acima, importa recordar que há alguns anos atrás (Mabasso, 2015) levantei o problema criado pela política de língua baseada no uso quase

exclusivo do português, adotada pelos principais canais de televisão de maior abrangência no país, com maior destaque para a televisão pública, a Televisão de Moçambique (TVM). No referido estudo, foi discutido o problema que põe em causa o direito dos cidadãos de informarem e terem acesso à informação na língua que melhor dominam, um preceito previsto na Constituição da República (2004), no seu artigo 48, conjugado com os números 2 e 3 do artigo 3º da Lei 18/91, a Lei de Imprensa. Todavia, volvidos alguns anos, pode-se dizer, com alguma satisfação, que a discussão crítica sobre este fenómeno terá, certamente, persuadido os detentores do poder político a tomarem algumas decisões que permitissem a alteração do *status quo*. Hoje, a TVM, através das chamadas delegações provinciais, já transmite programas de relevo como serviços noticiosos nalgumas línguas locais. A meu ver, mais do que procurar qualquer protagonismo académico, o mais importante é o facto de as línguas moçambicanas, lado-a-lado com o português, poderem contribuir na construção do Estado-nação e permitir uma maior participação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento do país.

Numa dimensão mais endógena, a possibilidade de partilha de informação de natureza diversa tanto na língua portuguesa como nas línguas moçambicanas, não somente abre espaço para uma melhor convivência entre os códigos em si, como também poderá contribuir para elevar o nível de desenvolvimento das línguas de origem bantu, através dessa coabitação com o português. Um outro aspeto que importa referir sobre o papel das línguas bantu em Moçambique tem a ver com a necessidade de se fazer uso destas na vida política. A este propósito Lopes (1997) defende o seguinte:

sinto que a utilização exclusiva do Português no Parlamento constitui para alguns parlamentares um impedimento real para a comunicação e participação nos debates (...). Estou a pensar num programa mensal sobre o parlamento, que poderia ser conduzido em línguas bantu e com legendas em Português. (Lopes, 1997, p. 25)

Na verdade, são visíveis as barreiras criadas pelo uso do Português como única língua no domínio político em Moçambique para uma parte considerável dos principais atores, nomeadamente Deputados e Membros das Assembleias Municipais e Provinciais. A este grupo mais restrito acrescenta-se a grande maioria da população moçambicana que se vê privada de dar um contributo político que, certamente, ajudaria no desenvolvimento do país. O uso oficial

das línguas moçambicanas é visivelmente indispensável se o país pretender alcançar níveis aceitáveis de desenvolvimento democrático. Veja-se que o tipo de participação massiva que o Swahili proporciona aos tanzanianos difere, em larga medida, da situação atual que caracteriza Moçambique e a maior parte dos países da África a sul do Sahara (cf. Bamgbose, 1991). O desenvolvimento efetivo de qualquer país só é possível com o engajamento e participação integral e consciente de todos os segmentos populacionais e tal somente poderá tornar-se possível com o uso de uma língua ou línguas que estabelecem uma ponte entre as massas e as elites, a chamada 'integração vertical'. Contudo, o papel preponderante jogado pelo português como língua franca em contextos multilingues como o moçambicano, não parece deixar margem para dúvidas, mesmo que se ponha em causa a sua real capacidade de estabelecer a ponte entre as elites e as massas.

Comunicando a ciência em contextos multilingues

O papel do português como língua franca em Moçambique constitui plataforma para assegurar a comunicação entre falantes das várias línguas dentro do território nacional. Com este estatuto, à língua portuguesa cabe a grande responsabilidade de se posicionar na vanguarda do processo de partilha dessa informação. É nesta lógica que, no contexto nacional, e tendo em conta o imperativo constitucional acima referido, em princípio, toda a produção científica deve ser apresentada na única língua oficial, o Português. Não obstante a ligeira melhoria em termos estatutários que se pode conferir a algumas línguas moçambicanas, através da sua introdução em programas de ensino bilingue nalgumas partes do país (Chimbutane & Stroud, 2012), o seu estágio de desenvolvimento não lhes permite, pelo menos a médio prazo, reunir as condições necessárias que lhes possam conferir capacidade para responder a tamanho desafio.

A comunicação da ciência num contexto multilingue como o de Moçambique pressupõe a existência de condições objetivas que permitam a cidadãos sem proficiência ou com proficiência insuficiente na língua oficial ter acesso a essa informação científica nas suas línguas. A realidade mostra que esse empreendimento ainda está longe de ser alcançado. Aliás, este cenário parece repetir-se em muitos países lusófonos no continente africano, o que acaba por remeter exclusivamente a responsabilidade de comunicar conteúdos científicos ao português.

Sobre a política de ciência e tecnologia

Sendo Moçambique um país em desenvolvimento e que, à semelhança de muitas nações em situação similar, anseia entrar rapidamente na corrida ao desenvolvimento, através de medidas concretas visando impulsionar a produção e partilha dessa produção científica, o governo decidiu criar a Política de Ciência e Tecnologia, através da Resolução n.º 23/2003 de 22 de Julho. Este instrumento legal surge da necessidade de se estabelecer princípios, objetivos e orientações sobre como o conhecimento científico e tecnológico pode impulsionar o desenvolvimento da economia e da sociedade moçambicana. Importa referir que a partilha da produção científica aqui referida pode ser feita através de qualquer das línguas de comunicação mais amplas, muito embora, implicitamente, o português seja o código mais indicado por ser partilhado pela grande maioria do grupo-alvo em Moçambique. Ao que tudo indica, não parece haver registo de produção científica original de relevo em línguas moçambicanas, fora algumas iniciativas no domínio da literatura. A língua inglesa, dada a sua reconhecida hegemonia ao nível da região austral de África acima referida e o prestígio internacional como língua da globalização, reclama também pelo seu espaço, impulsionado por um número considerável de publicações feitas por autores nacionais nesta língua. Trata-se, porém, de contribuições trazidas por indivíduos que formados em países de língua oficial inglesa ou mesmo em universidades de países não necessariamente de expressão inglesa mas que adotam, na sua política interna de formação superior, o inglês como uma das línguas de trabalho.

A política de ciência e tecnologia como documento orientador de toda a filosofia à volta da produção e disseminação do conhecimento científico, abriu espaço para que Moçambique passasse a estar atento a iniciativas mundiais de acesso aberto à informação científica. Um dos pontos avançados pelo documento em apreço faz alusão à necessidade de se melhorar o acesso à informação científica e tecnológica. Tal iniciativa, segundo a Resolução n.º 23/2003 de 22 de Julho, baseia-se no pressuposto de que há necessidade de se criar mecanismos que permitam estabelecer “intercâmbio científico e tecnológico, através de um sistema de biblioteca nacional em acesso eletrónico e físico, a rede nacional de museus de ciência tecnologia”. O mesmo documento faz alusão à necessidade da criação de condições para que saberes locais sejam difundidos pelos órgãos de comunicação social.

Entende-se, então, que a função de difundir informação sobre os saberes locais pode ser desempenhada tanto pelas línguas moçambicanas como pela língua portuguesa. Contudo, é inequívoco afirmar que, embora os referidos saberes

possam, *grosso modo*, ser veiculados em qualquer das línguas faladas no território nacional, a sua internacionalização deve ser depositada na língua portuguesa pelas razões já evocadas acima.

Acesso aberto à informação científica e o papel da Universidade Eduardo Mondlane

A criação e aprovação da Política da Ciência e Tecnologia em Moçambique colocou, desde o início, o desafio de o país estar atento a iniciativas internacionais sobre o acesso aberto à informação. Estas iniciativas são uma prova da necessidade de se tornar o conhecimento científico num bem a ser partilhado por todos e de forma livre. Ao nível do mundo da lusofonia, a Declaração de Estoril, em 2004, e o compromisso do Minho, de 2006, de que Moçambique é signatário, são prova inequívoca de que o país não está a leste deste imperativo global de partilha de informação científica (Zimba, Waete & Mussagy, 2016). Aliás, nos últimos tempos, Moçambique tem-se feito representar em muitas iniciativas de promoção da disponibilização de informação científica de forma aberta e livre.

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM), na qualidade de maior e mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique, tem estado atenta a todas as iniciativas visando estabelecer políticas e diretrizes sobre o acesso aberto à informação científica em vários pontos do mundo. Zimba et al., num estudo recente, trazem à luz do dia dados extraídos do Registry of Open Access Repository Mandate and Policies (ROARMAP), referentes ao período até Outubro de 2016. Os dados relevantes daí retirados, num total de 786 registos de políticas e mandatos, podem resumir-se segundo a tabela abaixo:

Região	Políticas e mandatos registados
Europa	477
América	200
Ásia	50
Oceânia	40
África	19

Tabela 1 – Políticas e mandatos sobre acesso aberto à informação científica
Fonte: Zimba et al. (2016)

Um dado que importa aqui referir, segundo os autores acima indicados, é que os números referentes ao continente africano revelam, excetuando a República da África do Sul, a inexistência de dados referentes aos outros países da região, incluindo particularmente Moçambique. É justamente em resposta a este *deficit*, e em conformidade com a política de ciência e tecnologia da República de Moçambique que a UEM embarcou numa iniciativa que culminou na criação do “Repositório Saber” em 2009. O referido repositório, segundo Zimba et al. (2016), citando o Repositório Insterinstitucional Saber (RIS), tinha, até 2016, cerca de 3100 registos. Até ao presente momento, este número pode ter sofrido alguma alteração em termos do seu incremento, mas, certamente, muito insignificante. Um outro repositório que funciona no país segundo a mesma fonte, é o Repositório multinacional IAPRA – Irish African Partnership Research Archive. Um aspeto a realçar é o fato de as línguas usadas nas publicações em referência serem o Português (90%), Inglês (6%), Francês (2%) e outras línguas (2%).

Uma fonte bem posicionada junto à estrutura próxima da gestão do repositório sob administração da UEM, por sinal um dos co-autores da obra ora citada, Ranito Varela Waete, assegurou que, em termos numéricos, os dados sistemáticos atualizados apontam para 47% de utilizadores internos e 53% de utentes que procuram informação na plataforma a partir do exterior. O motivo que explica o relativo desnível em termos de utilizadores tem a ver com a barreira criada pelo fraco acesso à internet e aos recursos eletrónicos por parte dos potenciais utentes. Dados mais recentes sobre o acesso à internet nos países lusófonos apontam para uma distribuição nos seguintes moldes:

- Penetração da internet entre a população dos países lusófonos (32.8%) – População mundial (42.3%)
- África (países lusófonos) (19.9%) – Total de África (26.9%)
- Europa (Portugal) (67.6%) – Total da Europa (77.7%)
- América do Sul (Brasil) (67.5%) – Total da América do Sul (66.7%)
- Ásia (Timor Leste) (27.5%) – Total da Ásia (44.7%)

Fonte: Martins (2017b)

Não obstante os números da penetração da internet no mundo lusófono em geral apontarem para valores considerados ascendentes, Moçambique continua a fixar-se abaixo dos dois dígitos. O facto de as publicações serem, na sua maioria,

em língua portuguesa, vem obviar a necessidade de Moçambique, o mais breve possível, procurar a sua integração em plataformas de acesso livre à informação científica, através do estabelecimento de parcerias com outras instituições, uma recomendação estabelecida na política de ciência e tecnologia de Moçambique (Resolução 23/2003 de 28 de Julho). Nesse sentido, a UEM avançou com algumas iniciativas com outras instituições estrangeiras. Assim, a título de exemplo, em Maio de 2016, a maior instituição de ensino superior no país organizou, em parceria com a Universidade do Minho, a Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, um seminário de acesso aberto. De acordo com Zimba et al. (2016), este seminário tinha como um dos objetivos criar consciência no seio dos académicos moçambicanos e não só sobre a importância de a informação científica estar disponível de forma aberta.

Perspetiva para a criação de uma plataforma virtual no mundo lusófono

Há bem pouco tempo fui abordado pelo académico Moisés de Lemos Martins, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, sobre a possibilidade de juntos desenvolvermos um projeto que permitisse a partilha de informação científica e sobre saberes da realidade sociocultural e folclórica entre os nossos povos, através da criação de uma plataforma digital. Achei a ideia muito promissora, para além de que esta vai ao encontro de uma das linhas definidas pela política de informática da República de Moçambique (Resolução 28/2000). Segundo o referido documento, e fazendo referência específica à importância da cultura e das artes, o governo predispõe-se a incentivar a constituição de redes eletrónicas de instituições culturais como museus, bibliotecas, arquivos, etc. e assume o dever de proporcionar o acesso pelos cidadãos e através de meios digitais aos acervos biblio-documentais do país e do estrangeiro. Entende-se que existe informação e produção científica nos países lusófonos, sobretudo os que se localizam no continente africano, que é completamente desconhecida nos países do chamado círculo interior (Portugal e Brasil), nos termos de (Lopes, 2013).

O projeto acima referido, com a duração de três anos, já se encontra em fase de implementação, e leva a designação “Memories, cultures and identities: how the past weights on the presente-day intercultural relations in Mozambique and

Portugal”. Uma iniciativa como esta vai, certamente, consolidar cada vez mais o espaço da língua portuguesa à escala planetária e permitirá uma maior aproximação entre os respetivos povos. O académico Moisés de Lemos Martins, um dos impulsionadores da ideia da criação de um museu virtual, numa das suas notas a propósito do assunto, define a plataforma nos seguintes moldes:

o Museu Virtual da Lusofonia é uma plataforma de cooperação académica, em Ciências Sociais e Humanas, vinculada, sobretudo, aos estudos culturais, à comunicação da ciência, ao ensino pós-graduado, e às artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas (...). Estende-se, também, à Galiza e à Região Autónoma de Macau. É seu desiderato cooperativo uma circum-navegação, transnacional e transcontinental, em termos científicos, pedagógicos, culturais e artísticos, que permita desenvolver literacias que promovam a cultura da diversidade e do diálogo intercultural. (Martins, 2017b, pp. 46-47)³.

A criação do museu virtual vai conferir uma maior visibilidade à produção científica dos países lusófonos em geral e, no caso particular de Moçambique, a presença do repositório SABER tornará esta plataforma mais valorizada.

Conclusão

O presente texto procurou trazer à luz do dia aspetos relacionados com a importância da língua portuguesa como língua de comunicação de massas, em geral, e da ciência, em particular, num contexto multilingue em que, para além do francês e do inglês, coabita com várias línguas africanas faladas em Moçambique. O estudo faz breve referência aos obstáculos que as línguas moçambicanas terão de ultrapassar para poderem responder aos desafios da comunicação da ciência e a necessidade que estas têm de contarem com o papel da língua franca desempenhado pelo português, dado o multilinguismo que caracteriza o país. Num mundo cada vez mais global, assume-se cada vez mais a importância de Moçambique abraçar iniciativas de parceria e intercâmbio científico com outras instituições pelo mundo fora, de forma a conferir maior visibilidade à sua produção

3 Consultar, também, Martins (2015, pp. 27-56). Ver ainda o site do Museu Virtual da Lusofonia: <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/>

científica e, certamente, ver a sua produção científica reconhecida e acreditada. Para terminar, não seria exagero admitir que a criação de plataformas interinstitucionais de partilha de informação científica poderá, também, constituir fator de sobrevivência para a língua portuguesa, num mundo cada vez mais dominado pela hegemonia do inglês.

Referências

- BAMBOSE, A. (1991). *Language and the Nation: The Language Question in Sub-Saharan Africa*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- CHIMBUTANE, F. & STROUD, C. (Eds.) (2012). *Educação Bilingue em Moçambique: Reflectindo Criticamente sobre Políticas e Práticas*. Maputo: Texto Editores.
- Compromisso do Minho sobre o acesso livre à informação científica em países lusófonos (2006). Retirado de <https://www.ufrgs.br/blogdabc/compromisso-do-minho-pelo-acesso-livre>
- Constituição da República de Moçambique, de 22 de Dezembro de 2004, República de Moçambique. Retirado de <http://www.cconstitucional.org.mz/Legislacao/Constituicao-da-Republica>
- Decreto n.º 23/2003, de 30 de Julho, República de Moçambique.
- Lei n.º 18/91, de 10 de Agosto (Lei de Imprensa). República de Moçambique. Retirado de www.portaldogoverno.gov.mz.
- LOPES, A. J. (1997). *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- LOPES, A. J. (2012, Julho). Criando a região inteligente: o caso do Português na Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC). Comunicação apresentada ao colóquio internacional sobre “O Português nas Organizações Internacionais”, Luanda.
- LOPES, A. J. (2013). *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Luanda: Editora das Letras.
- MABASSO, E. (2012, Março). A língua portuguesa em contextos multilingues: desafios colocados pela integração regional na SADC. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional “Idiomas como Vectores da Integração Regional na SADC”, Gaborone.
- MABASSO, E. (2015). Televisão, política linguística e direito à informação: Desafios para o ensino da comunicação em Moçambique. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp. 279-93). Braga: Universidade do Minho, CECS.

- MARTINS, M. L. (2017a, Junho) Investigação, conhecimento e produção cultural no espaço lusófono. Comunicação apresentada no Congresso Internacional “Cultura e Turismo: desenvolvimento nacional, promoção da paz e aproximação entre nações”, Maputo.
- MARTINS, M. L. (2017b). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.) *A Internacionalização das Comunidades Lusófonas e Ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. O Caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Famalicão: Húmus.
- Ministério da Ciência e Tecnologia (2006). *Estratégia de ciência, tecnologia e inovação de Moçambique*. Maputo: MCT.
- Resolução n.º 28/2000, de 12 de Dezembro, República de Moçambique.
- ROBINSON, C. D. (1993). Where linguistic minorities are in the majority: Language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review* 10, 52-70.
- ZIMBA, H. F, Waete, R. Z. & Mussagy, A. (2016). Acesso aberto à informação científica: diretrizes, políticas e modelos de repositórios científicos para Moçambique. *Cadernos BAD*, 2, 187-201. Retirado de <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1597>



ISBN 978-989-755-427-8



9 789897 554278